

assim
os lutam
povos

COMBATE



NAS
TREVAS

Jacob Gorender

Combate nas trevas

Jacob Gorender

Combate nas trevas

Edição Revista e Ampliada



Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo
www.fpabramo.org.br
www.efpa.com.br

Sumário

Prefácio à quinta edição.....	9
Prefácio.....	11
1 Prelúdio goiano	13
2 O contencioso da industrialização e do populismo	17
3 O PCB — Das ilusões da legalidade à retórica da luta armada	22
4 O PCB — Luta interna e mudança da linha política.....	28
5 As outras esquerdas	37
6 Bloqueio e fracasso do parlamentarismo	45
7 A ordem de batalha em 1963	50
8 Pré-revolução e golpe preventivo	60
9 No dia seguinte ao golpe	77
10 Ideias que fizeram a cabeça da esquerda	80
11 Receitas para a luta armada.....	87
12 Do Partido ao Partidão.....	93
13 Marighella e a Ação Libertadora Nacional	103
14 PCBR — A opção pela reorganização partidária	111
15 PC do B e Ala Vermelha — Divergências de cronograma	117
16 O maoísmo cristão	122

17	Trotskismo e atração pelo nacionalismo autoritário	130
18	Peripécias do nacionalismo pequeno-burguês	134
19	Da POLOP à VPR — Purificação química do militarismo revolucionário	138
20	Turbulências de 68 e fechamento ditatorial	153
21	Imersão geral na luta armada.....	167
22	Epílogo para um romance à revelia do autor	176
23	Golpe de mestre: sequestro do embaixador dos Estados Unidos	181
24	O general e o facínora.....	187
25	Assim mataram Marighela.....	190
26	Assassinato de Mário Alves e implosão do PCBR.....	201
27	Movimento em declive	207
28	A frente clandestina	215
29	Estertores da esquerda armada e embriões da autocrítica	223
30	A guerrilha abafada.....	233
31	Vivências do DEOPS e do Presídio Tiradentes.....	244
32	A violência do opressor	256
33	A violência do oprimido.....	269
34	Conclusão retrospectiva.....	284
35	Dez anos depois	288
	Glossário de siglas	292

À memória de Mário Alves.
À memória de sua vida e de sua morte.

Prefácio à quinta edição

Passados dez anos do lançamento da primeira edição e na oportunidade de uma nova edição deste livro, consideraram o autor e a editora que se justificavam a atualização e ampliação do texto.

Não porque, tratando de assunto ao qual não faltam até hoje buracos negros, haja necessidade de retificar enunciados sobre fatos concretos. Bem ao contrário, posso constatar com tranquilidade que absolutamente nem um único dos meus enunciados foi infirmado. Submetidos a controvérsia, alguns fatos, tais como os apresentei, receberam confirmação reforçada. É o caso, em especial, como se verá, do episódio da morte de Marighella. É o caso também de dois acontecimentos ocorridos em Pernambuco: o atentado no Aeroporto dos Guararapes e a morte de Luís Andrade de Sá e Benevides. O falecido escritor Paulo Cavalcanti insistiu em atribuir o atentado a conspiradores direitistas e dar como causa da morte do militante do PCBR uma perseguição policial. O melhor conhecimento posterior comprovou plenamente o que afirmei. O atentado resultou de ato da esquerda e Luís Andrade foi mesmo vítima de um acidente de trânsito.

Ao escrever este livro, adotei o critério de não contornar, nem atenuar, seja o que fosse que viesse a constituir denúncia da repressão criminosa e imoral praticada pela ditadura militar. Ao mesmo tempo, evitei, creio que escrupulosamente, dilatar o teor da denúncia, com o intento de torná-la mais impressionante, à custa de versões sem fundamento factual verificado.

Assim, o que motiva a atualização e ampliação do texto decorre, não de contestações, porém de novas pesquisas e informações acumuladas durante uma década. Se isto é normal em qualquer campo da historiografia, mais ainda se compreende que ocorra no terreno da elucidação de um período histórico recente e caracterizado pelos mais agudos conflitos políticos.

Quando iniciei a minha pesquisa, logo após a promulgação da lei da anistia, em 1979, ainda encontrei não poucas pessoas esquivas diante da solicitação de depoimentos, ou que os deram sob a condição do anonimato. Com o passar dos anos, os depoimentos se tornaram mais abertos, reveladores e completos. Professor universitário radicado na França, o arquiteto e pintor Sérgio Ferro resolveu assumir publicamente a responsabilidade pelo lançamento de uma bomba na sede do consulado dos Estados Unidos em São Paulo, o que lhe trouxe o dissabor de um processo judicial por parte das vítimas inocentes. Militante da linha de frente da ALN, Carlos Eugênio tirou da memória episódios chocantes, excedendo-se na autoatribuição da autoria de mortes incertas e não sabidas. São alguns exemplos.

Todavia, tão ou mais importantes foram as revelações obtidas através de pesquisas em arquivos de órgãos policiais e de depoimentos de uns poucos participantes da atividade repressiva. Mas este é o terreno que apenas começou a ser devassado e em cujo percurso ainda deverão surgir as maiores novidades.

De tais circunstâncias decorrem os acréscimos feitos em vários capítulos. Dois capítulos são inteiramente novos. Um deles, sobre o misterioso encontro entre Marighella e o general Albuquerque Lima. Outro, no final, reflete sobre a visão atual da esquerda armada dos anos 1960 e 1970. Sem a pretensão de ser completa, a bibliografia foi enriquecida com novos títulos. Agradecimentos a Marcelo Ridenti pela colaboração.

Agosto de 1997

Prefácio

Utilizo o termo *esquerda* com o significado que lhe atribui o leitor. Isto é, com o significado da linguagem cotidiana, do jornalismo e da oratória política.

Todavia, como é possível a objeção de que o livro peca por discorrer sobre um objeto impreciso, afirmo, sem me alongar, que entendo por esquerda o conceito referencial de movimentos e ideias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes.

Este livro tem em vista os movimentos políticos atuantes em partidos, em correntes formais e informais, porém já com evidente coesão. Na medida do necessário ao esclarecimento dos movimentos políticos é que se tratará da esquerda nos sindicatos e nos meios intelectuais.

Dada a experiência pessoal do autor, o livro possui certo coeficiente de memorialística. Sob este aspecto, é o depoimento que julguei do meu dever registrar por escrito e levar a público. Mas a memorialística constitui parte menor da obra, subordinada ao esclarecimento de fatos políticos impessoais. O principal resultou de pesquisa historiográfica, sem nenhuma pretensão de ser exaustivo.

Lidei com questões sobre as quais já se pode dizer muito, porém nem sempre tudo. Aqui e ali, o leitor há de notar claros com relação a nomes e fatos. O que se encontra grafado passou pelo crivo da escrupulosa convicção de que o inconveniente seria a omissão.

Talvez fosse impossível chegar ao ponto final de livro tão penoso se o autor não recebesse ajuda de várias procedências.

Em primeiro lugar, meu agradecimento a D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, por ter facultado o acesso a documentos do Arquivo do Projeto *Brasil: Nunca Mais*.

Sou grato à amizade e confiança de Manoel Guimarães Moraes e da querida da Maria.

Vladimir Sacchetta e Paulo Cesar Azevedo tiveram a generosidade de trazer às minhas mãos preciosos elementos extraídos do seu acervo de pesquisadores. Também a eles se deve a iconografia.

Documentação primária e bibliografia vieram de Daniel Aarão Reis Filho, Ozeas Duarte de Oliveira, Celso Frederico, Enid Yatsuda, Jorge Kurban Abrahão, Raul Mateos Castell, Duarte Pereira, João Quartim de Moraes, Octavio Ianni, Mário Simas, Luís Roberto Clauzet, Clara Charf, Valdizar Pinto do Carmo, José Gorender, Marcelo Siqueira Ridenti, Jacques Breyton, Alípio Freire, Antônio Sérgio Ribeiro, Fernando Moraes e José Luís Del Roio.

Estou em dívida com aqueles que discutiram comigo questões difíceis ou simplesmente me deram o reforço da solidariedade ao projeto do livro. Em especial, um abraço a Apolonio de Carvalho, Renée de Carvalho e Genésio Homem de Oliveira.

Agradeço aos entrevistados, ainda que venham a discordar de minhas interpretações. Por economia de tempo, poupei-me de procurar quem publicou depoimentos através de livros, revistas e jornais. Demais disso, dados os recursos disponíveis, quase só pude fazer contatos em São Paulo e no Rio.

Como de praxe, esclareço que unicamente o autor é responsável pelo texto impresso.

Prelúdio goiano

Os jornais do Rio não tinham chegado.

Pouco depois do meio-dia, costumava passar por aquela banca no centro de Goiânia e comprar jornais e revistas. Desde o dia 17 na cidade, na véspera encerrara festivamente um ciclo de nove conferências para expor *O Marxismo Como Filosofia Humanista*. Era a sexta vez que apresentava o ciclo e o fiz sob o patrocínio do Diretório Central de Estudantes, com apoio da Reitoria da Universidade. Naquela manhã de terça-feira, 31 de março de 1964, havia debatido com alunos da Faculdade de Filosofia e preparava a viagem a Brasília, onde me aguardava nova programação.

O homem da banca não sabia explicar o fato inusitado. Talvez algum problema com os aviões que traziam os jornais. Eu ouvira comentários acerca do discurso do presidente Goulart à assembleia de sargentos, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro. Sentia-se a atmosfera carregada, mas não dava para adivinhações em Goiânia. Regressei ao hotel ali perto.

Na mais famosa sexta-feira 13 da história nacional, junto com outras duzentas mil pessoas, assisti ao comício na Praça da República, entre a estação ferroviária da Central do Brasil e o Ministério da Guerra. Após o comício, à janela do ônibus em vagaroso deslocamento pela avenida Presidente Vargas, respondi ao aceno alegre de Astrojildo Pereira, de pé na calçada. Não podia imaginar que via pela última vez o fundador do PCB.

Viajei para Goiânia com a sensação da inconveniência de ausentar-me do Rio naquele momento. Mas eu devia cumprir o prometido na data anunciada

O curso de filosofia marxista decorria de acordo com o figurino. Em noites alternadas, defrontava-me com cerca de trezentas pessoas, fazia exposições e sofria bombardeios de perguntas. Na assistência de jovens em maioria, também professores e intelectuais de várias idades. Presença assídua era a do coronel Clementino Gomes, chefe do Gabinete Militar do governador Mauro Borges. Inscreveu-se no curso e comparecia à paisana sem nenhuma falta. Incorporava-se à roda que me cercava nos intervalos e após a conclusão dos debates. Estava na cara que a filosofia nada tinha a ver com a cultura do robusto milico. Ao término de uma das conferências, pediu-me um minuto em particular e transmitiu o convite do governador para uma visita ao palácio. No dia seguinte, às duas da tarde, o coronel Clementino passou de carro pelo hotel e me conduziu ao Palácio das Esmeraldas.

Durante cerca de uma hora, conversei com o também coronel Mauro Borges. Único governador a acompanhar Leonel Brizola na oposição aberta aos ministros militares que tentaram impedir a posse de João Goulart na Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. Mauro Borges não só mobilizou a Polícia Militar como chegou a abrir o voluntariado civil para a resistência armada ao golpe comandado pelos ministros Denys, Heck e Moss. Durante o governo Goulart, adotou posição moderada, distanciando-se da radicalização de Brizola. Contudo, ainda em setembro de 1963, entrevistado pelo *Última Hora*, concitava o presidente Goulart a assumir o governo em sua plenitude, manifestava-se a favor do nacionalismo e da reforma agrária. Sem reformas, não haveria democracia.

Na conversa comigo, um ponto ficou bem gravado e me deixou impressão intrigante: a hostilidade reiterada com que Mauro Borges se referia a Jango. De momento, não consegui outra explicação que não a da rivalidade provinciana entre PSD e PTB. Não tardariam a vir à luz razões mais pesadas. Estávamos a 24 de março e o governador de Goiás devia ser um dos poucos informados da iminência do golpe. Por isso mesmo, logo após a derrubada do presidente, recebeu o convite pessoal de Carlos Lacerda para ir ao Rio, onde fez parte do restrito grupo de sete governadores reunidos a fim de deliberar a respeito da sucessão presidencial.

Somente lá pelas seis e meia da tarde do dia 31, vim a saber a causa do atraso dos aviões do Rio. Na barbearia do hotel, entregaram-me o telefone. Do outro lado do fio, um companheiro do Comitê Estadual do PCB informou sobre notícias de levante em Minas Gerais. O Governador Magalhães Pinto formara um novo secretariado com Afonso Arinos, Milton Campos e José Maria Alkmim – nomes de

expressão nacional que indicavam a intenção de erigir em Belo Horizonte o centro de um poder contrário ao de Brasília. Combinei com o companheiro que me viesse buscar no hotel. Arrumei a maleta, assinei as faturas na portaria e, ao botar os pés na rua, começou para mim um período de seis anos de clandestinidade. Já ao receber as informações pelo telefone, compreendi num relance que Mauro Borges ia tomar posição oposta à de 1961. Desta vez, ficaria com o golpe – o que se confirmou no seu manifesto ainda na noite de 31.

O companheiro do Comitê Estadual me falou da convocação de uma reunião de dirigentes partidários. Pelo rádio e telefone, soubemos da decisão de greve geral tomada pelo Comando Geral dos Trabalhadores. Confiávamos que o golpe seria derrotado, como os de 1955 e 1961. Mas, na reunião, entrando pela madrugada, percebi que os dirigentes dos órgãos intermediários do PCB nada fariam sem a iniciativa favorável de Mauro Borges, o que agora devia ser descartado.

No dia seguinte, as notícias chegaram atropeladas. O presidente Goulart saía do Rio e se encontrava em Brasília. Dali decidiu voar para Porto Alegre. Brizola estava na capital gaúcha e – quem sabe? – podia repetir-se a resistência sulina de três anos antes. Embora advertido do interesse de oficiais do Exército na minha localização, fui à sede do Diretório Central de Estudantes e a organizações populares. Fiz pequenos discursos e procurei levantar os ânimos. Já havia um começo visível de descrença e abatimento. Tarde da noite, veio a informação de que o senador Auro de Moura Andrade declarou a vacância da Presidência da República e o deputado Ranieri Mazzilli era, mais uma vez, empossado interinamente no supremo cargo do Estado.

Permaneci ainda uns quarenta dias em Goiás, escondido em casa de companheiros e num sítio nos arredores da capital. A medida que o novo regime se consolidava, aumentavam as perseguições e prisões. Finalmente, Walter Ribeiro, ex-tenente do Exército e membro do Comitê Central do PCB – agora na lista dos “desaparecidos” –, conseguiu organizar minha retirada. Saímos de madrugada, eu e um companheiro arquiteto ao volante do carro. Depois de atravessar Goiás, o Sul de Minas e o Oeste de São Paulo, chegamos à capital paulista trinta horas depois. Nunca mais voltaria ao apartamento da rua Carlos Góis, no Leblon. Onde, fora dos deveres da política prática, convivia com a família, os livros e a praia.

Apesar de aderente do golpe, Mauro Borges incomodava o general Castello Branco, novo ocupante do Palácio do Planalto. O general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar, não podia esquecer a oposição eficiente do Governador goiano em agosto de 1961, quando ele, Geisel, chefiava o Escalão Avançado de Brasília. Aliados à facção latifundiária da família Caiado, oficiais do Exército montaram a farsa a respeito de

uma rede de espionagem orientada e financiada pela Embaixada da Polônia, em conluio com o Palácio das Esmeraldas. A tortura extorquiu confissões falsas de funcionários do governo goiano, militantes do PCB e da POLOP ou sem filiação de esquerda. Somente por ser paranaense de origem polonesa, o que se ajustava à trama forjada, foi preso e seviciado num quartel do Exército o professor da Faculdade de Medicina Simão Kossobudski. O cerco se apertou, tropas federais comandadas pelo general Meira Mattos ocuparam Goiás e, a 26 de novembro de 1964, um ato ditatorial do general-presidente declarou Mauro Borges deposto.

Em 1965, o ex-governador publicou um livro sobre o golpe em seu Estado. Tem o mérito de ser uma das primeiras denúncias fundamentadas do discricionarismo do regime militar e, em particular, da tortura praticada em dependências do Exército. Do meu ponto de vista pessoal, o livro também se distingue por decifrar pequeno enigma. No depoimento prestado como testemunha em Inquérito Policial-Militar, declarou Mauro Borges, a 6 de novembro de 1964:

Perguntado se pode esclarecer por que manteve o coronel Clementino Gomes na chefia do seu Gabinete Militar, mesmo depois que aquele coronel foi diplomado no curso de marxismo do Professor Jacob Gorender, respondeu que jamais houve qualquer suspeita ou acusação de comunismo contra o coronel Clementino, e que o mesmo lhe afirmou que frequentou o mencionado curso para verificar se, além das aulas, se iria estabelecer qualquer plano de pregação e para observar as atividades dos participantes do curso.

Referências Bibliográficas: Borges, Mauro. *O golpe em Goiás. História de uma grande traição*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. Citação à p. 208; Alves, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro, 1. ed., 1966. Cap. 5.

O contencioso da industrialização e do populismo

Jango subiu à Presidência da República no meio de uma tempestade que prenunciava outras ainda mais furiosas. Desde os anos 1930, industrialização e populismo caminharam juntos, potenciando-se reciprocamente. Sua atuação combinada mudou a face do País, porém chegava o momento em que as contradições acumuladas em trinta anos não tinham saída viável nos quadros do regime político liberal inaugurado pela Constituição de 1946. Esta a questão: poderia a industrialização prosseguir acasalada ao populismo? Ou já era caso de divórcio?

Nos anos 1930, termina o domínio republicano da cafeicultura. O setor agrário-exportador sofre um baque e perde a primazia, para sempre irrecuperável. Ao prosclênio avança a burguesia industrial, que cria um mercado interno cada vez mais amplo, também beneficiando a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas industriais. Apoiada no Estado presidido por Getúlio Vargas, a burguesia industrial consolida seu crescimento. Nos anos 1940, implanta-se o setor estatal da economia na indústria de base, com Volta Redonda e outras grandes empresas. Nos anos 1950, as dimensões do mercado interno, previamente criado pelo capitalismo nacional, já são da ordem de grandeza que o tornam atrativo às inversões maciças do capital estrangeiro no âmbito da produção industrial. Os investimentos do Estado e do capital estrangeiro serão as alavancas principais do salto industrializante do quinquênio Juscelino Kubitschek.

Esta industrialização acelerada, a taxas anuais entre as mais altas do mundo capitalista, se fez movida em grande parte por inflação e endividamento externo.

Fontes de recursos geradoras de atoleiros econômicos e conflitos sociais. Até o início dos anos 1960, o populismo foi a política do Estado que, bem ou mal, permitiu levar à frente a industrialização pela via dos atoleiros e conflitos. Mas o desenvolvimento alcançou o ponto em que aos trabalhadores interessava ultrapassar o populismo, enquanto à burguesia interessava desfazer-se dele. Do ponto de vista da burguesia, o sedativo populista havia perdido eficácia para o mal específico da luta de classes.

No sentido aqui empregado, o conceito de populismo não se reduz a demagogia e manipulação, aspectos secundários no contexto. O populismo inaugurado por Getúlio Vargas se definiu pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização. O trabalhismo como promessa de proteção dos trabalhadores por um Estado paternalista no terreno litigioso entre patrões e empregados. O projeto de industrialização como interesse comum entre burgueses e operários. O populismo foi a forma da hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou – e obteve em elevado grau – o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa. A liderança carismática e sem mediações formalizadas, adequada a massas de baixo nível de consciência de classe, constituiu a expressão peculiar do populismo. Não sua essência, concentrada nas ideias de colaboração de classes e paz social.

Ora, estas ideias faziam parte da formação cultural positivista (comtiana) de Getúlio Vargas. Ele acreditava no jogo de soma múltipla entre patrões e empregados, nas vantagens da colaboração de classes para ambos os lados. Assumiu o populismo como estadista e antecipou-se aos empresários de míope visão corporativa, recalcitrantes às inovações da legislação trabalhista. É conhecido o seu desabafo: “*Estou querendo ajudar esses burgueses burros e eles não entendem*”.

Contudo, se o populismo viabilizou a industrialização nas condições brasileiras, a industrialização, por sua vez, minou as bases sobre as quais o populismo podia vicejar. A classe operária cresceu e fez o aprendizado das reivindicações econômicas e da luta política. A consciência de classe de crescentes contingentes de trabalhadores tornou-se cada vez menos compatível com a expressão populista. Tais contingentes de trabalhadores formularam objetivos incabíveis no leito do populismo e tendentes a transbordar acima das suas fronteiras.

Na outra face, a industrialização pela via do populismo adquiriu feição nacionalista. O populismo foi a variedade dominante do nacionalismo durante trinta anos. Porque o espectro ideológico do nacionalismo é mais abrangente, desdobrando-se em um *continuum* que vai das tendências autoritárias e da inclinação à conciliação com o imperialismo, características da ideologia burguesa, até o extremo oposto das posições

anti-imperialistas e do democratismo da ideologia pequeno-burguesa. Conforme as conjunturas, o populismo se deslocou por este *continuum*, à direita ou à esquerda. Por isso mesmo, sua trajetória foi acidentada, com altos e baixos espetaculares.

O populismo criou a ilusão – somente ilusão – do bonapartismo, do Estado atuante como árbitro dos interesses entre classes e frações de classes, sem se vincular organicamente a nenhuma delas. O próprio Vargas se deixou fascinar por esta ilusão de arbitragem. Daí ter sido levado ao passo em falso do *queremismo*, quando se revelou brutalmente o limite real do populismo. Ao jogar com o apoio operário – o famoso “*Queremos Getúlio!*” –, já nas circunstâncias da desagregação do Estado Novo, Vargas sofreu a primeira deposição, a 29 de outubro de 1945. Era também a primeira queda do populismo, seguida pelo governo repressivo do general Dutra.

De retorno ao poder em 1950, Vargas retomou a linha da industrialização e se defrontou com uma situação ainda imatura para projetos pioneiros. A dissolução da Comissão Mista Brasil–Estados Unidos, em 1953, pôs à luz a oposição do imperialismo norte-americano ao desenvolvimento da industrialização brasileira. Ao mesmo tempo, Vargas se via diante de um movimento operário indócil, mais organizado, mais exigente.

Acosado pela UDN, porta-voz dos setores vinculados à economia agrário-exportadora e ao imperialismo norte-americano, Vargas procurou o apoio dos trabalhadores com vistas ao prosseguimento da política de industrialização. Nomeou João Goulart para o Ministério do Trabalho, porém se viu obrigado a engolir sua retirada sob pressão de militares e empresários. Fracassada, em abril de 1954, a tentativa udenista de *impeachment*, Vargas respondeu com a contraofensiva de 1º de maio, quando decretou o aumento de 100% do salário-mínimo e fez audacioso discurso dirigido aos operários. Recrudesceram de imediato os protestos dos empresários (descontentes com a política salarial), dos fazendeiros e exportadores de café (cujos interesses estavam afetados pela conjuntura difícil nas relações com os Estados Unidos), das companhias estrangeiras de eletricidade (irritadas pelo projeto governamental de criação da ELETRO-BRÁS). Rachava-se a base social do governo. A 5 de agosto, o assassinato de um major da Aeronáutica, em consequência do atentado a Carlos Lacerda, deflagrou a crise política que culminou, no dia 24 do mesmo mês, com a deposição e o suicídio do presidente da República no Palácio do Catete. Consumava-se a segunda queda da liderança populista.

Embora o pretendesse, o governo Café Filho não conseguiu enterrar o populismo. A industrialização não podia ser detida e, por enquanto, devia prosseguir lastreada na articulação de classes fomentada pela hegemonia ideológica do populismo.

Expoente da tendência modernizadora no PSD, Juscelino não era populista, mas o aval populista ao seu governo lhe veio por intermédio do vice-presidente João Goulart. Em 1955, amadureciam aquelas condições que faltaram a Getúlio. O Plano de Metas do governo Kubitschek agora já podia receber a participação do capital estrangeiro. Já recuperados da Segunda Guerra Mundial, os países desenvolvidos da Europa ocidental e o Japão implantaram investimentos industriais no mercado brasileiro, o que obrigou o capital norte-americano a mudar de posição e aderir ao maior *boom* industrializante do Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, apoiadas nas emissões inflacionárias de papel-moeda, expandiram-se as inversões do Estado. A construção de Brasília foi a síntese desse momento de euforia coletiva raras vezes vivida em nossa terra.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) imprimiu o otimismo burguês na copiosa produção intelectual que entronizou as categorias de *nação* e de *desenvolvimento nacional*, delas abstraindo as conotações de classe e da luta de classes. A ideologia do nacionalismo burguês floresceu de maneira impressionante, porém breve.

Por trás do *desenvolvimentismo* supostamente benéfico a gregos e troianos, cresciam os elementos de profunda crise econômica, que daria a tônica da fase imediata.

Pela primeira vez, a questão da reforma agrária saía dos debates parlamentares e ganhava formas agudas de manifestação entre seus interessados diretos – os camponeses. Ao invadir a área rural, o desenvolvimento capitalista passou a eliminar, espontaneamente, aspectos pré-capitalistas ou pertencentes a uma fase primitiva do capitalismo e a criar relações de produção burguesas na forma pura de relações entre o capital e o trabalho assalariado. A opressão tradicional das relações primitivas sobre os camponeses recebia o acréscimo da nova fase de desenvolvimento capitalista, trazendo exigências maiores de trabalho, aumento da instabilidade, despejos sumários e marginalização. Por isso mesmo, em vários pontos do território nacional, avolumaram-se os choques entre latifundiários e posseiros, parceiros, colonos, moradores e foreiros. A partir de 1955, irradia-se de Pernambuco o movimento das Ligas Camponesas e se projeta a liderança de Francisco Julião.

Ao eleger, em 1960, Jânio Quadros e João Goulart (vice-presidente pela segunda vez), a maioria do eleitorado fez uma declaração de apoio ao populismo nas duas variantes do janismo e do getulismo. Jânio era populista com uma coloração de moralismo anticapitalista: o símbolo da vassoura, o *slogan* do tostão contra o milhão etc. O seu advento eclipsou o PTB na política de São Paulo. Mas o começo do novo governo coincidiu com o fim da festa da industrialização do período Kubitschek. Agora, sobravam problemas imperiosos: inflação ascendente, dívidas externas a pagar, balança comercial deficitária, dificuldade de importação de bens essenciais etc.

Jânio imaginou que podia governar o País como fez com o Estado de São Paulo, isto é, sem compromissos partidários. O seu distanciamento da UDN, que o ajudou a vencer o páreo eleitoral, foi detectado e Carlos Lacerda iniciou a escalada de acusações escandalosas. Mal completados sete meses de governo, a renúncia de Jânio a 25 de agosto de 1961 visou a obrigar o Congresso a castrar suas prerrogativas constitucionais e fortalecer as atribuições do Presidente da República. A manobra da renúncia fracassou e marcou a terceira queda da liderança populista. Pouco perceptível, deixou o indício da precariedade dos mecanismos de ajuste político oferecidos pela Constituição de 1946.

O veto dos ministros militares à posse de Jango, naquele momento ausente do País, levou a uma situação de empate. De início, somente os setores mais direitistas da UDN aprovaram o veto. Sua rejeição foi imediata por parte do movimento nacionalista e do movimento operário, dos trabalhistas e comunistas. O fator desequilibrante veio com a manifestação do governador Leonel Brizola, que se entrincheirou no Palácio Piratini e apelou à resistência popular. Diante da adesão do III Exército ao ato de Brizola, a emenda parlamentarista, aceita pelos ministros militares e por Jango, teve em vista uma saída conciliatória que evitasse a ameaça de resolução do empate por um choque armado e, no final de contas, pela guerra civil.

A classe dominante precisava de um Executivo forte e a emenda parlamentarista deu lugar a um Executivo enfraquecido. Tencionava-se podar as atribuições do novo presidente da República e frear seus presumíveis excessos populistas. Mas, implantado como apressado remendo constitucional, o parlamentarismo fez do Executivo um monstro de duas cabeças. Pouco demorou a constatação de que era incapaz de administrar a economia em descenso e, pior ainda, incentivava justamente aquelas propensões que se pretendeu abortar com o veto militar e, em seguida, com a meia mudança do regime político.

O PCB – Das ilusões da legalidade à retórica da luta armada

No momento em que Jango tomou posse na Presidência da República, que eram as esquerdas no Brasil?

No período de 1946 a 1964, o PCB representou a principal força da esquerda de inspiração marxista (a sigla correspondeu a *Partido Comunista do Brasil* até 1961 e, daí em diante, a *Partido Comunista Brasileiro*). Dispunha de quadros experientes e completamente dedicados ao trabalho partidário, sua radicação no movimento operário era sólida e muito mais importante do que a das outras correntes, contava com ramificações no meio camponês, tinha forte influência no movimento estudantil e nas campanhas anti-imperialistas. Servia de referencial a todas as organizações de esquerda.

Em 1961, o PCB já aplicava há cerca de quatro anos uma linha política à qual chegara após tortuosas voltas e reviravoltas. A fim de captar as motivações do seu surgimento, vejamos os antecedentes desta linha política.

Conquistada uma situação de legalidade em 1945, excepcional em sua trajetória histórica, o PCB se iludiu pela aparente concórdia internacional reinante no breve lapso entre a derrota do eixo nazifascista e a deflagração da Guerra Fria. Continuou a se orientar pelo enfoque da união nacional contra o fascismo, sem perceber as alterações na disposição das forças de classe dentro do País. No cargo de secretário-geral, Luiz Carlos Prestes gozava do auge do prestígio biográfico. Cem mil pessoas reuniam-se para ouvi-lo no Largo da Carioca ou no Vale do Anhangabaú (note-se

que as populações do Rio e de São Paulo apenas se aproximavam dos dois milhões àquela altura). Prestes e os principais dirigentes saídos da Conferência da Mantiqueira (Diógenes de Arruda, Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois) se entregaram à pregação de um trivial pacifismo. Acreditavam nos bons propósitos da burguesia nacional, então chamada de “progressista”, e recomendavam aos trabalhadores o entendimento com os patrões em benefício do desenvolvimento da economia brasileira.

A burguesia “progressista” não se impressionou tanto por semelhante boa vontade quanto pelos êxitos eleitorais dos comunistas nas maiores cidades do País. Achou conveniente privar o PCB do oxigênio da legalidade. Recebeu inspiração dos acontecimentos internacionais, uma vez que as primeiras escaramuças da Guerra Fria tinham afastado os ministros comunistas dos governos da França e da Itália.

Ao abrir-se o processo judicial de cassação do seu registro de partido legal, a direção do PCB não o levou a sério. Prestes, em particular. Um mês antes do julgamento, o secretário-geral fez uma conferência para militantes comunistas na Casa do Estudante e ali tranquilizou os presentes (entre os quais me encontrava): a cassação era inviável, o processo judicial partia de inexpressivo grupelho fascista, a burguesia “progressista” não tinha interesse em tamanho disparate etc. Diante de tão autorizada apreciação, a militância do PCB se acomodou nas tarefas rotineiras e deixou de promover uma campanha de protestos de massa contra a cassação. Ainda na manhã de 7 de maio de 1947, dia do julgamento, Prestes estava seguro de que a sentença confirmaria o registro. A tarde, por três votos a dois, o PCB tinha o registro cassado e de novo era um partido ilegal. Uma vez que a ordem judicial de fechamento das sedes partidárias se cumpriria no dia seguinte, houve um corre-corre para retirar fichários e queimar papéis. Em janeiro de 1948, seguia-se a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas.

Tão crasso erro de previsão não provocou reações críticas nas fileiras do PCB, tal a dimensão do prestígio do secretário-geral. No futuro, a repetição dos prognósticos calamitosos se revelou uma especialidade de Prestes.

A direção nacional do PCB reagiu ao arbítrio do governo Dutra com um extremismo ressentido. Mudou do pacifismo à pregação da violência revolucionária imediata. O desequilíbrio passional imprimiu um catastrofismo apocalíptico no documento publicado a 1º de agosto de 1950 e assinado por Prestes, em nome do Comitê Central.

Ao Manifesto de Agosto, como ficou conhecido, se seguiu o Programa aprovado pelo Quarto Congresso, clandestinamente reunido em novembro de 1954, na capital

paulista. Mais detalhado e melhor redigido, o Programa trouxe somente uma modificação teórica significativa. Refletindo a reação extremista à cassação do registro eleitoral, o Manifesto de Agosto ameaçava também os grandes capitalistas brasileiros em sua generalidade e os colocava no mesmo plano dos monopólios imperialistas. Com vistas à coerência diante da etapa da revolução – que não devia ser socialista, mas anti-imperialista e antifeudal –, o Programa recolocou a burguesia nacional na frente revolucionária e lhe ofereceu o privilégio da colaboração na industrialização intensiva a ser promovida pelo futuro regime revolucionário. Sofreriam expropriação somente os grandes capitalistas brasileiros serviços do imperialismo norte-americano.

A proposta de luta armada caiu quase por inteiro no vazio. No começo dos anos 1950, não havia disposição, nem meios para repetir as quarteladas de 1935. Assim, as únicas tentativas reais de luta armada se relacionaram com os posseiros de Porecatu, no Norte do Paraná, e de Trombas de Formoso, em Goiás. Em ambos os casos, os conflitos tinham caráter local, nem sequer regional. Não foi possível sustentá-los indefinidamente e acabaram solucionados no próprio âmbito local. Em Porecatu, com a derrota dos posseiros combatentes. Em Trombas de Formoso, com a vitória e a posse da terra.

Enquanto isso, a oposição inflexível ao segundo governo Vargas levou o PCB a uma situação desgastante e embaraçosa. O PCB intensificou seus ataques a Vargas mesmo quando este, a partir do segundo semestre de 1953, entrou numa fase de colisão com o imperialismo norte-americano e procurou reaproximar-se do movimento operário, o que fazia, conforme seria de esperar, com um discurso populista. No Projeto de Programa, publicado a 1^o de janeiro de 1954 para discussão pelas bases partidárias, a direção do PCB caracterizava o governo Vargas como “*governo de traição nacional*” e conclamava à sua derrubada.

Ao abrir-se a crise política de agosto de 1954, os comunistas se confundiram com os udenistas na mesma ofensiva pela deposição do presidente da República. A direção nacional do PCB custou a sair da perplexidade ao constatar que se encontrava ao lado dos setores vinculados ao imperialismo norte-americano. Somente às vésperas do desenlace é que Prestes, numa entrevista, tomou posição contra o golpismo em ofensiva. Mas a entrevista ainda agredia Vargas com acusações tão pesadas que dificilmente alguém seria por ela convencido a defender o governo constitucional. A mudança tardia de posição não produziu efeitos nas bases partidárias, muito menos nas massas. Por decisão espontânea, os militantes comunistas se uniram aos trabalhadores nos protestos contra a vitória do golpismo reacionário e pró-imperialista. O que não impediu que, em Belo Horizonte e Porto Alegre, a massa trabalhista enfurecida

atacasse as sedes de publicações comunistas, vingando-se dos anos a fio de ataques indiscriminados ao governo de Getúlio.

Apesar do impacto, o episódio não serviu para uma reflexão a respeito do desacerto da linha política. No Quarto Congresso, nenhuma autocrítica foi feita pela direção e a linha ganhou confirmação integral. A modificação introduzida na redação definitiva do Programa se resumiu à substituição da proposta de derrubada do governo de Vargas – então já sepultado – pela “*derrubada do atual governo*”. O “atual governo” podia ser o de Café Filho como o de seus sucessores. O desacerto reapareceu sob forma diferente quando a direção do PCB reconheceu o efeito negativo da abstenção nas eleições de 1950 e resolveu apoiar, em 1955, a candidatura presidencial de Juscelino. O que veio a ser significativo para a vitória do líder pessedista por pequena margem de votos. O “atual governo” passou a ser o de Juscelino e se devia derrubá-lo, se fosse seguido à risca o Programa do Quarto Congresso. O fiasco da linha política como guia da atuação prática dos comunistas já se tornava clamoroso.

Embora sob a pressão do tremendo desajuste da orientação geral, o PCB possuía vitalidade para efetivar uma experiência diferente na atuação junto às massas. A nova linha política gerou-se no próprio esforço de aplicação da linha anterior e nos resultados positivos colhidos à revelia dela.

Foi significativo, por exemplo, que os comunistas se empenhassem na campanha do “*petróleo é nosso*”. Fizeram-no de 1948 em diante, depois de adotarem a tese do monopólio estatal, defendida pelo general Horta Barbosa, deixando de lado a posição da bancada comunista na Câmara dos Deputados, ou seja, a posição dos três projetos assinados por Carlos Marighella, que abriam espaço ao capital privado nacional na exploração petrolífera. No entanto, como entender a PETROBRÁS sob o enfoque da revolução brasileira? Pergunta sem resposta, escondia o fato de que a prática dos comunistas se dissociava da orientação programática.

Outra dissociação se deu na atividade sindical. Diante da razia do governo Dutra, que varreu o movimento sindical em 1947, a direção do PCB instruiu os militantes a abandonarem os sindicatos oficiais e a organizarem centros operários fora da estrutura submetida ao enquadramento do Ministério do Trabalho. A experiência dos centros operários – algumas dezenas em São Paulo – foi estéril. Em princípios de 1952, uma Resolução da Comissão Executiva, aprovada em julho pelo Comitê Central, determinou a dissolução dos centros operários e a volta dos comunistas aos sindicatos oficiais. Vinculando o trabalho nos sindicatos à atividade nas fábricas, os comunistas restabeleceram suas ligações com a massa operária e puderam assumir

funções de liderança no ascendente movimento grevista e nas manifestações populares contra a carestia.

De 1951 a 1953, fiz parte do secretariado do Comitê Estadual do PCB em São Paulo, a cuja frente se encontrava o primeiro-secretário Carlos Marighella. Além de responsável pelo setor de propaganda e pela atuação nos meios intelectuais, eu *descia*, como se dizia no jargão partidário, às bases operárias da capital, de Santo André e outras cidades da região do ABC, de Sorocaba e Santos.

Dessa maneira, acompanhei o trabalho de recuperação do partido e de ampliação de sua influência. Trabalho que colocou os comunistas na liderança de todo o processo da chamada Greve dos 300 Mil, de março-abril de 1953, greve que marcou o início do ascenso do movimento operário-sindical culminante em 1964. O jornal comunista *Notícias de Hoje*, com uma vendagem diária de quatro a cinco mil exemplares, tornou-se praticamente o órgão oficial dos grevistas e chegou à vendagem diária de 25 mil exemplares. Infelizmente, jornal é também mercadoria no regime capitalista. Passada a greve, *Notícias de Hoje* retornou à situação anterior, uma vez que sua pobreza editorial e gráfica não lhe permitia competir com a grande imprensa empresarial.

A ampliação dos laços dos comunistas com a massa operária produziu mais um resultado desafiador da linha política. Na prática cotidiana, os comunistas firmavam contatos e alianças com os operários de tendência reformista, principalmente os gestulistas adeptos do PTB. A aliança dos comunistas com a ala esquerda dos trabalhistas frutificou numa vitória importante em 1961. Após quinze anos sob a presidência de Diocleciano de Holanda Cavalcanti, o mais célebre pelego da época, a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) foi conquistada pela chapa de oposição encabeçada por Clodsmidt Rianni. A aliança entre comunistas e trabalhistas de esquerda se demonstrou capaz de arrebatar à burocracia ministerialista a principal organização de cúpula da estrutura sindical oficial.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Prestes, Luiz Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Prefácio de Pedro Pomar. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1947; “Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação” (Manifesto de Agosto). *Problemas*, n. 29. Rio de Janeiro, ago. 1950; “Ampliar a organização e a unidade da classe operária” (Resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, sobre organização e unidade da classe operária, adotada na reunião de julho de 1952 do C. N. do PCB). *Problemas*, n. 42. Set.-out. 1952; “Projeto de Programa. O atual go-

verno é um instrumento dos imperialistas norte-americanos”. In: Carone, Edgard. *O PCB. 1943 a 1964*. São Paulo, Difel, 1982. v. 2, p. 114-20; “Prestes desmascara golpistas”. Entrevista à *Imprensa Popular*, reproduzida pelo *Diário de S. Paulo*, 24 ago. 1954; “Programa do Partido Comunista do Brasil”. *Problemas*, n. 64. Dez. 1954; Vinhas, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo, Hucitec, 1982. p. 132-9; Moisés, José Álvaro. *Greve de massa e crise política. (Estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo – 1953-1954)*. São Paulo, Polis, 1978. Trabalho informativo, apesar de prejudicado pelo viés antipecetista e pela ausência de consulta a uma fonte indispensável – o diário *Notícias de Hoje*.

O PCB – Luta interna e mudança da linha política

A contradição entre o Programa do Quarto Congresso e a prática dos militantes vinha à tona, porém era reprimida pelos métodos da vida orgânica. O desajuste da linha política e o antidemocratismo stalinista dos métodos de direção explicam a intensidade da explosão da discussão interna em outubro de 1956, aberta à revelia da direção nacional pela redação de *Voz Operária*, órgão central do PCB.

Funcionou como detonador da discussão o informe confidencial de Khruchov ao XX Congresso do Partido Comunista da URSS, que denunciou os crimes de Stalin (uma parte deles) e cuja versão divulgada pelo *New York Times* e por *O Estado de S. Paulo*, recebida a princípio como falsificação, teve sua autenticidade confirmada. O informe provocou perturbações em todo o movimento comunista mundial e o PCB figurou entre os partidos mais abalados. Uma corrente de contestação se reuniu em torno de Agildo Barata. Capitão do Exército e um dos chefes da insurreição de outubro de 1930 na Paraíba, comandante do levante do Terceiro Regimento de Infantaria na Praia Vermelha, em novembro de 1935, Agildo viveu dez anos nas prisões. O que lhe valeu uma das representações literárias mais simpáticas nas *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos. Mas Agildo foi um pequeno-burguês radical que nunca chegou a ser marxista. A cisão de 1957 o reconduziu ao estuário do nacionalismo. Sua verdadeira ideologia, mal encoberta pelo verniz comunista.

Em abril de 1957, regressei ao Brasil, após quase dois anos na União Soviética. Alcancei ainda a última sessão da reunião do Comitê Central de que participou Agildo

(em seguida, expulso do Partido) e aproveitei o finzinho da discussão pela imprensa partidária, colaborando com três artigos. Em junho, assumi a direção da *Imprensa Popular*, diário comunista do Rio de Janeiro, cuja situação precária se agravou após a saída dos seus jornalistas mais qualificados. A redação ficava num edifício na rua Álvaro Alvim. Do outro lado da Cinelândia, num edifício em frente ao Clube Militar, localizava-se a redação da *Voz Operária*, semanário então dirigido por Mário Alves. Uns cinco meses depois, trocamos de postos, permanecendo durante quase um ano responsável pela *Voz Operária*. A proximidade das redações facilitou os frequentes contatos e o ajustamento da orientação das duas publicações.

Éramos, Mário e eu, baianos, contemporâneos de ginásio e pertencentes à geração de comunistas que emergiu das lutas contra o fascismo. Muito magro, pálido, Mário escondia enorme energia sob a aparência de fragilidade física. Desenvolveu sua habilidade política no movimento estudantil, mas gostava de tiradas sarcásticas que lhe custavam antipatias evitáveis. O mais brilhante intelectual da direção do PCB, sua cultura não se limitava ao domínio do marxismo e se estendia à produção acadêmica e à literatura. Escrevia com elegância e impressionava pela clareza quase perfeita de exposição oral. Apesar da graduação em ciências sociais, era um intelectual antiacadêmico e colocava todo o pensamento a serviço da ação prática. No que nos distinguíamos, porque eu tenho a propensão a procurar na atividade intelectual sua justificativa intrínseca e a desenvolvê-la pelos próprios méritos.

Em longas conversas, chegamos à conclusão sobre a necessidade de mudanças substanciais na direção do PCB como pré-condição para uma virada na orientação política. A cisão declarada por Agildo não havia encerrado a luta interna. Condenei esta cisão pela imprensa porque dissolvia o marxismo na ideologia nacionalista e dispensava a existência de um partido independente da classe operária. Todavia, a cisão liberal-nacionalista de Agildo provocou a reanimação dos expoentes do stalinismo dentro do PCB. Se dependesse deles, bastava vestir a camisa-de-força do imobilismo político. Da nossa parte, Mário e eu estávamos convencidos de que já era inadmissível prosseguir com o Programa do Quarto Congresso. Ao invés de remendos e adaptações episódicos, fazia-se urgente a elaboração de uma linha política nova nos aspectos essenciais.

A questão estava em que era impensável tal mudança com Arruda, Amazonas e Grabois na Comissão Executiva. Especialmente delicado parecia o problema do secretário-geral, tão stalinista quanto seus companheiros de alta direção. Ou mais, se fosse imaginável.

Durante dez anos, de 1948 a 1957, Prestes ficou clandestino não só para os órgãos da repressão policial como também para seu próprio partido. Reunia-se exclusivamente com o secretariado nacional (quatro membros, inclusive o próprio Prestes) e, em prazos mais espaçados, com a Comissão Executiva (nove membros, inclusive os do secretariado). Naquele período, não compareceu a nenhuma das cerca de trinta reuniões do Comitê Central (trinta membros efetivos e vinte suplentes). A explicação oficial para tão severo isolamento era a de que não se devia correr o risco de nova prisão do secretário-geral. Uma síndrome de catastrofismo, passivamente aceita pelo Comitê Central.

No relato autobiográfico, que ditou para dois jornalistas, Prestes descreveu o isolamento daquele decênio como penosíssimo cárcere privado imposto pelos colegas do secretariado. Prestes só faz autocríticas (se é que assim devam ser consideradas) em questões de caráter geral, a respeito das quais costuma falar na primeira pessoa do plural. Seriam sempre erros coletivos. Jamais aceitou a mínima crítica do tipo pessoal e intransferível. Nesses casos, descarrega a responsabilidade sobre o demônio de plantão: Miranda, Arruda ou algum outro. Sua versão acerca dos dez anos de escondimento do próprio partido é invencionice. Como secretário-geral, dispunha de variados meios para se comunicar pessoalmente com o Comitê Central. Isolou-se porque quis, dominado pela crença no seu papel messiânico nas lutas revolucionárias iminentes.

Chego aqui à questão do mito ou da liderança carismática ou do culto à personalidade, conforme preferem os soviéticos. A história do movimento comunista internacional está repleta da construção de mitos. Por enquanto, a racionalidade marxista tem sido impotente para refrear essa tendência ideológica milenar, cuja força espontânea impregna a consciência das massas trabalhadoras. O pior tem sido o estímulo sistemático de partidos comunistas e Estados socialistas à funcionalidade dos mitos. Porque, se facilita a condução das massas, o mito as deseduca do ponto de vista da formação da ideologia socialista e dificulta a correção dos erros das direções. A educação ideológica socialista é inseparável da vida democrática nas organizações revolucionárias. Se a democracia não suprime os mitos, ao menos oferece condições para sua crítica.

É da mais elementar justiça reconhecer que Prestes não tem nenhuma responsabilidade pessoal pelo processo social de sua mitificação. Já era o “*cavaleiro da esperança*” quando veio ao PCB. A mitificação tampouco operou no vazio. Na Coluna que tomou seu nome, Prestes se destacou dentre uma dezena de combatentes que tiveram atuações marcantes na história contemporânea do Brasil. Demonstrou muitas vezes coragem, disposição para o sacrifício em nome de ideias, desprendimento pelas

seduções do poder burguês e do conforto material. Se tudo isto não o singulariza entre revolucionários, deve ser assinalado dentre os traços impressionantes de sua personalidade. Muito mal foi que o próprio Prestes passou a se ver como estátua. E as estátuas são irretocáveis.

Pertence a uma geração de comunistas brasileiros que teve a má sorte de viver sua juventude sob o império dos mitos de Stalin e de Prestes. Pagamos esmagador tributo a essa alienação coatora da energia criativa. Se a destruição do mito de Stalin se deu a partir do XX Congresso do PCUS, o mito de Prestes já vinha se dissolvendo desde algum tempo antes. O chefe de um feito militar não se credencia só por isto como dirigente político revolucionário. Era difícil não perceber que o secretário-geral dispunha de base cultural pobre, formada na *belle époque* e quase nada desenvolvida além dela (terminada em 1914 na Europa, a *belle époque* se prolonga até 1930 no Brasil). Digerido às pressas durante poucos anos, o marxismo ficou mal arrumado em cima dessa base gelatinosa. Mais decepcionante é que faltam a Prestes a curiosidade de intelectual espontânea das pessoas cultas e a modéstia para aprender com especialistas de matérias que ele não domina. Se nem de longe é um pensador, ao menos tivesse vocação para a arte da política. A ação política nunca perde sua natureza de arte, por mais que se fundamente em conhecimentos teorizados. Arte significa, no caso, a relação criativa com os homens, os movimentos sociais e as instituições. Que não se aprende nos livros, pois deve ser vivenciada e intuitiva. O que distingue o revolucionário comunista não é a ausência de intuição, mas a potenciação desta pela ciência social marxista. Prestes é uma negação na arte da política, tanto quanto foi incapaz de empreender sequer um estudo marxista relevante sobre a sociedade brasileira. Sua longevidade permitiu que tão insanáveis carências ficassem comprovadas para todo mundo. Quanto a mim e a Mário Alves, a comprovação já era superlativa em 1957.

Apesar disso, consideramos que o problema do “culto à personalidade” do secretário-geral se colocava em segundo plano, desde o momento em que ele emitiu sinais de aceitação da mudança na linha política. Aquele problema se resolveria através da prática da democracia na vida interna do partido. De imediato, o fundamental era a nova linha política.

Prestes começou a mudar depois que trocou seu homem de confiança, por isso mesmo considerado o segundo homem do partido. Durante os anos de esconhecimento voluntário, foi Arruda o homem de confiança. De regresso da União Soviética em meados de 1956, Arruda não só confirmou a autenticidade do informe confidencial de Khruchov como se apresentou na condição de arauto da luta

contra o stalinismo. Manobra de pernas curtas, porque, já na primeira reunião do Comitê Central após sua volta, tão repentino antistalinismo ficou desmascarado. Ninguém o aceitaria, tratando-se do dirigente que, pela insolência e grosseria, mais se identificou com os chamados “métodos mandonistas”. Colocado em situação angustiosa, conforme confessou na citada entrevista autobiográfica, Prestes foi salvo por Giocondo Dias (o que omitiu).

Durante os dez anos de escondimento, Dias tinha sido o responsável pelos assuntos práticos da secretaria-geral, inclusive pela segurança do seu titular. Evidenciada a comoção interna do partido, Dias desceu às bases e procurou militantes que conhecia. Inteirou-se do quadro real, do confronto de opiniões e de muitas ideias novas. Transmitiu ao secretário-geral informações que o chocaram e abalaram convicções arraigadas.

Já com um novo homem de confiança, Prestes se convenceu da necessidade de introduzir modificações na Comissão Executiva que abrissem caminho às inovações na linha política. Dias recorreu a nós, ao Mário e a mim, para redigir o documento justificador das alterações na direção. Numa noite de julho de 1957, levou-nos a uma casa do subúrbio carioca, em que Prestes ainda se encontrava clandestino. Não o via desde o final de 1947. Pouco tinha mudado a aparência física, mas era visível o constrangimento. No dia seguinte, Mário e eu ficamos entregues à redação do documento, a respeito do qual ouvimos observações menores.

Em agosto, Prestes compareceu à reunião plenária do Comitê Central, a primeira em dez anos. No final, foram aprovadas as modificações. Arruda, Amazonas e Grubois saíram da Executiva e a ela subiam Giocondo Dias e Mário Alves. Outra resolução aprovada designou uma comissão incumbida da elaboração de propostas acerca das questões políticas em litígio.

Transcorreram alguns meses e parecia que as mudanças empacaram. Em dezembro, publiquei um artigo pela *Voz Operária* e nele fundamentei a necessidade inadiável de nova linha política. A corda se esticava até o ponto do rompimento. A esta altura, Dias me convidou para uma reunião, à qual também vieram Mário Alves, Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães. Já se podia prever que a comissão eleita no pleno (reunião plenária) de agosto não produziria um trabalho satisfatório. Longe disso. O novo pleno do Comitê Central ia resultar em tempo perdido. A saída do impasse seria possível se Prestes apresentasse um documento alternativo, que receberia a preferência da discussão. Com aprovação do secretário-geral, os companheiros ali presentes eram convidados a elaborar e redigir o documento alternativo. Tratava-se de formar uma comissão ultra-secreta, desconhecida para o Comitê Central e mesmo para a Comissão Executiva. Todos os presentes, aceitamos a proposta. Em numerosas

reuniões, sob as altas temperaturas do verão carioca, de dezembro de 1957 a fevereiro de 1958, debatemos os diversos temas e chegamos à redação final do que tomou a denominação de *Declaração Política de Março de 1958*. Porque aprovada neste mês no pleno do Comitê Central, com ligeiras modificações e com o voto contrário de Amazonas e Grabois.

Antecipando-se ao Quinto Congresso, só realizado três anos mais tarde, a Declaração de Março apresentou uma nova linha política, pela qual o Comitê Central assumiu a responsabilidade, apoiado no consenso da maioria da militância.

A nova linha política partiu da mesma premissa do Programa do Quarto Congresso: a concepção da revolução brasileira em duas etapas. Até hoje inalterável para o PCB e o PC do B, é uma concepção que vem do Sexto Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928, conforme Caio Prado Júnior foi o primeiro a apontar no livro *A revolução brasileira*. Assim, a primeira etapa em curso seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo anti-imperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa – a da revolução socialista. A identidade de premissas entre as duas linhas conduzia à identidade do ponto de vista estratégico. Propunha-se a mesma composição de forças sociais para a realização das tarefas revolucionárias da primeira etapa: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. Como antes, falava-se no requisito da hegemonia do proletariado. Veremos que esse requisito é ilusório, quando se trata de hegemonizar a burguesia nacional de um país como o Brasil.

A premissa era a mesma, não porém todas as inferências. A Declaração de Março reconheceu o desenvolvimento capitalista já em efetivação, o que até então o PCB se obstinava em negar. Só que o desenvolvimento capitalista ainda não se completara, nem amadurecera para a revolução socialista. A tarefa dos comunistas devia ser a de lutar pelas *reformas de estrutura* a fim de que o desenvolvimento capitalista viesse a tomar um curso que o aproximaria da revolução nacional e democrática.

A tática derivava de uma perspectiva política delineada em algumas orientações episódicas anteriores. O governo Kubitschek, afinal também eleito pelos comunistas, não era um governo de “traição nacional”, mas um governo de composição heterogênea, em que se defrontavam a ala nacionalista e a ala entreguista. A tática consistia em apoiar e fortalecer a primeira e dirigir o fogo dos ataques contra a segunda, tendo por objetivo chegar a um governo nacionalista e democrático capaz de levar adiante as reformas de estrutura. Na propaganda diária, apontávamos o ministro da Guerra, general Teixeira Lott, como representante mais autorizado da ala nacionalista. Lucas Lopes, o ministro da Fazenda, seria o expoente do entreguismo. O próprio presidente

da República fazia uma política de conciliação e dançava entre as duas alas. Mediante apoios e críticas, pensávamos firmá-lo no bom caminho.

O bom caminho devia ser o caminho pacífico da revolução. O caminho pacífico se viabilizava pela nova situação internacional favorável ao socialismo e pela correlação de forças existente no País. Sua concretização se daria na luta em favor da ampliação das liberdades democráticas e das reformas de estrutura. Para efeito ritual, fazíamos a ressalva de que, independente de nossa boa vontade, a reação poderia obrigar-nos a um caminho diferente – o da luta armada.

A Declaração introduziu, portanto, outro elemento que também se demonstrou ilusório: a opção pelo caminho pacífico num país em que a burguesia já era a classe dominante e tinha vinculação estreita com o imperialismo. O caminho pacífico da revolução tornava-se impensável sem o consenso da burguesia brasileira. Estava fora da objetividade política ganhar semelhante consenso de uma burguesia que não precisava de nenhuma revolução.

Mas, a par de vícios essenciais, a Declaração de Março conteve um elemento que se revelou acertado e notavelmente fecundo: a indicação da luta pelas reformas de estrutura. Difundidas mais comumente com a denominação de *reformas de base*, foi a luta por elas que permitiu mobilizar e aglutinar grande conjunto de forças sociais e esboçar, de 1963 a 1964, uma situação pré-revolucionária no Brasil. Os militantes comunistas puderam aplicar uma orientação tática ajustada à realidade concreta e coerente com a linha política.

Na comissão da Declaração de Março éramos todos baianos, exceto Alberto Passos. Mas Alberto é alagoano e residiu em Salvador durante sete a oito anos. Quase baiano, portanto. Embora a breve existência da comissão nunca se tornasse pública, difundiram-se rumores sobre articulações entre seus membros. Acresce a aproximação que tínhamos com Marighella, baiano também empenhado na mudança da linha política. Daí nasceu a pequena história acerca do “grupo baiano”. Apesar de inicialmente jocosa, a história foi levada a sério pelos órgãos policiais e acabou encampada por sisudos historiadores acadêmicos.

O “grupo baiano” só existiu como ficção ou anedota. A presença de tantos baianos na comissão da Declaração de Março resultou do relacionamento pessoal com o seu coordenador, Giocondo Dias. Devo esclarecer que o terreno de ideias comuns, que nos permitiu aquela colaboração, não excluía diferenças em seguida acentuadas. Armênio e Alberto extremavam o gradualismo do processo de aproximação ao poder revolucionário e viam no socialismo a evolução da democracia burguesa. Mário Alves e eu nos inclinamos por uma avaliação cética do potencial revolucionário da

burguesia nacional. Giocondo Dias, pelo contrário, reforçou o apego à aliança com a burguesia nacional e praticamente subordinou a tática do partido a essa aliança.

As *Teses* para o Quinto Congresso – realizado em agosto de 1960 em pleno centro do Rio e noticiado pela televisão – desenvolveram e deram precisão às ideias essenciais da Declaração de Março. Nas organizações partidárias, na imprensa e no plenário, travou-se um debate democrático, que fez do Quinto Congresso o oposto do Quarto Congresso. Ao contrário do que alegou Amazonas, a derrota da corrente stalinista resultou de sua condenação pela opinião livre e amplamente majoritária dos militantes. Além da aprovação das Teses, o Quinto Congresso elegeu um novo Comitê Central, que passei a integrar como membro efetivo (era suplente desde o Quarto Congresso). Arruda, Amazonas e Grabois foram excluídos do órgão dirigente.

O Quinto Congresso decorreu já com a Revolução Cubana vitoriosa e pouco antes de se tornar público o contencioso entre os Partidos Comunistas da União Soviética e da China. A linha política teve de sofrer os testes da campanha eleitoral de 1960 – na qual foi derrotado o general Teixeira Lott, candidato presidencial apoiado pelos comunistas – e do breve governo de Jânio. A crise política da renúncia do Presidente e sua substituição por João Goulart abriram inesperadas perspectivas à aplicação da linha partidária. Finalmente, ocupava a Presidência da República um político ao qual o PCB tinha acesso direto e que podia considerar aliado.

Em função destas circunstâncias nacionais e internacionais, definiram-se no Comitê Central interpretações distintas da linha política. Já recuperado do trauma de 1956-1957, Prestes se identificou com a nova linha política e concentrou na sua aplicação a grande capacidade de trabalho de que dispõe. A aliança com a burguesia nacional tornou-se para ele, tanto quanto para Dias, a pedra de toque da orientação tática. Em oposição à maioria do Comitê Central, que acompanhava Prestes e Dias, uns poucos dirigentes salientaram o caráter dúplice e conciliador da burguesia nacional e deram ênfase à prioridade da aliança com as forças populares. A atuação do PCB, no período do governo Goulart, receberá a marca de ambas as tendências, porém a posição majoritária de Prestes e Dias terá o peso de diretriz dominante.

A atuação do PCB no período do governo Goulart também se defrontou com uma esquerda diversificada, com novas correntes que disputavam a preferência dos movimentos de massa e desafiavam o partido comunista no próprio campo do marxismo.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Barata, Agildo. *Vida de um revolucionário (Memórias)*. 2. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1978; Id. “Rompi com os comunistas: Minha luta é pelo Brasil”. Entrevista a *Última Hora*. Rio de Janeiro, 17 jun. 1956; Peralva, Osvaldo. *O retrato*. Porto Alegre, Globo, 1962; Moraes, Dênis de & Viana, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes, 1982. p. 118-9, 140-1, cap. 5; Rodrigues, Leôncio Martins. “O PCB: Os dirigentes e a organização”. In: Fausto, Boris, org. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1981. t. III, v. 10, p. 426- 30; Vinhas, Moisés. *O Partido*, op. cit., p. 181; “Declaração sobre a política do PCB” (Declaração de Março). In: Carone, Edgard. *O PCB*, op. cit., v. 2, p. 176-96; “Teses para discussão”. Suplemento Especial de *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 15 abr. 1960; Gorender, Jacob. “As direções de nossa luta ideológica”. *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 13 dez. 1957; Id. “Uma teoria direitista das etapas da revolução”. *Novos Rumos*, 22 jul. 1960; Guimarães, Alberto Passos. “A questão das etapas da revolução brasileira”. *Novos Rumos*, 8 jul. 1960; Guedes, Armênio. “Algumas idéias sobre a frente única no Brasil”. *Novos Tempos*, n. 1, Rio de Janeiro, set. 1957; Konder, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1980; Prado Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966. p. 95-110.

As outras esquerdas

Colocados na defensiva durante o debate de 1956-1957, Amazonas e Grabois não cederam com relação às posições stalinistas. Mantiveram estas posições depois de excluídos do Comitê Central, em 1960. Pedro Pomar amargou, desde 1948, longo período de descenso na hierarquia partidária. Por motivos não esclarecidos, passou da Comissão Executiva à suplência do Comitê Central e, em 1955, atribuíram-lhe a direção do Comitê Distrital do Tatuapé, em São Paulo. Pomar se portou com dignidade diante do rebaixamento e continuou a cumprir as tarefas com a mesma dedicação. No primeiro momento do debate aberto em torno do informe confidencial de Khruchov, foi severo crítico da Comissão Executiva. Assim, porém, que as linhas ideológicas da discussão ficaram definidas, prevaleceu nele a formação stalinista, o que o reaproximou de Amazonas e Grabois. Enredado em manobras que o desacreditaram, Arruda se separou dos antigos companheiros de comunhão stalinista.

A 11 de agosto de 1961, o semanário *Novos Rumos* – desde fevereiro de 1959 circulando em lugar da *Voz Operária* como órgão central do PCB – publicou o Programa e os Estatutos do Partido Comunista *Brasileiro*, ao lado de uma entrevista de Prestes que anunciava o encaminhamento de ambos os documentos ao Tribunal Superior Eleitoral para fins de registro legal do partido. Ao substituir “do Brasil” por “Brasileiro”, pretendia-se obviar uma das alegações da cassação judicial de 47, a de que o PCB não era um partido *brasileiro*, mas a Seção do Brasil da Internacional Comunista. A substituição se mostrou inútil, uma vez que o TSE não se impressionou

com a alteração nominal e negou o registro. Do seu lado, os stalinistas argumentaram que o Comitê Central incorrera em infração de princípios, que o Programa e os Estatutos encaminhados ao TSE se afastavam no marxismo e que, portanto, Prestes e seus companheiros haviam renegado o partido fundado em 1922 e criado um novo partido *revisionista* (qualificação pejorativa entre marxistas ortodoxos).

Articulado por Amazonas, Grabois e Pomar, um protesto subscrito por uma centena de militantes encampou a argumentação e declarou assumir a defesa do verdadeiro partido comunista. Em fevereiro de 1962, reuniu-se a chamada Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, logo conhecido pela sigla PC do B. Consumava-se a cisão e formalizava-se a coexistência de dois partidos comunistas em nosso País. O PC do B se proclamou (e o faz até hoje) o mesmo partido comunista fundado em 1922 e “reorganizado” em 1962. Eleva esta duvidosa versão historiográfica a questão de princípio, pois se trata de afastar toda dúvida acerca de qual é o partido do proletariado brasileiro. De acordo com o dogma stalinista, o proletariado não pode ter mais de um autêntico partido revolucionário.

Na Conferência Nacional Extraordinária, o PC do B aprovou um Manifesto-Programa que retomou as teses do Programa do Quarto Congresso do PCB. Como objetivo principal, colocou a conquista de um governo popular revolucionário – fórmula emprestada à Aliança Nacional Libertadora, de 1935 – e repeliu a luta pelas reformas de base. Tarefa imediata devia ser a instauração do novo regime – anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista. O que não se daria pelo inviável caminho pacífico, porém pela violência revolucionária.

No Manifesto-Programa ainda se afirmava que a União Soviética marcha para o comunismo. Contudo, o PC do B encontrou má acolhida do PCUS e optou pelo alinhamento com o Partido Comunista da China. Em julho de 1963, um artigo de Maurício Grabois chamou o PCCh de *destacamento de vanguarda e força dirigente da revolução mundial*. Mao Tse-tung recebeu de Grabois o reconhecimento de maior teórico vivo do movimento comunista internacional, colocado no nível hierárquico de Marx, Engels, Lenin e Stalin. O maoísmo ganhava difusão institucionalizada no Brasil e atuava como força aglutinadora contra o PCB. De imediato, no entanto, a cisão do PC do B teve pequena dimensão e não afetou o PCB, então em vigoroso ascenso político e orgânico.

O PC do B manteve a concepção das duas etapas da revolução, o que o identificava ao PCB, por mais que se detestassem. Ao mesmo tempo, no campo da esquerda brasileira, aumentaram os adeptos da revolução socialista como tarefa do presente e não do futuro. Ou seja, os adversários do chamado *etapismo*.

A este respeito, devem ser citados em primeiro lugar os tradicionais defensores da revolução permanente – os trotskistas. A revelação dos crimes de Stalin pelo próprio PCUS confirmou denúncias feitas muito antes por Trotski e reanimou o trotskismo em vários países. No Brasil, o Partido Socialista Revolucionário, ligado à Quarta Internacional (trotskista), se dissolveu em 1952. O seu lugar foi tomado, no ano seguinte, pelo Partido Operário Revolucionário (Trotskista) – POR (T) –, ao qual aderiu uma geração jovem de intelectuais e estudantes. Filiando-se à Quarta Internacional, o POR (T) se vinculou à facção orientada por J. Posadas (pseudônimo do argentino Homero Cristali), o qual desenvolveu um enfoque terceiro-mundista da revolução mundial. Das lutas emancipadoras dos povos atrasados, Posadas extraiu a perspectiva da passagem do nacionalismo pequeno-burguês ao Estado operário. A trajetória da revolução cubana foi a este respeito particularmente inspiradora. A Conferência Extraordinária de 1962 deu origem à cisão posadista e desta surgiu mais uma Quarta Internacional trotskista.

Em dezembro de 1963, o POR (T) realizou um congresso nacional, com cerca de quarenta delegados procedentes de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba. Posadas compareceu ao congresso e chamou a atenção para a força do nacionalismo brasileiro, do qual Brizola era expressão exponencial. A partir daí, um membro da direção nacional do partido trotskista, Sidney Fix Marques dos Santos (desde 1976 na lista dos “desaparecidos” na Argentina), passou a tomar parte nas reuniões da Frente de Mobilização Popular (FMP), enquanto os militantes trotskistas se aproximavam do brizolismo e tentavam penetrar nas camadas médias.

O POR (T) editou em São Paulo o periódico *Frente Operária* e se implantou no Nordeste. Paulo Roberto Pinto (nome de guerra Jeremias) e o uruguaio Pedro Makovsky foram os fundadores do trotskismo em Pernambuco. Operário gráfico paulista e membro da direção nacional, o jovem Jeremias atuou entre os assalariados da zona canavieira e organizou sindicatos rurais. A 8 de agosto de 1963, tombou assassinado numa emboscada em També.

Apesar de certos resultados positivos nos contatos com operários urbanos e rurais, o POR (T) se mostrou incapaz de superar a estreiteza obreirista do trotskismo e de se expressar com habilidade na política concreta. Derivou para uma extremação de posições, que o deixavam afastado do movimento de massas. Avançava propostas tão inconsistentes com as possibilidades reais como as de criação de milícias camponesas, fundação de uma Central Sindical Camponesa, julgamento dos patrões por tribunais populares e realização de um Congresso de Operários, Camponeses e Soldados, o que não passava de reprodução fotográfica da revolução soviética de 1917.

A influência das ideias de Trotski não se restringiu ao trotskismo ortodoxo e orgânico. O crescimento do PCB e a sofisticação das suas teses reformistas impressionaram negativamente intelectuais do Rio, São Paulo e Minas Gerais, que aceitaram as ideias de Trotski sem rigor dogmático e buscaram outras fontes de inspiração em Rosa Luxemburg, Bukharin e Thalheimer. Unificado pela crítica sistemática ao PCB, nasceu desse meio cultural a Organização Revolucionária Marxista, editora do periódico *Política Operária* (jornal e depois revista). Daí tornar-se conhecida pela sigla POLOP. Em torno dessa publicação, reuniram-se jovens intelectuais, dos meios universitários e jornalísticos, como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Moniz Bandeira, Juarez Guimarães de Brito, Ruy Mauro Marini, Eder Sader e Emir Sader. Por sua experiência e cultura, destacou-se entre eles Eric Sachs, comunista de origem germânica radicado no Brasil e conhecido pelo pseudônimo de Ernesto Martins. A ORM-POLOP realizou três congressos (em 1961, 1963 e 1964) antes do golpe militar e se difundiu no ambiente universitário com uma força muito maior do que o trotskismo ortodoxo. Mas ficou restrita ao meio intelectual e à produção teórica, sem conseguir penetração nos movimentos de massa. A POLOP se especializou na crítica ao reformismo e ao nacionalismo, porém se mostrou incapaz de elaborar uma alternativa tática viável. Impotência prática que resultava da recusa a participar no movimento pelas reformas de base e da proposição de uma frente de esquerda que não admitia senão representantes da classe operária, afinal de contas reiterando o obreirismo trotskista.

A luta democrática pela reforma agrária era condenada porque do seu triunfo teria origem inevitável um campesinato conservador e antissocialista. A luta pelo socialismo também se desvinculava da luta *nacional* anti-imperialista, cuja inspiração se atribuía à burguesia. Segundo os teóricos da POLOP, as diferenças nacionais entre os países integrados no sistema capitalista mundial se tornavam secundárias diante do amadurecimento geral do sistema para a transição direta ao socialismo. Quanto mais se expandia a influência do PCB entre as massas, mais este amálgama de ideias trotskistas e luxemburguesas parecia valorizar-se para os polopistas, apesar da insignificante repercussão na ação concreta. Ernesto Martins reconheceu o isolamento da POLOP e o justificou pela intoxicação reformista do movimento operário. Estranha justificativa: a culpa não era do doutrinário impotente, mas do PCB e das massas que aceitavam seu engodo.

Muito diversa se afigurava a situação de outra corrente que, no final dos anos 1950, se aproximou da ideia da revolução socialista. Refiro-me aos estudantes católicos da Ação Popular (AP), os quais percorreram a trajetória no sentido da luta pelo socialis-

mo a partir do movimento de massas e, desde o início, puderam ter uma ação efetiva sobre a política concreta.

O surgimento da AP decorreu, simultaneamente, das mudanças na Igreja Católica a partir do pontificado de João XXIII e do aprofundamento da luta de classes no Brasil. Para os seus membros politizados, a Juventude Universitária Católica (JUC) se mostrava já demasiado estreita, dada a vinculação oficial à Igreja. Nasceu, por isso, a ideia de criar outro veículo de ação política, que permitisse liberdade de atuação e não envolvesse a hierarquia católica hostil à politização esquerdizante. Em junho de 1962, num congresso em Belo Horizonte, fez-se o lançamento solene da AP. A denominação teve origem na *Revue d'Action Populaire*, publicada pelos jesuítas franceses e conhecida, no Brasil, através do padre Henrique de Lima Vaz, teólogo de tendência inovadora. Também um periódico católico de inclinação esquerdista tomou o título de *Ação Popular* e circulou em Belo Horizonte, nos anos 1961-1962.

Em 1963, no congresso seguinte em Salvador, a AP aprovou o documento-base em que explicitou sua definição pelo socialismo. Se foi bem clara a recusa da “terceira posição”, entre capitalismo e socialismo, a opção não se deu pelo socialismo de inspiração marxista. Os adeptos da AP se pronunciaram por uma *ideologia própria*, buscando apoios doutrinários nos pensadores católicos Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Maritain e Lebreton. Daí a formulação de um “socialismo humanista”. Não por coincidência na mesma época em que preocupações *humanistas* estavam em voga nos meios marxistas europeus e brasileiros. Preocupações das quais fui porta-voz em conferências e debates com católicos, sacerdotes e leigos.

Desde o princípio declaradamente não confessional, a AP teve também na sua formação uma vertente protestante. Paulo Stuart Wright, um dos líderes da organização, veio precisamente desta vertente. Nela influiu Richard Shaull, teólogo protestante norte-americano de tendência progressista, então residente no Brasil. Em 1969, o governo militar forçou-o a regressar aos Estados Unidos.

Uma terceira vertente formadora da AP reuniu pessoas sem confissão religiosa, inclusive as de formação marxista.

Embora os universitários constituíssem o setor mais numeroso e ativo, a AP contou com representantes de variadas categorias intelectuais: professores, profissionais liberais, artistas e jornalistas. Desde o início, houve a preocupação de ganhar força nos meios operários e camponeses. Líderes camponeses nordestinos como José Gomes Novais e Manuel da Conceição já militam na AP antes de 1964.

Mas foi no movimento universitário que a nova organização obteve suas primeiras posições de destaque. De 1950 a 1956, a UNE esteve dominada pela corrente es-

tudantil vinculada ao udenismo. Em agosto de 1954, estudantes cariocas e paulistas comemoraram a queda de Vargas e entraram em choque com manifestantes getulistas. A partir de 1957, o udenismo perdeu terreno no meio universitário em favor das correntes de esquerda. As diretorias eleitas refletiram a ampliação da influência do PCB. No começo dos anos 1960, a AP se afirma como corrente forte e as diretorias eleitas, de 1961 a 1963, sob a presidência dos militantes da AP Aldo Arantes, Vinicius Caldeira Brant e José Serra, vão sair da aliança entre o PCB e a AP.

Em divergência com o PCB por sua opção pelo socialismo como objetivo do presente, a AP se distinguiu também do POR (T) e da POLOP pela capacidade de atuação no movimento de massas em favor das reformas de base e por sua presença nas mais variadas entidades setoriais e de frente única do imediato pré-64.

A esquerdização do pensamento católico se manifestou ainda no semanário paulista *Brasil Urgente*, fundado em 1963 pelo frade dominicano Carlos Josaphat. Sua defesa das reformas de base e das lutas dos trabalhadores promoveu o trânsito de milhares de católicos a posições políticas de vanguarda.

Os dirigentes das Ligas Camponesas adotaram a perspectiva socialista imediata por influência alheia à sua experiência prática. Até 1961, a proposta enfatizada por Francisco Julião para a mobilização camponesa era decididamente legalista: recomendava os instrumentos legais para reivindicar e organizar e chegava a atribuir um papel privilegiado aos advogados (profissão do próprio Julião). Nos *Dez Mandamentos das Ligas Camponesas para Libertar os Camponeses da Opressão do Latifúndio*, documento dado a público a 15 de setembro de 1961, o deputado socialista pernambucano sistematizou reivindicações inspiradas na concepção democrática da reforma agrária e ajustadas ao nível de consciência atingido pelas massas camponesas. Naquele momento, já existiam federações das Ligas em dez Estados e se fundou o Conselho Nacional das Ligas Camponesas com representação de treze Estados.

Sucedendo que, naquele ano, Julião visitou Cuba e de lá regressou com a cabeça feita pelas ideias que a liderança da Ilha estava empenhada em ver aplicadas em outros países da América Latina. O dirigente das Ligas abandonou a orientação seguida com êxito há vários anos e começou a pregar uma concepção socialista coletivizante da reforma agrária. Tornou-se talvez o primeiro a defender uma das ideias-chave dos anos 1960: a do papel principal dos camponeses na revolução socialista, com explícita depreciação da função revolucionária hegemônica atribuída pelo marxismo ao proletariado. Como corolário, a utilização dos meios legais e das lutas parciais foi menosprezada e a via da luta de guerrilhas subiu ao primeiro ponto da agenda.

Esta mudança de Julião e do grupo dirigente das Ligas vai ter profundas consequências no movimento das próprias Ligas e no movimento camponês em geral.

A idéia do socialismo contava ainda com o Partido Socialista Brasileiro e sua pequena bancada de deputados. Reformista e moderado, no estilo da social-democracia europeia, o PSB tinha presença ativa na Frente Parlamentar Nacionalista e nas campanhas pelas reformas de base. Após o golpe de direita, numerosos militantes socialistas ingressaram na esquerda armada.

O capítulo se encerra com a referência à irrupção de uma corrente esquerdista poderosa, distinta das demais pela ausência de perspectiva socialista, senão muito vaga, e de qualquer inspiração marxista. Trata-se do nacionalismo pequeno-burguês, de que Brizola será o líder de expressão nacional. Já em 1961, o então governador gaúcho se lançou a intensa pregação, em que o anti-imperialismo ultrapassou de longe a postura nacionalista setorial de políticos burgueses.

Ao mesmo tempo, Brizola ganhou ressonância pelas ações concretas. No Rio Grande do Sul, o seu governo promoveu a fundação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que organizou acampamentos de camponeses diante de glebas improdutivas e sustentou sua desapropriação pelo Estado, ainda que dentro dos limites estreitos impostos pela Constituição Federal. Em fevereiro de 1962, o governo de Brizola desapropriou sem indenização a companhia telefônica de Porto Alegre, subsidiária da ITT norte-americana. Seguindo-se à desapropriação de uma subsidiária da AMFORP em 1959 também por Brizola, o ato provocou repercussão nos Estados Unidos e causou inquietação à Light and Power e demais concessionárias de serviços públicos no Brasil. Em resposta a esta inquietação, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a emenda Hickenlooper à lei de ajuda externa, que proibiu empréstimos e outras formas de ajuda a governos expropriadores de firmas norte-americanas sem indenização considerada justa.

Líder político identificado com o populismo trabalhista, Jango não desconhecia o quadro da esquerda brasileira. A diferença do seu mestre Getúlio, era aberto aos contatos diretos e informais com representantes de organizações de esquerda. Mas seu comportamento teve de se submeter às pressões de orientação conservadora, desde o momento em que assumiu o cargo de presidente da República. Suas respostas tornarão ainda mais intrincada a já difícil disputa no âmbito do Estado e das classes sociais.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: “Manifesto-Programa do Partido Comunista do Brasil”, “Em Defesa do Partido” e “Resposta a Khruchov”. In: *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)*. Lisboa, Ed. Maria da Fonte, 1974; Grabois, Maurício. “Destacamento de vanguarda e força dirigente da revolução mundial”. *A Classe Operária*, n. 446, Rio de Janeiro, jul. 1963; Entrevista de Tullo Vigevani. São Paulo, 30-12-1985 (sobre o partido trotskista); Entrevista de Cláudio Antônio de Vasconcelos Cavalcanti. São Paulo, 11-03-1987 (sobre o partido trotskista); Bandeira, Moniz. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Melso, 1962; Martins, Ernesto. *Aonde Vamos?*. 1967. Mimeogr.; Garcia, Marco Aurélio. “O que foi o Partido Operário Revolucionário” e “Na história da PO um pouco da história da esquerda brasileira”. *Contribuição à história da esquerda brasileira. 1960-1979*. São Paulo, *Em Tempo*, 17 abr. 1980 e 4 out. 1979; Entrevista de Vinicius Caldeira Brant. São Paulo, 11-12-1985 (sobre a AP); Entrevista de Duarte Pereira. São Paulo, 25-08-1985 (sobre a AP); Entrevista de José Gomes Novais. São Paulo, 28-08-1986 (sobre a AP); Cardonnel, Frei, Vaz, Padre Henrique & Souza, Herbert José de. *Cristianismo hoje*. Rio de Janeiro, Ed. Universitária, 1962; Lima, Haroldo & Arantes, Aldo. *História da Ação Popular. Da JUC ao PC do B*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984. Caps. 1-4; “Documento- Base (fevereiro de 1963)”. In: Reis Filho, Daniel Aarão & Sá, Jair Ferreira de, orgs. *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985; Garcia, Marco Aurélio. “AP, do cristianismo ao marxismo-leninismo”. Op. cit. São Paulo, *Em Tempo*, 20 set. 1979; Poerner, Artur José. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; “Dez Mandamentos das Ligas Camponesas para Libertar os Camponeses da Opressão do Latifúndio”. Documento reproduzido em Andrade, Manuel Correia de. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais”. *Temas de Ciências Humanas*, n. 8, São Paulo, Ciências Humanas, 1980; Bastos, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984. Cap. 4.

A experiência parlamentarista republicana começou com o Gabinete de predomínio pessedista do primeiro-ministro Tancredo Neves. O seu programa conservador não recebeu boa acolhida nos setores que esperavam mudanças de certa profundidade. A convulsão da renúncia de Jânio Quadros teve efeito politizador e mobilizador insuspeitado. O estado de coisas passou a ser questionado por setores até então indiferentes ao debate político. Jango não assumiu as críticas ao Gabinete Tancredo Neves. Precisava demonstrar aos adversários que podia ser um presidente confiável, dentro das regras do jogo parlamentarista. Além do mais, tinha pegado o rabo de foguete da situação econômica do país.

Em 1962, a sensível queda do crescimento evidenciou que a economia brasileira entrava na fase de crise do ciclo. 1963 já seria um ano de crescimento praticamente nulo e, portanto, de queda do produto *per capita*. A explicação consagrada da crise pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações só leva em conta o aspecto superficial e deriva da ideia de que o processo econômico se reduz a uma sucessão de modelos de política econômica. A impossibilidade conjuntural de prosseguir com a substituição de importações em grande escala decorria do auge do quinquênio Kubitschek. O aumento veloz do capital produtivo pôs em xeque simultaneamente a oferta de meios de produção e a demanda de bens de consumo. A manifestação súbita da insuficiência de ambas, o que constitui característica comum do início das crises de superprodução, provocou o decréscimo dos

investimentos. Caíram bruscamente os investimentos estrangeiros e o mesmo se deu com os do Estado, inviabilizados pelo patamar em que já se encontrava a inflação ascendente. Secadas estas fontes de efeito multiplicador, também se retraiu o capital privado nacional.

A crise econômica de 1962-1965 foi a primeira crise cíclica nascida no processo interno do capitalismo brasileiro e revelou precisamente o seu amadurecimento. A eclosão da crise brasileira se verificou em sentido contrário ao da economia capitalista mundial, então numa fase de expansão. Tal circunstância aliviou em alguma medida os efeitos da crise cíclica no Brasil.

A crise despertou especulações céticas com relação ao futuro da industrialização, porém qualquer ideia de reversão à economia agrário-exportadora estava superada. A composição de forças entre as frações da burguesia brasileira se modificara substancialmente. Já era inconteste a supremacia da burguesia industrial, à qual se acoplavam setores modernos do comércio e das finanças. As questões de política econômica teriam de encontrar soluções convenientes, antes de tudo, à nova associação entre a burguesia industrial brasileira e o capital estrangeiro, também comprometido nos empreendimentos industriais.

Entre estas questões, as mais imediatas eram as da inflação e do endividamento externo. Questões interligadas e que colocavam o País debaixo da pressão do FMI no sentido da aplicação da receita recessiva de estabilização financeira. Acontece que a receita recessiva requer governos fortes, capazes de negar concessões às massas trabalhadoras e forçá-las a engolir o purgante de medidas compressoras do nível de vida. Para o governo de Washington, o novo presidente brasileiro não se adequava ao figurino. Tinha suspeito currículo populista e estava à frente de duvidoso regime parlamentarista experimental.

Em abril de 1962, Jango foi a Washington e conversou com Kennedy. Tendo em vista o alívio imediato das obrigações da dívida externa, o presidente brasileiro fez a promessa de compra da AMFORP, concessionária norte-americana de serviços de eletricidade. Mas a promessa provocou protestos, sobretudo porque o preço de compra, estimado em mais de cem milhões de dólares, foi considerado extorsivo pelos nacionalistas. Diante dessa reação, os bancos norte-americanos seguraram os créditos acertados com o governo brasileiro.

Enquanto tentava a acomodação com os Estados Unidos, Jango devia enfrentar a movimentação acelerada das forças sociais e políticas.

O ano de 1961 registrou um pico de greves. Comunistas e trabalhistas de esquerda conquistaram diretorias de confederações e federações, o que lhes dava posições

de força na cúpula sindical oficial. Ao mesmo tempo, aumentava o número de organizações intersindicais de caráter horizontal, em funcionamento apesar de expressa interdição pela legislação trabalhista. A este respeito, a criação do Comando Geral de Greve representou o passo mais avançado.

A questão agrária também se colocou no prosicênio, tumultuosamente ocupado pelos camponeses. A reivindicação da posse da terra deixou de ser retórica urbana e se concretizou em choques armados, assassinatos, invasões de fazendas e desfiles de trabalhadores rurais pelas ruas das cidades.

Em novembro de 1961, com a presença de 1.600 delegados, realizou-se em Belo Horizonte o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Encerrado em solenidade à qual compareceram o presidente da República e o primeiro-ministro, o Congresso aprovou Declaração sobre a reforma agrária. Resultado do predomínio de comunistas e representantes das Ligas Camponesas, a Declaração se definiu por uma reforma agrária camponesa radical. Estabeleceu o teto de quinhentos hectares para a propriedade rural, recomendou a reforma constitucional para a realização das desapropriações e definiu a distribuição das terras desapropriadas sob forma de propriedade camponesa, individual ou associada, e sob forma estatal.

A discussão em torno da reforma agrária sofreu nítido deslocamento na arena política. Os partidos da burguesia também adotaram uma postura reformista e o debate começou a se travar em torno dos diferentes projetos de reforma agrária.

Ainda em 1962, o movimento nacionalista alcançou importante vitória, conquanto mais aparente do que real. Originária do projeto do deputado Sérgio Magalhães, presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, foi aprovada pelo Congresso, a 3 de setembro, a lei 4.131 sobre as remessas de lucros do capital estrangeiro. O ponto nevrálgico não era a taxa máxima de 10% sobre o capital para as remessas anuais, porém o princípio de que os lucros reinvestidos e capitalizados dentro do País não deviam contar para efeito de cálculo das remessas permitidas. Só contava o capital efetivamente chegado do exterior. A aprovação da lei se tornou possível somente em consequência da divisão nas bancadas do PSD e da UDN. Mas, diante da furiosa reação da grande imprensa e do aberto desagrado do embaixador norte-americano Lincoln Gordon, o Presidente Goulart deixou escoar o prazo constitucional sem sancionar a lei, o que foi feito pelo presidente do Senado. A lei ficou engavetada à espera da regulamentação do Executivo.

Em junho de 1962, o Gabinete Tancredo Neves renunciou, sob alegação de que os seus membros precisavam se desincompatibilizar com vistas às eleições de outubro.

Considerando o momento oportuno para acionar a luta pela reconquista dos poderes presidenciais em sua plenitude, Jango se reaproximou do movimento operário e das correntes nacionalistas. Procedeu a um reaquecimento do populismo.

Diante da derrota da indicação de San Tiago Dantas e da aprovação do senador pessedista Auro de Moura Andrade para primeiro-ministro, o Comando Geral de Greve proclamou uma greve nacional a fim de pressionar o Congresso. Realizada no dia 5 de julho, a greve foi praticamente completa nos serviços públicos, nas empresas estatais, no setor bancário, mas parcial, embora com elevados percentuais, em outros setores da empresa privada. Durante o seu transcurso, estabelecimentos comerciais no Rio e na Baixada Fluminense sofreram saques, dando lugar a conflitos com mortos e feridos. O Congresso cedeu e aprovou a indicação de Brochado da Rocha, político trabalhista do Rio Grande do Sul desconhecido no cenário nacional.

Em setembro, o primeiro-ministro Brochado da Rocha solicitou do Congresso delegação para praticar atos legislativos. Diante da crise parlamentar que a solicitação provocou, avolumou-se o movimento pela antecipação da consulta plebiscitária a respeito do regime parlamentarista, que a emenda constitucional previa para começos de 1965. A ameaça de segunda greve nacional foi sincronizada com um ultimato do general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército. Efetivada a 14 de setembro, a segunda greve nacional se evidenciou mais fraca, sobretudo na área da empresa privada e principalmente em São Paulo. Mas o Congresso aprovou ato adicional que antecipou o plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Ao mesmo tempo, substituiu Brochado da Rocha por Hermes Lima na chefia do Gabinete.

Em ambas as greves nacionais, houve coordenação direta e operacional entre Jango e a liderança dos trabalhadores, embora estes avançassem além do limite desejável para o presidente. Jango aumentou sua ascendência sobre a liderança sindical, porém teve de fazer concessões. Em agosto, o Comando Geral de Greve se transformou no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), com apoio de duas confederações (a CNTI e a CONTEC, dos trabalhadores na indústria e nos estabelecimentos de crédito, respectivamente) e de várias federações. Após a primeira greve nacional, o Presidente sancionou a lei que instituiu o 13º salário. Após a segunda greve, uma lei delegada criou a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), e começaram a ser tomadas medidas legais no sentido da organização e reconhecimento oficial dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Esses acontecimentos do segundo semestre de 1962 mostraram que a prática da hegemonia burguesa de estilo populista já custava alto preço. Conquanto marcado por estigmas ideológicos do passado, havia um movimento operário em renovação, no

qual os comunistas desempenhavam papel crescente e preponderante em setores estratégicos. Tornava-se problemática a vantagem do consenso populista para a burguesia.

Enquanto vasta propaganda vinculava o presidencialismo à realização das reformas de base, Jango, nos bastidores, negociou a recuperação dos poderes presidenciais com as forças conservadoras e reacionárias. É notório o apoio que lhe deu Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais e maior acionista do Banco Nacional. Não só Jango estava interessado na derrota do parlamentarismo. Também o desejavam os candidatos às eleições presidenciais de 1965: o próprio Magalhães Pinto e ainda Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e Adhemar de Barros. Mais importante, porém, é que várias frações da classe dominante ansiavam por um governo forte, capaz de aplicar a política de estabilização anti-inflacionária. Muita coisa leva a crer que Jango se entendeu com os representantes dessas frações e prometeu usar os poderes reconquistados para conter as esquerdas e sanear as finanças, mesmo à custa de medidas impopulares.

Por mais de dez milhões de votos e na proporção de cinco para um, o plebiscito de janeiro de 1963 rejeitou o parlamentarismo. Resultado que o presidente interpretou como sua consagração eleitoral. Com toda evidência, uma interpretação distorcida. O parlamentarismo foi rejeitado por forças antagônicas, que esperavam do presidencialismo restaurado tanto a política das reformas de base como a política oposta de repressão dos trabalhadores.

A ordem de batalha em 1963

Naquele ano, o PCB teve o momento de maior poderio em sua história. O período de vida legal de 1945-1947 foi luminescente, assinalado pelos êxitos eleitorais. Mas se tratava de brilho enganoso, que disfarçava a sustentação fracamente estruturada nas massas operárias e a penetração insignificante no meio camponês. Do ponto de vista da influência política efetiva, o PCB era, então, residual. Já no período 1958-1964, converteu-se numa organização com capacidade decisória, apesar da quase ausência de expressão eleitoral, uma vez que não conseguiu recuperar o registro de partido legal.

A Quarta Conferência Nacional do PCB, realizada em dezembro de 1962, caracterizou-se pela crítica da maioria dos delegados à orientação direitista do Comitê Central na aplicação da linha política. Salientou-se o reboquismo do CGT com relação ao presidente Goulart, principalmente nos episódios das greves nacionais. A direção do PCB tinha levado longe demais a aliança com o presidente da República e negligenciou os aspectos negativos de sua política. Embora a crítica os deixasse visivelmente surpresos e constrangidos, Prestes e Giocondo Dias, contando com o apoio da ampla maioria do Comitê Central, talvez não se rendessem à manifestação da Conferência. Tiveram de fazê-lo, em palavras e até certo ponto nos atos, por dois motivos. Em primeiro lugar, a própria política de Jango, ao iniciar a fase presidencialista do seu mandato, não dava margem a dúvidas quanto à conciliação com a reação interna e o imperialismo. Em segundo lugar, a Conferência prestigiou a posição dos

membros da Comissão Executiva opostos ao “desvio de direita”: Marighella, Mário Alves e Jover Telles. Apesar de minoria, sua opinião ganhou maior peso.

Durante os primeiros dez meses de 1963, a crítica à política de conciliação de Jango foi a posição concreta que o PCB adotou no interesse precisamente da frente de luta pelas reformas de base. Já no final do ano, contudo, o reboquismo ressurgiu com intensidade avassaladora. O que veremos adiante.

A crítica à política conciliadora de Jango foi desfechada também pela corrente nacionalista de Brizola. Nas eleições de outubro de 1962, o líder gaúcho não conseguiu fazer o sucessor no governo do Rio Grande do Sul, que passou às mãos do pessedista lido Meneghetti. Derrota de sérias consequências, porque Meneghetti veio a ser um dos esteios do golpe direitista de 1964. Mas Brizola ganhou a compensação de ser eleito deputado federal pelo Estado da Guanabara com 269 mil votos, marca recorde na época. Através da Rádio Mayrink Veiga, sua pregação atingiu todo o País e popularizou os temas da luta contra o imperialismo e pela reforma agrária. Tinha notável capacidade de comunicação e causava impacto nas aparições pessoais em comícios e conferências. Na frente nacionalista, exibia um estilo caudilhesco de liderança, desfavorável à ação unitária. Um dos seus princípios era o de não aceitar sequer entendimentos com os comunistas. Firmou-se na ambição de chegar à Presidência da República, o que agravou os atritos com o cunhado Jango.

Ao lado de Brizola, adquiriu grandeza em 1963 a estrela de Miguel Arraes. Sua eleição para o governo de Pernambuco representou – como observa Octavio Ianni – a chegada do populismo ao poder numa região de conservadorismo retardatário. Embora tivesse de lidar com o aparelho de Estado inalterado, forçou a redução da violência costumeira dos usineiros e latifundiários e introduziu a prática das negociações trabalhistas já rotinizadas nas regiões adiantadas do Centro-Sul. Favorecido pela alta das cotações internacionais do açúcar, consequente ao afastamento de Cuba do mercado norte-americano, Arraes impôs o pagamento rigoroso do salário-mínimo na Zona da Mata. Aproveitou a experiência da sua gestão na Prefeitura do Recife e incentivou iniciativas de educação e cultura popular, que mobilizaram milhares de ativistas. Tais realizações em prazo brevíssimo e suas frequentes aparições no Rio, São Paulo e outras capitais, deram ao governador pernambucano expressão de líder nacional.

Se a estrela de Arraes brilhava, a de Julião murchava sua luz. Ao abandonar a linha legalista, passou a pregar a reforma agrária *“na lei ou na marra, com flores ou tom sangue”*. A 21 de abril de 1962, lançou em Ouro Preto o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). A perspectiva socialista imediata do discurso de Julião para os camponeses se defrontou com a hostilidade dos pequenos e médios proprietários

de terra. O temor da coletivização reforçou neles o apego à propriedade privada e os jogou para o lado dos latifundiários, que puderam reforçar o bloco conservador contrário a qualquer espécie de reforma agrária.

Incitada pelo foquismo cubano, a direção do MRT se orientou no sentido da preparação da luta armada. Comprou algumas fazendas e instalou nelas campos de treinamento de guerrilha. Na edição de 4 de dezembro de 1962, *O Estado de S. Paulo* noticiava que os órgãos de segurança haviam descoberto um campo de treinamento em Dianópolis, município de Goiás. Ali foram presos vários militantes do MRT e apreendidas armas e munições. As autoridades policiais pediram a prisão preventiva de 24 pessoas, entre elas Clodomir dos Santos Moraes, Tarzan de Castro e Amaro Luís de Carvalho. Ainda em dezembro, Clodomir foi preso na Guanabara pela polícia de Lacerda. Meses mais tarde, quando pôde depor em público, o líder do MRT denunciou as torturas a que o submeteram e à sua companheira, na Invernada de Olaria, para forçá-los a falsas confissões sobre fornecimentos de armas tchecas.

A orientação guerrilheira debilitou o movimento das Ligas Camponesas, porém estas já vinham sofrendo o estreitamento de sua base social por motivo da transformação acelerada de camponeses dependentes (foreiros, moradores, parceiros e outros) em assalariados agrícolas. Apoiada por Almino Affonso, novo Ministro do Trabalho, a sindicalização rural deu um salto em 1963. Com a facilidade do registro legal, os sindicatos rurais atraíram os camponeses pobres e principalmente os assalariados agrícolas. Na corrida pela organização de sindicatos rurais, competiam comunistas, militantes da AP, trabalhistas e sacerdotes católicos reacionários, como os padres Mello e Crespo no Nordeste. Em número ínfimo até 1962, em dezembro de 1963 já havia 270 sindicatos de trabalhadores agrícolas reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e 557 em fase de reconhecimento. O impulso da sindicalização rural conduziu à estruturação oficial, também em dezembro de 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Com o pecebista Lindolfo Silva na presidência, tornou-se mais uma confederação integrante do CGT.

Enquanto avançava a mobilização das massas do campo, Julião era destituído da direção do MRT e se apresentava candidato a deputado federal. Entrava em contradição com afirmações anteriores sobre a inutilidade da participação dos revolucionários em disputas eleitorais. Apesar da propaganda dispendiosa de que dispôs, o candidato tão projetado pelas Ligas Camponesas se elegeu com dificuldade em Pernambuco e quase nada fez como parlamentar.

O golpe militar trancou uma fase de excepcional florescimento da cultura brasileira. A politização das massas se tornou o terreno fértil sobre o qual frutificaram

iniciativas de cultura popular como nunca havia ocorrido em épocas anteriores. Partiram da UNE os Centros Populares de Cultura, pródigos no âmbito do teatro, da poesia, do cinema. Com apoio de setores progressistas da Igreja Católica, expandiu-se o Movimento de Educação de Base, atuante nos bairros pobres. O método de alfabetização de adultos do educador Paulo Freire teve aplicação em Pernambuco e daí se difundiu pelo País. Um sopro de entusiasmo renovador percorria a música popular, o teatro e a literatura. E a fase de ouro da bossa nova, do cinema novo, do teatro de arena, da arquitetura de Brasília. Sem dúvida com certa marca de populismo e de otimismo ingênuo, um impressionante impulso intelectual acompanhou o maior movimento de massas da história brasileira. Impulso tão criativo e poderoso que se revelou capaz de passar por cima do golpe antidemocrático e ainda brilhar intensamente até o fechamento completo da ditadura militar no final de 1968.

Desde 1962, fazia-se notar a presença de novo elemento nas campanhas anti-imperialistas e populares: os subalternos das Forças Armadas.

No passado, o único grande movimento de subalternos foi a lendária Revolta da Chibata de 1910, chefiada pelo marinheiro João Cândido. Dos anos 1920 aos 1950, os subalternos se limitam a acompanhar os oficiais nos episódios de sublevação militar, a favor ou contra a legalidade. Já na crise política de agosto de 1961, sargentos da Aeronáutica aparecem tomando iniciativas de oposição aos oficiais golpistas, no Rio Grande do Sul e em Brasília. A partir daí, o processo de politização dos sargentos das três Armas se torna manifesto. Falam em público de reivindicações profissionais e do seu apoio ao movimento nacionalista, sem preocupação com os regulamentos disciplinares. Essa movimentação se estende a setores dos sargentos das Polícias Militares de alguns Estados.

A politização vai mais fundo e chega aos marinheiros e fuzileiros navais. A princípio, a inquietação faz surgir ideias de rebelião em alguns grupos, mas termina por se canalizar para a fundação, a 25 de março de 1962, da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, com sede na rua São José, no Rio de Janeiro. Apesar de não reconhecida e hostilizada pelo ministro da Marinha, almirante Sílvio Mota, a Associação reuniu milhares de associados, editou o periódico *Tribuna do Mar* e manteve uma escola de preparatórios de exames de madureza, com universitários da UNE como professores.

Em contato com as várias correntes de esquerda, os sargentos e marinheiros foram atraídos principalmente pelo nacionalismo belicoso de Brizola, com o qual estabeleceram relações estreitas. Já o PCB aparecia como força pacifista de pequena aceitação.

Como não é raro acontecer em situações de agitação social e perturbação política, a radicalização retórica era maior do que a efetiva. Algumas correntes pareciam disputar em leilão o avanço das propostas. Dirigentes perdiam a capacidade de avaliar, com aproximação correta, o estado de consciência das massas, sua disposição de seguir certas palavras de ordem, as circunstâncias conjunturais etc. O distanciamento entre realidade e retórica chega a extremos naquelas correntes cujo desajuste tático as mantém marginalizadas do movimento de massas. Tal o caso mais característico da POLOP e do PC do B.

No livro *O caminho da revolução brasileira*, escrito no final de 1962, o dirigente polopista Moniz Bandeira afirmou que o dever das vanguardas era o de preparar as massas para o levante armado, para a insurreição e a tomada do poder. No seu contexto teórico e em termos práticos, naquela conjuntura, a palavra de ordem só podia ganhar a forma concreta de derrubada do governo Goulart. Exatamente neste sentido já se orientavam os golpistas de direita.

Algo semelhante se dava com o PC do B, em 1963 e começos de 1964. O quinzenário *A Classe Operária* concentra o fogo sobre Goulart e prega sua derrubada pela violência. O golpismo de direita, o IBAD, o IPES, a UDN, Bilac Pinto e Lacerda, as intromissões descaradas do embaixador Lincoln Gordon – tudo isto tem espaço diminuto no periódico. Ao contrário de *Novos Rumos*, o semanário do PCB, que dedica numerosos editoriais e reportagens à denúncia do golpismo de direita. Se tivesse poderio efetivo naquela fase do seu surgimento, o PC do B se veria, a 31 de março de 1964, ao lado dos generais e empresários que comandaram o golpe, apoiados pelo imperialismo norte-americano. Seria uma repetição mais desastrosa do descompasso tático do PCB no momento da deposição de Vargas.

A diversificação de movimentos anti-imperialistas e democráticos levou à constituição da Frente de Mobilização Popular (FMP). Esta se tornou o centro de encontro, debate e aglutinação de partidos políticos e frações partidárias, sindicatos e organizações intersindicais, entidades setoriais de estudantes, mulheres, profissionais liberais etc.

A bandeira unificadora dos movimentos organizados e informais era a luta pelas reformas de base. Não se chegou a um programa único aprovado pelas várias correntes, porém havia pontos de consenso reiterados. Falava-se em reforma econômica, tributária, administrativa, universitária, urbana.

Se examinarmos, em particular, as reformas econômicas, verificamos que tinham diretriz anti-imperialista e de expansão do setor estatal da economia: monopólio do comércio exterior e do câmbio, suspensão do pagamento da dívida externa, contro-

le e redução das remessas de lucro do capital estrangeiro, estatização completa dos serviços públicos mediante encampação das concessionárias estrangeiras, ampliação do monopólio da Petrobras para inclusão das refinarias particulares e da distribuição comercial de derivados, estatização da indústria farmacêutica, dos frigoríficos, moinhos e fábricas de leite em pó.

O grau de aceitação ou rejeição de tais propostas pela burguesia nacional era bastante variável. Uma das propostas – a estatização completa dos serviços públicos – foi mesmo implementada pela ditadura militar, que não recorreu, está claro, à encampação, mas à compra bem paga das concessionárias. Já a estatização das indústrias farmacêutica e de produtos alimentícios – para só ficarmos neste ponto – não podia deixar de provocar rejeição em setores da burguesia brasileira. Note-se ainda que se falava somente de indústrias produtoras de bens de amplo consumo, o que sensibilizava a população numa fase de inflação exasperante. Nos documentos do PCB, aparecem referências à indústria automobilística e de construção naval, em que se reivindica o direito de o Estado ser retribuído sob forma de ações pelos favores concedidos ao capital estrangeiro.

A proposta econômica mais polêmica e rumorosa era a da reforma agrária. Mesmo formulações moderadas suscitavam a reação agressiva da coalizão latifundiária. Nesta questão, a coesão oposicionista das bancadas do PSD e da UDN chegava a 90% e formava sólida maioria. Caíam sem apelação todos os projetos parlamentares com vistas à derrogação do dispositivo constitucional que impunha o pagamento prévio e em dinheiro pelas desapropriações de terras, como se deu com os projetos do deputado José Joffily, em 1961, e do deputado Bocaiúva Cunha, em 1963. Mesmo o limitadíssimo projeto reformista elaborado por uma comissão do Congresso, sob a presidência do senador udenista Milton Campos, encontrou o bloqueio da própria UDN.

Apesar da imprecisão de certa inclinação populista, a ideia das reformas de base correspondia a aspirações das massas trabalhadoras, de vastos setores das camadas médias e do setor nacionalista da burguesia. Tornou-se uma ideia mobilizadora formidável. Um dos seus efeitos foi o de produzir brechas no bloco burguês. Nos partidos burgueses, surgiram facções de tendência reformista – a *Ala Moça*, no PSD, a *Bossa Nova*, na UDN – que adotavam diversos pontos pro-pugnados pela Frente de Mobilização Popular. Um dos resultados dessas cisões se concretizou justamente na aprovação da lei restritiva sobre as remessas de lucros do capital estrangeiro.

A luta pelas reformas de base não encerrava, por si mesma, caráter revolucionário e muito menos socialista. Enquadrava-se nos limites do regime burguês, porém o direcionava num sentido progressista avançado. Continha, portanto, virtualidades que,

se efetivadas, tanto podiam fazer do Brasil um país capitalista de política independente e democrático-popular, como podiam criar uma situação pré-revolucionária e transbordar para o processo de transformação socialista.

O núcleo burguês industrializante e os setores vinculados ao capital estrangeiro perceberam os riscos dessas virtualidades das reformas de base e formularam a alternativa da “modernização conservadora”. Opção que se conjugou à conspiração golpista. Não porém de chofre, nem com o grau elevadíssimo de coordenação de que deram ideia os depoimentos de protagonistas e estudos acadêmicos como o de René A. Dreifuss. A conspiração golpista partiu de vários focos desconexos, assim que Jango tomou posse. Isto ainda não fazia do golpe algo inevitável. Houve conjunturas em que a burguesia julgou viável controlar Jango até o término do seu mandato e garantir as eleições presidenciais em 1965. O provável é que a decisão irreversível de marchar para o golpe se firmasse no segundo semestre de 1963.

Algumas agências articuladoras do golpe, como a Escola Superior de Guerra e o IPES, tiveram papel primordial. Em ambas, estabeleceram-se vínculos entre o grande empresariado e a alta oficialidade das Forças Armadas, que permitiram a unificação de ideias e ações na montagem da operação de derrubada do governo Goulart. O golpe não veio de Washington. Veio mesmo do Brasil. Mas o imperialismo norte-americano incentivou e ajudou de muitas maneiras. Contou para isto com a competência do embaixador Gordon, provavelmente o diplomata dos Estados Unidos de maior destaque na história do Brasil.

Deve ficar claro que a articulação golpista não visou à conquista da *hegemonia* da fração multinacional-associada da burguesia, conforme pretende Dreifuss no seu *1964: a conquista do Estado*, incidindo em aplicação equivocada da teoria de Gramsci. A articulação golpista teve em vista o oposto – a cessação do controle já ineficiente das classes subalternas por meio da ideologia consensual do populismo e sua substituição pelo controle coercitivo extremado. Em termos gramscianos, *tratava-se de realçar o elemento da força em detrimento do elemento do consenso*. Na execução dessa reviravolta, a fração modernizadora da burguesia agiu de maneira que lhe coubesse a chefia de toda a classe burguesa.

Finalizo com as Forças Armadas, tendo em vista a oficialidade. Suas contradições internas e intervenções políticas são inexplicáveis sob o enfoque de um fator único. Penso que o comportamento histórico das Forças Armadas se compreende de maneira coerente sob o enfoque de três fatores principais: a) o instrumental – as Forças Armadas como órgão coercitivo supremo do Estado burguês; b) o organizacional – as

Forças Armadas como instituição total, cuja estrutura se baseia na hierarquia e na disciplina rígida e tende à autopreservação; c) a origem de classe – como segmento da classe média, a oficialidade das Forças Armadas se inclina a refletir o estado de espírito dessas camadas intermediárias com o viés profissional próprio.

Estes três fatores interatuam e podem levar a comportamentos divergentes ou unificados. Embora distintos, aproximam-se intimamente. A defesa do Estado burguês implica a integridade da organização militar, ao passo que sua autopreservação é imprescindível à defesa do Estado burguês.

Embora o ideal proclamado seja o do bloco monolítico, as Forças Armadas não estiveram e não estão isentas de contradições ao nível de cada um dos três fatores. Quando as contradições engendram conflitos, o fator institucional (organizacional) se sobrepõe no sentido de conduzir à prevalência da coesão funcional através do elemento hierárquico-disciplinar.

O PCB se singularizou, no movimento comunista mundial, pela afluência às suas fileiras de oficiais do Exército. Tal circunstância contribuiu para a tese acerca do “*caráter democrático das Forças Armadas*”, à qual Nelson Werneck Sodré deu fundamentação em *A história militar do Brasil*. O próprio Prestes figura entre os mais enfáticos defensores da tese, o que fez, entre outras ocasiões, nos começos de 1964 e ainda após o regresso do exílio (*Pasquim*, 2 nov. 1979). A 3 de janeiro de 1964, numa longa entrevista à TV Tupi de São Paulo, reproduzida no suplemento especial de *Novos Rumos* de 24 daquele mês. No momento crucial que precedeu o desenlace golpista, afirmou o secretário-geral do PCB:

As Forças Armadas no Brasil têm características muito particulares, muito diferentes de outros países da América Latina. Uma das questões específicas da revolução brasileira é o caráter democrático, a tradição democrática das Forças Armadas, particularmente do Exército. No Exército brasileiro, esse democratismo vem de longe. A oficialidade do Exército era recrutada, em geral, entre a pequena burguesia mais pobre. Eu mesmo, que estou lhe falando, só fui para Escola Militar porque era o único lugar onde poderia estudar Engenharia (...) Quer dizer, a pequena burguesia mais pobre ia justamente para a Escola Militar, e isso deu um caráter democrático, particularmente ao Exército brasileiro, que participou e vem participando, em geral, de todas as lutas de nosso povo. (...) Temos em nossa direção numerosos ex-oficiais, o que causa surpresa a camaradas de partidos irmãos da América Latina. Para fazer com que eles compreendam melhor esta especificidade no caráter das Forças Armadas brasileiras, lhes pergunto: ‘diga uma coisa, lá no país de vocês, seria possível um antigo oficial do Exército acabar secretário-geral do Partido Comunista?’ Eles consideram isto impossível, mas no Brasil é possível, dado o caráter democrático das Forças Armadas.

Note-se que Prestes faz da sua pessoa argumento sociológico irrecorrível, o que não surpreende numa personalidade egocêntrica.

A tese sobre o “caráter democrático das Forças Armadas”, difundida pelo PCB, extraiu inferências do terceiro fator mencionado – a origem de classe. Omitiu o papel fundamental dos dois primeiros fatores – o instrumental e o institucional – e negligenciou também a componente autoritária na ideologia da classe média, muito especialmente no segmento militar. O tenentismo, por exemplo, assumiu propostas autoritárias, que facilitaram a cooptação da maioria dos antigos tenentes pelo Estado Novo.

Da minha parte, refutei esta tese profundamente errônea e nociva ao movimento comunista no artigo “Sobre a atuação política das Forças Armadas”, escrito para o debate das *Teses* do Sexto Congresso do PCB e publicado pela clandestina *Voz Operária*.

Durante o governo Goulart, o antipopulismo e o anticomunismo motivaram o processo de unificação da grande maioria da oficialidade das Forças Armadas contra a minoria de oficiais comprometidos com a frente nacionalista e democrática. No final, teve efeito decisivo a indisciplina crescente dos subalternos, que mesmo a oficialidade menos politizada interpretou como ameaça à sobrevivência organizacional da instituição. Os três fatores principais determinantes do comportamento das Forças Armadas impeliram no sentido da mesma reação conservadora, antidemocrática e autopreservadora. Que se consumou não só no golpe, mas também na ocupação da chefia do Estado e deu origem, pela primeira vez na história do Brasil, a uma ditadura militar.

Pré-revolução e golpe preventivo

Uma semana antes do plebiscito de 6 de janeiro de 1963, veio a público o Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento. No auge da campanha eleitoral, em face de sua extensão e caráter técnico, o documento não pôde ser analisado. Mas a antecipação da publicação tinha um objetivo: o de fazer do Plano o aval de que precisavam as forças burguesas a fim de apoiar a restauração do presidencialismo.

Passada a euforia da vitória nas urnas, a análise do Plano caiu como ducha de água gelada sobre os partidários das reformas de base. Não só nada tinha a ver com elas, como oferecia mais uma versão da estabilização financeira recessiva, desta vez combinada a certa dose de desenvolvimentismo. Propunha a “verdade cambial”, ou seja, a desvalorização do cruzeiro, com vistas ao incremento das exportações; o corte dos subsídios ao consumo de trigo e de derivados de petróleo; a elevação das tarifas de serviços públicos; a contenção do crédito e das emissões de papel-moeda; a disciplina de salários e preços etc. Ao mesmo tempo, prometia a recuperação de taxas elevadas de crescimento. O Plano foi de imediato combatido pelo CGT, PCB e outras forças de esquerda.

Jango fazia declarações do gênero *“nem extremismos de esquerda, nem de direita”*, quando surgiu a oportunidade para manobra de maior alcance. Em aparição pela televisão, Lacerda alvejou o presidente da República com referências insultuosas. O incidente serviu à montagem de uma provocação, na qual se envolveram o próprio Jango e os generais Amaury Kruel, ministro da Guerra, e Albino Silva, chefe da Casa

Militar. No dia 4 de abril, a Agência Nacional difundiu a convocação de um comício das organizações filiadas à FMP para o Largo do Machado, às 17 horas, em desagravo ao presidente da República. Dali, a massa devia se deslocar em passeata até o Palácio Guanabara, sede do governo de Lacerda. Como era de esperar uma reação violenta da polícia lacerdista, o conflito daria motivo à ação repressora de tropas do Exército, que executariam a intervenção federal no Estado da Guanabara, a prisão do seu governador e o simultâneo fechamento do CGT e de outras organizações da FMP.

A convocação do comício despertou suspeitas e as lideranças sindicais e populares foram alertadas para a armadilha da provocação pelo general nacionalista Osvino Ferreira Alves, comandante do I Exército, sobre cuja prisão corriam boatos. Frustrou-se o comício no Largo do Machado, a provocação falhou e foi denunciada pela imprensa de esquerda.

À hora marcada para o comício, em perfeita sincronização, Jango fazia um discurso em Marília, no interior do Estado de São Paulo, no qual se apresentou como anticomunista mais credenciado do que o falso democrata Lacerda. Tanto repelia o extremismo comunista, que o governo federal havia tomado medidas contra o anunciado congresso comuno-fidelista de solidariedade a Cuba. No meio da arenga típica de orador da direita, elogios derramados ao governador paulista Adhemar de Barros e defesa do Plano Trienal.

Malgrado a manobra no Rio, Jango mandou chamar o general Albino Silva e teve com ele, no dia seguinte, longa conversa em Mococa. Havia, sem dúvida, o que conversar. A tardinha, na chegada à capital paulista, o presidente ganhou efusiva recepção de Adhemar de Barros e dele ouviu caloroso apoio ao discurso de Marília. A noite, o presidente compareceu à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e mudou o rumo do seu discurso. Deixou de lado o anticomunismo e aludiu vagamente às reformas de base.

Até agora mal explicado, este episódio, em que se conjugaram a provocação no Rio e o discurso de Marília, lança luz sobre os compromissos assumidos por Jango com as forças conservadoras.

Enquanto o presidente procurava uma recomposição de centro-direta, o Plano Trienal caminhava para o fracasso. Ao invés de cair, a inflação corria mais depressa, ao tempo em que se agravavam os problemas do balanço de pagamentos. De novo, a solução de emergência se resumiu à substituição de ministros: San Tiago Dantas cedeu a pasta da Fazenda a Carvalho Pinto.

No dia 23 de agosto, à tardinha, sessenta mil pessoas se reuniram na Cinelândia, no Rio, em comício de homenagem à memória de Getúlio Vargas. Discursa-

ram parlamentares e representantes do CGT, da UNE e outras entidades da FMR. No meio da massa, faixas estendidas diziam: *“Jango, não vacile!”*, *“Jango, chega de conciliação com os inimigos do povo. Reforma já!”*. O presidente não se deu por achado e iniciou um discurso de frases vazias. A massa o interrompeu com o grito cadenciado: *“De-fi-ni-ção!”*.

Se Jango não se definia, perdia tempo e se desgastava, os golpistas manobravam para jogar as camadas médias contra o movimento operário. Batiam na tecla dos supostos efeitos anárquicos e inflacionários das numerosas greves. A indefinição de Jango impacientou os subalternos nacionalistas das Forças Armadas, propensos, por viés profissional, à ideia da solução pelas armas. Segundo revela Paulo Schilling, foi possível desfazer a tempo um projeto de marinheiros que queriam bombardear o Ministério da Marinha. Mas a conspiração entre os sargentos prosseguiu até as últimas consequências.

Os conspiradores consideraram oportuno tirar proveito da indignação suscitada pela cassação do mandato do sargento Aimoré Cavaleiro, eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul. A sentença do Supremo Tribunal Federal se apoiava em interpretação constitucional sobre a inelegibilidade de subalternos das Forças Armadas e ameaçava o mandato do sargento Antônio Garcia Filho, eleito deputado federal. A 12 de setembro, com a adesão do grupamento de fuzileiros navais, algumas centenas de sargentos da Aeronáutica e da Marinha, liderados pelo sargento da Aeronáutica Antônio Prestes de Paula, se sublevaram em Brasília. Os insurretos prenderam altas autoridades e ocuparam os Ministérios da Marinha e da Aeronáutica, a Base Aérea, o aeroporto e a central telefônica. O movimento não encontrou nenhum apoio nos subalternos do Exército, provavelmente porque o novo ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, se informou sobre a conspiração e sediou em Brasília tropas de confiança. As tropas do Exército sufocaram a rebelião, que deixou baixas de dois mortos e uma dezena de feridos. A prisão de cerca de seiscentos subalternos inutilizou substancial contingente militar para as lutas futuras, sobretudo para o momento decisivo de março-abril de 1964.

A conspiração tinha ramificações fora de Brasília. Sob acusação de cumplicidade, foram presos, em São Paulo, onze sargentos e o presidente e o secretário do Sindicato dos Metalúrgicos, Afonso Delelis e José de Araújo Plácido.

Infantil na concepção política e na execução técnica, a rebelião colocou a frente nacionalista e democrática em situação constrangedora. Correntes, partidos e entidades diversas evitaram críticas abertas, fizeram declarações de solidariedade à reivindicação de elegibilidade dos sargentos e reclamaram a anistia aos rebeldes, abstendo-se

de justificar o ato insurrecional. FMP, CGT, UNE, PCB, os periódicos *Novos Rumos*, *Brasil Urgente*, *Liga* e outros se pronunciaram nesta linha.

Linha diversa seguiu o PC do B. Segundo depoimento de ex-integrante de suas fileiras, o PC do B teve informação antecipada do levante dos sargentos e deslocou para Brasília alguns militantes de Goiânia, inclusive o depoente. O mesmo deslocamento fizeram membros da POLOP, entre eles Juarez Guimarães de Brito. Nem chegaram a participar da ação e não foram presos. Mas o órgão do PCdoB, *A Classe Operária*, no seu n^o 452, de 1^o de outubro de 1963, declarou que a rebelião dos sargentos não fora “manifestação extemporânea”, nem “caminho errôneo”. Tinha sido uma forma de luta justa, embora com falhas de preparação.

Mal se encerrava o mês de setembro, quando repercutiu uma entrevista de Lacerda ao *Los Angeles Times*, na qual o governador defendeu a intervenção das Forças Armadas para tutelar ou depor o presidente da República. Após nota enérgica de repúdio dos três ministros militares, Jango enviou ao Congresso, no dia 4 de outubro, um requerimento de decretação do estado de sítio. As organizações congregadas pela FMP avaliaram o risco e manifestaram sua oposição. O mesmo fez o governador Arraes, que não ignorava a intenção de Jango de alijá-lo junto com a deposição de Lacerda. Após verificar a carência de apoio parlamentar, o governo federal deu um passo atrás e retirou o requerimento de estado de sítio no dia 7.

A esta altura, Jango percebeu que se esgotara seu crédito junto às forças conservadoras, uma vez que se demonstrara incapaz de conter o descalabro financeiro e subjugar as forças de esquerda. Voltou-se então para o outro lado e se definiu por um rumo favorável às reformas de base, na expectativa de desencadear grande movimento de massas que lhe garantisse um segundo mandato presidencial, apesar de expressamente proibido pela Constituição. A manobra e seu objetivo estavam bem dentro do estilo populista.

No final de outubro, Jango ordenou a urgente regulamentação da lei sobre remessas de lucros do capital estrangeiro. Prestigiou a ação da SUPRA e, em dezembro, compareceu à entrega de dois mil títulos de propriedade a lavradores de Itaguaí, no Estado do Rio, diante de uma concentração de quinze mil camponeses. Sinalizava sua intenção de atacar nas frentes de luta contra o imperialismo e o latifúndio.

Ao mesmo tempo, empreendeu a jogada política da costura da Frente Ampla, da qual encarregou San Tiago Dantas. Tratava-se de viabilizar o trânsito das reformas de base no Congresso mediante acordo entre a Frente Parlamentar Nacionalista e o PSD. Uma das primeiras medidas do coordenador político foi a de atrair o PCB, que vinha sendo crítico consistente da política de conciliação do governo. Diante da

promessa de legalização do PCB, Luiz Carlos Prestes e Giocondo Dias se mostraram facilmente receptivos. As críticas ao governo Goulart baixaram de tom, desapareceram e o acordo passou a ser enfatizado. Prestes e Dias eram os mentores e principais executores da alta política partidária e sua posição, neste passo, era decisiva.

Já com relação a Brizola, o efeito foi negativo. Repeliu de plano a Frente Ampla, sob o argumento de que nacionalistas não podiam compor-se com o PSD. Subjacente, havia outro motivo: ambicionava a Presidência da República e percebia que Jango lhe cortava o caminho. Brizola apelou para a organização dos *Grupos de Onze* – veladamente, grupos de ação armada – e desfechou uma campanha para ocupar a pasta da Fazenda. A resposta de Jango veio com a substituição de Carvalho Pinto pelo pífio negociista Ney Galvão.

Também do lado do PSD, os esforços de entendimento não produziam resultado palpável. A questão da reforma agrária se mostrava barreira intransponível. E certo que, em março de 1963, o Congresso aprovara o Estatuto do Trabalhador Rural, oriundo de projeto do deputado Fernando Ferrari. Mas um projeto anterior do mesmo deputado havia sido rejeitado em 1957 e a questão ficou suspensa durante sete anos, até conseguir passar pelo crivo do Congresso. O estatuto estendia aos assalariados do campo direitos há muito vigentes na área urbana, porém não tocava nas relações de propriedade.

Durante o transcurso de 1963, a direção do PSD tentou negociar fórmulas reformistas abrandadas, o que provocou o descolamento das bases rurais com relação ao próprio partido. Conflitos agrários se multiplicavam, com centenas de mortos e feridos. A 19 de novembro, uma greve de duzentos mil cortadores de cana, em Pernambuco e parte da Paraíba, vitoriosa após três dias de duração, acentuou o “grande medo” dos latifundiários. Estavam diante de fato inusitado, não rotinizado, com o qual ainda não haviam aprendido a lidar. Os fazendeiros adquiriram grandes quantidades de armas, inclusive desviadas dos depósitos das Forças Armadas, e a pregação da violência se tornou ostensiva. A mobilização dos proprietários de terras se fazia através das associações rurais e das entidades corporativas nacionais – Confederação Nacional da Agricultura e Sociedade Rural Brasileira –, que já apareciam como representações políticas mais autênticas do que o PSD.

Enquanto fazendeiros e empresários urbanos se armavam, o deputado Bilac Pinto, presidente da UDN, desencadeou campanha sistemática de denúncias de armamento dos sindicatos de trabalhadores e das Ligas Camponesas, pretensamente com vistas à “comunização do País”. Por infelicidade, as denúncias de Bilac Pinto não correspondiam à realidade. Mas seu efeito de contrapropaganda e despistamento foi colossal, sobretudo na classe média e dentro dos quartéis.

Em atendimento a uma reivindicação nacionalista, o governo decretou, em dezembro, o monopólio da importação de petróleo pela Petrobras. A 17 de janeiro de 1964, Jango assinou com solenidade o decreto de regulamentação da lei de remessas de lucros do capital estrangeiro. Na ocasião, discursou Aluísio Palhano, membro do PCB e presidente da CONTEC.

Jango, contudo, não podia deixar de ser dúplice. Nas eleições para a diretoria da CNTI, em janeiro de 1964, manobrou para colocar na presidência João Wagner, pelego de sua confiança, em lugar de Clodsmidt Rianni. A manobra fracassou, sem que o CGT, onde os comunistas possuíam hegemonia, se desvencilhasse da ascendência janguista.

Na citada entrevista à TV Tupi de São Paulo, a 3 de janeiro, Prestes antecipou publicamente a ideia continuísta do segundo mandato presidencial de Jango e sugeriu a reforma constitucional para este fim. Açodamento que não escondia o quanto o poder parecia próximo ao secretário-geral. Não podia estar mais próximo e seguro, uma vez que o PCB tinha um aliado no próprio presidente da República.

A partir de fevereiro, em vista da relutância do PSD, Jango assumiu pessoalmente as articulações políticas e abriu o jogo com os parceiros mais confiáveis, entre eles os líderes do PCB. As intenções golpistas do presidente ficaram registradas, provavelmente com alta fidelidade, na carta de 22 de fevereiro de 1964 enviada por Humberto de Alencar, diretor do *Última Hora – Nordeste*, ao governador Arraes. O jornalista relatou informações que colheu, no Rio, de conversas com Giocondo Dias, San Tia-go Dantas e Samuel Wainer. Eis alguns elementos da conversa com Giocondo:

PC – Estivemos com o Dias. O PC esteve duas vezes com Jango, mantendo diálogo cordial e interessado. Apoia a Frente, com certas restrições, as quais, de certo modo, também são suas. (..) A legalidade do PC é um ponto que os sensibiliza por inteiro. (...) Declararam ainda que o Jango tem condições de liderar um amplo movimento progressista e renovador, através de medidas concretas. E que, para isso, contaria com o apoio decidido do PC e possivelmente de todas as forças populares. (...) O PC está interessado na Frente Única. Acha que é um passo adiante, em torno de medidas positivas. Entretanto, não concorda com o entendimento com a cúpula do PSD (Amaral e Cia.). Entende mesmo que esse entendimento desfigura os objetivos da Frente. Advogam o diálogo ao apoio dos pessedistas progressistas, pois com estes é que deve ser o entendimento. (...) Aham que a entrada na Frente das forças populares deve ser em bloco, embora estejam conversando diretamente com o Presidente. Aham que JG continua com o plano do golpe e que isso deve, de agora em diante, entrar nas nossas análises, pois o processo político se está desenvolvendo com incrível rapidez. (Documento anexo ao Inquérito Policial-Militar nº 709.)

A esta altura, as confrontações se sucediam com maior frequência e dureza. No dia 30 de dezembro de 1963, Lacerda devia discursar como paraninfo de uma turma de formandos do curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia. Dois mil estudantes se postaram dentro e fora da Faculdade e impediram o ingresso do governador. Como este ameaçasse entrar à força, apoiado na Polícia Militar, tropas do Exército cercaram o edifício pertencente ao patrimônio do governo federal. Lacerda não entrou e não discursou.

No dia 1º de janeiro de 1964, *O Estado de S. Paulo* publicava carta indignada de Sobral Pinto ao general Moraes Ancora, comandante do I Exército, em que o advogado afirmava a respeito dos acontecimentos da Faculdade Nacional de Filosofia:

Começou ontem, sob a proteção abusiva e violenta de tropas do Exército, sujeitas ao seu comando, a revolução bolchevique brasileira. (...) Não existe mais nesta hora no País nem lei, nem autoridade pública, nem classes armadas, no sentido em que as define a Constituição.

Vetado pelos governos de São Paulo e da Guanabara, mas autorizado pelo governador Magalhães Pinto a realizar-se em Belo Horizonte, em janeiro de 1964, o Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL) sofreu estridente oposição orquestrada pelo IPES e precisou ser transferido para Brasília. A 25 de fevereiro, Brizola devia discursar no grande auditório da Secretaria da Saúde, na capital mineira. Ali chegou em companhia de deputados, mas foi barrado e impedido de falar, depois de horas de choques violentos provocados pela direita golpista. No dia 15 de março, o governador Arraes só conseguiu discursar em Juiz de Fora sob forte proteção da Polícia Militar. Na noite de 16 de março, foi a vez de João Pinheiro Neto, superintendente da SUPRA, ser impedido de pronunciar uma conferência na Faculdade de Direito de São Paulo, obstruída por policiais e baderneiros anticomunistas. Em contrapartida, no dia 3 de março, os estudantes não permitiram que o reacionário ex-ministro Clemente Mariani proferisse a aula inaugural na Universidade Federal da Bahia. Após o incidente, a Universidade ficou fechada durante uma semana.

No comício da sexta-feira 13 de março, defronte à Central do Brasil, Brizola e Jango fizeram os lances mais altos. O primeiro reclamou a reforma da Constituição, se necessário com o fechamento do Congresso. Jango evitou ameaças e preferiu impressionar pelos dois grandes trunfos que tinha na mão: o decreto de encampação das refinarias particulares e o decreto da SUPRA, que declarava sujeitas a desapropriação as propriedades rurais superiores a quinhentos hectares, marginais de vias federais

numa faixa de dez quilômetros, e superiores a trinta hectares, marginais de açudes e obras de irrigação financiadas pelo governo.

No dia 15 de março, o presidente da República encaminhou mensagem ao Congresso com exposição de amplo projeto reformista, incluindo emendas constitucionais relativas à desapropriação de terras com pagamento em títulos públicos e à elegibilidade dos subalternos das Forças Armadas.

No dia 19 de março, as organizações orientadas pela direita golpista promoveram, em São Paulo, a primeira *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. As estimativas da multidão, que desfilou da Praça da República à Praça da Sé, vão de cem mil a oitocentas mil pessoas. Seja como for, era uma resposta ao comício do dia 13, no Rio.

No dia 24 de março, segundo revelação ainda de Paulo Schilling, o Comando Nacional dos Grupos dos Onze, reunido sob a presidência de Brizola, com a presença de líderes dos sargentos e marinheiros nacionalistas, avaliou as possibilidades de enfrentamento de um golpe e considerou que tinha maior probabilidade o golpe vindo da parte de Jango do que da parte da direita. No caso da iniciativa janguista, decidiu-se que as forças de esquerda deveriam aproveitá-la para transformar o golpe em começo da revolução.

De um lado e de outro, os adversários tomavam posição e o confronto parecia inevitável e muito próximo.

Foi quando Prestes consumou o ato final de subserviência à liderança burguesa.

Na noite de 17 de março, na comemoração do aniversário de *Novos Rumos* no auditório da ABI, no Rio, Prestes se referiu ao comício do dia 13 e declarou:

O povo veio à rua (...) para perguntar ao presidente da República se está disposto a colocar-se à frente do processo democrático e revolucionário que avança. E as massas puderam naquele dia tomar conhecimento de alguns atos do presidente da República, conhecer suas palavras em discurso que, sem dúvida alguma, podemos chamar de memorável. Porque, naquele dia, o presidente João Goulart, com os atos que assinou e com as palavras que enunciou, disse ao povo brasileiro que quer assumir a liderança do processo democrático em desenvolvimento em nosso País. (*Novos Rumos*, n. 264, 20 mar. 1964.)

Neste discurso na ABI, Prestes nem se preocupou com a declaração ritual sobre a hegemonia do proletariado. Entregou irrestrita e publicamente a direção da revolução a Jango. Levou o reboquismo a um ponto raramente atingido por um dirigente comunista. O pior é que Jango era um estadista burguês já esvaziado do apoio de sua própria classe.

A linha política do PCB, em cuja elaboração tomei parte, empurrava à plena luz o seu erro essencial. A burguesia brasileira não pode ser colocada na mesma cate-

goria da burguesia nacional chinesa, acerca da qual teorizou Mao Tse-tung, ou das burguesias de países atrasados da América Central, da África e da Ásia – burguesias incipientes e fracas, passíveis de condução hegemônica por um partido revolucionário vigoroso. No momento de 1964, a burguesia brasileira já era a classe dominante. Dispunha de grandes recursos econômicos, do aparelho de Estado, de equipes de intelectuais orgânicos e de uma rede de instituições para o trabalho ideológico. A pretensão do PCB de hegemonizá-la fundava-se numa ilusão. Sucedeu o contrário: o PCB é que foi hegemonizado.

O incidente detonador do golpe veio a ser a assembleia dos marinheiros, como podia ser algum outro, na atmosfera explosiva daqueles dias.

Na noite de 25 de março, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais comemorou o segundo aniversário com uma solenidade no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio. Diante de deputados da FMP, do octogenário João Cândido da Revolta de 1910 e de uma plateia de 1.200 pessoas, discursou o presidente da Associação, marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos, que a imprensa promoveu a Cabo Anselmo e assim ficou celebrizado. O ambiente estava agitado porque a maioria dos membros da diretoria da Associação tinha sido presa e outros marinheiros, como o próprio Anselmo, sofreram punições que deviam culminar na expulsão. Terminada a solenidade, um dos marinheiros propôs que se dirigissem todos ao Ministério da Marinha a fim de exigir do almirante Sílvio Mota a libertação dos companheiros presos e a anulação das punições. Prevaleceu a proposta menos agressiva de permanecerem reunidos no Sindicato até que suas reivindicações fossem atendidas.

O almirante Sílvio Mota ordenou a um contingente de cem fuzileiros navais que invadisse a assembleia e prendesse os insubordinados. Um terço do contingente abandonou as armas na rua e aderiu à rebelião. A outra parte se retirou do local. Enquanto isto, cerca de trezentos marinheiros saíram dos navios com a intenção de chegar ao Sindicato dos Metalúrgicos, em São Cristóvão, mas tiveram de recuar debaixo dos tiros dos oficiais postados no edifício do Ministério da Marinha. Dois marinheiros caíram feridos.

Jango regressou às pressas do Rio Grande do Sul e – com a anuência do CGT – nomeou o almirante reformado Paulo Mário Rodrigues para Ministro da Marinha. O novo ministro anulou a ordem de prisão contra o almirante nacionalista Cândido Aragão, comandante dos fuzileiros navais, e se entendeu com os rebeldes. Reduzidos a cerca de seiscentos, no dia 27, sexta-feira santa, os marinheiros concordaram em sair do Sindicato. Depois de identificados pela Polícia do Exército, foram libertados e anistiados. Mas os oficiais não permitiram que retornassem a bordo dos navios da Armada.

O que parecia uma solução se converteu no estopim da crise política. O Almirantado e o Clube Naval lançaram notas de protesto. O Clube Naval se declarou em assembleia permanente.

Como aconteceu no episódio do levante dos sargentos em Brasília, os marinheiros insubordinados receberam a solidariedade das entidades reunidas na FMP. Ainda no dia 27, circulou uma edição extra de *Novos Rumos* – a penúltima, com detalhada reportagem sobre a assembleia dos marinheiros e inequívoco apoio às suas reivindicações.

Na direção do PCB, considerava-se a possibilidade do golpe de direita. Mas a maioria do Comitê Central confiava cegamente no muito comentado dispositivo militar do general Assis Brasil, novo chefe da Casa Militar, logo depois escarnecido pela inépcia e leviandade.

Essa confiança no Estado burguês ficou expressa nas declarações de Prestes por ocasião do aniversário do PCB. Em conferência comemorativa no dia 27, no auditório da ABI, afirmou que não havia condições favoráveis a um golpe reacionário, mas, se este viesse, “(...) os *golpistas teriam as cabeças cortadas*”. No dia 29, por ocasião da festa que reuniu milhares de pessoas no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, repetiu a afirmação. Em face de avaliação tão autorizada e otimista, que podiam fazer os simples militantes, em geral já dominados pela aceitação da liderança janguista?

Tanto mais merece destaque Gregório Bezerra, ativo organizador de sindicatos rurais em Pernambuco, que se empenhou em obter armas para os trabalhadores do campo. Mas seus apelos ao governador Arraes ficaram sem resposta.

Acoplado à edição extra de *Novos Rumos* no dia 27, circulou o suplemento especial com as *Teses para o VI Congresso*, marcado para 1964. Elaborado no curso de todo um ano, o documento não podia refletir a conjuntura especial de março de 1964. Embora confirmasse a linha do Quinto Congresso, desviava-se dela em dois aspectos essenciais. O caráter dúplice e conciliador da burguesia nacional era posto em muito maior relevo e se acentuava a natureza restritiva da aliança com ela. Em seguida, a via da luta armada recebia espaço bem mais extenso e sua possibilidade se colocava quase a par com o caminho pacífico, ainda preferencial, mas recheado de previsíveis episódios de violências parciais. Submergido pelos acontecimentos daqueles dias, o documento quase não foi lido. O Sexto Congresso do PCB só se realizou em 1967, precedido por outro conjunto de Teses.

A comissão das Teses de 1964 tinha os seguintes membros, eleitos pelo Comitê Central: Luiz Carlos Prestes, Carlos Marighella, Mário Alves, Elson Costa, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira e Francisco Gomes. Reunia-se num conjunto de

duas saletas do edifício Avenida Central, na avenida Rio Branco, então o mais moderno do Brasil, o único com elevadores dotados de controle eletrônico. No mesmo edifício, localizava-se a sede do IPES. Teriam alguma vez os membros da comissão do PCB cruzado com o general Golbery do Couto e Silva e seus conspirativos colaboradores? Não é improvável. O destino de uns e outros foi completamente diverso. O general Golbery e seus colaboradores desfrutaram o poder burguês, com as mordomias a que dá direito. Da comissão do PCB, todos viveram o desconforto e a tensão de anos de clandestinidade. Exceto Prestes, que se exilou em 1971, os demais conheceram a prisão, com a tortura ou a morte imediata. Dos sete membros daquela comissão, Marighella, Mário Alves, Câmara Ferreira e Elson Costa terminaram seus dias no horror do enfrentamento com torcionários profissionais.

À noite do dia 30, Jango compareceu à solenidade promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube do Rio. Ao contrário do que esperava, vieram poucos sargentos do Exército, uma vez que os oficiais os retiveram na Vila Militar. Jango proferiu um discurso desafiador, sua última oração presidencial.

Em Minas, os generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes avaliaram o momento oportuno para desencadear o levante contra o presidente da República. De madrugada, puseram suas tropas em movimento, antecipando-se ao comando do general Castello Branco, que previa o dia 2 de abril para início da operação golpista. A precipitação ousada dos generais Mourão e Guedes se revelou acertada.

Na manhã do dia 31, chegaram ao Rio as primeiras notícias imprecisas sobre o levante em Minas Gerais. Improvisou-se uma reunião dos membros do Comitê Central, que se encontravam na cidade. Segundo relata Apolonio de Carvalho, presente à reunião, o despreparo diante da emergência só permitiu a resolução de que Prestes tentasse um contato com Jango.

Logo ao início da tarde, o CGT difundiu a convocação de greve geral para o dia seguinte. Quase à noite, Prestes telefonou para a sede da CNTI e propôs a retirada da convocação grevista, sob o argumento de que daria margem a provocações e era desnecessária, uma vez que o governo dispunha de força militar suficiente para sufocar o levante. A proposta do secretário-geral do PCB implicava escandalosa passividade e não foi acolhida. No dia 1º de abril, circulando pela última vez em edição extra, *Novos Rumos* conclamava à greve geral e à defesa do Governo legal contra o movimento golpista.

Acontece que o CGT, viciado no reboquismo, tampouco estava à altura do desafio. Raphael Martinelli, um dos seus diretores e também presidente da Federação

Nacional dos Ferroviários, relata que, às três e meia da tarde do dia 31, a polícia de Lacerda invadiu facilmente a sede da Federação Nacional dos Estivadores, onde se realizava rotineira reunião de cerca de trinta dirigentes estaduais da corporação. Ali foram presos os membros da direção do CGT Osvaldo Pacheco, secretário-geral, o deputado e líder ferroviário Demistóclides Batista e o comandante-aviador Mello Bastos. Ainda deu jeito de telefonar ao almirante Aragão e a chegada de uma tropa de fuzileiros navais afastou os policiais lacerdistas.

No dia 1º de abril, a convocação de greve geral só teve cumprimento no Rio, em Santos e em alguns setores ferroviários do Rio, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Na Guanabara, cometeu-se o erro de paralisação completa dos transportes, o que impediu a locomoção dos trabalhadores até o centro da cidade. Somente umas quatro mil pessoas reuniram-se na Cinelândia e manifestaram seu protesto diante do Clube Militar. Para surpresa de quase todos, uma tropa do Exército, recebida com aplausos, dispersou a pequena multidão a tiros.

Dispenso-me de entrar em detalhes sobre a inação generalizada. Nenhuma das lideranças operárias e nacionalistas mostrou audácia e iniciativa de luta. *Todos ficaram à espera do comando do presidente da República*. Fracassaram não só os comunistas, mas também Brizola, Arraes, Julião e os generais nacionalistas. Jango não quis a luta, receoso de que a direção política lhe escapasse e se transferisse às correntes de esquerda. Colocou a ordem burguesa acima de sua condição política pessoal. Assim se deu a quarta e última queda da liderança populista.

No dia 31 de março, a situação não era ainda favorável aos golpistas do ponto de vista estritamente militar. Teria sido possível paralisar o golpe se, ao menos, alguma ação viável de contraofensiva imediata fosse empreendida. Sabe-se que Lacerda só contava com defesa muito precária no Palácio Guanabara. A tomada do Palácio pelos fuzileiros navais seria operação relativamente rápida e de enorme repercussão moral. O mesmo efeito de paralisia teria a dispersão dos recrutas, que desciam de Minas, por uma esquadrilha de aviões de bombardeio. A força-tarefa naval dos Estados Unidos, mobilizada no Caribe pela operação chamada *Brother Sam*, não alcançaria Santos antes do dia 11 de abril. Não trazia contingentes de desembarque e o seu objetivo era o do efeito de demonstração e o de apoio aos insurretos com armas, munições e combustível, na previsão de guerra civil prolongada. Já envolvidos na escalada da guerra do Vietnã, não seria fácil aos Estados Unidos manter uma segunda frente no Brasil. Havia tempo para preparar condigna recepção de repúdio à força-tarefa norte-americana, tanto do ponto de vista militar como da mobilização das massas populares.

Tornou-se corrente na literatura acadêmica a assertiva de que, no pré-64, inexistiu verdadeira ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo. Os golpistas teriam usado a ameaça apenas aparente como pretexto a fim de implantar um governo forte e modernizador.

A meu ver, trata-se de conclusão positivista superficial derivada de visão estática das coisas. Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse.

A hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas – tudo isto em conjunto explica o fracasso da esquerda. Houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida.

Mais grave é que foi perdida de maneira desmoralizante. Com a definição incontestável no dia 1º de abril, já no dia 3 a operação *Brother Sam* era desativada no Caribe. Os generais triunfantes proclamaram que o Ocidente ganhou no Brasil formidável vitória a baixíssimo custo.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas dos Capítulos 6, 7 e 8: Coleções de 1962, 1963 e 1964 do diário *O Estado de S.Paulo* e do semanário *Novos Rumos*; Coleções de 1963 e 1964 dos periódicos *A Classe Operária*, *Liga*, *Brasil Urgente* e *Panflete*; Entrevista de Eunício Prescílio Cavalcanti, ex-sargento do Corpo de Fuzileiros Navais. São Paulo, 6 ago. 1984; Entrevista de Antônio Duarte dos Santos, ex-marinheiro e diretor da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. São Paulo, 22 nov. 1986; Entrevista de Raphael Martinelli, líder sindical comunista e membro da direção do CGT. São Paulo, 24 nov. 1986; “Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – Declaração”. *Estudos Sociais*, n. 12. Rio de Janeiro, abr. 1962; “Teses para discussão”. Suplemento Especial de *Novos Rumos*, 27 mar. 1964; Alves, Mário. “Dois caminhos da reforma agrária”. *Estudos Sociais*, n. 13. Jun. 1962; Id. “A burguesia nacional e a crise brasileira”. *Estudos Sociais*, n. 15. Dez. 1962; *Plano*

Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. 1963-1965. (Síntese). Presidência da República, dez. 1962; Alves, Mário & Singer, Paul. *Análise do Plano Trienal*. Rio de Janeiro, Ed. Universitária, 1963; Gorender, Jacob. “E inaceitável, após a crise, a pacificação às custas do povo”. *O Metropolitano* (Suplemento de *O Diário de Notícias*). Rio de Janeiro, 30 set. 1961; Id. “A alternativa conciliadora do Plano Trienal”, “O Plano Trienal e o combate à inflação”, “Plano Trienal a caminho da falência”, “Reforma ou negociata agrária?” e “Problemas da reforma agrária radical”. *Novos Rumos*, 8 fev. 1963, 15 fev. 1963, 19 abr. 1963, 31 mai. 1963 e 7 jun. 1963; Id. “Contradições do desenvolvimento econômico no Brasil”. *Problemas da Paz e do Socialismo*, Rio de Janeiro, fev. 1963; Id. “Sobre a atuação política das Forças Armadas”. *Voz Operária. Tribuna de Debate*, n. 1 e 2. Set. 1966; Id. “1964: o fracasso das esquerdas”. *Movimento*, n. 299. São Paulo, 23 mar. 1981; Julião, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962; Id. “A reforma agrária socialista”. *Liga*. Rio de Janeiro, 5 fev. 1964; Borges, Fragmon Carlos. “O movimento camponês no Nordeste”. *Estudos Sociais*, n. 15. Dez. 1962; Bastos, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984; Andrade, Manuel Correia de. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais do Nordeste (1957-1964)”. *Temas de Ciências Humanas*, n. 8. São Paulo, 1980; “Carta de Humberto de Alencar a Miguel Arraes”. In: *O comunismo no Brasil. Inquérito Policial-Militar n° 709*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1967. v. 4, p. 329-35; Telles, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1962; Delgado, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil. 1961-1964*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1986; Bandeira, Moniz. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Melso, 1962; Id. *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977; Ramos, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil. Problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961; Id. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1963; Santos, Wanderley Guilherme dos. *Reforma contra reforma*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963; Id. *Sessenta e Quatro: anatomia da crise*. Rio de Janeiro, Vértice, 1986; Moraes, Dênis de & Viana, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes, 1982; Prestes, Luiz Carlos. Entrevista-sabatina na TV Paulista. *Novos Rumos*. Suplemento especial de 24 jan. 1964; Id. Entrevista ao *Pasquim*. Rio de Janeiro, 2 nov. 1979; Bezerra, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 2v.; Cavalcanti, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi (Memórias)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. v. 1; Carvalho, Apolonio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997. p. 183-88; Borges, Mauro. *O golpe em Goiás. História de uma grande traição*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965; Schilling, Paulo. *Como se*

coloca a direita no poder. São Paulo, Global, 1979-1981. 2v.; Viana, Cibilis da Rocha. *Reformas de base e política nacionalista de desenvolvimento. De Getúlio a Jango*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980; Dines, Alberto et al. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964; Ianni, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. revista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978; Skidmore, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; Silva, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975; Carneiro, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965. 2 v.; Corrêa, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L&JPM, 1977; Parker, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977; Dreifuss, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981; Starling, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis, Vozes, 1986; Toledo, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo, Brasiliense, 1982; D Araújo, Maria Celina, Soares, Gláucio Ary Dillon e Castro, Celso, orgs. *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994; Moraes, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989; Caio Navarro de Toledo, org. *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997; Gorender, Jacob. “Era o golpe de 64 inevitável?”. In: *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Op. cit; Segatto, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995; Schwarz, Roberto. “Remarques sur la culture et la politique en Brésil. 1964-1969”. *Les Temps Modernes*, n. 288. Paris, jul. 1970; Fernandes, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro, Zahar, 1986; Saes, Décio. “Classe média e política no Brasil – 1930-1964”. In: Fausto, Boris, org. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1981. t. III, v. 10; Rodrigues, Leôncio Martins. “Sindicalismo e classe operária. 1930-1964”. Ibid.; Maranhão, Ricardo. “O Estado e a política ‘populista’ no Brasil”. Ibid.; Camargo, Aspásia de Alcântara. “A questão agrária: crise de poder e reformas de base. 1930-1964”. Ibid.; Silva, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981; Mattos, General Meira. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977; Costa, General Octávio. “Os militares na sociedade moderna”. *Política e Estratégia*, v. 4, n. 2. São Paulo, abr.-jun. 1986; Costa, Samuel Guimarães da. *Formação democrática do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957; Sodré, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, Ci-

vilização Brasileira, 1979; Einaudi, Luigi R. & Stepan, Alfred C. *Latin American development: changing military perspectives in Peru and Brazil*. Santa Monica, Rand Corporation, 1971; Stepan, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975; Id. *Oi militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986; Carvalho, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: Fausto, Boris, org. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1977. t. III, v. 9; Entrevista do ex-sargento do Exército Araken Vaz Galvão. In: Garcia, Marco Aurélio. *Contribuição à história da esquerda brasileira*, op. cit. *Em Tempo*, 3 jun. 1980; Coelho, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976; Fernandes, Heloísa. *Os militares como categoria social*. São Paulo, Global, 1978; Moraes, João Quartim de. “Alfred Stepan e o mito do poder moderador”. *Filosofia Política*, n. 2. Porto Alegre, L&PM, 1985; Id. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo, Siciliano, 1991 e 1994. 2v.; Parucker, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra. O movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. Tese de mestrado apresentada na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1992. Mimeogr.; Comblin, Padre Joseph. *A ideologia da segurança nacional. O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978; Hobsbawm, Eric J. “Civis x Militares na política do século XX”. In: —. *Revolucionários. Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; McClintock, Cynthia & Lowenthal, Abraham F., coords. *El Gobierno Militar. Una Experiencia Peruana. 1968- 1980*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1985.

No dia seguinte ao golpe

A vitória fulminante dos golpistas pôs a esquerda em fuga. A corrida aos abrigos improvisados impôs-se como primeira necessidade.

Os vencedores não perderam tempo no desmantelamento da rede de organizações em que se apoiava a FMP. Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisado queimaram a sede da UNE, na Praia do Flamengo. Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídio, no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado.

Este desbarato momentâneo não destruiu a esquerda. O corpo de ativistas não teve senão perda parcial. Algumas centenas de políticos, sindicalistas e professores tomaram o caminho do exílio. Em uns tantos casos, sem motivação que não a do pânico. Uma parte dos militantes cessou a atuação política, ao menos momentaneamente. Mas a maioria se pôs à procura de rearticulação na clandestinidade. O anseio pela desforra se tornou o sentimento mais acirrado.

O governo Castello Branco dispunha de força suficiente para impor medidas de estabilização financeira conforme a técnica recessiva do FMI. Agora, vinham de Washington créditos folgados e apoio confiante. Aplicou-se com brutalidade o arrocho

salarial, pedra de toque da pretendida estabilização. Sucede que, durante o período recessivo, não só os operários se viram prejudicados pelo desemprego e perda do poder aquisitivo. Também as camadas médias sentiram o aperto e mostraram descontentamento. Falência; e concordatas desabaram sobre os empresários mais fracos.

Apesar dos expurgos e outras arbitrariedades, o governo Castello Branco sofreu duas graves derrotas nas eleições diretas para os governos de onze Estados, em outubro de 1965. A vitória dos pessedistas Negrão de Lima, na Guanabara, e Israel Pinheiro, em Minas, ganhou o significado de revanche que prestigiava o ex-presidente cassado Juscelino Kubitschek. A oficialidade da Vila Militar, no Rio, ameaçou impedir a posse dos dois governadores eleitos, mesmo à custa da queda do general-presidente. Um acordo entre este e o general Costa e Silva, Ministro da Guerra, acalmou os ânimos nos quartéis, ao preço de novo Ato Institucional e da garantia da sucessão de Castello pelo próprio Costa e Silva. Dando um passo adiante no processo de fechamento do regime, o Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos e enfiou o Congresso na camisa-de-força do bipartidarismo bitolado, reabriu o processo de cassações de direitos políticos e submeteu a tribunais militares os civis incurso em crimes contra a segurança nacional.

Se, no âmbito da política econômica e financeira, a equipe comandada pelos Ministros Roberto Campos e Gouvêa de Bulhões aplicou um conjunto coerente de medidas, o mesmo não se deu no plano propriamente político. Como já afirmei, a conspiração direitista pré-64 partiu de diversos núcleos e nunca chegou a ter comando plenamente unificado. Se, no primeiro momento, houve acordo geral das frações da classe dominante na entrega do poder às Forças Armadas, a ideia de um regime militar duradouro não estava nos planos de importantes conspiradores, em particular os candidatos à presidência da República. Tampouco o embaixador Gordon, conforme revela sua correspondência diplomática, julgou que aquela fosse a melhor solução.

Mesmo nas Forças Armadas, não havia convicção generalizada acerca das características e da duração do regime militar. Em seguida à turbulência do final de 1965, o presidente Castello Branco cuidou de deixar ao seu sucessor uma nova Constituição, aprovada pelo Congresso mutilado e coagido. Em contraste com a de 1946, a Constituição de 1967 hipertrofiou o Executivo, porém estabeleceu normas restritivas do arbítrio autoritário. A intenção legitimista de Castello Branco se frustrou pelos acontecimentos de 1968. O Ato Institucional nº 5 consumou o fechamento completo da ditadura militar.

Fez-se a identificação da ditadura militar com o fascismo. Penso ser uma tese falsa, pois esconde exatamente o mais peculiar do regime político imperante de 1964 a

1985: o comando ostensivo do Estado pelas Forças Armadas (não por um caudilho militar). A direção do Estado não foi monopolizada por um partido fascista – que se torna residual ou desaparece praticamente após a queda do regime fascista –, mas pela instituição estatal *permanente* detentora do exercício superior da coerção.

Ao invés de *fascistização*, houve a *militarização* do Estado.

A ocupação da chefia do Estado pelo alto comando do Exército, dando sequência a cinco generais-presidentes, adquiriu a aparência de uma dominação estamental. O que explica o extraordinário êxito da reedição em 1975 de *Os donos do poder*, ambiciosa síntese historiográfica de Raymundo Faoro. Com efeito, talvez em nenhum outro momento, a sociedade brasileira *pareceu* tão subordinada a um estamento burocrático senhor do Estado. Já hoje se percebe que a militarização do Estado serviu aos interesses da burguesia brasileira. Por sua vez, a burguesia aceitou as exigências corporativas de autopreservação institucional das Forças Armadas. Enquanto tal, a ditadura militar representou uma forma da dominação burguesa, caracterizada pela coerção extremada exercida sobre as classes subalternas.

Referências Bibliográficas: Faoro, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. revista. Porto Alegre, Globo, 1976; Santos, Theotonio dos. *Socialismo o fascismo—Dilema latinoamericano*. Santiago, Prensa Latinoamericana, 1969.

Ideias que fizeram a cabeça da esquerda

A grandes traços, tentarei reproduzir o quadro de ideias germinativas na esquerda brasileira, durante os anos 1964-68. Na incidência de uma ou outra tiveram origem orientações de pensamento traduzidas em dissensões políticas e cisões organizativas.

A questão da burguesia nacional não podia deixar de ser um dos temas centrais. Debate que já vinha do pré-64, tornou-se avassalador nos primeiros anos pós-golpe. Daí a extraordinária recepção de *A revolução brasileira*, livro de Caio Prado Jr. lançado em 1966.

Um dos maiores historiadores brasileiros e um dos poucos marxistas do escalão da alta cultura nacional, Caio era militante do PCB respeitado pela firmeza, incluindo-se a passagem nas prisões (não foi poupado pela ditadura militar, que o encarcerou durante ano e meio, em 1970-1971). Através da *Revista Brasiliense* por ele editada, Caio fustigou a linha política do PCB, atacando o reboquismo com relação ao governo Kubitschek, qualificado como o mais entreguista da história nacional, e ao governo Goulart, cuja corrupção parecia até justificar sua derrubada. *A revolução brasileira* não trouxe propostas extremadas, bem ao contrário. Delineava uma tática defensiva de luta dos trabalhadores da cidade e do campo por melhorias salariais e de luta geral por modestos objetivos parciais na frente anti-imperialista. Nenhuma alusão sequer longínqua à luta armada. O que prestigiou o livro nos meios de esquerda foi a sua perspectiva socialista e, sobretudo, a crítica mordaz à tese do PCB sobre a existência de uma burguesia nacional anti-imperialista – ente imaginário causador

de erros políticos imperdoáveis. Sendo a agricultura brasileira já inteiramente capitalista, dominada pelas relações de trabalho assalariado, também era estultice a luta pela reforma agrária de orientação camponesa. O autor massacrou a tese pecebista sobre o feudalismo no passado histórico do País e as consequentes “sobrevivências feudais” na atualidade. O livro misturava penetrantes observações inovadoras a ideias antiquadas já superadas pela realidade (como a da persistência do antigo sistema colonial) e a flagrantes desacertos de análise (como a da negação da existência do campesinato no Brasil).

A obra de Caio Prado Jr. trouxe reforço à depreciação implacável do populismo – *bête noire* tanto da direita como da esquerda.

A ditadura militar investiu furiosamente contra todos os políticos coniventes com o populismo getulista. Nem Juscelino foi poupado, apesar de nunca ter sido populista. Teve os direitos políticos cassados, perdeu o mandato de senador e o submeteram a humilhações em inquérito policial-militar.

Já a esquerda martelou o populismo sem distinguir entre a negação da subserviência diante da burguesia e motivações ideológicas desavindas com a realidade histórica.

Ao nível da sociologia acadêmica, o ataque começou com os artigos de Francisco C. Weffort publicados pela *Revista Civilização Brasileira* (ver “Raízes do populismo em São Paulo”, no nº 2, de maio de 1965; “Estado e massas no Brasil”, no nº 7, de maio de 1966). A pesquisa factual informativa não escondia o moralismo de fundo udenista, que apreendia no populismo quase somente o aspecto da manipulação das massas.

Notável repercussão obteve o livro de Octavio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil*, lançado nos começos de 1968. Nele encontramos uma sistematização acadêmica do pensamento de parte da esquerda radical. Segundo Ianni, a economia brasileira havia entrado na fase de internacionalização incompatível com o populismo, uma vez que este não mais conseguia refrear as lutas dos trabalhadores. Daí o abandono do populismo pela burguesia associada ao capital estrangeiro. A dependência estrutural do Brasil encerrava a tendência também estrutural ao fascismo. As esquerdas não praticaram uma “política de classes” e se deixaram contaminar pela “política de massas” própria do populismo e pelas propostas de reforma do capitalismo subdesenvolvido. O autor sugeria que a POLOP e a AP tinham sido as organizações menos viciadas pela contaminação populista burguesa e, por conseguinte, mais aptas a proceder à “purificação” da esquerda. O que significava luta “pura” pelo socialismo, sem os desvios e impasses das reformas intermediárias.

A aversão emocional ao populismo atingiu o terreno das artes e aí deslizou para a aversão à própria massa popular, na filmografia de Glauber Rocha. *Terra em transe*,

de 1967, satiriza o líder populista e as massas imbecis que se deixam enganar. Nada a esperar dessas massas idiotizadas, mas do intelectual que sai atirando de metralhadora. Em *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*, de 1969, Glauber prenuncia sua aderência ao regime militar, à época do governo Geisel. Naquela película, uma rebelião camponesa toma a feição de *Kitsch* operístico: o líder camponês morre crucificado a uma árvore, enquanto se ouve a ária cantada por voz de soprano, que sublinha o ridículo da cena. Na alegoria final, quem assume a luta contra o latifundiário e o vence é o representante da repressão policial – Antônio das Mortes, o mercenário caçador de cangaceiros. Muito diferente de *Deus e o diabo na terra do Sol*, filme do período anterior a 1964 e no qual a criação artística se conjugou à empatia pelos camponeses.

A tese da estagnação econômica duradoura, elaborada por Celso Furtado, foi outra coqueluche da esquerda nesta fase. Já nos começos de 1964, pouco antes do golpe direitista, Furtado deu a público *Dialética do desenvolvimento*, misto de demonstração analítica e de lamentação ideológica sobre a falência do desenvolvimentismo. O objetivo de tornar a economia brasileira autônoma e autossustentada estava perdido. Em 1966, aparece *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, livro no qual Furtado formaliza um modelo econômico dualista em que o setor industrial moderno dos países subdesenvolvidos atinge um ponto de equilíbrio estacionário com o setor arcaico da economia de subsistência. Aí estava a demonstração de que determinações estruturais faziam o capitalismo inviável no Brasil. O surto desenvolvimentista dos anos 1950 desembocara no atoleiro da estagnação. Em 1968, *Um projeto para o Brasil* expõe a possibilidade de rompimento do estado de estagnação mediante um elenco de medidas, centralizadas na mudança do perfil da distribuição de renda em benefício do investimento produtivo e do consumo das camadas mais pobres. Remédio obviamente extraído do receituário keynesiano. Já os leitores de esquerda filtraram da tese da estagnação estrutural conclusões que vinculavam a ditadura militar ao impasse do capitalismo no Brasil e reforçavam a perspectiva socialista.

Toda esta produção das ciências sociais, direta ou indiretamente, se inspirava na *teoria da dependência*, prestigiada nos meios acadêmicos franceses e anglo-americanos. Por isso mesmo, assimilada e amplamente difundida nos meios universitários brasileiros. A caracterização do Brasil como país dependente fazia parte da concepção marxista do PCB. Agora, esta caracterização chegava atualizada e remodelada dos grandes centros de pesquisa econômica e sociológica da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. De maneira imediata ou remota, suas matrizes eram as ideias de Trotski e de Rosa Luxemburg. A teoria da dependência absolutizou a causalidade do sistema imperialista mundial e levou à subestimação ou à omissão da causalidade interna de

cada país. Uma vez estabelecido que o sistema mundial está maduro para o socialismo, segue-se que todos os países nele integrados e dele dependentes, não importando peculiaridades diferenciais, também se encontram às bordas da revolução socialista. O exame dos documentos programáticos de algumas das organizações da esquerda brasileira – VAR-Palmares, VPR, MR-8, PRT, POC – revela que *integração e dependência* são os conceitos-chave mais repetidos na caracterização socioeconômica do Brasil. Derivação comum da teoria da dependência demasiado flagrante.

A influência internacional tinha outra fonte importantíssima nas lutas revolucionárias dos países de predominância camponesa. As vitórias das revoluções cubana e argelina, a guerra travada pelo Vietnã contra os Estados Unidos e a Revolução Cultural chinesa impressionaram tremendamente a juventude politizada dos anos 1960. Daqueles eventos e do que sobre eles se escreveu ressaltava uma conclusão: a da potência revolucionária do campesinato.

No folheto *Salve a vitória da guerra popular!*, Lin-Biao, o impulsionador da Revolução Cultural chinesa, sumariou a estratégia revolucionária do cerco das metrópoles imperialistas industrializadas pelos países camponeses do Terceiro Mundo. No interior destes países explorados, o campesinato devia ser o aríete da guerra popular que derrubava as muralhas das cidades – fortalezas onde se sediava o poder opressor. Lin-Biao escreveu sobre o cerco da *cidade mundial* pelo *campo mundial* sem mencionar Bukharin, o legítimo autor original da imagem metonímica. Não convinha remontar explicitamente ao teórico bolchevique russo, colocado no banco dos réus como expoente do “desvio de direita” e executado por ordem de Stalin, sob a acusação caluniosa de traição.

Calcados principalmente na própria experiência, que pretendiam tivesse validade universal, os escritos cubanos salientavam a impossibilidade do êxito da luta revolucionária quando se trava nas cidades, onde o inimigo concentra seu poder. O *locus* privilegiado da revolução só pode ser o campo, onde o inimigo se vê obrigado a dispersar as forças, enquanto os revolucionários recebem o apoio dos camponeses para a guerra de guerrilhas. Deste estreito embasamento conceitual se desdobrou a *teoria do foco guerrilheiro* ou *foquismo*, que abordarei adiante.

Foi possivelmente em *Os condenados da Terra*, publicada em 1961 e última obra de Frantz Fanon, que a tese da superioridade revolucionária dos camponeses ganhou exposição mais taxativa. Nos países colonizados – afirmava Fanon, médico negro da Martinica identificado com a revolução argelina –, o proletariado urbano constitui pequena camada e pertence ao rol dos privilegiados. Os camponeses são a imensa maioria, nenhum privilégio lhes concede o colonizador, nada têm a perder.

Daí serem eles a única força realmente revolucionária. Ao lado deles, situam-se os marginais, o lumpemproletariado. Marx não confiava no lumpen, nos trabalhadores degradados pelo vício e pelo crime. Porém, nos países atrasados e oprimidos, as circunstâncias são diferentes. O marginal, seja cafetão ou prostituta, pode ser arrancado da colaboração com a polícia e convertido em revolucionário.

Semelhante valorização do campesinato e mesmo do lumpemproletariado se acoplava à literatura econômica e sociológica que, nos anos 1950 e 1960, pôs em destaque a estabilização do sistema capitalista nos países desenvolvidos e a incorporação da classe operária entre os beneficiários deles. Demais disso, a classe operária se encontrava em processo de redução relativa no conjunto da população. Perdia-se a expectativa revolucionária depositada pelo marxismo na classe produtora da mais-valia. Agora, a esperança de que o sistema capitalista pudesse ser quebrado vinha somente daqueles excluídos do rol dos seus beneficiários, porque mantidos à margem do sistema – as minorias desempregadas e superexploradas, como os negros nos Estados Unidos e os povos párias do Terceiro Mundo, que só conheciam as misérias e atrocidades do capitalismo. Baran, Sweezy e Marcuse prestigiaram tal enfoque e o puseram em grande voga. *O capital monopolista*, dos dois primeiros, e *O homem unidimensional*, de Marcuse, disseminaram a conclusão sobre a impotência do proletariado e o impulso revolucionário dos marginalizados.

À mesma época, no Brasil, o ceticismo com relação à classe operária tomou forma na produção sociológica que apontou no operariado paulista – em grande parte recém-egresso do campo ou de pequenas cidades do interior – uma categoria social de gente satisfeita e conservadora. Na Grande São Paulo, os operários e suas famílias ascendiam na escala social, conquistavam situação material muito melhor e desfrutavam direitos nunca antes conhecidos. Já tinham feito sua revolução individual e não precisavam da revolução social. Como sempre, o positivismo sociológico captava aspectos da realidade, mas omitia contradições dinâmicas e se limitava à exposição do quadro conjuntural fragmentário e estático.

No âmbito da filosofia marxista, a grande novidade dos anos 1960 foi a irrupção do estruturalismo, na versão que lhe deram Althusser e seus colaboradores.

Os primeiros quinze anos do pós-guerra se assinalaram pela ênfase no caráter *humanista* do marxismo, pela valorização do indivíduo e dos princípios democráticos. Centenas de livros e artigos se escreveram sob inspiração do jovem Marx, o autor dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Era uma linha ideológica desenvolvida na polêmica com o existencialismo de Sartre, também autoproclamado humanista, e com os teólogos católicos e protestantes motivados pela atualização da doutrina so-

cial cristã. Favorecido ademais pela *desestalinização* soviética, o humanismo marxista conduzia à ideia do caminho pacífico da revolução.

O estruturalismo de Althusser declarou a questão do humanismo um falso problema para o marxismo, uma vez que o *homem* inexistia. Eliminou a subjetividade em favor do objetivismo absoluto, do qual fez o pedestal para um novo formalismo com aparência cientificista. O marxismo nada tinha a ver com ideologia. Era ciência e somente ciência. A ciência da luta de classes e da revolução. Stalin começava a ser reabilitado e Mao Tse-tung resplandecia. A novidade althusseriana foi recebida com entusiasmo pela intelectualidade esquerdista brasileira, que procurava no marxismo um dispositivo produtor de certezas incontrovertidas.

Nos anos 1970, o estruturalismo apareceu inteiramente como escolástica e floresceu nos meios universitários brasileiros, adaptado à censura ditatorial pela eliminação de qualquer elemento revolucionário.

Fortuna diversa teve Gramsci. Precisamente nos anos 1960, vêm ao mercado as primeiras traduções de suas obras. Mas encalham nas prateleiras das livrarias. O interesse das esquerdas não é atraído por elas. O que se compreende: Gramsci teorizou sobre as *condições* ideológicas e institucionais da violência. A esquerda radical brasileira não queria saber de condições. Procurava justificativas para a violência *incondicionada*.

Já mencionei meu engajamento na propaganda do humanismo marxista. Tentei mesmo passar para um livro o que difundia através de conferências. Durante alguns anos, lutei com o projeto, enchi cadernos de anotações e não consegui chegar à primeira lauda do texto. A época, atribuí o fracasso à insuficiência cultural do autodidata envolvido nos absorventes problemas da política prática. Hoje, verifico que se tratava muito mais de impasse teórico, acerca do qual não tinha clareza. Seja como for, felicito-me por não ter escrito aquele projeto de livro. Mas a atração discursiva do humanismo não foi tempo perdido, porque me forneceu elementos de resistência à moda do estruturalismo.

Enquanto me debatia com o humanismo, precisava também enfrentar, nas reuniões clandestinas de estudantes e intelectuais, os problemas colocados pelo livro de Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*. Não tinha respostas satisfatórias. Reconheci minha ignorância sobre a história da sociedade brasileira e assim nasceu o projeto de um estudo historiográfico sistemático. Era o ano de 1967 e eu já estava condenado a cinco anos de prisão no chamado *Processo das Cadernetas de Prestes*. Nem pensar em frequentar bibliotecas públicas ou livrarias, em sua maioria situadas no centro de São Paulo. Apesar disso, incentivado e ajudado por uns poucos companheiros, comeci a pesquisa que se fixou, dez anos depois, nas páginas de *O escravismo colonial*.

Receitas para a luta armada

À exceção da maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. Seguiu-se que a luta armada, não travada contra o golpe de direita, tornava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos. Se tal raciocínio se cristalizou em axioma, nem por isso unificou a esquerda. A questão da luta armada se acrescentavam outras, concernentes, aos antecedentes partidários e doutrinários, a influências teóricas de origem nacional e internacional, pressões de países socialistas, limitações regionais etc.

O cruzamento destas e outras variáveis explica a proliferação de tantas siglas na esquerda daqueles anos. O número de siglas não tem relevância quando o apoio de massas funciona como seletor. Nas fases de ascenso político, prevalece a tendência aglutinante, importando menos para a ação prática que pequenos grupos sobrevivam à margem das grandes organizações ou gravitem em torno delas. Já nas fases descendentes, após o impacto de derrotas e no ambiente de refluxo do movimento de massas, em condições de clandestinidade cada vez mais densa, quando o intercâmbio flui através de precários canais, prevalece a tendência à fragmentação, às cisões repetidas. São as fases de *rachas*, de divisões e subdivisões, às vezes motivadas por questões secundárias ou pelas rivalidades personalistas.

Examinemos agora as matrizes intelectuais da luta armada.

Naquela época, o foquismo era a teoria oficial da Revolução Cubana. Em julho de 1962, assisti em Montevideu ao Congresso do Partido Comunista do Uruguai, na qualidade de delegado do PCB (a única vez que me confiaram uma delegação no estrangeiro). Ouvi Blas Roca, chefe da delegação cubana e antigo secretário-geral do Partido Comunista, expor a descoberta atribuída a Fidel Castro sobre a revolução que começa com um pequeno foco de guerrilheiros numa região camponesa, de preferência montanhosa. Embora conhecesse mal as circunstâncias da Revolução Cubana, constatee a simplificação, a omissão de determinações históricas e a pretensão injustificada à generalidade, que se projetavam na exposição do veterano Blas Roca.

A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através dos escritos de Ernesto Che Guevara, desde *A guerra de guerrilhas*, de 1960, e de Régis Debray. Deste último, *Revolução na revolução?*, folheto de 1967, suscitou entusiasmo instantâneo. Muito depois, no livro publicado em 1974, o intelectual francês ensaiou algumas ressalvas ao folheto, porém não chegou a fazer autocritica. Deixo de lado *La critique des armes* não só pelas deformações fatuais e pela pobreza de ideias, como, sobretudo, porque já nenhuma influência marcou na esquerda brasileira.

O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos. Guevara dizia que a revolução latino-americana seria *continental*, impondo-se por cima de diferenças nacionais secundárias, e *diretamente socialista*. A simpatia inicial de forças burguesas, como se deu em Cuba, constituía excepcionalidade irrepetível. Tampouco se repetiria outra excepcionalidade: certa leniência do imperialismo norte-americano, que se deixou enganar acerca das intenções e da integridade dos revolucionários da Sierra Maestra.

Se já existiam as condições objetivas, também eram necessárias as condições subjetivas, conforme ensina o marxismo. Ou seja, a vontade de fazer a revolução por parte das forças sociais por ela beneficiadas. Aqui entrava a grande descoberta: as condições subjetivas podiam ser criadas ou rapidamente completadas pela ação de um foco guerrilheiro. Este funcionava como o pequeno motor acionador do grande motor – as massas.

Em *A guerra de guerrilhas*, Guevara ainda faz a ressalva sobre a inviabilidade do foquismo em países sob regimes constitucionais, nos quais se realizem eleições, mesmo fraudulentas. Escritos posteriores do próprio Che anularam a ressalva, salientaram o beco sem saída das formas legais de lutas de massas e converteram a guerrilha rural na forma absoluta da ação revolucionária.

O foco se iniciava com um punhado de homens e se punha a atuar entre os camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa contra ataques do exército (a predileção pelas montanhas denunciava um fácil geografismo). Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocavam da região inicial, levavam a luta armada a outras regiões e confluíam afinal para o exército rebelde capaz de infligir ao inimigo a derrota definitiva.

Inserido na onda de exaltação da guerrilha rural, Debray não só afirmou que as cidades são o túmulo da revolução, como se permitiu ridicularizar os revolucionários urbanos – acomodados “burgueses” da esquerda.

O foquismo trouxe outra novidade, que o singularizou: a ideia da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido. Os cubanos dirigiam uma crítica ácida, mas verdadeira, ao burocratismo e à corrupção que assolavam certos partidos comunistas. Ao invés de esperar por eles, o foco guerrilheiro assumia a responsabilidade de iniciar a luta. Todo o processo revolucionário se subordinaria à dinâmica germinativa da guerrilha rural, desde a luta de massas nas cidades à formação do novo partido revolucionário.

Em parte ou totalmente inspiradas no foquismo, guerrilhas ferveram na América Latina dos anos 1960. Na Colômbia, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, Argentina e Peru. Algumas dessas guerrilhas se confinaram em lugares isolados e remotos, enquanto outras viveram um momento efêmero. No Peru, os focos guerrilheiros simultâneos de Luis de la Puente Uceda (dissidente da APRA) e de Hector Bejar (dissidente do PC) foram aniquilados em 1965, no curto prazo de quatro meses. Em 1963, o Exército peruano já havia destroçado com facilidade a guerrilha de Hugo Blanco, líder trotskista prestigiado entre as massas camponesas da região de Cuzco, quando as comandou na ocupação de terras ociosas.

Em 1967, foi a vez do próprio Guevara aplicar sua teoria na Bolívia. Nem mesmo o malogro desta tentativa heróica conduziu ao exame despreconceituoso da teoria, ao menos em grandes setores da esquerda radical brasileira. Continuou válido o apelo guevarista para que surgissem novos Vietnãs, como se isto dependesse de um ato de vontade.

O foquismo se origina num dos mais interessantes mitos do movimento revolucionário mundial. O mito de que a Revolução Cubana chegou à vitória pelo poder mágico de doze ou dezessete sobreviventes da expedição do Granma, iniciadores da luta na Sierra Maestra a partir do nada, a partir do zero. Ainda não faz muito, na entrevista a Roberto D'Ávila, transmitida a 22 de dezembro de 1985 pela TV Manchete, Fidel Castro dizia: *“Começamos do zero, do nada, de um punhado de homens”*. Não há começo a partir do nada, exceto o que os crentes atribuem a Deus na teologia

judaico-cristã. O pequeno grupo comandado por Fidel Castro em nenhum aspecto corresponde à ideia do foco. Desde o primeiro momento, foi reconhecido pelos camponeses e neles encontrou simpatia e ajuda. Tanto que pôde travar as primeiras escaramuças apenas um mês depois da chegada à Sierra Maestra. Quatro meses mais, enfrentava vitoriosamente um combate de grande envergadura. E que, desde antes, o grande motor – as massas – já estava em funcionamento.

A luta guerrilheira cubana ficaria indefinidamente confinada ou seria esmagada, se já não encontrasse a campanha nacional à qual a guerrilha se associou e da qual terminou ganhando a direção. Esta campanha nacional contra a ditadura de Batista, de que participavam o Movimento 26 de Julho chefiado pelo próprio Fidel Castro e por Frank País, o Diretório Revolucionário, o Partido Comunista, sindicatos operários e mesmo correntes políticas burguesas, é que reduziu consideravelmente a eficiência do Exército de Batista e forneceu aos guerrilheiros elementos materiais e morais para as suas façanhas. O mérito excepcional de Fidel Castro consistiu em nunca ter desistido da luta armada, movido pela convicção certa de que só ela podia dar o golpe decisivo no aparelho de Estado burguês e levá-lo ao desmantelamento. Esta tenacidade para recomençar após sucessivas derrotas aparentemente terminais, vinculada à arte política criativa e audaz, fez de Fidel Castro o maior líder revolucionário da América Latina, no século XX.

Por conseguinte, nem mesmo o caso de Cuba se ajusta à teoria do foco. Esclarecedor a respeito é o valioso livro de Vania Bambirra.

Conforme demonstrou magistralmente Eric Wolf, as lutas camponesas tendem por si mesmas ao isolamento regional e só saem dele quando se associam a uma causa nacional. Na China, foi a guerra antijaponesa que transformou o exército de Yenam numa força capaz de derrubar Chiiang-kai Chek. No Vietnã, a luta camponesa se identificou à guerra de libertação contra o colonizador francês. O mesmo na Argélia. Em Cuba, a guerrilha encontrou o terreno preparado pelo movimento nacional contra a ditadura de Batista. Na Nicarágua, a vitória foi o fruto da luta nacional contra a ditadura de Somoza, travada pelas três correntes guerrilheiras unificadas no campo e em Manágua.

Os casos contrários, de guerrilhas rurais mantidas em prolongado confinamento local ou regional, são ilustrativos: Colômbia, Guatemala, Peru, Filipinas. O caso de El Salvador fica à parte: ali, a guerrilha só não venceu ainda por causa da intervenção maciça dos Estados Unidos.

Por que, então, a reiteração até hoje de que em Cuba tudo começou do zero, do nada?

No momento da fuga do ditador Fulgencio Batista, o exército rebelde se tornou a única força militar organizada e senhora do poder de coerção. Só isto e mais o prestígio nascido do combate guerrilheiro faziam de Fidel Castro o líder incontestado da revolução. Mas era preciso sancionar o monopólio material da coerção pela legitimação ideológica perante as demais correntes participantes da revolução e perante as massas. Para isto é que serviu e continua a servir o mito criacionista do punhado de heróis iniciadores de tudo a partir do nada.

Em 1966, começaram a circular de mão em mão os exemplares mimeografados do folheto *Salve a vitória da guerra popular!*, cujo autor, Lin-Biao, desapareceu misteriosamente em 1971. A concepção chinesa da guerra popular tinha em comum com o castro-foquismo o privilegiamento do campesinato e da guerrilha rural, a ênfase no caráter revolucionário dos povos do Terceiro Mundo e o belicismo. As sentenças de Mao – *os imperialistas e os reacionários são tigres de papel, o poder nasce da boca do fuzil* – se tornaram senhas mágicas e contribuíram para forjar a atmosfera militarista da esquerda brasileira no final dos anos 1960.

Não obstante, o folheto de Lin-Biao apresentou duas divergências fundamentais em face do foquismo. Em primeiro lugar, subordinou o fator militar ao fator político. O exército guerrilheiro devia estar sob *direção absoluta* do partido comunista. O partido precede a guerrilha e esta não surge e se desenvolve senão mediante o trabalho político entre os camponeses. A perspectiva devia ser, por isso, a da *guerra popular prolongada*. Em segundo lugar, a liderança chinesa não endossou o objetivo socialista imediato, salientado nos escritos de Guevara, porém continuou a defender a concepção da revolução em duas etapas. Bem como a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa da revolução anti-imperialista e antifeudal.

Os agrupamentos trotskistas ortodoxos rejeitaram o foquismo e a estratégia chinesa da guerra popular. Sob o enfoque da revolução permanente, continuaram a se inspirar no modelo insurrecional soviético, seja no aspecto tático, seja no objetivo estratégico da ditadura do proletariado. Em consequência, atribuíram prioridade às lutas da classe operária nas cidades sob a direção do partido de vanguarda. Os trotskistas defendiam o caminho armado para a conquista do poder, porém recusaram o terrorismo e a luta armada isolada das massas.

Afora o PCB, por seu apego ao caminho pacífico e por ter se convertido em apêndice da oposição burguesa, foram os trotskistas ortodoxos o único segmento da esquerda brasileira que se imunizou inteiramente contra a febre militarista dos anos 1960.

Cabe aqui um esclarecimento de ordem semântica. O termo *militarismo*, dicionarizado como indicativo da preponderância dos militares na vida política, recebeu entre as esquerdas o significado de predomínio da tendência para a luta armada imediata. Organizações esquerdistas *militaristas* eram aquelas que adotavam formas de luta e de propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas.

Referências Bibliográficas: *Fidel Castro*. Coletânea de textos. Organização e introdução de Emir Sader. São Paulo, Ática, 1986; *Che Guevara*. Coletânea de textos. Organização e introdução de Eder Sader. São Paulo, Ática, 1981; Che Guevara. *A guerra de guerrilhas*. São Paulo, Edições Populares, 1980; Id. *Diário*. Introdução de Fidel Castro. São Paulo, Centro Editorial Latino-Americano, 1980; Id. *Textos políticos*. São Paulo, Centro Editorial Latino-Americano, 1980; Debray, Régis. *Revolução na revolução?* São Paulo, Centro Editorial Latino-Americano, s.d.; Id. *La critique des armes*. Paris, Seuil, 1974; Rojo, Ricardo. *Meu amigo Che*. 3. ed. São Paulo, Traço Ed., 1983; Bambirra, Vania. *La Revolución Cubana – Una reinterpretación*. 3. ed. México, Nuestro Tiempo, 1976; Löwy, Michael. *O pensamento de Che Guevara*. Lisboa, Bertrand, 1976; Lin-Biao. *Salve a vitória da guerra popular!* Mimeogr., s.d.; Mao Tse-tung et al. *La Revolución Cultural China*. 2. ed. Córdoba, Pasado y Presente, 1973; Invernizzi, Gabriele, org. *Sandinistas*. São Paulo, Brasiliense, 1985; Wolf, Eric R. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo, Global, 1984; Hobsbawm, Eric J. “O Vietnã e a dinâmica da guerra de guerrilhas”. In: —. *Revolucionários. Ensaios contemporâneos*, op. cit.

Do Partido ao Partidão

Em começos de maio de 1964, quando cheguei a São Paulo vindo de Goiânia, soube do salve-se-quem-puder das primeiras horas após a vitória do golpe. No dia 31 de março, muitos militantes acorreram às sedes do PCB e ali recebiam a orientação de se manterem em calma. Deviam aguardar o pronunciamento do general Amaury Kruel, comandante do II Exército, que ia acabar com o golpe. À noite, o general anunciou sua adesão ao movimento contra o governo constitucional. Adesão importante do ponto de vista militar, também permitiu o posicionamento claro do governador Adhemar de Barros. Os militantes do PCB recordavam com indignação as palavras levianas de Prestes na festa do Pacaembu, quando ameaçou as cabeças dos golpistas.

Embalada pelas ilusões da aliança com Jango, a direção do partido não se preveniu para uma situação de descalabro. Caso excepcional, Moisés Vinhas, membro do Comitê Central, havia preservado um aparelho da ilegalidade de dez anos atrás. Ali encontrei abrigo durante uma dúzia de dias. Depois, fui me arrumando de casa em casa e fiz da mudança uma rotina. Contando os seis anos de vida clandestina, devo ter passado por mais de trinta casas.

Os comunistas ainda recuperavam o fôlego, quando correu a notícia de que companheiros foram presos pelo DEOPS ou eram procurados para interrogatório a respeito de documentos encontrados na residência de Prestes. Começava o famoso episódio das cadernetas. Como em todos os casos de erro pessoal e intransferível, Prestes

lançou a culpa sobre um anônimo ferroviário, que supostamente esqueceu de retirar as cadernetas, ao proceder a “limpeza” da casa. Isenta-se de responsabilidade e não faz autocrítica, em depoimento que enganosamente anuncia autocríticas.

De fato, a Polícia vasculhou a residência do secretário-geral do PCB somente no dia 9 de abril. Militantes do partido se arriscaram antes a retirar o que puderam. Mas os policiais ainda acharam 54 pastas de documentos e 20 cadernetas de anotações (uma destas inexplicavelmente se extraviou e não consta dos autos do processo judicial). A questão a indagar é por que Prestes se permitia acumular essa papelada, sobretudo as cadernetas, em local tão devassado quanto a sua residência (que não era *aparelho*, termo do jargão comunista já consagrado como lugar usado para fins clandestinos).

A notícia do ocorrido trouxe dano moral devastador ao partido. Intelectuais foram humilhados nos interrogatórios do DEOPS, outros se esconderam por uns tempos. O material apreendido deu origem a um processo na Segunda Auditoria do Exército em São Paulo, concluído, em 1966, com sentenças de até dez anos de prisão. Mais tarde, ao julgar recurso de um dos réus, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as cadernetas não serviam de prova para a sentença condenatória. Porém isto não impediu que vários dos condenados em primeira instância sofressem prisão e alguns até cumpriram a pena integral arbitrada pelo Conselho presidido pelo auditor Tinoco Barreto.

O estrago maior resultou do conteúdo das cadernetas. Prestes comparecia às reuniões munido de uma caderneta folhuda, de doze por dez centímetros, de capas cartolinadas presas por espiral. Enquanto os outros falavam, sua grossa caneta-tinteiro deslizava incansavelmente pelo papel. Identificava os oradores pelo nome verdadeiro, pois ninguém usava nomes de guerra. A caprichada caligrafia do anotador torna a legibilidade perfeita. Durante cerca de três anos, a partir de meados de 1961, as cadernetas registraram centenas de reuniões, encontros e informações diversas. Para os órgãos de repressão policial, elementos de primeira ordem sobre a intimidade de uma organização fora da lei.

Volto à indagação da razão que levou Prestes a guardar consigo tão indiscreta coleção de cadernetas, cheias de anotações circunstanciais descartáveis para fins práticos. Não sou o primeiro a observar sua vocação para arquivista. Conserva tudo que se refere a ele, pois tem sempre viva a transcendência de sua personalidade histórica. Despreocupa-se das consequências que informações confidenciais podem provocar em poder do inimigo. As cadernetas e pastas de documentos da residência da Vila Mariana foram o terceiro arquivo que acumulou por vaidade e por negligência deixou cair em mãos da Polícia. Dessa vocação para arquivista tiraram proveito policiais,

procuradores e juízes de tribunais políticos. Com finalidades diferentes, também foi útil a juristas e historiadores.

Na segunda quinzena de maio de 1964, recebeu-se em São Paulo o primeiro pronunciamento da Comissão Executiva do PCB após o golpe. Sob o título *Esquema para Discussão*, era um escrito breve, do qual reproduzo os três únicos parágrafos que consegui recuperar, retirados do vasto e caótico inquérito presidido pelo general Ferdinando de Carvalho (Inquérito Policial-Militar nº 709):

Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação. Embora nos documentos do P. se í afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um governo nacionalista e democrático era a ação armada do povo e de parte das Forças Armadas, em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isto no terreno político, ideológico e prático (apesar das sucessivas crises e ameaças de golpe, não havíamos discutido a situação militar, não tínhamos meios para assegurar o funcionamento do P. em quaisquer condições etc.). É necessário examinar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo.

Neste esquema, cujo objetivo é orientar o P. para a ação prática imediata, damos apenas o primeiro passo no sentido de examinarmos as causas dessa derrota. Com a contribuição do P. será possível aprofundar a análise autocrítica e avançar no caminho da compreensão e superação de nossos erros.

Esta proposta surpreendente fazia pensar numa mudança de orientação da Executiva. Na verdade, o *Esquema* resultou de conjuntura muito efêmera. Ilhados no Rio, só Marighella, Mário Alves, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bonfim Jr. compareciam às primeiras reuniões da Executiva. Prestes não tinha segurança para locomoção e os demais membros do organismo dirigente estavam fora do Rio. Daí a transitória maioria de esquerda que permitiu a elaboração daquele documento. Com o retorno de Prestes e demais membros às reuniões, restabeleceu-se a maioria oportunista. Acentuada após as prisões de Marighella, em maio, e de Mário Alves, em junho. O *Esquema* foi revogado.

Enquanto tínhamos o respaldo do *Esquema*, sugeri a Câmara Ferreira a elaboração de um texto que avançasse proposições autocríticas acerca do pacifismo e do reboquismo pró-burguesia. Eu redigi o texto e ele providenciou a edição mimeografada e a circulação. Assim que tomou conhecimento do folheto, o secretariado estadual de São Paulo proibiu sua distribuição nas fileiras partidárias. Anos mais tarde, um dele-

gado do DEOPS me mostrou um exemplar apreendido desse trabalho assinado por Sabino Gonçalves, que esboçava ideias contra a linha política do Quinto Congresso. Quanto a mim, que não tenho hábitos de arquivista, perdi o acesso àquele texto.

No final de 1964, a direção nacional ire designou para atuar no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, encontrei ambiente de forte insatisfação com o Comitê Central. Ouvi a narração dos episódios dos dias do golpe. Apesar do abandono da capital pelo governador Meneghetti, que fugiu para Passo Fundo, Brizola não tomou a iniciativa de instaurar um governo alternativo, com apoio de unidades do Exército sob comando de oficiais nacionalistas. Sem liderança para enfrentar os golpistas, a massa popular reunida na Praça da Prefeitura se dispersou abatida pela decepção e amargura.

Entendi-me com Elói Martins, primeiro-secretário e suplente do Comitê Central. Em março de 1965, o Comitê Estadual aprovou uma Resolução Política desafiadora da linha oficial do PCB. Colocava em primeiro plano o caminho da luta armada, porém dentro de uma concepção distinta de iniciativas puramente militares como a do coronel Jefferson Cardim e de outros, já então renunciando a vaga de atos vanguardistas do final dos anos 1960. Segue-se um trecho da Resolução, também extraído do Inquérito Policial-Militar nº 709:

A preparação para a luta armada revolucionária não deve ser identificada com as concepções golpistas que prevalecem em certos setores da frente única. Os comunistas entendem que a luta armada revolucionária deve estar vinculada a todas as formas de luta de massas e chegar a assumir caráter de massas. A preparação da luta armada exige acumulação de forças e esta precisa se realizar através de todas as formas de luta de massas, inclusive as formas legais. Sem uma base de massas, organizada e combativa, o movimento armado não terá condições para eclodir ou ficará demasiado vulnerável diante do inimigo. Por sua vez, o movimento de massas, ao entrar em choques mais sérios com a reação, não deverá deixar-se surpreender, nos momentos decisivos, sem o apoio de um movimento armado, firmemente orientado, como aconteceu a 1º de abril de 1964. Para triunfar na luta pelo Poder, o movimento de massas carece, por conseguinte, do apoio armado, ao passo que a luta armada revolucionária só é viável com apoio no movimento de massas.

Em maio de 1965, viajei a São Paulo e tomei parte na primeira reunião do Comitê Central após o golpe.

A reunião tornou transparente a orientação que pretendia seguir a maioria, capitaneada por Prestes e Giocondo Dias. A linha do Quinto Congresso devia ser salva, sob alegação de que apenas fora mal aplicada. A causa da má aplicação teria sido o “desvio de esquerda”, expressão do jargão comunista que indica superestí-

mação das próprias forças, avaliação exagerada das possibilidades objetivas, ações precipitadas, isolamento das massas, sectarismo e por aí afora. No caso do PCB, o “desvio de esquerda” se caracterizou supostamente pelo golpismo, conhecido vício da política brasileira.

Havia responsáveis maiores e menores pelo golpismo. Os maiores precisavam ser individualizados, os menores eram referidos no plural sem face. Assim é que os ataques individualizados se concentram na Comissão de Educação (Mário Alves, Jacob Gorender e Apolonio de Carvalho) e na direção sindical (Jover Telles). Já estavam escolhidos os bodes expiatórios a serem sacrificados. Apesar de acusados do golpismo, nenhum dos indiciados tinha participação na alta política partidária, ao contrário de Prestes e Dias, diretamente envolvidos na manobra golpista de Jango.

Marighella compareceu à reunião com o moral elevado, prestigiado pela bravura de sua resistência à prisão. Evitou confronto com a maioria, pois tinha a intenção de conservar o posto na Comissão Executiva, na qual foi confirmado. Pensava utilizar o posto a fim de ganhar outras posições partidárias.

Fui o único a votar contra o informe político, acompanhado por cinco abstenções (ainda na prisão, Mário Alves estava ausente). Do episódio vieram a ter conhecimento os órgãos de repressão policial e dele se serviu o senador Jarbas Passarinho para justificar o terrorismo dos governos militares. Ora, meu voto solitário e vencido não podia ter ameaçado o regime dos generais. O discurso do senador se apoiou num fato contrário ao seu argumento.

Até setembro de 1967, ainda compareci a seis reuniões do Comitê Central. Nessas e em conversas laterais em São Paulo e no Rio, nossas posições se esclareceram. Marighella, Mário Alves – afastado da Comissão Executiva e deslocado para Minas, após passar um ano na prisão –, Jover Telles, Câmara Ferreira, Apolonio de Carvalho, Miguel Batista dos Santos e eu estávamos dispostos a levar a oposição até o rompimento. Decidimos permanecer no PCB e travar a luta interna, sem ilusão em triunfo. Nacionalmente, a oposição interna ao Comitê Central recebeu o nome de *Corrente Revolucionária* ou simplesmente *Corrente*.

A oposição era majoritária no Rio Grande do Sul e no Estado do Rio, onde Apolonio e Miguel Batista tinham os postos de comando. Na Guanabara, numerosas bases se posicionavam contra o Comitê Central. A reviravolta mais significativa se verificou em São Paulo. Em meados de 1966, o Comitê Estadual elegeu Marighella para primeiro-secretário, numa afirmação ostensiva de afinidade com sua posição oposta à linha política, já tornada pública através do livro *Por que resisti à prisão* e de outros

escritos. Hostilizado pela Comissão Executiva, Marighella se demitiu dela em dezembro daquele ano e continuou à frente do Comitê Estadual de São Paulo.

As perdas do Comitê Central na militância partidária refletiam sangrias substanciais em todas as frentes: entre os operários, os camponeses, os intelectuais e variados setores da classe média. No setor estudantil, a situação já era de desmoronamento. Na maioria dos Estados, surgiram as *dissidências* ou *correntes*, que ganhavam vida própria, seguiam orientação política independente e recrutavam adeptos para elas mesmas e não mais para o partido.

Em julho de 1966, a *Voz Operária*, órgão central clandestino, publicou as *Teses para Discussão* no Sexto Congresso. Manteve-se – o que é notável – o precedente democrático da discussão livre pela imprensa, mesmo em condições de clandestinidade. A oposição contribuiu para a *Tribuna de Debate* com uma produção prolífica e rebateu as *Teses* ponto por ponto, o que deixou o Comitê Central em mísera defensiva no plano da argumentação.

Confirmadas pela *Resolução Política* do Sexto Congresso, as *Teses* resumiram o pensamento capitulacionista da maioria do Comitê Central. Explicava-se a derrota por influência do vício golpista, maldição não se sabe como sempre subjacente a todas as linhas políticas do PCB. No pré-64, o golpismo se teria revelado na pressa pequeno-burguesa de chegar ao poder e no apoio ao continuísmo de Jango. As *Teses* apresentaram o partido como força temerária, quando todas as análises de protagonistas dos acontecimentos, jornalistas e historiadores atestam a atuação prudente do PCB. Propositalmente, não se fez a distinção entre o *golpismo de direita* da direção pecebista, que se emaranhou nas manobras burguesas de Jango, e o *golpismo de esquerda*, próprio de pequenos grupos sectários e vanguardistas, conhecido por *blanquismo* (do nome do revolucionário francês Blanqui).

As *Teses* rejeitaram o que houve de altamente positivo e relevante na atuação dos comunistas no pré-64: *a luta pelas reformas de base e contra a política de conciliação de Jango*. Foi o que fortaleceu o PCB em 1962 e 1963 e lhe permitiu avanços memoráveis no movimento operário, na organização de sindicatos rurais e nas campanhas antiimperialistas. Junto ao menosprezo dos maiores êxitos da história partidária, as *Teses* condenaram as reivindicações de reforma da Constituição e advogaram o congelamento das relações sociais e da situação política como remédio para evitar o golpe militar direitista. Difícil imaginar algo mais oposto ao marxismo do que este ideal reacionário. Não dependia do PCB, ou de qualquer das correntes de esquerda, impedir o agravamento objetivo da luta de classes, nem a conspiração das forças conservadoras apoiadas pelo imperialismo norte-americano. A partir dessa recusa à autocrítica, desenvolveu-se no

PCB a inclinação incoercível à capitulação diante dos conflitos políticos, verdadeira *síndrome do golpismo*, que hoje o domina completamente e já alcançou o grau de paranoia.

Como perspectiva de luta, propunham as *Teses* a derrota da ditadura militar através da aliança com a oposição burguesa e dos arranjos de cúpula. Reiterava-se a confiança na burguesia nacional e na possibilidade do caminho pacífico da revolução.

Em abril de 1967, realizou-se em Campinas a Conferência Estadual dos comunistas de São Paulo. O Comitê Central enviou uma delegação chefiada pelo próprio Prestes. Indicação de quanto estava desgastado o carisma do ex-cavaleiro da esperança, 33 dos 37 delegados presentes rejeitaram as Teses do Comitê Central e aprovaram o informe contrário apresentado por Marighella. A Resolução final declarou que o caminho da revolução ia ser “(...) *uma luta longa, árdua, através de um contínuo preparo das massas e inevitavelmente armado*”. A conferência reafirmou a decisão de lutar pela unidade do partido, condenou atividades fracionistas e adotou resoluções especiais sobre o trabalho sindical e nas empresas industriais e sobre a atividade entre os camponeses, destacando a prioridade da aliança operário-camponesa em fase da aliança com a burguesia nacional. Marighella foi reeleito primeiro-secretário do Comitê Estadual de São Paulo.

O Comitê Central sofreu derrotas semelhantes nas Conferências do Estado do Rio e do Rio Grande do Sul. No primeiro, a Corrente Revolucionária venceu por vinte votos, com apenas uma abstenção. Tomei parte na Conferência Estadual gaúcha e por ela fui eleito delegado ao Sexto Congresso.

Já então tinha me transferido para São Paulo. No pré-64, minhas numerosas conferências em Porto Alegre me tornaram conhecido de muita gente. Na clandestinidade, vez por outra me abordavam na rua e indagavam se não era o próprio.

Por sorte, tratava-se de gente amiga, mas eu sempre respondia que havia engano de pessoa. Os órgãos policiais terminaram informados da minha presença em Porto Alegre e a imprudência de um companheiro lhes abriu uma pista para minha localização. Com aprovação dos companheiros da direção estadual, retirei-me do Rio Grande do Sul. Antes disso, através do *Jornal do Brasil* de 21 de maio de 1966, tomei conhecimento de que o governo Castello Branco, por intermédio do ministro da Justiça Mem de Sá, cassou os meus direitos políticos por dez anos.

Sob o controle de Prestes e Dias, a Comissão Executiva não se dispôs a aceitar as derrotas com espírito democrático. A situação de clandestinidade facilitada o desrespeito às decisões das assembleias e conferências. A Comissão Executiva interveio nas organizações partidárias oposicionistas, dissolveu organismos e instituiu direções fantasmas. Em São Paulo, fabricaram um Comitê Estadual ilegítimo à frente do qual

apropriadamente colocaram Hércules Corrêa dos Reis – em tudo e por tudo, como caráter e personalidade política, o anti-Marighella.

De 31 de julho a 10 de agosto de 1967, realizou-se em Havana a Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). A presença de Marighella na capital cubana se tornou pública através de declarações à imprensa e ao rádio. Reunidos às pressas os membros presentes em São Paulo, o Comitê Central condenou, por maioria, a indisciplina dessa viagem não autorizada, excluiu Marighella do órgão dirigente e endereçou críticas lamuriantes ao Partido Comunista de Cuba.

A reunião seguinte do Comitê Central, em setembro, foi a última à qual compareci. Guardo recordação indelével de um trecho da intervenção de Prestes: os companheiros dissidentes – falou o secretário-geral – cuspiam no prato em que comiam, porque atacavam a direção que pagava o sustento deles e de suas famílias. A chantagem não ia abalar nenhum dos dissidentes já expostos a sol e chuva, mas transmitia um recado aos vacilantes. Afinal, como se arranjaría, sem a magra ajuda que Giocondo Dias lhes destinava, um operário beirando os cinquenta anos, clandestino e procurado pela Polícia? Um deles me disse que acompanharia os dissidentes, se não carregasse a obrigação do sustento da família.

Considereei que devia dar o troco. Na minha intervenção, desmascarei a chantagem feita por Prestes e anunciei que, daí em diante, recusava qualquer ajuda financeira do Comitê Central.

Os momentos finais, antes da saída do aparelho, foram de despedida derradeira. Conhecíamos as regras informais daquele jogo e sabíamos que não voltaríamos a nos encontrar. Dissolvia-se uma convivência de muitos anos. Áspera e implacável, a dissensão política conflitava com laços de amizade. Nem sempre política e amizade caminham juntas e podem não ser excludentes. De um lado e do outro, alguns dos velhos companheiros que se davam o último abraço entraram na lista dos assassinados e “desaparecidos”.

Ainda em setembro, o Comitê Central aprovou uma Resolução que expulsou Marighella e Jover Telles do partido e aplicou punições disciplinares a outros divergentes da direção.

Em dezembro, reuniu-se o Sexto Congresso do PCB. Embora eu tivesse duplo direito a estar presente, pois era membro do Comitê Central e delegado eleito pela Conferência do Rio Grande do Sul, não fui conduzido ao local do Congresso. O mesmo foi feito com os demais membros e suplentes oposicionistas do Comitê Central. Em seu depoimento dito autocrítico, Prestes diz que não nos deixaram tomar parte no Sexto Congresso porque havíamos fundado outro partido – o PCBR. Con-

fusão maliciosa, uma vez que a fundação do PCBR não se deu antes, mas depois do Sexto Congresso do PCB.

Pelos jornais da grande imprensa, tivemos conhecimento da realização do Congresso e da resolução que expulsava Carlos Marighella, Mário Alves, Manoel Jover Telles, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Miguel Batista dos Santos e Apolonio de Carvalho. A resolução foi oficialmente publicada no nº 35 da *Voz Operária*, de janeiro de 1968.

O PCB já tinha se convertido em *Partidão*. Não se sabe quem teve a ideia. O aumentativo pegou até hoje, quando designa um partidinho.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: *Sentença Prolatada no Processo das Cadernetas de Luiz Carlos Prestes pelo Juiz Auditor Dr. José Tinoco Barreto*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1967; *O Comunismo no Brasil. Inquérito Policial-Militar nº 709*, op. cit., v. 4., p. 373-5; “Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro”. Maio de 1965. In: Carone, Edgard. *O PCB. 1964-1982*. São Paulo, Difel, 1982. v. 3, p. 15-27; “Informe de Balanço do CC ao VI Congresso, 1967”. In: *PCB: Vinte Anos de Política. Documentos. 1958-1979*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. 71-172; *Documentos e resoluções. São Paulo (Conferência Estadual)*. Abril de 1967. Folheto impresso; *Pela unidade do Partido (Resolução do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro)*. Suplemento especial de *Voz Operária*. 1967. Folheto impresso; *Jornal do Brasil*. 21 maio 1966 (cassação de direitos políticos de membros do PCB); “Carta à Executiva. 1º de dezembro de 1966”. In: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Livramento, 1979; Entrevista de Apolonio de Carvalho. *Pasquim*, 7 set. 1979; Chilcote, Ronald H. *The Brazilian Communist Party. Conflict and integration. 1922-1972*. New York, Oxford University Press, 1974. p. 84; “Passarinho Analisa Papel das Forças Armadas”. *Folha de S.Paulo*. 4 abr. 1975; “Problemas histórico-políticos do PCB – Uma entrevista com Salomão Malina”. *Temas de Ciências Humanas*, nº 10. São Paulo, 1981; Moraes & Viana. *Prestes: lutas e autocríticas*, op. cit., p. 177-80, 185; Suplemento especial com *Teses* para o VI Congresso e *Tribuna de Debate. Voz Operária, julho* de 1966 a maio de 1967. Coleção do Archivio Storico Del Movimento Operário Brasileiro. Milão, Itália; *Diário Oficial da União*, 23 mai. 1966 (decreto de suspensão dos direitos políticos por dez anos).

Nota: Nos debates pela *Voz Operária*, os autores de artigos assinaram com pseudônimos. Eis o quem-é-quem de alguns deles: Antônio Almeida – Luiz Carlos Prestes; C. Menezes – Carlos Marighella; Martin Silva – Mário Alves; Sabino Gonçalves – Jacob Gorender; J. A. Toledo – Joaquim Câmara Ferreira; T. J. Paulo – Manoel Jover Telles; Alceu Lima – Apolonio de Carvalho; J. Rodrigo – Miguel Batista dos Santos; M. W. Meirelles – Moisés Vinhas.

Em favor das *Teses*, ver os artigos de Luiz Carlos Prestes (Antônio Almeida): “Em defesa das Teses – Contra o dogmatismo e a frase revolucionária”. *Tribuna de Debate*, nº 12. 15 fev. 1967; “Por uma justa tática política – Contra o doutrinário de esquerda”. *Tribuna de Debate*, nº 14. 15 mar. 1967.

Marighella e a Ação Libertadora Nacional

O vazio da retração do PCB foi preenchido por novas organizações surgidas de suas próprias fileiras. A mais importante veio a ser a Ação Libertadora Nacional (ALN), vinculada aos nomes de Marighella e Câmara Ferreira.

De 1965 até quase as vésperas de sua morte, no final de 1969, Marighella conjugou o dinamismo de revolucionário prático a uma produção literária exuberante. Através dos seus escritos assinados e não assinados, pode-se acompanhar o próprio pensamento que deu origem e forma à ALN.

Por que resisti à prisão começou a circular no segundo semestre de 1965. A publicação em livro impresso, nas condições de clandestinidade, já era uma façanha. O volume tem 141 páginas divididas em dezoito capítulos, dos quais os dois últimos exibem flagrante discrepância com relação aos anteriores. Parece correto presumir que os dezesseis primeiros capítulos foram redigidos antes da reunião de maio do Comitê Central, ao passo que os dois últimos registram reflexões suscitadas pela reunião.

No início do livro, o autor narra o episódio de 9 de maio de 1964: sua prisão dentro de um cinema do bairro da Tijuca, no Rio, a luta com os tiras depois de ferido a bala, a passagem por diversos cárceres, interrogatórios policiais etc. Alto e musculoso, cinqüentão ainda forte, Marighella foi um dos homens mais valentes que conheci. Não direi que não temesse a morte, mas a desafiava. Sua narrativa teve a intenção de oferecer um exemplo de resistência e levantar os ânimos no ambiente de frustração dos adversários do regime militar. Após o relato pessoal, segue-se a denúncia de

crimes e arbitrariedades cometidos pelos novos donos do poder. Em toda esta parte, observa-se a moderação nas proposições críticas à direção do PCB e ainda aparecem os habituais elogios à figura de Prestes.

Já os dois últimos capítulos se desfazem do tom cauteloso e as proposições críticas se aguçam. O texto põe em descrédito a possibilidade do caminho pacífico e condena as ilusões no potencial revolucionário da burguesia nacional. O autor salienta o erro da subestimação do aliado camponês, destaca a lição de Cuba e afirma que a luta revolucionária no Brasil poderá levar ao aparecimento de guerrilhas. Na página final, um parágrafo curto enuncia a ideia-chave de Marighella daí em diante:

“Liderança é dinamismo, é ação. E nesse sentido é que se torna necessário perseverar.

A crise brasileira, principal escrito de 1966, dá um passo à frente. Mas ainda se conserva longe do militarismo agudo e da negação do princípio do partido de vanguarda. Mais contundentes, as críticas à direção do PCB investem contra as ilusões na “tradição democrática” das Forças Armadas e o vício de só confiar nos entendimentos de cúpula com a oposição burguesa, nos jogos eleitorais e parlamentares.

O que há de mais novo em *A crise brasileira* é um esboço de proposta de luta de guerrilhas acopladas ao movimento camponês. Contudo, a guerrilha rural é declarada *segunda frente*, forma de luta complementar destinada a viabilizar a luta nas cidades. *Questão fundamental da tática e não área estratégica*. Nas cidades, a guerrilha é considerada taxativamente inviável.

Em junho de 1967, Marighella viajou para Cuba e regressou ao Brasil em dezembro. Durante a permanência na Ilha, seu pensamento sofreu acentuada flexão, para a qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo direto das teses cubanas. Em consequência, ajustou-se ao acordo prático entre a liderança cubana e o fundador da ALN. Ainda em 1967, viajou para Cuba a primeira turma de adeptos da facção marighellista que ali fez treinamento de luta guerrilheira. Em 1968 e 1969, seguiram mais duas turmas.

De regresso ao Brasil, Marighella se defrontou com os fatos consumados de sua expulsão do PCB e da intervenção do Comitê Central no quadro partidário de São Paulo. A resposta veio através da formação do Agrupamento Comunista de São Paulo, a cuja frente, além do próprio Marighella, estavam militantes respeitados como Rolando Frati, Raphael Martinelli, Adolfo Costa Pinto, Câmara Ferreira e Oswaldo Lourenço. Em fevereiro de 1968, o *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo* esboça um tipo de organização moldado para as tarefas da luta armada e

oposto à estrutura tradicional do partido comunista. Explicitamente, o *Pronunciamento* afirma que a reorganização de um partido político implicaria o retomo à rotina burocrática e serviria de emperramento à luta revolucionária.

Semelhante tomada de posição custou ao Agrupamento Comunista a perda da maioria de adeptos que acompanhavam Marighella como primeiro-secretário do Comitê Estadual de São Paulo e que apoiaram sua posição na Conferência Estadual de Campinas. São militantes contrários ao pacifismo do Comitê Central, porém apegados ao princípio do partido político de vanguarda. Parte deles retornará ao PCB e outros ficarão à margem.

Nos seus escritos redigidos ainda em Cuba e nos que se seguem, Marighella define princípios norteadores da ALN, sigla surgida no final de 1968 em substituição ao Agrupamento Comunista. Nestes escritos e no jornal *O Guerrilheiro* (em circulação a partir de abril de 1968), delineia-se um ideário que não se limita à cópia da teoria oficial cubana, porém procura adaptar o modelo castroguevarista a certos dados da experiência brasileira. Além de incorporar elementos do pensamento individual do fundador da ALN.

O primeiríssimo princípio é o da ação. E a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. A ação cria tudo a partir do nada, do zero (repete-se a sentença de Fidel Castro). Daí decorre a atitude antiteoricista – a teoria vista como blablablá em torno de mesas de discussão. As necessidades teóricas do presente já estão supridas pelo leninismo e pelo castrismo, nada há a acrescentar.

Ignoro se Marighella, na juventude, leu as *Reflexões sobre a violência* de Georges Sorel. Ou se assimilou suas teses através do contato com círculos anarquistas. Seja como for, o ativismo, a exaltação da violência e o antiteoricismo da fase da ALN colocam Marighella na linha do pensamento de Sorel, o doutrinador do anarcossindicalismo.

Bem como na linha mais recente de Fanon. Se este falou na *violência absoluta*, o líder revolucionário brasileiro faz apelo à *violência extrema*. A violência situada no plano dos valores incondicionados, alheios a determinações históricas.

A aproximação peculiar ao pensamento anarquista – deliberada ou não – se revela no desprezo por qualquer iniciativa não subordinada à dinâmica da luta armada. Embora a ALN tenha tido um setor de trabalho de massas, este se atrofiou e desapareceu. O princípio é o da *ação direta*, sem mediações de lutas de massas por objetivos parciais.

Dentro desta orientação, Marighella foi o líder revolucionário dos anos 1960 que mais explícita e reiteradamente pregou o terrorismo de esquerda. Ao contrário

de Guevara, que advertiu contra os prejuízos do terrorismo, o dirigente brasileiro o incorporou ao seu elenco de procedimentos. No trecho mais extenso a respeito, escreveu (da versão de *Les Temps Modernes*, n. 280, p. 628-9):

Quando nós recorremos aos atos terroristas, sabemos que eles não nos levam diretamente ao poder.

Todo ato terrorista revolucionário é uma operação tática tendo por objetivo a desmoralização das autoridades, o cerco das forças repressivas, a interrupção de suas comunicações, o dano às propriedades do Estado, dos grandes capitalistas e latifundiários.

Os atos terroristas revolucionários e a sabotagem não visam a inquietar, amedrontar ou matar gente do povo. Eles devem ser utilizados como tática para combater a ditadura que lança contra o povo as organizações de extrema direita, tais como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e o MAC (Movimento Anticomunista). Implacável e impiedosa, a ditadura recorreu à violência brutal. (...) Nos cárceres, as torturas são indescritíveis. Prisioneiros e suspeitos são assassinados e fuzilados.

Ao terrorismo que a ditadura emprega contra o povo, nós contrapomos o terrorismo revolucionário.

Os revolucionários, que praticam o terrorismo e a sabotagem, devem construir uma infraestrutura adequada à execução de sua tarefa. Eles necessitam de meios próprios de fabricação de material bélico e eles devem dividir seu trabalho. Os nomes, endereços, números de telefone, itinerários, nada deve ser escrito. Deve-se comunicar os planos à pessoa indicada; somente os que têm algo a fazer devem saber de sua tarefa.

A arma privilegiada do terrorista revolucionário é a capacidade de iniciativa que o engajará numa atividade permanente. Quanto maior for o número de terroristas decididos e de grupos revolucionários empenhados no terror contra a ditadura e a sabotagem, maior o tempo que o poder militar perderá à procura de pistas, maiores seu medo e angústia por não saber onde o próximo golpe será dado e qual o objetivo escolhido.

Também o princípio organizativo da ALN se identificou com o anarquismo. Nada de direções centralizadoras e de escalões intermediários. A organização revolucionária se compõe de grupos com inteira liberdade de iniciativa. Os comandos ou coordenações só existem para articular ações de maior envergadura, que envolvem mais de um grupo. O princípio tático da *ação direta militar* (incluindo o terrorismo) e o princípio organizativo do *grupismo* permitem caracterizar a concepção marighellista como a de um *anarcomilitarismo*.

Do ponto de vista dos objetivos estratégicos, a ALN herdou do PCB a teoria das duas etapas da revolução. Colocou a libertação nacional como primeiro objetivo, ao qual se seguiria o do poder socialista. Sob este aspecto, a ALN se afastou do imediatismo socialista uniforme de Guevara.

Com relação à guerrilha rural, elevada à condição primordial de tarefa *estratégica*, Marighella também introduziu uma modificação na teoria cubana em voga. Após o fracasso, no Brasil, do foco de Caparaó e da derrota de Guevara, na Bolívia, o foquismo puro e simples foi questionado pelos partidários da luta armada. Marighella se declarou contrário aos focos e, inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contra os holandeses ao cangaço de Lampião), apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados. Todavia, a modificação introduzida é secundária no contexto geral. O foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política.

Antes considerada inviável, a guerrilha urbana se valoriza como tarefa *tática* (fornecimento de quadros e armas, fustigamento do inimigo etc.). A luta nas cidades não é alvo de zombaria, à maneira do folheto de Debray. Sua valorização e a experiência concreta acumulada no Brasil resultarão no *Minimanual do guerrilheiro urbano*, escrito por Marighella em meados de 1969 e traduzido para várias línguas. Em concordância com esta linha de propostas, recorta-se o perfil do militante da ALN. Deve ter aptidão para a ação armada. Na participação direta ou em tarefas logísticas. O que restringe fortemente o âmbito de recrutamento. Afastam-se aqueles que não se adaptam ao esquema de uma organização militarizada.

A militância básica da ALN veio da Dissidência estudantil de São Paulo, da qual incorporou 70% dos ativistas. Ao lado deles, numerosos profissionais de nível universitário e proporção mais reduzida de operários. No Rio, o núcleo inicial da ALN foi menos significativo. Em Minas, ganhou a adesão da Corrente Revolucionária, embora esta se conservasse autônoma. Em outros Estados, grupos da ALN surgirão mais tarde, comumente de rachas de organizações concorrentes.

O primeiro ato de combate da facção marighellista ainda se associou a um processo de luta de massas. No município de Presidente Epitácio, no oeste do Estado de São Paulo, rolava um conflito entre o fazendeiro e grileiro José da Conceição Gonçalves, vulgo Zé Dico, e algumas dezenas de posseiros. A 24 de setembro de 1967, o militante comunista Edmur Pércles de Camargo, à frente de um grupo de lavradores, invadiu a sede da fazenda e matou Zé Dico.

Em dezembro do mesmo ano, a ALN começou os assaltos com finalidade de expropriação de fundos. A primeira *ação* – como se dizia na esquerda armada – interceptou um carro transportador de dinheiro, no bairro paulistano de Santo Amaro,

à altura da horrível estátua do Borba Gato. No comando pessoal da ação, a pequena distância do carro transportador, Marighella recolheu imediatamente o dinheiro do assalto. Seguiram-se outros assaltos a agências bancárias, a expropriação do carro pagador da Massey Ferguson, a apreensão de explosivos da Companhia Rochester, em Mogi das Cruzes. A ação mais sensacional – o assalto a um trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí, a 10 de agosto de 1968.

Os órgãos policiais ficam desnorteados. A técnica dos assaltos é sofisticada e o número deles se eleva de maneira assustadora. Até 1967, os assaltos a agências bancárias raramente passavam de dois por ano em São Paulo e os marginais espoliavam os caixas e os clientes, ao passo que agora o objetivo é o cofre da agência. No decurso de 1968, os assaltos atingiram, na capital paulista, onze agências bancárias, cinco carros pagadores e um trem pagador, num total de dezessete. Até julho de 1969, eram atacadas mais 31 agências bancárias e um carro pagador (*O Estado de S. Paulo*, 15 maio 1969; *Veja*, 13 ago. 1969). O que se devia não só à ALN, mas também a outras organizações clandestinas.

No decorrer de 1968, os assaltantes não se identificam. Mistério proposital. Mais tarde, Marighella escreverá que se tratava de ganhar tempo para acumular poder de fogo. Que a Polícia pensasse estar lidando com marginais.

As ações conduzem à estruturação do primeiro Grupo Tático Armado (GTA), chefiado por Marco Antônio Braz de Carvalho, popularizado pelo apelido de Marquito. Acima dos trinta anos, metalúrgico, mais experiente do que os jovens mal saídos da adolescência que o seguem e aos quais se impõe pela capacidade de comando e perícia no manejo de armas e explosivos.

Ainda em 1968, uma equipe da ALN percorre regiões do interior e procede ao levantamento de locais adequados para áreas estratégicas e pontos de apoio das projetadas colunas guerrilheiras. Elementos da primeira turma treinada em Cuba regressam ao Brasil e difundem o que aprenderam sobre o emprego de armas e explosivos e técnicas de combate. Aparentemente, há expansão e fortalecimento.

O mistério sobre os assaltos de novo estilo se acaba a 13 de novembro de 1968. Na manhã deste dia, num subúrbio carioca, o carro pagador do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara (IPEG) foi interceptado por três homens armados, que se apoderam de 120 mil cruzeiros novos. À tarde, um sargento reformado da Polícia Militar reconheceu o carro receptor do dinheiro expropriado num posto de gasolina. Avisados pelo sargento, policiais prenderam o motorista. Submetido a tortura, o jovem abriu informações, inclusive a de que pouco antes havia se separado de Marighella, comandante da ação contra o carro do IPEG. Em face da ausência

do motorista no ponto combinado, Marighella correu para o aparelho na Pedra de Guaratiba e ainda teve tempo de levar o dinheiro confiscado. Mas o segredo sobre a autoria das ações deixou de existir. Jornais e revistas publicaram longas matérias a respeito do líder comunista e chefe dos assaltos até então indecifráveis. Em todas as bancas, a capa da revista *Veja* exibia o rosto do famoso revolucionário. Os órgãos da repressão policial fazem dele o inimigo público número um.

Os incidentes azarados do assalto ao carro pagador do IPEG se concluíram com um episódio trágico. De retorno a São Paulo, dois participantes da ação – o casal de estudantes João Antônio Abi-Eçab e Catarina Helena Xavier Ferreira – morreram à noite, na colisão de seu carro com um caminhão, próximo a Vassouras. Na bagagem do Fusca do casal, a Polícia encontrou uma metralhadora e pentes de balas.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: *Documentos mimeografados da ALN e de Carlos Marighella – A ação revolucionária e a frente unificada; A ação faz a vanguarda; Quem samba fica, quem não samba vai embora; Sobre problemas e princípios estratégicos; O papel da ação revolucionária na constituição da organização revolucionária; Mini-manual do guerrilheiro urbano.*

Documentos impressos da ALN e de Carlos Marighella – *Por que resisti à prisão*. Edições Contemporâneas, 1965; *Escritos de Carlos Marighella*, op. cit. (além de outros trabalhos, inclui: “A crise brasileira”, “Críticas às Teses do Comitê Central”, “Ecletismo e marxismo”, “Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil”, “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo”, “Chamamento ao povo brasileiro”); “La lutte armée au Brésil”. Coletânea de documentos. *Les Temps Modernes*, n. 280. Paris, nov. 1969; Marighella, Carlos. *For the liberation of Brazil*. Middlesex (Inglaterra), Penguin Books, 1971; “O papel da ação revolucionária na organização”. In: *Imagens da revolução*, op. cit.; “La lucha sera larga y llegara el dia en que gente más joven que yo tomaia el relevo”. Entrevista de Carlos Marighella a Conrad Detrez, concedida no final de setembro de 1969 e publicada na revista francesa *Front*, em novembro. Tradução espanhola em *Pensamiento Crítico*, n. 37. Havana, fev. 1970.

Entrevistas sobre o Agrupamento Comunista de São Paulo e a ALN – Takao Amano e Guiomar Silva Lopes Callejas. São Paulo, 4 out. 1986; Manoel Cyrillo de Oliveira Netto. São Paulo, 10 out. 1986; Raphael Martinelli. São Paulo, 24 nov. 1986; Paulo

de Tarso Venceslau. São Paulo, 3 dez. 1986; Ottoni Guimarães Fernandes Jr. São Paulo, 27 jan. 1987.

Outras fontes – Processo judicial da ALN. Denúncia do Promotor Durval Ayrton Moura de Araújo. *Diário Popular*. São Paulo, edições de 1º a 29 de julho de 1970 (BNM-100); *O Estado de S. Paulo*. 29 jun. 1968, 15 out. 1968, 15 nov. 1968, 19 nov. 1968, 20 nov. 1968, 15 maio \9G9\ *Jornal da Tarde*. 20 ago. 1968, 27 out. 1968, 19 nov. 1968, 20 nov. 1968; *Veja*. 20 nov. 1968, 13 ago. 1969; Relato do assalto ao trem pagador da Santos–Jundiaí por João Leonardo da Silva Rocha. \n: *A esquerda armada no Brasil. 1967-1971*. Lisboa, Moraes, 1976. p. 143-51.

Nota: a sigla BNM seguida de um número indica o fichamento dos processos judiciais no Arquivo do Projeto *Brasil: Nunca Mais*, da Arquidiocese de São Paulo.

PCBR – A opção pela reorganização partidária

Diante das punições e intervenções arbitrárias aplicadas pelo Comitê Central do PCB em setembro de 1967, articulou-se uma reunião nacional da Corrente Revolucionária em outubro. A reunião teve lugar em Niterói, com a presença de cerca de trinta companheiros. Entre eles, Flávio Koutzii, do Rio Grande do Sul; Hécio Pereira Fortes, de Minas; Bruno Maranhão; de Pernambuco. O maior número, do Estado do Rio e da Guanabara. Como já esperávamos, ninguém de São Paulo.

Desta reunião saiu o núcleo de fundadores do PCBR. Mas também saíram quadros de destaque para o PC do B, a ALN e a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul. Se todos os presentes tivessem chegado a uma conclusão unitária sobre o rumo da reorganização, contaríamos com bom começo para estruturar um partido importante pela força de sua militância. Sucedeu o contrário. Prevaleceu a fragmentação, a dispersão em direções diferentes.

Da minha parte, atuando em São Paulo, passei a contestar já não somente as posições do PCB, como também o caminho tomado por Marighella e Câmara Ferreira. No Estado do Rio, o mesmo era feito por Apolonio de Carvalho, otimista por temperamento e entusiasta da tarefa de criação da nova organização partidária.

Enquanto o Agrupamento Comunista de São Paulo e outras organizações já estavam definidas, nós ainda discutíamos. Durante os meses de indefinição, o PC do B lançou a rede. No que teve a colaboração de Jover Telles. Já acertado com o PC do B desde não se sabe quando, foi instruído a esconder o acordo e continuar a atuação no nosso meio, com vistas ao recrutamento de egressos do PCB.

Em São Paulo, tínhamos contatos com Diógenes de Arruda, que saía do Recife após o golpe e trabalhava numa firma de projetos econômicos. Militante do PC do B desde 1966, recebemos por intermédio dele o convite para um encontro com a direção do seu partido.

Em fevereiro de 1968, estivemos, Mário Alves e eu, um dia inteiro em conversa com Amazonas, Grabois e Pomar. Eu não via os antigos companheiros há vários anos e, com relação a Grabois e Pomar, nunca mais teria outro encontro. Travei com ambos discussões cáusticas, mas eram pessoas que estimava e de cuja integridade pessoal nunca duvidei. Apesar do ambiente cordial, a reunião não conduziu a um acordo. Para nós, os convidados, era inaceitável a ideia da subordinação à China e Albânia, justamente depois de nos livrarmos de um partido subserviente à União Soviética. Também nos separavam pontos doutrinários fundamentais.

O encontro serviu para apressar a resolução de fundar um novo partido. Tínhamos uma base pequena em São Paulo, incapaz de concorrer com a força de atração da tendência marighellista. Mas contávamos com a Corrente Revolucionária do Estado do Rio e da Guanabara, influente no meio estudantil e nas categorias profissionais de bancários, marítimos, estivadores, portuários, ferroviários, jornalistas e publicitários. No Nordeste, da Bahia ao Ceará, tínhamos uma base de apoio muito superior a qualquer facção dissidente do PCB e capaz de competir nos meios de esquerda. Em Pernambuco, nossos companheiros da Corrente derrotaram a AP nas eleições de 1968 para a diretoria da União Estadual de Estudantes. Do Paraná, recebemos a adesão de Manoel Jacinto Correia, militante comunista prestigioso em Londrina.

A 17 de abril de 1968, num sítio fluminense situado em lugar alto da Serra da Mantiqueira, reuniu-se a assembleia fundadora do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Presentes cerca de vinte e cinco pessoas, entre ex-membros do CC do PCB e delegados de bases partidárias de vários Estados. Já então estávamos informados de que Jover Telles fazia aliciamento na Guanabara para o PC do B. Além dele, sabíamos que Armando Frutuoso, Lincoln Bicalho Roque e mais dois delegados presentes eram membros do partido stalinista-maoísta. Preferimos não levantar a questão desta duplicidade, uma vez que desviaria a reunião de sua finalidade de formalizar a existência do novo partido. Mas se podia prever que ele nascia sob o signo da cisão e não da unidade.

A reunião fundadora, denominada de Primeira Conferência Nacional, se prolongou por três dias. Aprovou o Programa e deu o nome de batismo da nova organização. Tão grande era o congestionamento de siglas na esquerda que se resolveu aproveitar a

velha sigla do PCB (ainda uma vez, a preocupação da legitimação pela continuidade) e lhe acrescentar o adjetivo *Revolucionário*, do qual viria a qualificação distintiva.

O Programa se baseou no texto redigido por Mário Alves. Condensador de tendências variadas atuantes em nosso meio, resultou um documento eclético. Com efeito, o PCBR veio a ser a mais típica das novas organizações que se debateram no esforço de enlaçar a tradição doutrinária marxista à pressão avassaladora pela luta armada imediata e incondicionada.

O Programa partiu da caracterização do Brasil como país capitalista dependente, subordinado ao sistema imperialista mundial. Aliada aos latifundiários e associada ao capital estrangeiro, a burguesia nacional era carente de qualquer potencial revolucionário. Eventualmente, certos setores dela podiam originar oposições nacionalistas e reformistas, em geral muito tímidas. A contradição antagônica entre a classe dominante burguesa e o proletariado tinha peso fundamental. Nestas condições, a revolução à vista não mais podia ser democrático-burguesa. Devia ser uma *revolução popular*, destinada a destruir o Estado burguês (imperante sob formas de democracia representativa ou de ditadura militar) e a conquistar um governo popular revolucionário. Dirigida pelo proletariado, em aliança com os camponeses e as camadas médias urbanas empobrecidas, a revolução popular conduziria a transformações profundas: a nacionalização (estatização) das empresas pertencentes ou associadas ao capital monopolista; a reforma agrária radical, mediante combinação da distribuição individual de terras à formação de fazendas coletivas nas grandes propriedades já unificadas sob o aspecto da gestão econômica; o controle estatal dos setores básicos da economia nacional e a planificação do desenvolvimento econômico. Por sua natureza radical, tais transformações teriam de abrir passagem à revolução socialista. Apesar de ainda elo intermediário, a revolução popular era concebida como a maior aproximação possível à revolução socialista.

Quanto ao movimento revolucionário internacional, o PCBR adotou uma posição de independência e de solidariedade a todos os países socialistas. A crítica às teses pacifistas dos partidos comunistas pró-soviéticos não se traduziu em antissovietismo. De igual maneira, a recusa do foquismo e do maoísmo não se opôs à declaração da comunidade de interesses com as revoluções de Cuba e da China.

O ecletismo do Programa do PCBR manifestou-se de maneira clara na parte dedicada às formas de luta. Afastada a ilusão da possibilidade do caminho pacífico, era preciso definir a ralação da luta armada com o movimento de massas. Simples e fácil para as organizações de militarismo extremo, como a ALN e a VPR, tal definição se tornava problemática para o PCBR.

Todas as formas de luta de massas, legais e ilegais, eram admitidas, contanto que servissem ao desencadeamento e desenvolvimento da luta armada. Em divergência expressa com a teoria do foco, afirmava-se que a luta armada não se dissociava das lutas de massas e tampouco excluía o potencial das aglomerações urbanas, onde também seria possível promover ações armadas. Mas o cenário primordial da luta armada devia ser o campo e sua forma principal – a guerrilha rural. Dada a grande desigualdade regional do Brasil, a guerrilha rural não podia começar de maneira generalizada e simultânea, porém em lugares de condições mais favoráveis. Desfechá-la constituía tarefa imediata e para sua execução o PCBR criou o comando político-militar. Aproveitou a recomendação da Declaração Geral da OLAS, que abria caminho à autonomização do setor encarregado da ação armada.

No ambiente da esquerda revolucionária do final dos anos 1960, falar apenas em *preparação* da luta armada já servia para sofrer a acusação de pacifismo, oportunismo e capitulação. Não se podia aceitar menos do que a luta armada *imediata*. Como, porém, conjugá-la ao ritmo próprio das lutas de massas? Neste dilema se debateu o PCBR.

Se as formulações do Programa já embutiam a futura luta interna, a cisão incubada dos adeptos do PC do B se expôs sem demora. Mal acabava de ser fundado, Jover Telles, eleito membro do seu Comitê Central, passou a combater abertamente o PCBR e a propor aos militantes o ingresso no PC do B. Na edição de 25 de agosto de 1968, o *Jornal do Brasil* publicou longos trechos do documento *Um reencontro histórico*, lançado pelo pretenso Comitê Estadual da Maioria Revolucionária do PCB da Guanabara. O documento respondia afirmativamente a uma carta do Comitê Central do PC do B, que convidava os divergentes cariocas a se agruparem sob sua bandeira. Em capítulo especial, o PCBR erra acusado de foquismo e chamado de

(...) aborto da ideologia da pequena burguesia e materialização da terceira posição ente o marxismo-leninismo e o revisionismo.

Na edição de 1º de setembro, o *Jornal do Brasil* publicou os trechos principais da réplica do Comitê Central do PCBR. Redigida por Mário Alves, sob o título *Reencontro histórico ou reles mistificação?* (omitido pelo jornal), a réplica repele a acusação de foquismo e faz análise circunstanciada da questão do relacionamento dos partidos marxistas ainda em luta pelo poder com os partidos comunistas dos países socialistas. Os partidos marxistas – argumentou o PCBR – têm a obrigação da solidariedade com todos os países socialistas, mas precisam também sustentar uma atitude

de independência com relação aos partidos comunistas já no poder, sem distinção preferencial por qualquer deles. A atitude do PC do B consistiu em trocar a subordinação incondicional ao PC da União Soviética, característica do partido prestista, pela obediência também incondicional ao PC da China e ao seu líder Mao Tse-tung. Troca que não erradicava o mal essencial da cópia servil de modelos de outros países. São tão diversas as realidades nacionais de cada país e de cada situação histórica que a repetição mecânica de modelos de outros países só produz efeitos nocivos, conforme o demonstrava a própria experiência brasileira. Se é útil e necessário aprender com os ensinamentos das revoluções vitoriosas, a pretensão de copiá-las resulta estéril.

A posição internacionalista do PCBR tinha sido posta à prova pouco antes, quando, a 21 de agosto de 1968, as tropas do Pacto de Varsóvia invadiram a Tchecoslováquia e sufocaram brutalmente o processo de democratização socialista em avanço naquele país, sob a liderança de Alexander Dubcek. Em nota pública, o Comitê Central do PCB deu ao processo de democratização socialista o qualificativo de contrarrevolucionário e justificou a intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia como medida necessária à salvação do socialismo. A nota do PCB seguiu a linha do que, na época, se chamou de Doutrina Brejnev. Nos meios da esquerda brasileira, o truncamento da experiência inovadora de Dubcek teve repercussão extremamente negativa e suscitou manifestações de protesto. O Comitê Central do PCBR lançou declaração de repúdio à invasão comandada pela União Soviética e defendeu o pleno direito dos povos da Tchecoslováquia a decidirem de maneira soberana sobre suas questões internas.

No final de 1968, Mário Alves, no cargo de secretário-geral do PCBR, viajou para Cuba. Obteve dos dirigentes cubanos o reconhecimento do partido e o treinamento guerrilheiro dos seus militantes, mas estes precisariam ser encaminhados por intermédio da ALN. Ficou claro que a liderança cubana considerava a ALN como organização preferencial no Brasil. Os resultados da viagem foram pouco satisfatórios e, de retorno da Ilha, Mário se mostrava descontente com o atraso da preparação revolucionária do PCBR.

Preparação revolucionária significava capacidade para a luta armada imediata, uma vez que não mais cabiam avaliações de condições. O ano de 1968 marcou o ápice das lutas de massas antes do fechamento completo da ditadura militar. O PCBR teve participação muito destacada nessas lutas de massas. Enquanto isso, a ALN, a VPR e o COLINA já estavam envolvidos na escalada de ações armadas vanguardistas. O corte brusco nas possibilidades de lutas de massas nas cidades acentuou a inquietação a respeito do atraso revolucionário no PCBR e em outras organizações da esquerda radical ainda não imersas na luta armada.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevista de Apolonio de Carvalho. Rio de Janeiro, 9 ago. 1984 (sobre o PCBR); Carvalho, Apolonio de. *Vale a pena sonhar*. Op. cit. p. 195-200; Entrevista de Paulo Pontes da Silva. Salvador, 24 abr. 1985 (sobre o PCBR em Pernambuco e na Bahia); Entrevista de Carlos Alberto Soares. São Paulo, 20 mar. 1986 (sobre o PCBR em Pernambuco e no Nordeste); Entrevista de Airton Corrêa de Araújo. São Paulo, 26 mar. 1986 (sobre o PCBR em Pernambuco); Entrevista de Elinor Brito. Rio de Janeiro, 21 nov. 1985 (sobre o PCBR na Guanabara e no Paraná); Entrevista de Cândido Pinto de Mello. São Paulo, 20 fev. 1986 (sobre o movimento estudantil em Pernambuco); Caldas, Álvaro. *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro, Codecri, 1981; “Resolução Política da I Conferência Nacional do PCBR”. In: *Imagens da revolução*, op. cit.; *Jornal do Brasil*. 25 ago. 1968 e 1º set. 1968; *Reencontro histórico ou reles mistificação?* íntegra mimeografada em Documentos Anexos ao Processo do PCBR na Auditoria da 7- Circunscrição Militar do Exército. Recife. BNM-212; “Posição sobre o problema tchecoslovaco: defesa do socialismo e da unidade do movimento comunista. (Resolução do Comitê Central do PCB)”. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, set. 1968. Caderno Especial n. 3.

Nota: Não me foi possível recuperar a Declaração do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia. Limite-me a fazer aqui o registro.

PC do B e Ala Vermelha x Divergências de cronograma

Na virada de 1964, o pequeno PC do B ganhou impulso expansionista. No ambiente da esquerda pós-golpe, quando o divisor de águas se tornou a questão da luta armada, o PC do B se valorizou por ter sido a favor dela desde seu surgimento em 1962, obscurecendo-se a insignificância de sua atuação prática.

Já em 1964 e anos seguintes, transferem-se ao PC do B numerosos militantes do PCB. Ganho precioso foi o da maioria dos membros do Comitê Marítimo pecebista, liderada por Luís Guilhardini, metalúrgico de Santos e talvez o mais culto dentre os operários comunistas. Outra fonte importante de recrutamento se situou no meio dos ativistas das extintas Ligas Camponesas. Diniz Cabral Filho, de Pernambuco, e Élio Cabral, de Goiás, ambos militantes do PCB com passagem pelas Ligas, ingressam no PC do B já antes de 1964. Estudantes radicalizados encontraram nele um dos polos de atração.

Bem às vésperas do golpe, a 29 de março de 1964, viajou para a China uma turma de dez militantes do PC do B, a primeira a realizar ali um curso político-militar. Até 1966, mais duas turmas farão este curso.

Em junho de 1966, o PC do B reuniu sua Sexta Conferência Nacional (a numeração leva em conta a reivindicação de continuidade com relação ao PC fundado em 1922). A Resolução política aprovada na Conferência – *União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista* se distingue pela justaposição de táticas diametralmente opostas.

Na primeira parte, expõe-se a tática julgada adequada a uma situação em que, apesar da ditadura militar, persistem oportunidades de atuação legal e de movimentos de massa. A causa do golpe direitista é atribuída aos interesses reacionários e antinacionais opostos à tendência anti-imperialista e antilatifundiária do governo Goulart. Com desprezo pela obrigação da autocrítica, nada se diz sobre o objetivo público do PC do B, que consistia precisamente na derrubada do governo Goulart. Numa cópia quase sem retoques na linha do PCCh durante a guerra antijaponesa, a direção do PC do B formula a tática da *união dos patriotas*. Portanto, uma frente amplíssima para a qual se oferece um programa de reformas. Ferozmente hostil à luta pelas reformas de base ao tempo do governo Goulart, o PC do B recomenda reformas assemelhadas sob o governo Castelo Branco. O que se compõe com a luta por um governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas, e a convocação da Assembleia Constituinte livremente eleita. Embora se fale em *derrubar* a ditadura militar, é inequívoco o caráter eleitoral da saída apontada.

Da tática centrada na perspectiva de eleições democrático-burguesas, a Resolução passa, sem mediações, ao polo oposto da proposta revolucionária via guerra popular prolongada. Estabelecido que o cenário principal da luta armada será o campo, segue-se a recomendação de deslocar o centro de gravidade para as regiões rurais e nelas concentrar o esforço de construção do partido. Recomendação repetida em documentos posteriores. Motivado pela imitação do PCCh e inspirado em Mao, o PC do B reduzirá sua atividade nos centros urbanos e se fará ausente nas aglomerações operárias. Diante do recrudescimento das manifestações de massa das grandes cidades em 1968, o PC do B se limitou a sublinhar que tais ações nos centros urbanos não podiam ter maiores consequências, se desacompanhadas de movimentos armados no campo.

O dualismo tático-estratégico foi rompido pela Resolução do Comitê Central de janeiro de 1969, intitulada *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Não se fala mais em lutas legais e em saída pela via eleitoral. A exposição se preocupa somente com a via da luta armada. Uma vez que o interior constituía o elo mais débil da dominação reacionária, aí precisava ser iniciada a guerra de guerrilhas. Devia-se ter em vista a criação de bases de apoio, nas quais os guerrilheiros lançariam raízes e a partir das quais teriam condições de mobilidade. Depois de analisar as experiências de luta armada no Brasil, a Resolução ataca o foquismo cubano, caracterizado como concepção puramente militar da revolução, que despreza o apoio de massas e nega a necessidade da direção da guerrilha pelo partido marxista.

A Resolução de 1969 sobre a guerra popular reflete não somente o fechamento da ditadura militar como ainda o progresso da preparação da luta armada pelo PC

do B. Sua direção identificou na região do rio Araguaia, ao sul do Pará, o ponto ideal para a fixação do núcleo iniciador da guerra popular. A partir de 1967, dedicou-se à formação desse núcleo, com cautela e sem pressa, iniciativa completamente centralizada em mãos da Comissão Executiva. Realizou-se um trabalho sigiloso, ignorado até pelo Comitê Central. Dessa maneira, a direção do PC do B conseguiu resistir ao contágio da precipitação das organizações já engolfadas nas ações armadas, por enquanto somente urbanas.

Justamente esta opção dilatória dará lugar a duas cisões no partido.

A primeira se verifica em Pernambuco, com ramificações nos Estados vizinhos. Abrange antigos militantes das Ligas Camponesas, como Amaro Luís de Carvalho (vulgo Capivara), e ativistas do meio universitário. Nascido desta cisão, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) lançou, em maio de 1966, a *Carta de 12 Pontos aos Comunistas Universitários* e depois se formalizou com Programa e Estatutos.

Do ponto de vista de concepção geral, o novo partido não se diferencia de sua matriz. Adota a estratégia da guerra popular, fala em cerco das cidades pelo campo e assim por diante. Confinado à faixa canavieira de Alagoas à Paraíba, a tese peculiar do PCR é a de que o Nordeste constitui o ponto mais agudo da contradição entre o imperialismo norte-americano e o povo brasileiro. Por conseguinte, deve ser “*a área principal de atuação dos comunistas revolucionários*”. Do ponto de vista nacional, a área industrial de São Paulo e do Rio de Janeiro seria a “cidade” e o resto do País – o “campo”. Na *Carta de 12 Pontos* e num documento de 1968, fundamenta a prioridade revolucionária atribuída ao Nordeste na argumentação da burguesia nordestina acerca do atraso da região decorrente da sua exploração pelo capitalismo sulino e pelos grupos monopolistas estrangeiros. A concepção maoísta da guerra popular se mescla a uma visão regionalista da revolução brasileira, em que não pouca coisa é de inspiração burguesa.

O PCR denunciou a inação “traidora” do PC do B e partiu para atos de efeito imediato. Dedicou-se ao incêndio de canaviais e a outras ações com vistas à desorganização da produção açucareira na Zona da Mata.

Também provocada pela inação aparente do PC do B com relação ao desencadeamento da luta armada, a segunda cisão aglutinou militantes do Centro-Sul em torno de dirigentes recém-chegados do treinamento político-militar na China. Atrás da divergência já manifestada em 1966, acerca de questões de métodos de direção e da democracia interna, é a questão da luta armada imediata que se acha em causa. A questão da hora marcada para a revolução. Expulsos do partido os divergentes mais

notórios, os adeptos da cisão criam uma nova organização em 1967. Mantêm a sigla PC do B, à qual acrescentam *Ala Vermelha*. Uma contraposição ao primeiro PC do B, que seria a *Ala Branca*. Repetia-se a preocupação pela continuidade histórica, acompanhada da pretensão de ganhar a maioria da militância para de novo “reorganizar” o partido comunista fundado em 1922. Por isso mesmo, os dissidentes nunca deixaram de se considerar uma organização “provisória”.

Em dezembro de 1967, a Ala Vermelha, como ficou conhecida, aprovou um documento programático-doutrinário, cujo ponto de partida é o ataque à incoerência tático-estratégica da Resolução política da Sexta Conferência Nacional do PC do B. Carregado de terminologia maoísta, o principal objetivo do documento consistiu na justificação da luta armada imediata. A justificação é fornecida pela teoria do foco. Sob a argumentação de que a preparação política das massas camponesas se tornou impossível nas condições fortemente repressivas da ditadura militar, não se vê outro caminho senão o de começar com um pequeno contingente organizado em absoluta clandestinidade e ao qual caberá a implantação do foco revolucionário no campo, para depois ganhar as massas camponesas. A teoria do foco põe à mão a receita aparentemente viável para quem tem pressa de entrar em ação. O documento da Ala Vermelha se singulariza pela conciliação entre a guerra popular e o foquismo. No final de contas, realiza uma colagem mal disfarçada.

A nova organização, que tem Diniz Cabral Filho, Derly de Carvalho e Élio Cabral entre seus líderes, ganhou certo vulto em São Paulo, Minas, Goiás, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Brasília e Maranhão. Obteve a adesão de operários e camponeses, mas o grosso da militância procedeu dos meios estudantis.

Coerente com o seu cronograma de ação, a Ala Vermelha criou, em 1968, o Grupo Especial Nacional Revolucionário (GENR), especializado para a luta armada. Já em novembro daquele ano, o Grupo assaltou um carro pagador do Banco da Lavoura, em Mauá (Grande São Paulo). Seguiram-se ações para obtenção de armas e explosivos. Os recursos assim adquiridos deviam ser destinados à montagem do foco guerrilheiro. Mas este vai se revelar um objetivo cada vez mais distanciado pelos próprios meios que visam a concretizá-lo.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevista de Ozeas Duarte de Oliveira. São Paulo, 9 dez. 1985 (sobre o PC do B); Entrevista de Wladimir Pomar. São Paulo, 18 mar. 1987 (sobre o PC do B); Entrevista de ex-militante do PC do B

e ex-dirigente da Ala Vermelha, que solicitou anonimato. São Paulo, 13 ago. 1986; Entrevista de Vicente Roig. São Paulo, 8 out. 1985 (sobre o PC do B e a Ala Vermelha); Entrevista de Renato Tapajós. São Paulo, 23 mar. 1987 (sobre o PC do B e a Ala Vermelha); “União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”. Resolução Política do PC do B, 1966; In: *Imagens da revolução*, op. cit.; *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)*, op. cit.; *Guerra popular – Caminho da luta armada no Brasil*. Partido Comunista do Brasil (M-L). Lisboa, Ed. Maria da Fonte, 1974; *Documentos básicos do Partido Comunista Revolucionário*. Recife, fev. 1968. Mimeogr.; “Carta de 12 pontos aos Comunistas Universitários”. Partido Comunista Revolucionário. In: *Imagens da revolução*, op. cit.; “Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da ‘União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista’”. PC do B – Ala Vermelha, 1967. In: *Imagens da revolução*, op. cit.

O maoísmo cristão

No ambiente do imediato pós-golpe, a AP caiu sob influências contrastantes. Ao tempo em que radicaliza a atuação no movimento de massas, especialmente o estudantil, a direção da AP constata a precariedade do seu embasamento teórico e se sente atraída pela opção da luta armada. A perspectiva socialista permeabiliza a AP à aceitação das teses da POLOP. A atração pela luta armada cria receptividade ao foquismo cubano.

Enquanto Herbert José de Souza e Jair Ferreira de Sá buscam contatos com Brizola em Montevidéu, do que nada resultou de prático, Paulo Wright e Alípio de Freitas (ex-padre católico), asilados na Embaixada do México, conseguem sair do Brasil e chegar a Cuba, onde fazem treinamento guerrilheiro. A influência foquista se estende a outros militantes, que passam por Cuba. Em 1965, já é taxativa a decisão da AP de tomar o caminho da luta armada. A decisão afasta adeptos não convencidos dessa radicalização extrema.

Passando ao terreno prático, a direção da AP criou uma comissão militar incumbida de ministrar cursos de emprego de armas e explosivos. Daí se desdobrará um episódio de efeito traumático e que pesará em certa mudança de rumo.

Membro da comissão militar e dirigente nacional da AP, Alípio de Freitas encontrava-se no Recife em meados de 1966, quando se anunciou a visita do general Costa e Silva, em campanha farsesca de candidato presidencial pelo partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Por conta própria, Alípio decidiu promover uma aplicação realista dos ensinamentos sobre a técnica de atentados.

A recepção ao general Costa e Silva e sua comitiva estava marcada para às 8h45 do dia 25 de julho, no Aeroporto dos Guararapes. Muitas pessoas esperavam no saguão, quando aconteceu a explosão. Os corpos despedaçados, morrem o almirante Nélson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho. Outras catorze pessoas ficaram feridas, algumas mutiladas para sempre. Mas o eminente visitante e sua comitiva nada sofreram, porque o avião teve uma pane e o general-candidato viajou de automóvel de João Pessoa ao Recife.

A ilustre visita provocou mais duas reações na capital pernambucana. Ainda no mesmo dia 25, explodiram bombas nas sedes da União Estadual dos Estudantes e do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS), ambos os atentados só causando danos materiais. Os órgãos de investigação policial sugeriram autoria única para as três ocorrências, porém, conforme hoje se pode saber, as iniciativas partiram de centros diferentes.

Na entrevista concedida a Sérgio Buarque de Gusmão e editada pelo *Jornal da República*, logo depois da anistia de 1979, Jair Ferreira de Sá revelou a autoria do atentado do Aeroporto dos Guararapes por militantes da AP. Em entrevista posterior, ao semanário *Em Tempo*, referiu-se a Raimundinho como um dos participantes da ação. Certamente, trata-se de Raimundo Gonçalves Figueiredo, que se transferiu para a VAR-Palmares (onde usava o nome de guerra Chico) e morreu, a 27 de abril de 1971, num tiroteio com policiais do Recife. Na capital pernambucana e no Rio de Janeiro, aplicou os conhecimentos de preparação de bombas no atentado de 25 de julho e em outros atentados.

A revelação pública de Jair tem a confirmação de Duarte Pereira, na época membro da direção nacional da AP. Informada da responsabilidade pelo atentado, por intermédio do próprio Alípio, que o planejou e pôs em prática, a direção nacional ficou chocada, condenou o ato e determinou a dissolução dos comandos armados paralelos.

O envolvimento no atentado provocou um efeito de mais longo alcance ao induzir a cúpula da AP a examinar seu relacionamento com a liderança cubana. Esta depreciava os problemas de construção partidária e tinha pressa para que deslanchasse o foco guerrilheiro no Brasil. Nesse entretempo, os dirigentes da AP haviam estabelecido relações com Pequim e a teoria maoísta forneceu oportunos argumentos à análise do foquismo, definitivamente abandonado e submetido a ataques pelo órgão central *Libertação*, editado a partir de 1969.

A aceitação da estratégia da guerra popular prolongada conduziu a AP a rejeitar o imediatismo da luta armada e a atração pelas ações expropriatórias. Daí que no

histórico da organização não conste nenhuma acusação judicial de participação em assaltos a agências bancárias, sequestros e atos do gênero (o atentado do Recife permaneceu com autoria não identificada). Contudo, não houve inércia na preparação da luta armada, conforme acentua José Gomes Novaes. Militantes da AP fizeram treinamento político-militar na China, enquanto áreas consideradas estratégicas, no Nordeste e no Paraná, recebiam cuidados especiais: radicação de famílias camponesas e de quadros combatentes, depósitos de armas e munições etc. Mas a trajetória da AP não alcançou a fase da eclosão de guerrilhas a partir de qualquer dessas áreas.

A aceitação do maoísmo conferiu à AP, a partir de 1967, o caráter de organização marxista e marcou a culminação de um processo de transição iniciado antes de 1964. Conhecido pelo nome de guerra Dorival, Jair Ferreira de Sá tornou-se o campeão do maoísmo e assumiu o posto de coordenador nacional da AP.

O processo de transformação ideológica e política trouxe consequências muito importantes.

Em primeiro lugar, a marxistização provocou nova perda de militantes, que preferiram conservar a visão socialista fundamentada na ideologia do humanismo cristão.

Em segundo lugar, a marxistização via maoísmo implicou mudança profunda na caracterização da sociedade brasileira e na concepção estratégica da revolução. A AP marxista foi convencida pela doutrinação chinesa da presença de sobrevivências de um suposto feudalismo na sociedade brasileira. Em decorrência, trocou-se a perspectiva da revolução socialista como tarefa do presente pela teoria da revolução em duas etapas, o que fez da revolução nacional e democrática a tarefa do presente.

Do ponto de vista teórico, a transição do socialismo humanista ao marxismo recebeu suporte da escola de Althusser. Encaixava-se no esquema althusseriano a classificação do socialismo humanista, de base cristã, como *ideologia* – escala inferior do pensamento –, ao passo que o marxismo é a *ciência* da história, única teoria explicativa da sociedade. Demais disso, Althusser valorizava Stalin e Mao, o que se enquadrava na inserção da AP no âmbito da força de atração irradiada de Pequim.

Por um processo contraditório não raro encontrado nas conversões ideológicas, o positivismo althusseriano não dissolveu o fundo religioso da AP. Este fundo ficou recalcado e mascarado ao nível do consciente. Mas fortalecido ao se revestir ostensivamente de nova forma, na aparência contrária ao velho conteúdo. O maoísmo se enraizou na AP apoiado, comum dos pés, no ideário cristão e, com o outro pé, no dogmatismo de procedência althusseriana.

Um dos fenômenos derivados dessa simbiose cristã-maoísta será a diretiva de integração na produção, iniciada em 1967 e formalizada no ano seguinte. A motivação

imediate veio do igualitarismo da Revolução Cultural, movimento deflagrado em 1966 que convulsionou a China e impressionou o mundo inteiro. O movimento visava a eliminar a distância entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Os intelectuais eram obrigados a passar temporadas entre operários e camponeses, vivendo e trabalhando como eles. Cortava-se a tendência à elitização através do nivelamento por baixo. No caso da AP, o impulso do igualitarismo se reforçou com a memória da experiência cristã dos padres-operários no pós-guerra, como se deu na França e outros países. Daí que a AP tornasse a diretiva de integração na produção obrigatória para todos os seus membros de origem pequeno-burguesa.

Outras organizações da época adotaram a integração na produção, a exemplo da Ala Vermelha e do POR (T). Mas a praticaram em escala muito menor, sem o caráter de generalidade. Haroldo de Lima e Aldo Arantes, historiadores da AP, fazem referência ao exame de uma amostra de 120 militantes integrados à produção, 90 deles como camponeses ou assalariados agrícolas e 30 como operários de fábricas. Consideram exagerado o total de mil integrados mencionado por Jair Ferreira de Sá. Independente da cifra exata, qual o resultado da experiência? Que proveito teve do ponto de vista da formação dos militantes?

Herbet José de Souza, primeiro coordenador nacional da AP e graduado em Economia, escreveu sobre o período em que foi operário comum numa fábrica de cerâmica de São Paulo. O relato é amargo e tem conclusão negativa. Duarte Pereira afirma que a integração na produção desestruturou muitos militantes, jogados em situações aflitivas. Na maioria dos casos, provocou efeito destruidor na base estudantil da AP. Lima e Arantes efetuaram o balanço dos prós e os contras e, à maneira contábil, extraíram um saldo positivo da experiência. Por enquanto, à falta de estudos mais apurados, creio que os resultados negativos da integração à produção, desenvolvida de 1967 a 1971, devem ter pesado para que não fosse repetida.

Em 1968, a AP sofreu um processo de luta interna que conduziu a um racha.

Nem todos os militantes concordaram com o rumo tomado pela organização: maoísmo, revolução em duas etapas, integração na produção. A contestação teórica veio de Vinicius Caldeira Brant, conhecido pelo nome clandestino de Rolando, de regresso ao Brasil após quatro anos no exterior. Seu escrito *Duas posições* recebeu da direção nacional da AP uma resposta ríspida através do documento *Desmascarar e liquidar política e ideologicamente o grupo oportunista e provocador de R*. A troca de invectivas terminou por expulsões e pela separação.

Vinicius e outros líderes da AP, como Alípio de Freitas e Altino Dantas Jr., criaram novo agrupamento. A eles se juntaram ex-militantes da POLOP e do PCB, a

exemplo de José Porfírio de Souza, chefe da luta camponesa de Trombas de Formoso e ex-deputado estadual de Goiás.

Em congresso de janeiro de 1969, o agrupamento deu origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). No seu Programa, o novo partido restabeleceu o objetivo direto da revolução socialista. Calcada na teoria da dependência, sua análise da situação nacional apontou para a iminência de explosões sociais e indicou o caminho da luta armada, com o campo como área fundamental e a guerrilha como forma principal de luta. Os fundadores do PRT captaram a orientação cubana, porém a modificaram pelo próprio fato de organizarem um partido.

O PRT começou com núcleos de militantes no Nordeste, Goiás, São Paulo e Minas. Dedicou-se ao trabalho no meio operário, em fábricas e sindicatos, e à preparação de áreas rurais para futuras ações armadas.

Enquanto isto, a assimilação do maoísmo devia encaminhar a AP a um relacionamento especial com o PC do B. A liderança chinesa dava à AP o tratamento de organização anti-imperialista e não de partido comunista, só reconhecendo este *status* no PC do B. Mas a liderança chinesa procurou facilitar o entendimento entre as duas organizações e, com habilidade, aparou desconfiças, particularmente do lado do PC do B. Em 1969, tiveram início contatos oficiais ao nível de direção nacional e se estreitou a colaboração mútua.

Em março de 1971, a AP formalizou o processo de marxistização e se proclamou partido com a denominação de Ação Popular Marxista-Leninista (AP- ML). No *Programa Básico* adotado, propôs ao PC do B e a outras forças de inspiração marxista-leninista a conjugação de esforços no sentido da formação de um partido proletário inteiramente novo. Através do editorial *A Proposta da AP*, publicado no órgão central *A Classe Operária*, o PC do B deu uma resposta negativa ao *Programa Básico*. Detectou formulações de feição trotskista acerca da determinação uniformizante fundamental do sistema imperialista mundial (persistência de teses da POLOP) e reagiu sobretudo à pretensão de organizar um novo partido do proletariado, quando já existia o PC do B.

Na medida em que avançou por duas linhas doutrinárias, a maioria da APML evoluiu no sentido da aproximação ao PC do B e da aceitação de sua legitimidade como único partido revolucionário da classe operária brasileira. A primeira linha doutrinária: o stalinismo irrestrito, que se tornou o universo ideológico comum de ambas as organizações. A segunda: a caracterização da sociedade brasileira e da revolução brasileira.

Dentro desta segunda linha, foi publicado, em 1972, um trabalho de nível sistemático – *Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira*. Sem indicação de autoria (mas produto da colaboração entre Haroldo de Lima, Aldo Arantes, José Re-

nato Rabello e Duarte Pereira), o trabalho denota o esforço discursivo no sentido da interpretação dos dados socioeconômicos de maneira rebaixada, com o fim prefixado de apresentar a sociedade brasileira mais atrasada do que é na realidade. Relações entre produção industrial e produção agrícola, entre produção de bens de produção e produção de bens de consumo, entre população urbana e população rural, dados sobre comércio exterior, a questão do latifúndio e das relações sociais no campo – tudo isto conduziu à caracterização do Brasil como país industrial-agrário atrasado, de tipo semicolonial e com forte presença de relações de natureza feudal. O trabalho polemizou com Dorival e João (Jair de Sá e Paulo Wright), que estariam trazendo de volta as teses de Rolando em defesa de uma concepção neotrotskista da revolução socialista.

Na segunda edição da *Contribuição*, lançada em 1973, acrescentou-se uma Introdução, na qual se retificaram formulações da primeira edição (sob aspectos secundários) e se expôs – de maneira democrática – a divergência de um dos autores. Não citado, o autor discordante era Duarte Pereira e suas interpretações confluíam para a colocação do desenvolvimento capitalista brasileiro num grau mais avançado do que admitiam os demais autores.

Em janeiro de 1973, o Comitê Central da AP-ML decidiu por maioria de nove membros a incorporação ao PC do B, nele reconhecendo a autêntica vanguarda proletária. A decisão sofreu oposição de Jair e Wright, expulsos da organização, bem como de Manuel da Conceição. Conquanto integrante da maioria, Duarte Pereira não acompanhou a incorporação, levado pela caracterização da primeira etapa da revolução como popular e antimonopolista (formulação aproximada do PCBR) e também pelas objeções ao stalinismo irrestrito e à influência albanesa já saliente no PC do B.

Recuperada a concepção da revolução socialista direta, Jair e Wright procuraram manter viva a AP-ML, com a minoria que recusou a incorporação ao PC do B. O esforço de sobrevivência apelou a uma argumentação difícilima de imaginar, se não levarmos em conta o fundo religioso original. Assim se deu que o maoísmo – dogma já intocável para o militante da AP – pôde fundamentar a ideia da revolução socialista derivada das matrizes trotskista e luxemburguesa.

Entre as organizações da esquerda brasileira, a trajetória da AP foi das mais sinuosas e eruptivas. Submetida a pressões ideológicas colidentes, sua evolução não ocorreu de maneira quase retilínea e invariavelmente ascensional em direção à fusão com o PC do B, conforme a interpretação historiográfica de Lima e Arantes. Pelo contrário, até chegar ao ato final da incorporação, supressora da própria identidade, a AP precisou atravessar o campo minado das lutas internas e sofrer grandes perdas de substância partidária.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevistas de Duarte Pereira e José Gomes Novaes, cit. (sobre a AP); Entrevista de Vinicius Caldeira Brant, cit. (sobre o PRT); Entrevista de Antônio Othon Pires Rolim. São Paulo, 21 set. 1985 (sobre o PRT); “Jair, clandestino há 15 anos”. Entrevista de Jair Ferreira de Sá a Sérgio Buarque de Gusmão. *Jornal da República*. São Paulo, 8 set. 1979; Entrevista de Jair Ferreira de Sá a Carlos Tibúrcio e Eder Sader. *Em Tempo*, 13 set. 1979; Entrevista de Herbet José de Souza. In: *Memórias do exílio*. Lisboa, Arcádia, 1976, v. 1; Lima, Haroldo & Arantes, Aldo. *História da Ação Popular*, op. cit., caps. 8 e 15-18; *O Estado de S. Paulo*. 29 jul. 1966, 3 ago. 1966, 16 ago. 1966\ *Jornal da Tarde*. 9 ago. 1966, 11 ago. 1966; *Desmascarar e liquidar política e ideologicamente o grupo oportunista e provocador de R.* Direção Nacional da AP Nov. 1968. Mimeogr.; “Projeto de Programa”. PRT, janeiro de 1969. In: *Imagens da revolução*, op. cit.; *Libertação*. Órgão central da Ação Popular Marxista- Leninista do Brasil, n. 20 e 23. Fev. e jul. 1970. Mimeogr.; “Programa Básico”. AP- ML, março de 1971. In: *Imagens da revolução*, op. cit.; “A Proposta da AP”. *A Classe Operária*, n. 59. Nov. 1971. Impresso; *Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira*. Edição da AP-ML, 1972. Mimeogr. 2. ed., 1973. Mimeogr.; “Vitória do Marxismo-Leninismo. Resolução do Comitê Central da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil. Janeiro de 1973”. *Libertação*, n. 40. Abr. 1973. Impresso; Garcia, Marco Aurélio. “A.P. do cristianismo ao marxismo-leninismo”. *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*, op. cit. *Em Tempo*, 20 set. 1979.

Nota: No segundo semestre de 1968, um setor da AP se desprende da organização e examinou as alternativas de incorporação ao POC e ao PCBR, fazendo opção por este último. Ver “Ação Popular engrossa as fileiras do PCER e do POC” e “O que é o Partido Operário Comunista (POC)”. *Jornal do Brasil*, 28 jul. 1968 e 11 ago. 1968.

Nota à quinta edição: Assumi com Duarte Pereira o compromisso de não revelar a responsabilidade de Alípio de Freitas no atentado do Aeroporto dos Guararapes e o mantive durante dez anos. Considerei, porém, que agora o compromisso já não se justifica perante o meu dever de historiador e disso dei conhecimento a Duarte Pereira, ao qual devo um dos mais valiosos depoimentos para a elaboração deste livro. Por meios próprios, Elio Gaspari e o *Jornal do Commercio*, do Recife, chegaram ao nome de Alípio de Freitas e tornaram pública sua atuação naquele episódio. Além dele, só o nome de Raimundo Gonçalves Figueiredo deve ser associado ao atentado, sendo completamente descabida a acusação policial a Ricardo Zaratini e a Edinaldo

Miranda, bem como a menção a outros nomes feita pelo diário pernambucano. Por sua vez, Alípio de Freitas, entrevistado pelo *Jornal do Commercio* em Portugal, onde reside há vários anos, preferiu tomar uma atitude ambígua. Sem negar taxativamente sua responsabilidade no atentado, tampouco a assumiu de maneira inequívoca. No seu livro *Resistir é preciso*, omitiu completamente a questão. Cf. Gaspari, Elio. “O mistério da explosão está perto de explodir”. *O Estado de S. Paulo*, 9 jul. 1995; Id. “Guararapes foi obra de um poli-bomber”. *O Estado de S. Paulo*, 22 set. 1996; “Atentado a bomba no Guararapes tem nova versão 29 anos depois”. *Jornal do Commercio*, Recife, 23 jul. 1995; “Padre afirma que atentado no Guararapes foi ato de guerra”. *Jornal do Commercio*, Recife, 26 jul. 1995 (entrevista de Alípio de Freitas).

Trotskismo e atração pelo nacionalismo autoritário

Fiel à ortodoxia trotskista, o POR (T) recusou a luta armada imediata como resposta válida à ditadura militar. Decorria de sua análise que o regime nascido do golpe de abril de 1964 não tinha base social e poderia ser derrubado pela luta de massas. Mas, enquanto o PCB fez da aliança com a oposição burguesa o eixo de sua tática, o POR (T) recomendou o voto nulo nas eleições parlamentares e repeliu contatos com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido de oposição surgido da reestruturação política determinada pelo Ato Institucional nº 2.

Ao mesmo tempo, seguindo a orientação de Posadas, o partido trotskista se mostrava receptivo às manifestações nacionalistas originárias dos meios governamentais, apesar do seu invólucro autoritário. Durante o Governo Costa e Silva, salientou-se a posição nacionalista do general Albuquerque Lima, Ministro do Interior. Após a invalidez e morte de Costa e Silva, a candidatura de Albuquerque Lima à Presidência da República sensibilizou parte importante da oficialidade das três Armas e criou dificuldades à “eleição” do general Médici pelo Alto Comando do Exército. A decretação da soberania brasileira sobre duzentas milhas de mar territorial, feita já pelo governo Médici, confirmaria a presença de atuante nacionalismo militar. A esperança no potencial deste nacionalismo autoritário recebeu o reforço dos acontecimentos do Peru, em 1968. Com seu programa social-reformista e anti-imperialista, o governo do general Velasco Alvarado inspirou a expectativa de uma solução de tipo peruano para o Brasil.

A confiança do POR (T) no nacionalismo de origem militar o levou a baixar a vigilância e facilitou os golpes destruidores da repressão policial.

No âmbito sindical, os trotskistas de orientação posadista rejeitaram a ideia das organizações paralelas e se concentraram na atuação dentro dos sindicatos oficiais. Ao mesmo tempo, tentaram criar comitês de fábrica, inclusive por meio da integração na produção. Tanto pelos métodos sectários como pela repressão policial, as tentativas falharam. Em alguns casos, melhor resultado alcançou a formação de núcleos de oposições sindicais. Porém estas eram duramente perseguidas dentro dos sindicatos oficiais e somente em meados da década dos 1970 encontraram condições para uma atuação significativa.

Apesar de afastado das ações armadas, o POR (T) não deixou de figurar entre os alvos dos órgãos policiais. Logo depois do golpe, a imprensa fez alarde da prisão de intelectuais trotskistas, vários deles professores universitários, que formariam uma “célula subversiva” em São Paulo. Mas estes intelectuais já tinham saído do partido trotskista ou, quando muito, não eram senão simpatizantes. Ainda por alguns anos, o POR (T) manteve sua estrutura em São Paulo e conseguiu certo aumento de adeptos.

O mesmo não se deu em Pernambuco. Em novembro de 1964, as prisões de militantes trotskistas chegaram a envolver cerca de quarenta pessoas e deixaram a organização regional praticamente arrasada. Tiveram então ressonância nacional as denúncias de torturas a que foi submetida Sílvia Montarroios (Tatiana).

Em 1970, no auge do terrorismo de Estado do governo Médici, comemorou-se a data de 1º de Maio em comício no estádio dia Vila Maria Zélia, na capital paulista. Comício legal, convocado por diretorias sindicais submissas ao Ministério do Trabalho, tendo à frente o superpelegrino Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. A assistência não ia além de três ou quatro mil pessoas, inclusive numerosos agentes policiais. O POR (T) julgou a ocasião propícia para uma agitação e distribuiu panfletos assinados pela organização. No estádio fechado, os policiais fizeram a triagem de 18 pessoas conduzidas ao DEOPS e depois liberadas, exceto Olavo Hansen, visado por sua atuação aberta no Sindicato dos Metalúrgicos como membro da oposição sindical.

Pertencente a uma família de trabalhadores, Olavo foi um operário-estudante e conseguiu ingressar na Escola Politécnica da USP. Já militante trotskista, afastou-se dos estudos universitários por tarefa partidária e se empregou numa fábrica. Ao ser preso, era membro do Comitê Regional de São Paulo do POR (T). Durante vários dias, os delegados Josecyr Cuoco e Ernesto Milton Dias o submeteram a torturas

intensivas: pau-de-arara, choques elétricos, espancamentos violentíssimos, queimaduras e afogamentos. O prisioneiro não abriu nenhuma informação, o que levou os torcionários a aumentar a dose dos suplícios. No dia 6 de maio, Olavo apresentou anúria e edema nas pernas. Sintomas de insuficiência da função renal, efeito de certa frequência da aplicação de choques elétricos e pau-de-arara. Tratados com descaso pelo médico José Geraldo Ciscato, os presos políticos das celas do DEOPS fizeram manifestações ruidosas e exigiram a imediata remoção de Olavo para um hospital. Já no dia 8, o prisioneiro foi retirado em estado de coma e as autoridades atribuíram sua *causa mortis* ao suicídio por meio de injeção intravenosa do inseticida Paration. Não se explicou como um preso no porão do DEOPS teria oportunidade de adquirir o inseticida, seringa e agulha de injeção.

Conhecido entre estudantes e sindicalistas e detido numa comemoração pública, Olavo Hansen, no máximo, podia ser acusado pela distribuição de inofensivos panfletos. Apesar da rigorosa censura, sua morte ganhou destaque na imprensa e provocou protestos e denúncias. Na Câmara dos Deputados, o líder do MDB Oscar Pedroso Horta, em discurso a 30 de julho de 1970, demonstrou a fragilidade da conclusão oficial de suicídio e reclamou a reabertura do inquérito para apuração da verdade. Em vão.

A panfletagem do estádio da Vila Maria Zélia e a circulação do periódico *Frente Operária* chamaram a atenção dos órgãos policiais. De junho a agosto de 1970, vários militantes e dirigentes do POR (T) foram presos em São Paulo, entre eles Cláudio Antônio Cavalcanti e Tullo Vigevani. A organização sobreviveu muito precariamente.

O fato de ser pequeno não protegeu o partido trotskista dos rachas. Em função de discordâncias com a doutrina de J. Posadas, um grupo de militantes estudantis de São Paulo se desligou em 1966 e assumiu a denominação de Movimento Estudantil 1º de Maio, em homenagem ao sensacional festejo da data na Praça da Sé, em 1968. A denominação mudou, em 1971, para Organização Comunista 1º de Maio, que continuou a editar o mesmo jornal mimeografado.

No documento programático de janeiro de 1971, a Organização deu ênfase ao trabalho com as oposições sindicais e fez incisiva crítica ao “terrorismo individualista” dos grupos de esquerda dominados pelo radicalismo pequeno-burguês. Embora sofresse golpes da repressão policial, a Organização 1º de Maio conseguiu certa fixação no meio operário do ABC paulista.

Também por dissensão com o posadismo, outra cisão originou a Fração Bolchevique Trotskista (FBT), em 1969. Agrupou militantes do Rio Grande do Sul, Nor-

deste e São Paulo, porém, pouco cuidadosa em questões de segurança clandestina, foi aniquilada em 1970.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevistas de Cláudio Antônio Vasconcelos Cavalcanti e Tullo Vigevani, cit.; *1º de Maio*. Órgão central da Organização Comunista 1º de Maio. n. 5. São Paulo, 20 jan. 1971. Mimeogr.; “Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado”. Organização Comunista 1º de Maio, janeiro de 1971. In: *Imagens da revolução*, op. cit.; Silva, Antônio 02aí. *História das tendências no Brasil (origens, rachas e propostas)*, s.n.t. p. 33-4; Informações do autor, então recluso no Presídio Tiradentes (sobre o caso Olavo Hansen); “*Pau de Arara*” – *La Violência Militar en el Brasil*. Versão direta do português e notas de Flávio Tavares. México, Siglo XXI, 1972. p. 247-51 (sobre o caso Olavo Hansen); *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*. Comitê Brasileiro pela Anistia. Seção do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984. p. 37-8 (sobre o caso Olavo Hansen); Garcia, Marco Aurélio. *Contribuição à história da esquerda brasileira*, op. cit. *Em Tempo*. 17 abr. 1980 e 1º maio 1980; Alves, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*, op. cit., p. 86-106; Silva, Hélio. *O poder militar*. 2. ed. Porto Alegre, L&PM, 1984. p. 440-59.

Peripécias do nacionalismo pequeno-burguês

No dia 31 de março de 1964, o governador Meneghetti fugiu para Passo Fundo e Brizola teve Porto Alegre sob seu controle. Dezenas de milhares de pessoas encheram as ruas da capital e várias unidades do Exército continuavam sob comando de oficiais nacionalistas. Brizola incentivou a mobilização popular, porém não fez o que podia para consolidar a frente antigolpista: a instalação de um governo provisório alternativo na capital do Estado. Quanto aos Grupos de Onze, que já seriam 24 mil em todo o País, nada se soube da iniciativa deles.

No exílio de Montevidéu, rapidamente se ajuntaram centenas de brasileiros, civis e militares. Oficiais e subalternos nacionalistas reuniram-se em torno do ex-governador gaúcho e não demoraram a surgir planos de movimentos armados. Argumentava-se pela ação imediata, antes que os generais golpistas se firmassem no poder. Neste clima de visões irrealistas, engendrou-se a ideia do primeiro lance de tipo guerrilheiro. Embora Brizola negue compromissos com ela, a iniciativa se filia ao tronco do nacionalismo pequeno-burguês brizolista, pelos personagens, concepção, origem etc.

No dia 23 de março de 1965, secundado pelo ex-sargento da Brigada Militar Alberi Vieira dos Santos, o coronel do Exército Jefferson Cardim ocupou a pequena cidade de Três Passos, na região setentrional do Rio Grande do Sul, à frente de um destacamento de 21 homens armados. Após a leitura de um manifesto pelo rádio, os 23 insurretos atravessaram Sanita Catarina e chegaram ao Paraná. O evento deu manchete nos jornais, mas nenhuma ação militar em outro ponto veio reforçar o

levante, como esperavam os chefes. No dia 27, o destacamento travou seu primeiro e único combate com uma tropa do Exército, no município de Leônidas Marques. Em seguida, debandou. O próprio coronel Jefferson foi aprisionado e submetido a torturas de grande perversidade por colegas dele, oficiais do Exército. Deixava de existir a imunidade dos oficiais à tortura, respeitada nas sublevações anteriores.

O fracasso não induziu a mudança de rumo do nacionalismo brizolista. Apenas se tirou a lição sobre a necessidade de alguma preparação dos movimentos armados. Da articulação entre os exilados de Montevideu e os adeptos de Brizola no Brasil, nasceu o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Nele se agruparam sargentos, cabos e marinheiros excluídos das Forças Armadas e antigos militantes das campanhas anti-imperialistas do período pré-golpe.

O MNR pareceu aos cubanos a organização em que deviam apostar. Havia incentivado e apoiado Julião no plano de instalação de um foco guerrilheiro no Brasil, que nem sequer chegou a tomar forma. Em 1965, exilados da AP e de outras procedências passaram pelo treinamento guerrilheiro em Cuba, porém daí nada resultou de concreto. Via Montevideu, efetivou-se a vinculação com o MNR, fornecendo os cubanos diversas formas de apoio, inclusive a de treinamento, dentro da concepção foquista como não podia deixar de ser. O apoio ao MNR inseriu-se na estratégia da revolução continental, em que as lutas guerrilheiras de vários países da América do Sul teriam o pivô no destacamento combatente chefiado pelo próprio Che Guevara na Bolívia.

Os preparativos se aceleraram em 1966. Um comando político se formou no Rio, dirigido pelo Professor Bayard Demaria Boiteux, antigo presidente do PSB. Ligações se estabeleceram com diversos grupos de sargentos e marinheiros, como o de Antônio Duarte dos Santos, no Rio, e o do ex-sargento do Exército Onofre Pinto, em São Paulo. Prevvia-se a instalação de um foco guerrilheiro na Serra do Caparaó, região do Pico da Bandeira, que faz divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, bem como de outros focos no Sul do Maranhão e no Mato Grosso, num ponto fronteiriço com a Bolívia. Mas somente vingou o trabalho em Caparaó.

Em novembro de 1966, no mesmo mês em que Guevara chegou à Bolívia, catorze candidatos a guerrilheiros ocuparam um ponto elevado e deserto da Serra do Caparaó. Afora três ou quatro civis, os demais eram antigos subalternos das Forças Armadas e um ex-tenente do Exército. Comandava o destacamento o ex-sargento do Exército Amadeu Felipe da Luz Ferreira, sendo subcomandante o antigo subtenente Gelei Rodrigues Correia, notório antes do golpe por declarações atrevidas como a de botar os gorilas para dentro das jaulas. Da ligação entre o grupo e do comando político no Rio ficou incumbido Amadeu Almeida Rocha.

O destacamento devia efetuar treinamentos e editar ser descoberto, antes de iniciar a ação em data ainda distante. Apesar do isolamento completo, não demorou a detecção daqueles elementos estranhos pela Polícia Militar de Minas. Por outro lado, a coesão moral do grupo se deteriorou, nas condições de prolongado isolamento e de inação. Cinco integrantes do grupo se retiraram e os restantes desceram a serra e foram presos, no dia 3 de abril de 1967. Quatro dias depois, um reforço de cinco elementos chefiados por Amadeu Rocha, que saiu do Rio e pretendia se juntar ao destacamento de Caparaó, também se viu cercado e aprisionado na região. O foco se extinguiu sem ter dado um único tiro. A denúncia do comando político levou à prisão de Bayard Boiteux.

Nos começos de agosto de 1967, os órgãos da repressão desmantelaram outro núcleo do MNR, composto de militares e civis em Uberlândia. A prisão dos conspiradores se deu em consequência da infiltração de um agente policial. Ligado ao núcleo de Uberlândia e chamado pelo nome de guerra Dr. Falcão, o jornalista Flávio Tavares foi detido uma semana depois em Brasília.

O fracasso da tentativa de Caparaó decepcionou os cubanos e pôs fim às relações com Brizola. Em julho de 1967, Marighella chegava a Havana e as esperanças cubanas de êxito da guerrilha no Brasil se transferiram para a ALN. Da sua parte, Brizola deu por encerrada a participação pessoal em iniciativas de tipo militar.

Contudo, as peripécias dos militares nacionalistas não tiveram aí um ponto final. No começo de junho de 1969, os jornais noticiaram fuga espetacular de presos da Penitenciária Lemos Brito, no Rio. De fora, prepararam a fuga o ex-marinheiro José Duarte dos Santos e outros subalternos expulsos das Forças Armadas, agora congregados no Movimento de Ação Revolucionária (MAR). De dentro, chefiou os fugitivos o ex-sargento Antônio Prestes de Paula, detido desde o levante de Brasília em setembro de 1963. Ao lado dele, escapuliram da Penitenciária os marinheiros Antônio Duarte dos Santos, Avelino Capitani (preso em Caparaó), Marco Antônio da Silva Lima (vice-presidente da dissolvida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais), José Adeildo Ramos e Benedito Alves dos Campos. Três presos comuns colaboraram com os presos políticos e saíram junto.

Os fugitivos se abrigaram num sítio preparado pelo MAR na região de Angra dos Reis, com um depósito de armas, inclusive dez fuzis M-1, que serviriam ao lançamento do futuro foro guerrilheiro. Descoberto em agosto, um batalhão de fuzileiros navais cercou o grupo clandestino. Após breve tiroteio, no qual morreu um fuzileiro, os ocupantes do sítio – cerca de uma dezena – se embrenharam pelo mato e escaparam.

A isto se resumiu a *Guerrilha de Angra dos Reis*, notícia de estardalhaço publicitário na época.

Também em agosto de 1969, caía no Rio outro núcleo do MAR, o que pôs fim à organização. O inquérito policial-militar acusou duas dezenas de indiciados de assaltos a bancos e atos de terrorismo, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Outros pequenos grupos de predominância tipicamente militar, como a Frente de Libertação Nacional (FLN), liderada pelo major Joaquim Pires Cerveira, não tiveram melhor sorte. Eram de fácil infiltração pelos agentes do serviço secreto das Forças Armadas e, por suas reduzidas dimensões, acabavam debaixo do primeiro golpe inimigo.

A atuação do segmento de ex-militares se transferiu do brizolismo para as organizações já declaradamente marxistas, como o COLINA, o PCBR e a VPR. Formados na ideologia nacionalista pequeno-burguesa, os ex-militares não seriam incoerentes ao acentuar nessas organizações a tendência para o militarismo revolucionário.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevista de Antônio Duarte dos Santos, cit. (sobre o MNR e o MAR); Entrevista de Bayard Demaria Boiteux. Rio de Janeiro, 10 set. 1986 (sobre o MNR); Entrevista de Amadeu Felipe da Luz Ferreira. *Movimento*. São Paulo, 13 abr. 1981; *Coojornal*. Porto Alegre, dez. 1978, jan. 1979 e fev. 1981; *O Estado de S. Paulo*, 1º ago. 1967, 9 ago. 1967, 10 ago. 1969, 2 out. 1969; *Veja*, 4 jun. 1969; Rebello, Gilson. *A Guerrilha de Caparaó*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

Da POLOP à VPR – Purificação química do militarismo revolucionário

Uma vez triunfante o golpe de 1964, os intelectuais da POLOP se consideraram cheios de razões diante do fracasso do PCB. Porém não podiam se contentar com a função de consciência crítica, justamente no momento em que se reclamava ação nos meios de ascendência de suas ideias.

No entanto, como podia passar à ação imediata uma organização que carecia de vinculação orgânica com movimentos de massa?

O foquismo indicou o atalho que permitia contornar a necessidade do trabalho com as massas e entrar em ação. Já antes de 1964, embora lhe fizessem restrições, líderes da POLOP receberam com simpatia a teoria do foco. Polo-pistas afoitos articularam com subalternos das Forças Armadas a preparação de um foco guerrilheiro, cuja radicação se previa numa região de Minas Gerais. Mas a conspiração ficou batizada de “Guerrilha de Copacabana”, porque polo-pistas e marinheiros confabulavam em apartamentos daquele bairro do Rio. Infiltrados entre os conspiradores, agentes do CENIMAR estouraram os aparelhos e prenderam seus frequentadores em julho de 1964. As sequelas da repressão engrossaram a primeira vaga de exilados da POLOP.

O episódio provocou uma crise interna e acentuou a exigência da definição de caminhos para a ação concreta. Em resposta às indagações pendentes, começam a circular, em 1967, os quatro estudos de Ernesto Martins reunidos sob o título geral *Aonde Vamos?* (títulos dos estudos: I – “Reformismo e perspectivas proletárias”; II – “Causas do reformismo”; III – “Governo de transição”; IV – “Foco e revolução”).

Após o balanço da trajetória da POLOP, por enquanto apenas teórica, o autor formula o objetivo tático da conquista de um *governo dos trabalhadores*. Objetivo típico da visão obreirista incapaz de captar peculiaridades conjunturais da situação imediata pós-golpe. O mais sintomático é a reação diante da pressão ideológica do foquismo. Martins admite que a guerrilha rural possa preceder o partido, o que constitui concessão teórica colossal. Mas procura equilibrar a concessão com a ênfase na necessidade do partido e na função decisiva do proletariado. Se a greve geral teve tanto peso na derrubada do ditador Batista em Cuba, a presença revolucionária do proletariado só poderá ser ainda maior num país como o Brasil. De maneira dubitativa, combina-se a guerrilha rural à luta operária. Visivelmente a contragosto, Ernesto Martins expressou, no *Aonde Vamos?*, os impasses da conciliação entre o corpo doutrinário da POLOP e o foquismo.

Enquanto os doutrinadores mais autorizados se mostram incapazes de elaborar soluções políticas adequadas à conjuntura, estudantes e intelectuais polopistas aderem decididamente ao foquismo e reformulam a doutrina no espírito da concepção cubana. No terreno prático, estreitam as relações com ex-militares que deixam de gravitar em torno do brizolismo. O processo se desenvolve de maneira independente em Minas e no Rio, de um lado, e em São Paulo, de outro lado. Em setembro de 1967, quando realiza seu Quarto Congresso, a POLOP já se encontra às bordas de um racha de alto a baixo.

O Quarto Congresso aprovou o *Programa Socialista para o Brasil*, no qual se propõe o governo revolucionário dos trabalhadores como forma de transição para a ditadura do proletariado. Num brevíssimo parágrafo, o golpe militar foi explicado pela necessidade das classes dominantes de “(...) *manter os seus privilégios, ameaçados pelo movimento popular que cresce*”. Ora, este movimento popular, centrado na luta pelas reformas de base, era alvejado pela POLOP *antes do golpe*. Cabia, então, uma autocrítica, cuja ausência se explica: se fosse feita, obrigaria à revisão dos próprios fundamentos doutrinários. À semelhança do PC do B, a POLOP atravessa como gato sobre brasas a questão da explicação do golpe direitista de 1964.

Do ponto de vista dos caminhos imediatos para a ação, o Programa contém duas propostas. Uma delas; é da Frente de Esquerda Revolucionária (FER), que deveria reunir organizações e correntes diversas em torno dos objetivos programáticos da POLOP. Por isso mesmo, não chegou a ter existência. A outra proposta – a guerrilha rural, o foco guerrilheiro. Mas a admissão do foco guerrilheiro como primeira tarefa política só se faz depois de salientar o caráter proletário da revolução brasileira e a importância primordial do partido. Repetia-se a mescla incoerente entre os princípios doutrinários e o foquismo.

O Congresso se assinalou ainda pela cisão que retirou da POLOP mais da metade dos adeptos. Assim desfalcada, porém liberada da pressão dos setores foquistas mais impacientes, a POLOP se associou, em 1968, à Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, originária do PCB (Flávio Koutzii, Marco Aurélio Garcia, entre outros). Daí surgiu o Partido Operário Comunista (POC). Apesar da sigla, a nova organização era pouco operária e muito estudantil e intelectual. Retomou posições estritamente obreiristas, sem concretizar o projeto de atuação efetiva entre os trabalhadores.

Um dos principais núcleos do racha da POLOP saiu de Minas, tendo à frente Ângelo Pezzutti da Silva, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Carlos Alberto de Freitas e Jorge Baptista Filho. O racha se estendeu à Guanabara e ao Rio Grande do Sul, onde obteve a adesão de Carlos Franklin de Araújo Paixão. Daí surgiu uma entidade a princípio chamada apenas Organização ou simplesmente O. Em 1968, tomará o nome de Organização Político-Militar e depois de Comando de Libertação Nacional (COLINA).

O documento básico, de abril de 1968, se diferencia do Programa Socialista da POLOP sobretudo pela acentuação do militarismo de esquerda. O objetivo socialista se acopla, o que é novo, a tarefas nacionais anti-imperialistas e antilatifundiárias. Do ponto de vista da tática, as lutas legais de massas são declaradas secundárias, incapazes de oferecer uma alternativa revolucionária. Esta só pode vir do foco guerrilheiro, cuja formação e deslanche independem do movimento de massas e se efetivam na clandestinidade. Todavia, as experiências de Caparaó e da derrota de Guevara na Bolívia sugerem uma modificação no foquismo original. À semelhança da ALN, o COLINA concebeu a guerrilha rural como força móvel que devia dispor de bases de apoio preparadas. As cidades servirão para fins logísticos, propaganda política, recrutamento de quadros, expropriação de fundos e ações de imobilização do inimigo (destruição de fontes de energia, de meios de comunicação e transporte etc.). O documento básico do COLINA se caracterizou ainda por ser um dos poucos a fazer a pregação explícita do terrorismo, nisso acompanhando Marighella.

A Organização, depois COLINA, desde o início se apresenta como fusão entre dissidentes da POLOP e subalternos excluídos das Forças Armadas e já desprendidos do brizolismo. Ramifica-se por vários Estados do País e, em 1967 e 1968, terá presença atuante nos movimentos de massa estudantis e operários. Publicou dois números de uma revista teórica. O primeiro com a Declaração Geral da Conferência da OLAS e artigos traduzidos sobre guerrilhas na América Latina. O segundo com editoriais e artigos que, não por acaso, concentram os ataques na POLOP, ou seja, na entidade-matriz.

Já em 1968, o COLINA está praticamente envolvido na luta armada. Como se tornou regra, começou pelos assaltos a agências bancárias e ações de captura de armas. Nesta escalada, apresentou-se a oportunidade para um ato de justicamento.

O ex-sargento da Aeronáutica João Lucas Alves obteve a informação de que o capitão boliviano Gary Prado fazia o curso da Escola de Estado-Maior do Exército brasileiro, no Rio. Gary Prado ganhou citações na imprensa internacional por ter sido o oficial que aprisionou Che Guevara, ferido e incapaz de reação. Também recaíam sobre ele acusações de cumplicidade no assassinato do herói argentino-cubano. O justicamento do oficial boliviano desafrontaria o movimento revolucionário de toda a América Latina.

No começo da noite de 1º de julho de 1968, João Lucas Alves, Severino Viana Colon (ex-sargento da Polícia Militar da Guanabara) e mais um terceiro integrante do grupo de fogo dirigiram-se, num Fusca cor gelo, à rua Engenheiro Duarte, na Gávea. Ali interceptaram o oficial, abateram-no com dez tiros e levaram sua pasta. Ao abri-la, surpresa esmagadora: o oficial justicado não era Gary Prado, mas Edward Ernest Tito Otto Maximilian von Westernhagen, major do Exército da Alemanha Ocidental. O COLINA não podia assumir o terrível engano e silenciou. O episódio permaneceu misterioso, mas hoje não há razão para deixar de esclarecê-lo. Ao erro do militante responsável pela identificação deveu Gary Prado sua sobrevivência.

O próprio militar boliviano, em livro recente dedicado à campanha contra a guerrilha de Guevara, escreveu acerca do episódio:

Numa única ocasião, houve um fato que deixou algumas dúvidas. Em 1968, eu estava cursando a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército do Brasil, no Rio de Janeiro, com uma bolsa do Exército boliviano, quando foi assassinado por desconhecidos um companheiro do curso, o major Edward von Westernhagen, do Exército da República Federal da Alemanha. Em suas primeiras investigações, a Polícia Federal brasileira e o Serviço de Inteligência Militar consideraram a possibilidade de um equívoco e que Edward tivesse sido assassinado em meu lugar. Desta hipótese tomou conhecimento a imprensa, que logicamente lhe deu grande cobertura. Infelizmente, os autores jamais foram descobertos e nenhuma organização assumiu o crime, sem solução até hoje.

Já promovido a general-de-divisão e partidário do regime constitucional, Gary Prado nega que tomou parte na execução de Guevara. Em nova edição do seu livro, poderá acrescentar ter sido o verdadeiro alvo do atentado do COLINA, porém imprevista confusão evitou que o fio de sua vida se cortasse no Brasil.

Em novembro de 1968, agentes policiais prenderam João Lucas junto com José de Sá Roriz, ex-sargento da FEB e mutilado de guerra (tinha uma deformação fa-

cial que o tornava facilmente reconhecível). Como os policiais encontrassem com João Lucas um Fusca cor gelo, de propriedade do agrônomo José Roberto Monteiro, também este acabou na prisão. O atentado da Gávea, contudo, não figurou nos interrogatórios. Em janeiro de 1969, após a onda de quedas de membros do COLINA em Minas, João Lucas passou às mãos da Polícia política de Belo Horizonte. A 6 de março daquele ano, uma nota oficial comunicava o suicídio do ex-sargento por enforcamento na cela. Na verdade, João Lucas foi assassinado depois de ter sido um dos presos mais cruelmente torturados da época da ditadura militar. Sua altivez e bravura acirraram o ódio dos carrascos, que lhe quebraram os braços, vazaram os olhos, arrancaram as unhas e o esfolaram a fogo. Detido meses mais tarde e também submetido a horríveis torturas, Viana Colon suicidou-se, em abril de 1969, numa cela do Pelotão de Investigações Criminais da Vila Militar do Rio. Sá Roriz conseguiu ser libertado daquela primeira prisão, mas em 1973 voltou ao cárcere do DOI/CODI da rua Barão de Mesquita. A partir de então, ingressou na lista dos “desaparecidos”.

O COLINA sofreu um baque muito forte em janeiro de 1969. A Polícia invadiu vários aparelhos da organização em Belo Horizonte, a começar da noite de 28 de janeiro. Num desses aparelhos, no bairro de São Geraldo, houve reação a tiros e daí resultou a morte de dois agentes policiais. Caíram em mãos dos órgãos repressivos Ângelo Pezzutti e outros dirigentes. As quedas se sucederam em vários Estados, sobretudo na Guanabara. A morte dos dois tiras mineiros enraiveceu os torturadores, que se soltaram na prática de perversidades.

Processo assemelhado ao de Minas e do Rio ocorreu em São Paulo. Já em 1966, a dissidência foquista da POLOP estabeleceu contato com os militares agrupados em torno da liderança do ex-sargento Onofre Pinto. À medida que ganham consistência, os contatos confluem para o surgimento do que também se chamou Organização ou apenas O. e tomou o nome de Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em dezembro de 1968.

Em São Paulo, a Organização recebeu a contribuição de um terceiro componente, inexistente em Minas e no Rio. O terceiro componente veio dos movimentos operário e estudantil de Osasco. Limítrofe da capital paulista, ao mesmo tempo concentração fabril e cidade-dormitório, residiam em Osasco muitos estudantes-operários ou estudantes procedentes de famílias de trabalhadores cuja prática cotidiana já era, por si mesma, um enlace entre a classe operária e os meios estudantis. Dentre os mais ativos, vários assimilaram as teses dos dissidentes da POLOP e se tornaram militantes de primeira linha: Antônio Roberto Espinosa (honrando o sobrenome, fez o curso de Filosofia da USP), José Ibrahim, Gerson Teodoro de Oliveira, os irmãos João Domin-

gues e Roque Aparecido da Silva, José Campos Barreto (Zequinha). A Organização (futura VPR) também recebeu a contribuição de comunistas experientes egressos do PCB, como o metalúrgico Antônio Ubaldino Pereira, e de uma minoria de membros da Dissidência estudantil do PCB, entre os quais Chael Charles Schreier, Sônia Lafoz e Fernando Borges de Paula Ferreira (Fernando Ruivo).

Com Onofre Pinto na Coordenadoria Geral, a Organização entrou na carreira das ações expropriatórias e realizou algumas façanhas sensacionais. Após a subtração de grande quantidade de dinamite da Pedreira Cajamar, um comando invadiu, a 22 de junho de 1968, o corpo da guarda do Hospital Militar, no Cambuci. O comando – do qual faziam parte Pedro Lobo de Oliveira (ex-sargento da Força Pública de São Paulo), o ex-marinheiro Otacílio Pereira da Silva e José Ronaldo Tavares – saiu do Hospital com onze FAL, sigla de Fuzil Automático Leve, armamento padrão da OTAN, de fabricação belga. O general Carvalho Lisboa, comandante do II Exército, reagiu com o obtuso desafio: que os subversivos saíssem das sombras protetoras da clandestinidade e viessem atacar o seu quartel de peito aberto. O desafio recebeu tamanho espalhafato da imprensa que a Organização não resistiu à incitação.

No dia 26, de manhã bem cedo, um comando pôs em movimento um automóvel cheio de explosivos em direção ao edifício de alojamento dos oficiais no Quartel-General do II Exército, recém-construído no Ibirapuera. Não seguindo na rota prevista, o carro se chocou contra um poste, perdeu velocidade e explodiu antes de se aproximar do alojamento dos oficiais. Estrçalhado pela explosão, morreu o soldado Mário Kozell Filho, de sentinela na ocasião e que correu atrás de dois carros em alta velocidade numa zona de segurança. Após o solene enterro da vítima, a praça interna do Quartel recebeu seu nome. Mas a Organização se julgou bem-sucedida por haver desmoralizado o general Lisboa e demonstrado poder de fogo num combate que devia ser travado nas trevas.

A ação seguinte seria um rumoroso atentado. Havia sido detectada a presença em São Paulo do capitão norte-americano Charles Rodney Chandler, veterano da guerra do Vietnã. Bolsista de uma fundação dos Estados Unidos, frequentava o curso da Escola de Sociologia e Política e, supostamente, aprendia o idioma português para fins de ensino na Academia Militar de West Point. A Organização eliminou dúvidas de que se tratava de um agente da CIA. Na manhã de 12 de outubro de 1968, um comando abateu a tiros o capitão, quando saía de carro da garagem de sua casa, no bairro do Sumaré. Ao cair fulminado, Chandler trazia consigo uma obra de doutrinação anticomunista, o livro de Leonard Shapiro, *The origin of communist autocracy* (A origem da autocracia comunista). Do pequeno grupo justicador, fizeram parte Pedro

Lobo de Oliveira (na função de motorista) e Marquito, chefe do GTA da ALN, já em contato com a futura VPR.

O ano de 1968 se encerrou de maneira triunfal com a aquisição de vultoso estoque de armas, retiradas à noite de 11 de dezembro da Loja Diana, em pleno centro de São Paulo. Realizado sob a chefia de Diógenes de Oliveira e Hermes Camargo Batista, o assalto não deixou rastros e desnorteou completamente os órgãos policiais.

Mas, já então, a VPR enfrentava sua primeira dissensão interna. Membro da Coordenadoria Geral, o professor universitário João Quartim de Moraes propôs o recuo momentâneo das ações armadas. Argumentou que elas tinham sido bem assimiladas enquanto levadas a efeito na crista do movimento de massas, ao passo que o evidente refluxo das lutas operárias e estudantis deixaria novas ações armadas a descoberto, desprovidas de anteparo político. A proposta conflitava com o militarismo extremo da VPR, cuja direção justamente naquele momento preparava a execução do mais audacioso de seus planos.

Por enquanto restrita a São Paulo, a organização contava com cerca de duzentos militantes, dos quais cinquenta revolucionários de tempo integral.

Batizada de Congresso da Praianada, porque realizada nos começos de dezembro de 1968 no litoral paulista, a reunião de uma dezena de dirigentes terminou dando maioria a João Quartim. Junto com Wilson Egídio Fava (Amarelo) e Valdir Carlos Sarapu fundadores históricos da VPR, formou a nova direção. Acontece que a composição do Congresso da Praianada não expressava a verdadeira relação de forças na militância, favorável a Onofre Pinto. Este destituiu Quartim da direção e expulsou da VPR, em janeiro de 1969. Quartim se exilou na Europa, seguido por Fava e Sarapu, algum tempo depois.

Senhor da situação na VPR, Onofre Pinto acelerou a execução do grande plano. Relacionava-se com a conexão do Quarto Regimento de Infantaria, aquartelado em Quitaúna, perto da capital paulista. Ali se aglutinara uma base que reunia o sargento Darcy Rodrigues, o capitão Carlos Lamarca, o cabo José Mariane e o soldado Carlos Roberto Zanirato. O capitão e o sargento já vinham fornecendo à VPR armas leves e granadas desviadas do depósito do Quartel. Mas Lamarca pressentiu que os desfalques não tardariam a ser descobertos e colocou a questão em termos de urgente saída do Exército para ingresso direto na ação revolucionária.

Onofre Pinto e demais dirigentes da VPR inseriram a deserção do grupo de militares num plano de convulsão da cidade de São Paulo. Eles saíam do Quartel de Quitaúna com um carregamento de armas e munições. No mesmo dia, o Palácio

Bandeirantes, sede do Governo do Estado, o Quartel-General do II Exército e a Academia de Polícia, à entrada da Cidade Universitária, seriam alvo de intenso bombardeio. Onofre Pinto prometeu a participação dos melhores quadros na operação e mais ainda: seu seguimento pela guerrilha no campo. Invenção aventureira, pois a VPR não dispunha de embasamento na área rural. Mas Lamarca não precisava de muita promessa para ser convencido. Com os bons ofícios de Marighella, pôs a salvo antecipadamente a mulher e dois filhos, que viajaram para Cuba, via Roma.

Cientificado do plano, Marighella discordou, por considerar que a VPR não estava em condições de iniciar a guerrilha rural, nem de resistir à contraofensiva da ditadura militar. A advertência não foi aceita.

Marcada para 26 de janeiro de 1969, dia em que o sargento Darcy devia estar de guarda, a operação dependia de um caminhão para o transporte de cerca de quatrocentos fuzis FAL e a munição correspondente, além de morteiros e metralhadoras. O caminhão passava pela pintura com as cores e símbolos dos veículos do Exército na chácara Ibiti, em Itapequerica da Serra, a trinta quilômetros de São Paulo. O trabalho se fez com tantos erros sob o aspecto da segurança clandestina, que seria de admirar se desse certo. Já corriam suspeitas entre os moradores sobre as idas e vindas daquele estranho grupo de indivíduos, quando o incidente banal do tratamento áspero de uma criança curiosa trouxe os soldados da Força Pública (denominação da Polícia Militar de São Paulo até 1970) para dentro da chácara e resultou na prisão de Pedro Lobo de Oliveira, Osvaldo Antônio dos Santos, Ismael Antônio de Souza e Hermes Camargo Batista. Ao notar a aproximação dos soldados, o ex-sargento do Exército José Araújo da Nóbrega, membro do grupo de “pintores”, ainda teve tempo de escapular e alertar o comando da VPR.

Era o dia 23 e não se devia confiar que os quatro detidos, sem exceção, resissem às torturas. Não existia alternativa: o capitão e companheiros precisavam sair imediatamente do Quartel. Na tarde do dia 24, eles atravessaram o portão numa Kombi carregada de 63 fuzis FAL e outras armas. A deserção só despertou atenção no dia seguinte. Breve nota de poucas linhas comunicou-a ao público.

Não somente se frustrou o plano de convulsão da capital paulista, como se seguiram perdas ruinosas. A partir das quedas em Itapequerica da Serra, vieram outras em cascata e o próprio Onofre foi preso. Sob tortura, um militante da VPR indicou o apartamento de reuniões com Marquito, pertencente a João Leonardo Rocha, militante da ALN. Preso este e faltando a sucessivos *pontos* (encontros de rua previamente combinados), Marquito cometeu a imprudência, repetida por tantos, de procurar o companheiro em sua residência. No dia 28 de janeiro, ao abrir a porta do aparta-

mento, já se defrontou com os policiais atirando. Nos muros do cemitério do Araçá, apareceu pichada a frase ameaçadora: *Marquito, serás vingado!*

Generalizou-se a versão, habitualmente difundida, que atribui a enxurrada de prisões à prodigiosa memória delatora de Hermes Camargo Batista, desertor da Brigada de Para-quedistas do Exército. Então um dos responsáveis pelo setor de logística da VPR, Hermes sabia de muita coisa e não só transmitiu aos órgãos de investigação os dados de sua memória, como ajudou a orientar interrogatórios de prisioneiros. Converteu-se em ativo colaborador da repressão policial. Mas a ele só se pode imputar uma parte das prisões de janeiro-março de 1969. Também outros presos forneceram informações de consequências destruidoras. Inclusive Onofre Pinto, que, nem por isso, perdeu a confiança da VPR, cujo comando reassumiu no exterior.

Desarticulada pelas quedas, a VPR apelou para a ajuda da ALN, à qual confiou a guarda provisória dos fuzis FAL. Motivado, certamente pela morte imperdoável de Marquito, Marighella resolveu não devolver o armamento e ficar na sua posse, em nome da revolução. Afinal, graças à intervenção diplomática de Câmara Ferreira, a ALN se apropriou da metade dos fuzis FAL e a VPR se contentou com a outra metade.

O que restou da VPR se recompôs devido à iniciativa de Espinosa e de Zequinha (José Campos Barreto). Em abril de 1969, uma reunião restrita, mas pomposamente chamada de Congresso, realizou-se em Mongaguá, no litoral paulista. Dela saiu uma direção constituída por Espinosa, Shizuo Ozawa (Mário Japa), Fernando Mesquita Sampaio, Cláudio Ribeiro e Lamarca. A reunião ficou marcada por mais uma perda: o afastamento de Eduardo Leite, o Bacuri, que passou a liderar pequeno agrupamento denominado Resistência Democrática (REDE).

A mesma situação de recomposição em seguida a uma derrocada atravessava o COLINA. Ambas as organizações – COLINA e VPR – tinham origem idêntica: dissidentes da POLOP e militares do MNR. Já havia contatos entre elas e a ideia da fusão apareceu como a mais indicada.

A 1º de julho de 1969, reuniram-se as delegações da VPR e do COLINA, de novo em Mongaguá. Evitaram-se as discussões doutrinárias e se chegou à resolução de fusão numa nova entidade chamada Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares ou VAR-Palmares (em homenagem ao maior quilombo da história da escravidão). Da direção eleita, faziam parte: Espinosa, Lamarca, Cláudio Ribeiro, Juarez Guimarães de Brito (Juvenal), Maria do Carmo Brito (Lia), Franklin de Araújo (Max) e Carlos Alberto de Freitas (Breno).

Seguiu-se quase de imediato a mais importante ação da nova organização: a expropriação do cofre da residência de Ana Capriglione, pessoa da intimidade do ex-governador paulista Adhemar de Barros. Por informação de Gustavo Buarque Schiller, sobrinho da dona da casa, o cofre guardava dólares. A 18 de julho, a mansão de Santa Teresa, no Rio, foi invadida por um comando de 13 elementos, chefiado por Juarez de Brito, com a participação do sargento Darcy, de João Domingues da Silva e Fernando Ruivo. Retirado da mansão e levado para um aparelho, o pesado cofre revelou que a operação valera dois e meio milhões de dólares. Aparentemente, resultado fabuloso: a VAR-Palmares não mais precisaria arriscar-se em assaltos a bancos. Os fundos disponíveis lhe permitiam sustentar-se por muito tempo e preparar a guerrilha rural. (Apenas doze dias após a ação de Santa Teresa, João Domingues e Fernando Ruivo perderam a vida na troca de tiros com uma patrulha policial, em São Paulo.)

O próprio êxito da operação-cofre precipitou a realização de novo congresso, desta vez verdadeiro. Afinal, a fusão se realizara numa reunião entre direções e questões substantivas ficaram sem abordagem. Em setembro, a VAR reuniu seu primeiro congresso, em Teresópolis. Durante quase um mês, representando cerca de trezentos militantes, os 27 delegados e os dez encarregados dos serviços de logística se isolaram numa casa fechada e dela saíram divididos. Lamarca compareceu mal restabelecido de uma operação plástica, que lhe endireitou o nariz adunco. Tinha certa dificuldade para falar e só ingeria alimentos líquidos ou pastosos.

Com apenas dois meses de existência, vieram à tona as dissensões latentes. A opinião majoritária do congresso recuperou antigas posições da POLOP, que priorizavam o proletariado e as massas e atenuavam a inclinação militarista. Discordaram da opinião majoritária três delegados e quatro integrantes dos serviços logísticos. Ao todo, sete elementos que racharam no congresso e passaram a se reunir em separado no próprio aparelho em que todos se encontravam: Darcy, Lamarca, Liszt Benjamim Vieira, José Araújo da Nóbrega, Herbert Eustáquio de Carvalho (escritor conhecido pelo pseudônimo Herbert Daniel), Juarez de Brito e Maria do Carmo Brito. Ali mesmo, os sete dissidentes deram início à reconstituição da antiga VPR. Após alguma barganha, resolveu-se a questão da divisão do espólio: armas e dinheiro. Em sua segunda versão, a VPR recebeu a maior parte das armas – já que pretendia entrar em ação imediata – e ganhou acesso à metade do fundo em dólares.

Ao término do Congresso, a VAR elegeu sua nova direção: Espinosa, Franklin Araújo, Carlos Alberto de Freitas, Mariano Joaquim da Silva (originário do movimento das Ligas Camponesas), James Allen Luz e um militante conhecido por Guilherme.

O pequeno núcleo inicial da VPR reconstituída teve rápida expansão, porque prometia, preto no branco, a intensificação da luta armada e a guerrilha rural. Em novembro, efetuou o seu congresso (na verdade, reunião restrita, num aparelho da Barra da Tijuca) e nele firmou posições teóricas com base no trabalho elaborado por Jamil Rodrigues (nome de guerra de Ladislau Dowbor). A direção nacional eleita ficou entregue a Lamarca, Maria do Carmo e Jamil. A organização contava, naquele momento, com cerca de cem militantes profissionalizados, fora os elementos de apoio.

O racha de Teresópolis não teve como linha divisória as organizações originárias – COLINA e VPR (em sua primeira versão). Dos dois lados, misturavam-se elementos vindos de ambas. Tampouco constituiu linha divisória a perspectiva socialista nem a procedência mais antiga da POLOP ou do MNR. *A linha divisória se localizou no grau de militarismo*. Sob tal aspecto, havia ex-militares do MNR na VAR e na VPR reconstituída, porém é inegável que com a última ficou a maioria deles. Os intelectuais provenientes da POLOP se distribuíram pelas duas organizações, mas é também inegável que os da VAR expressavam maior apego às teses da entidade-matriz. Quase todos os militantes experimentados em ações armadas se situaram do lado da VPR. A circunstância não chegou a ser preocupante para a VAR, uma vez que os dólares recém-adquiridos davam uma boa folga.

Aprovado no Congresso de setembro de 1959, o *Programa* da VAR-Palmares reproduziu a análise da sociedade brasileira comum às organizações que se atinham à teoria da dependência e sofriam a influência trotskista-luxemburguesa. Mas combinou a prioridade atribuída à guerrilha rural com a construção do partido de vanguarda do proletariado, indispensável à sua hegemonia de classe no processo revolucionário. Em consequência, formulou a diretiva da luta de massas em todas as frentes, valorizou o trabalho político e salientou a importância da atuação nas cidades. Embora de maneira tímida, o *Programa* da VAR manifestou a percepção do isolamento político em que se encontravam as organizações da esquerda militarista e tentou desfazer este isolamento mediante a combinação entre guerrilha rural e partido político.

A nova VPR adotou como documento doutrinário o trabalho teórico de Jamil, difundido no final de 1969 e editado, no ano seguinte, com *Introdução* oficial da própria VPR.

Ladislau Dowbor não fez sua iniciação esquerdista no Brasil, antes ou depois de 1964. Enquanto cursava Economia na respeitável Escola de Lausanne, na Suíça, relacionou-se com revolucionários argelinos e assimilou entusiasmado as ideias de Frantz Fanon. Regressou ao Brasil em meados de 1968 e se ligou a Onofre Pinto,

entrando em ação logo em seguida. Como não havia passado pela POLOP, não carregava sua tradição doutrinária e, em particular, não se sentia atado a demasias obreiristas. Estava especialmente apto a dar forma textual ao militarismo extremado, isento de conciliações ecléticas. Já assinando com o nome de guerra Jamil, escreveu *O caminho da vanguarda*, extenso trabalho dividido em sete capítulos: I – “Teoria e prática”; II – “Nossa teoria revolucionária”; III – “O caráter da revolução”; IV – “Quem são as massas?”; V – “Luta armada e conjuntura política”; VI – “A ditadura do proletariado”; VII – “A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução”. O último capítulo se tornou o mais difundido e consta da coletânea *Imagens da revolução*.

Enquanto Marighella morreu sem ter ultrapassado o ativismo antiteórico, Jamil considerou que a prática acumulada já carecia de teorização. Tentou fundamentar certas teses da esquerda internacional no conhecimento extremamente escasso que possuía da realidade brasileira. Além de inspirar-se em Fanon, apoiou-se em Gunder Frank, que havia passado algum tempo no Brasil, antes do golpe de 1964. Onde longas e distorcidas demonstrações sofre o peso social decrescente do proletariado, sobre o caráter completamente capitalista da agricultura e de sua função exportadora fundamental e sobre o crescimento das massas marginalizadas na cidade e no campo. A distinção com a POLOP decorreu da acentuação da luta anti-imperialista como fator nacional, o que superava uma luta anti-imperialista abstrata.

No capítulo final, Jamil enfrentou a questão da atuação revolucionária na conjuntura de 1969, diante da ditadura militar já completamente fechada. Com inteira consequência, como o fez a Introdução da VPR, extraiu a conclusão acerca da inviabilidade das lutas de massas. A revolução com as massas devia ficar para uma segunda fase. Na primeira fase em curso, qualquer mobilização de massa só podia esgotar-se nela mesma sob os golpes da repressão. Bastavam ligações com uns poucos empregados de fábricas, moradores de favelas e outros assim, que teriam a função de *olheiros* das massas. Nas cidades, não havia outra coisa a fazer senão a ação belicista de pequenos grupos táticos. Estes atuariam sob comando centralizado e colocariam a ditadura sob tensão permanente, através de assaltos, sabotagem e propaganda armada.

Quanto maiores dificuldades enfrentasse a ditadura nas cidades, melhores seriam as condições para a tarefa estratégica da guerrilha rural. Conforme já vinham fazendo outras organizações de esquerda, Jamil extraiu lições do fracasso, não do foquismo propriamente dito, mas do foquismo ortodoxo de Che Guevara. Começar com um grupo de combatentes isolado na montanha era condenar-se à derrota. Devia-se partir de vários pontos diferentes, com bases de apoio preparadas. Militantes fixados

nessas bases desenvolveriam um trabalho político com as massas camponesas e esperaríamos pela reação repressiva para começar a luta guerrilheira em terreno já estudado.

Para as tarefas adequadas à primeira fase da revolução, não se precisava de partido político. Este costuma converter-se em fim em si mesmo e busca preservar-se: evita a todo transe a luta decisiva em que deve jogar todas as forças. A luta armada exige uma forma organizacional diferente, cujas ações politizarão as massas das cidades e favorecerão a expansão da guerrilha rural. Uma organização desse tipo só deve ter o número de militantes correspondente às suas “forças produtivas”, isto é, às armas disponíveis. O militarismo quimicamente puro conduzia à ideia de organização revolucionária como seita de pouquíssimos, mas selecionados e eficientes guerrilheiros. O perfil do militante se recortava segundo sua aptidão para tarefas da luta armada

Jamil apresentou de maneira argumentada a tese sobre o papel revolucionário das massas marginalizadas. Inclusive daquela parte taxativamente denominada de lumpemproletariado. Era preciso deixar de tratá-la como gente degradada, indigna de confiança. O novo lumpemproletariado se compunha de migrantes do campo dotados de integridade moral. Assim como as mulheres – exemplificou o autor – que honestamente se prostituem no Recife a fim de completar o magro salário dos seus maridos.

Apesar da importância que a tese sobre os marginalizados possui na estrutura teórica do trabalho de Jamil, sua influência prática foi insignificante. No *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, Marighella expressamente advertiu contra a confusão entre o combatente revolucionário e o marginal, que assalta e expropria em proveito dele mesmo, vitimando inclusive trabalhadores.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevista de Antônio Duarte dos Santos, cit. (sobre a “Guerrilha de Copacabana”); Entrevista de Antônio Roberto Espinosa. São Paulo, 13 nov. 1984 (sobre a VPR e a VAR-Palmares); Entrevista de João Quartim de Moraes. São Paulo, 26 nov. 1985 (sobre a VPR); Entrevista de Amílcar Baiardi. São Paulo, 23 dez. 1985 (sobre a POLOP, o COLINA e a VAR-Palmares); Entrevista de Ana Matilde de Mesquita Sampaio. São Paulo, 20 jan. 1986 (sobre os congressos da VPR e da VAR-Palmares); Entrevista de Ladislau Dowbor. São Paulo, 24 set. 1986 (sobre a VPR); Depoimento de José Roberto Monteiro a Amílcar Baiardi, no Recife, transmitido com autorização de publicação. São Paulo, 5 ago. 1986 (sobre o episódio do frustrado atentado ao capitão Gary Prado); Relatos de José Ronaldo Tavares de Lira e Silva e de Pedro Lobo de Oliveira (sobre o assalto

ao Hospital Militar). In: *A esquerda armada no Brasil*, op. cit., p. 125-31; Relato de José Ronaldo Tavares de Lira e Silva (sobre o atentado ao Quartel-General do III Exército). Ibid., p. 135-9; Relato de Pedro Lobo de Oliveira (sobre o justicamento do capitão Charles Rodney Chandler). Ibid., p. 159-71; Relato de Darcy Rodrigues (sobre a ação no Quarto Regimento de Infantaria). Ibid., p. 103-7; Entrevista de Carlos Lamarca à revista uruguaia *Punto Final*, reproduzida em *O Estado de S. Paulo*, 19 set. 1971; “Confissões de um ex-guerrilheiro”. Extrato de um livro de Hermes Camargo Batista. *O Estado de S. Paulo*, 8 abr. 198Ca 25 abr. 1980; Caldevilla, Vinícius. *Vitral no tempo*. São Paulo, Xamã, 1994 (sobre a norte de Marquito e treinamento guerrilheiro de militantes da ALN em Cuba); Martins, Ernesto. *Aonde Vamos? Jul.* 1567. Mimeogr.; “Programa Socialista para o Brasil”. ORM- POLOP, setembro de 1967 In: *Imagens da revolução*, op. cit.; *América Latina*, i. 1. COLINA, janeiro de 1968. Mimeogr.; *América Latim*, n. 2. COLINA, fevereiro de 1968. Mimeogr.; “Concepção de luta revolucionária”. COLINA, abril de 1968. In: *Imagens da revolução*, op. cit.; “Por uma prática partidária”. POC, junho de 1968. In: *imagens da revolução*, op. cit.; *Programa da Vanguarda Armada Revolucionária –Palmares*. Setembro de 1969. Mimeogr. Reprodução incompleta em *Imagens da revolução*, op. cit.; Rodrigues, Jamil (Ladislau Dowbor). *O caminho da vanguarda*. Introdução e Edição da VPR. 1970. Mimeogr.; Inquérito Policial-Militar do I Exército sobre a VAR-Palmares. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 24 mar. 1970; *Veja*. 20 nov. 1968, 4 fev. 1970; *O Cruzeiro*. 26 out. 1968; *O Estado de S. Paulo*, 23 jun. 1968, 30 jun. 1968, 2 jul. 1968, 3 jul. 1968, 4 jul. 1968, 30jan. 1969, 15 maio 1969, 19 maio 1969, 31 jul. 1969\ *Jornal da Tarde*. 30 jan. 1969, 15 maio 1969, 30 maio 1969, 27 jan. 1970; Daniel, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro, Codecri, 1983. p. 46-9; Syrkis, Alfredo. *Os Carbonários. Memórias da guerrilha perdida*. São Paulo, Global, 1980. p. 162-5, 230-1; José, Emiliano & Miranda, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo, Global, 1980. p. 36-48, 59-60; Garcia, Marco Aurélio. *Contribuição à História da Esquerda Brasileira*, op. cit. *Em Tempo*. 11 out. 1979; Prado Salmon, General Gary. *La guerrilla inmolada. La campana dei Che en Bolivia*. Santa Cruz, Punto y Coma, 1987. p. 285.

Turbulências de 68 e fechamento ditatorial

Os anos de 1964 a 1968 aparecem como um processo de tentativa e erro por parte dos generais donos do poder. Processo de agitações dentro do meio militar e de seu confronto com as reações das classes sociais e das organizações de esquerda. Da interação dos diversos fatores surgirá o resultado favorável a uma das tendências do regime, que abria caminho desde o início.

Para o objetivo que tenho em vista, limito-me a dois vetores da oposição, cuja trajetória no período 1964-1968 permitirá a explicitação do mais significativo na evolução do próprio regime militar. Assim, vejamos o que aconteceu aos operários e estudantes. Começemos com os primeiros.

De 1964 a 1970, o Ministério do Trabalho destituiu as diretorias de 563 sindicatos, a metade deles de trabalhadores da indústria. Das seis confederações de empregados, quatro sofreram intervenção. Nos anos 1964-1965, concentraram-se 70% das intervenções ministerialistas. Ao mesmo tempo, o governo Castello Branco pôs em vigência legislação quase proibitiva do direito de greve (somente as greves contra atrasos de pagamento terão alguma tolerância) e revogou conquistas importantes de categorias profissionais como os ferroviários, portuários e estivadores, marítimos e petroleiros.

Apesar da “normalização” sindical através de eleição de novas diretorias confiáveis ao regime, o aparelho representativo dos trabalhadores no plano dos interesses corporativos não podia dissociar-se inteiramente de suas bases. De encontros e con-

ferências de dirigentes sindicais surgem campanhas contra o arrocho salarial realizadas por meio de abaixo-assinados. Essa atuação legal, que se faz com mil cuidados sob vigilância policial, culmina na criação, em 1967, do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). A revelia dos sindicatos, ocorrem algumas greves, como a dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, em 1965. E o ano que marca o porto mais baixo da produção industrial na fase depressiva dos anos 1960. Milhares de trabalhadores se concentram em passeata contra o desemprego nas ruas das cidades do ABC paulista, incentivados pelo bispo D. Jorge Marcos de Oliveira.

Diante da nova realidade sindical as organizações de esquerda – como se vê na coletânea de textos de Celso Frederico – são unânimes na acentuação da necessidade de corrigir o *cupulismo* pré-64 e de se voltar para dentro das fábricas. O próprio PCB, especialmente visado pela crítica ao cupulismo (tendência a atuar somente ao nível das diretorias sindicais), também insiste na importância da criação dos comitês de empresa.

As divergências aparecem quando se trata do que fazer com os sindicatos oficiais. O PCB orienta seus sindicalistas a se aproximar das diretorias existentes, mesmo as resultantes de intervenções do Ministério do Trabalho. Aponta a possibilidade de interesses comuns entre empregados e patrões contra a política financeira recessiva. Já os trotskistas, embora recomendem a permanência dentro dos sindicatos oficiais, se esforçam no sentido da formação de oposições sindicais dentro deles. A POLOP repele inteiramente os sindicatos oficiais e formula o objetivo da criação de sindicatos paralelos livres. Dada a manifesta inviabilidade de sindicatos clandestinos, a tática polopista se restringe à formação de comitês de empresa e de conselhos de representantes de fábricas junto às diretorias sindicais. Por fim, a AP combate o vício do trabalho de cúpula com a diretiva da integração dos militantes na produção e a concentração de esforços na formação de comitês de empresa.

O ano de 1968 assinala o auge das lutas sindicais dentro do quadro ainda um tanto maleável do regime militar. Já é um ano de franco ascenso econômico, o primeiro do “milagre brasileiro”, porém a classe operária continua a sofrer os efeitos do arrocho salarial e de outras medidas compressivas do nível de vida.

Apesar da clandestinidade e do cerco policial, muitas organizações de esquerda continuavam a manter vinculações com o movimento operário. Dentre as que se posicionavam a favor da luta armada, somente a ALN, o COLINA e a VPR já se engolfavam nela. Contudo, no caso da VPR, o componente operário-estudantil de Osasco atuava com autonomia como *grupo informal* – conforme o caracterizou Espinosa – voltado especificamente para o movimento sindical. Graças a estas vincu-

lações, as organizações da esquerda radical imprimiram sua marca nas manifestações do movimento operário de 1968. Ao contrário do PCB, que brilha pela ausência nas lutas de massas e vê minguar sua capacidade de direção dos trabalhadores.

O primeiro sinal veio de uma greve de cortadores de cana do município pernambucano do Cabo, em janeiro. Militantes da Corrente Revolucionária do PCB e do PCR fizeram um trabalho clandestino no meio dessa massa miserável. Mas a primeira irrupção em grande estilo se deu na greve de Contagem, cidade industrial limítrofe de Belo Horizonte.

A agitação operária se acentuava desde 1967, com as despedidas maciças, falências de pequenas empresas, atrasos de pagamentos e protestos contra o rebaixamento salarial. Nas eleições de 1968 para o Sindicato dos Metalúrgicos, o Ministério do Trabalho vetou o presidente eleito, Ênio Seabra, mas as organizações de esquerda conservaram o controle do sindicato. AP, Corrente Revolucionária e COLINA uniram esforços e multiplicaram a agitação dentro das fábricas, editaram pequenos jornais e panfletos e criaram “grupos de cinco”, que mesmo precariamente conseguem certa penetração. Com habilidade, as organizações de esquerda utilizaram os recursos organizativos do Sindicato dos Metalúrgicos, sempre evitando expô-lo em atos ostensivos que pudessem dar pretexto à intervenção do Ministério do Trabalho.

A16 de abril de 1968, cerca de 1200 empregados da siderúrgica Belgo Mineira paralisaram sua atividade e se reuniram na sede do sindicato, supostamente à revelia da diretoria. Em poucos dias, os grevistas de Contagem já são 16 mil, unidos em torno da reivindicação de reajuste salarial acima do teto oficial de 17%. A envergadura do movimento impôs o deslocamento do ministro do Trabalho Jarbas Passarinho para Belo Horizonte, onde se declarou disposto a negociações – algo insólito no comportamento governamental. Por fim, o governo Costa e Silva concedeu 10% de abono, o que abria ligeira fissura na rigidez do arrocho. Com esta vitória parcial, a greve se encerrou a 2 de maio.

Os acontecimentos de Contagem inspiraram a articulação nacional das organizações da esquerda radical com vistas à preparação da greve geral em outubro-novembro, meses que costumam concentrar os dissídios de categorias de peso, como metalúrgicos e bancários. Já no início dessa articulação, explodiu um dos eventos mais impressionantes: a comemoração do 1º de maio em São Paulo.

A comissão diretora do MIA convocou um comício na Praça da Sé e convidou o Governador Abreu Sodré para comparecer. As grandes comemorações do Dia do Trabalho pertenciam a uma tradição extinta, mas ainda costumavam reunir-se alguns

milhares de pessoas nos comícios da Praça da Sé. Na manhã de 1º de maio de 1968, as avaliações do público vão de seis a quinze mil.

Não era um público comum. As organizações de esquerda consideraram insultuosa a presença do governador Abreu Sodré, representante da ditadura militar, e decidiram escorraçá-lo da praça. Fretaram ônibus, que partiram dos bairros da capital e das cidades do ABC, instruíram os militantes e simpatizantes, municiados com pedras, estilingues, bastões, ovos podres, sem esquecer os recipientes de leite e amoníaco para o caso de bombas de gás lacrimogêneo. No meio da massa, ativistas de organizações clandestinas ainda em circulação legal. Na primeira fila, frente ao palanque, o próprio Marquito, junto a companheiros da ALN. Assim que Abreu Sodré e membros do governo subiram ao palanque, acompanhados de pelegos ministerialistas e sindicalistas do PCB, tiveram de recuar diante das pedradas. O governador se retirou amparado por auxiliares, com pequeno ferimento na testa, e se abrigou na catedral. Rompidos os cordões policiais, o palanque foi incendiado e destruído. Os trabalhadores saíram em passeata da Praça da Sé até a Praça da República, onde se improvisou um comício e Zequinha fez o discurso principal.

A expulsão de Abreu Sodré da Praça da Sé elevou o ânimo dos operários. A revelia dos sindicatos dominados por pelegos, ocorreram em junho paralisações espontâneas e breves nas grandes fábricas automobilísticas de São Bernardo. Mas o grupo informal de Osasco, ligado à VPR, foi tomado de excessivo entusiasmo e desfechou em julho a greve local, que se antecipou à greve geral marcada para outubro e se desenvolveu de maneira isolada.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco tinha sido o único onde a oposição sindical conseguiu eleger a diretoria e vê-la homologada pelo Ministério do Trabalho. Na presidência estava José Ibrahim, jovem de vinte anos, ex-brizolista e então em ligação com a VPR, enquanto os demais cargos foram ocupados pela Frente Nacional do Trabalho, de orientação católica de esquerda. Comitês de empresa funcionavam de maneira legal na COBRASMA, fábrica de material ferroviário e a maior da cidade, bem como em outras fábricas. Na manhã de 16 de julho, assim que soou o apito, os operários da COBRASMA paralisaram as atividades, ocuparam as instalações e prenderam dezesseis diretores e engenheiros.

O movimento grevista se estendeu a outras empresas, num total de dez mil participantes, unidos sob a bandeira do reajuste salarial de 35%, trimestralidade dos reajustes e contrato coletivo de dois anos. Com muita cautela, a fim de evitar a intervenção ministerial, o Sindicato dos Metalúrgicos se dispôs a negociar em nome dos grevistas com o delegado regional do Trabalho. Desta vez, o governo Costa e

Silva não se mostrou favorável a concessões. Sob o comando do governador Sodré e do Ministro Passarinho, já no dia 16 deslocado para São Paulo, os agentes policiais fizeram cerca de quinhentas prisões. A Força Pública invadiu a COBRASMA, libertou os administradores e expulsou os grevistas. O Sindicato dos Metalúrgicos sofreu intervenção e Osasco, durante uma semana, se converteu em praça de guerra. A greve não resistiu ao quinto dia. José Ibrahim caiu na clandestinidade, mas Zequinha, líder dos operários da COBRASMA, não escapou de três meses no DEOPS, castigado pelo cárcere e pela tortura.

A greve de Osasco despertou iniciativas de solidariedade, em desafio à repressão governamental. Declarações de apoio vieram da Conferência dos Bispos e de entidades estudantis. Surgiram campanhas de arrecadação de dinheiro para os trabalhadores, com destaque do pessoal de teatro, que doou metade da receita das sessões do domingo, dia 21 de julho de 1968.

Mas a precipitação e a derrota furaram o plano de greve geral. Em Contagem, ainda ocorreria uma tentativa de greve no mês de outubro, com duração de apenas um dia. Os acordos de metalúrgicos e bancários, nos respectivos dissídios, enterraram as últimas esperanças de um movimento de grande envergadura.

Na sua pesquisa sobre Contagem e Osasco, Francisco Weffort concluiu que se tratou de greves espontâneas, nas quais os sindicatos estiveram acomodados num papel passivo, imposto pelo Ministério do Trabalho. Realizada nos anos do governo Médici e publicada em 1972, a pesquisa se limitou às fontes oferecidas pelos registros da grande imprensa e por documentos oficiais. Embora nesses registros constassem evidências da atuação de organizações clandestinas, o sociólogo não tinha nenhum acesso a elas. Muito comodamente, aceitou dar por suposto que só tiveram papel de pequena significação. Ainda em 1978, quando já era possível alcançar as fontes “heterodoxas”, o autor manteve a mesma conclusão. Mas a verdade é que as greves de 1968 foram espontâneas na medida em que não podem deixar de sê-lo os movimentos de massa. Ao mesmo tempo, as greves de Contagem e Osasco tiveram organização e orientação de agrupamentos de esquerda, os quais se ramificavam nas empresas e dominavam os sindicatos de metalúrgicos. A atuação da esquerda se centralizou no aparelho sindical, através do qual preparou e dirigiu as greves. Esta atuação mobilizadora ficou oculta, porque houve o propósito *deliberado* de evitar pretextos para a intervenção ministerialista nos sindicatos. Daí que estes não se comportassem de acordo com o figurino moralista da predileção de Weffort. Mas o que fica oculto só inexistia aos olhos de sociólogos positivistas.

Passemos agora ao movimento estudantil, focalizado principalmente na faixa universitária.

Politicizado no sentido de esquerda, o movimento estudantil não podia deixar de ser um dos alvos preferenciais da repressão ditatorial. O governo Castelo Branco decretou a ilegalidade da UNE e seu ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, adotou uma série de medidas castradoras da atividade política dos estudantes. As invasões policiais dos recintos universitários se tornaram fato corriqueiro e deram lugar a agressões brutais, como a de 23 de setembro de 1966 – o *Massacre da Praia Vermelha*. Os chamados Acordos MEC-USAID orientavam a americanização do ensino e suscitaram protestos de alunos e professores. O afastamento de numerosos professores mutilou os corpos docentes. O proposital desmantelamento se abateu sobre a Universidade de Brasília, criada pela iniciativa arrojada de Darcy Ribeiro e então o que existia de mais avançado no ensino superior.

Empurrada para a ilegalidade, a UNE não deixou de funcionar e, até 1968, pôde manter significativa representatividade do corpo discente. Os congressos nacionais, tradicionalmente realizados nas férias de julho, se reuniam de maneira semiclandestina ou inteiramente clandestina. Em 1966, num convento de Belo Horizonte. Em 1967, num convento de Valinhos, perto de São Paulo. Em 1968, numa fazenda de Ibiúna, também nas proximidades da capital paulista.

A intensa agitação estudantil do período refletia a interferência de fatores específicos.

O ensino superior brasileiro estava defasado diante do veloz avanço ocorrido na estrutura produtiva, no processo de urbanização, na expansão de novos setores da classe média. O salto da industrialização dos anos 1950 expandiu os mercados para as profissões universitárias. Em consequência, excitaram-se as expectativas das famílias de classe média, que o aparelho universitário existente não se achava em condições de atender. Ao aspecto quantitativo da carência de vagas, que originava o chamado problema dos excedentes, juntava-se o aspecto qualitativo do arcaísmo da hierarquia docente, ainda dominadas pela cátedra vitalícia, do baixo nível médio do professorado, da pobreza do aparelhamento pedagógico. Os agrupamentos estudantis de esquerda procuraram canalizar a insatisfação dos jovens de classe média para a luta contra a ditadura militar.

A insatisfação específica derivada das questões do ensino era potenciada pela irrupção de um fenômeno novo de escala mundial e que pode ser sintetizado como “*cultura da juventude*”. Os anos 1960 marcaram o auge do movimento dos *hippies* (pregadores de *Paz e Amor*), a maravilhosa renovação da música popular internacional pelos Beatles, a difusão da roupa informal e da minissaia, a moda masculina

dos cabelos compridos e das barbas, o começo da desrepressão do comportamento sexual. Nos anos 1930 e 1940 (os da minha juventude), a iniciação da adolescência vinha cheia da ânsia pelo direito de usar calças compridas e receber o tratamento de adulto. Nos anos 1960, os jovens queriam afirmar-se enquanto jovens no confronto desafiador contra os adultos. Processava-se uma mutação geracional, refletida nos costumes e em múltiplos aspectos espirituais, inclusive no que se chamou de contracultura. De súbito, a socialização da jovem geração pela sociedade burguesa encontrou obstáculos ideológicos e teve de enfrentar uma rebeldia de tendência romântica. A altura de 1968, não importava tanto que a indústria cultural capitalista tirasse proveito de tudo isso e conduzisse a rebeldia juvenil através de canais inofensivos para a ordem burguesa.

O Brasil se viu rápida e intensamente atingido pelas mudanças irradiadas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Como ali ocorreu, também no nosso País os aspectos culturais se mesclaram aos eventos políticos e confluíram para as agitações excepcionais de 1968. A fim de configurar o quadro, lembremos a ressonância mundial da ofensiva vietnamita do Tet, logo em janeiro de 1968, do processo de democratização socialista na Tchecoslováquia, das manifestações violentas dos negros nos Estados Unidos (bairros inteiros incendiados) e, com realce muito charmoso, da rebelião estudantil-operária do “maio francês”, que sacudiu milhões de jovens de uma ponta a outra do globo.

O período 1964-1968 assinalou vertical decréscimo da capacidade de atuação do PCB nos meios estudantis. Apesar de ascendências doutrinárias diferenciadas, dissidências estudantis regionais começaram a atuar de maneira coordenada. A coordenação permitiu enfrentar a AP, a tal ponto que, no 29º Congresso da UNE, realizado em Valinhos, o candidato das dissidências Daniel Aarão Reis Filho perdeu por sete votos para Luís Travassos, candidato da AP, a disputa da Presidência.

Ao passo que a maioria ativista da Dissidência de São Paulo ingressou na ALN (a minoria ficou com a VAR), a Dissidência da Guanabara evoluiu no sentido da autonomia orgânica. Enquanto os estudantes da Corrente Revolucionária ingressaram no PCB, os da Dissidência assimilaram as teses da POLOP e adotaram a perspectiva socialista direta. Em fevereiro de 1967, elegeram um Comitê Universitário e sancionaram a denominação de Dissidência Universitária da Guanabara. Nada mais tinham a ver com o PCB, que os hostilizava por seu dinamismo, atraíram, em variados graus, o apoio e a adesão de jornalistas, bancários, publicitários e figuras dos meios intelectuais.

A Dissidência da Guanabara resistiu ao foquismo e só em 1969 é que se tornou permeável a ele. O que redundou na perda de militantes atraídos feias ideias cubanas, transferidos para o COLINA. O contrário aconteceu do outro lado da Baía de Guanabara. No antigo Estado do Rio, os jovens divergentes do PCB, universitários e secundaristas, desde cedo se entusiasmaram com o foquismo e estabeleceram relações de aliança com o COLINA. Reunindo cerca de cem a duzentos adeptos, a Dissidência estudantil de Niterói já em 1968 entrou no circuito dos assaltos a bancos e ações de captura de armas e automóveis.

Do ponto de vista da agitação estudantil, o ano de 1968 começou no dia 28 de março, quando um choque da Polícia Militar invadiu o restaurante do Calabouço, que servia refeições a estudantes no centro da antiga capital da República. Alegou-se que ali se preparava uma passeata para atacar a Embaixada dos Estados Unidos, na rua México. Os policiais usaram armas de fogo em recinto fechado contra jovens desarmados. Feriram vários deles e mataram o secundarista Edson Luís de Lima Souto. O cadáver foi levado ao saguão da antiga Câmara Municipal, na Cinelândia, e a notícia do assassinato do quase-menino de 18 anos se difundiu por todo o Brasil. Sessenta mil pessoas acompanharam o caixão mortuário na tarde do dia seguinte. Os protestos prosseguiram e a repressão provocou novas mortes e milhares de prisões nas principais cidades. Os universitários, cujo número total não ia além de 140 mil, recebiam o apoio impetuoso de dois milhões de secundaristas.

Os acontecimentos do meio estudantil comoveram grandes setores da classe média. Apenas iniciado, o ascenso econômico ainda era insuficiente para anestesiar os efeitos do período depressivo: retração de empregos, rebaixa de salários, vertical elevação de impostos, aluguéis e tarifas dos serviços públicos. Nos meios intelectuais, o florescimento cultural vindo dos anos 1950 não fora sufocado e assumira no pós-64 formas novas e brilhantes, altamente politizadas. O movimento operário, conforme já vimos, se lançava às ações mais combativas. Todos estes fatores se associaram e interagiram na onda de protestos antiditatoriais durante o breve lapso de tempo de abril a outubro de 1968.

O dia 26 de junho marcou o momento de auge com a *Passeata dos Cem Mil*, que se concentrou na Cinelândia carioca e percorreu a avenida Rio Branco, até a Praça Quinze. Atrás dos organizadores de fachada desse ato de protesto, estavam o PCBR, a Dissidência Universitária da Guanabara e a AP. Das escadarias do Teatro Municipal, discursaram Elinor Brito, ativista do PCBR, e Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes e ativista da Dissidência. Presentes vedetes da música popular, da televisão e do teatro, escritores, jornalistas e políticos, professores

e líderes sindicais. Tal a repercussão, que o presidente Costa e Silva se dispôs a receber em Brasília a comissão representativa dos organizadores da passeata. Nada resultou do diálogo, mas esta foi a única e última vez que um general-presidente concedeu audiência a uma comissão popular.

No Recife, passeata análoga reuniu cinquenta mil pessoas. As ruas das principais cidades do País continuaram ocupadas pelos estudantes, mesmo após a proibição de atos públicos.

Em São Paulo, travou-se uma guerra entre a esquerda universitária, com seu quartel-general na Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia, e a direita universitária liderada pelo *Comando de Caça aos Comunistas* (CCC), protegida na fronteira Universidade Mackenzie. A guerra vai das pedradas da Maria Antônia aos disparos de armas de fogo do Mackenzie, que matam o estudante José Guimarães no dia 2 de outubro. Os alunos da USP saem com o cadáver da Faculdade de Filosofia e percorrem o centro de São Paulo, tendo à frente José Dirceu de Oliveira, presidente da União Estadual de Estudantes e membro do Agrupamento Comunista.

Contudo, o auge havia passado e as lutas de massas entraram em declínio. Diminuíam os participantes das passeatas e a repressão policial as dissolia com facilidade. Um golpe decisivo veio a 12 de outubro.

Neste dia, as redações dos jornais ficaram perplexas diante da escolha do assunto para manchete: o justicamento do capitão Chandler ou a prisão de 739 Universitários no 30º Congresso da UNE, numa fazenda do pacato município de Ibiúna, entre São Paulo e Sorocaba. Cercados pela Polícia Militar e conduzidos de ônibus ao Presídio Tiradentes, os congressistas foram fichados, liberados e recambiados aos Estados de origem, exceto um pequeno grupo de líderes. Entre estes, Luís Travassos, José Dirceu e Vladimir Palmeira saíram do País em setembro do ano seguinte, banidos como integrantes da lista de prisioneiros trocados pelo embaixador norte-americano sequestrado. Sorte diferente coube a Antônio Guilherme Ribas, presidente da União Estadual dos Estudantes Secundários de São Paulo, também preso em Ibiúna. Por ser membro do PC do B, que as organizações sequestradoras desprezavam, Ribas não mereceu inclusão na lista de resgate. Ficou no Presídio Tiradentes – onde o conheci, tranquilo e afetuoso – até junho de 1970. Provavelmente em 1973, morreu em combate na Guerrilha do Araguaia. Já condenado a um ano de prisão, o líder universitário e militante da AP Jean Marc Van der Weid iludiu a triagem policial e se evadiu. Não teve a mesma sorte um ano depois, quando lhe ofereceram a experiência pessoal dos métodos de tortura no quinto andar do Ministério da Marinha.

A degredingolada do Congresso decepou a representatividade da UNE e a deixou num beco sem saída. O governo dominou a situação e os meses finais de 1968 tinham a aparência de calmaria. O único motivo de perturbação política vinha do requerimento formal dos altos comandos das Forças Armadas para processamento judicial do deputado Márcio Moreira Alves. A acusação se baseava no discurso do parlamentar que recomendou ao povo o boicote dos desfiles militares do Dia da Independência. Quando proferida na Câmara, a pequena alocução recebeu apagado registro na imprensa. Mas o Serviço Nacional de Informações (SNI) tomou nota e os generais fizeram dela o cavalo de batalha para uma encenação com vistas a novas medidas de arrocho político.

O processo judicial contra o deputado dependia de licença a ser concedida pelo Congresso e este a recusou na votação de 12 de dezembro. Na noite seguinte, após o discurso do ministro da Justiça Gama e Silva, um locutor leu pelo rádio o Ato Institucional nº 5, que colocou em recesso o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas dos Estados, reabriu as cassações de direitos políticos, desta vez por tempo indeterminado, e aboliu o *habeas-corpus* para detidos por infração da Lei de Segurança Nacional. A ditadura militar alcançou o ápice do fechamento, o que trouxe consequências imediatas. A censura inflexível impôs o controle total da imprensa. Deixararm de circular publicações de oposição, artistas foram presos e forçados a sair do País e se asfixiou a vida cultural. Professores universitários sofreram a punição da aposentadoria compulsória e emigraram para ensinar no exterior.

Os líderes estudantis de oposição nem mais podiam circular à vista de todos, sob pena de se exporem a atentados. Presidente eleito da União Estadual dos Estudantes de Pernambuco, Cândido Pinto de Mello sofreu agressão a tiros por um grupo de policiais, na noite de 28 de abril de 1969, quando pacificamente esperava o ônibus num bairro do Recife. Atingido num pulmão e na coluna vertebral, esteve no limiar da morte e sobreviveu na condição de paraplégico. Chefe do grupo agressor e autor dos disparos, o tenente da Polícia Militar José Ferreira dos Anjos passou incólume pelo processo judicial decorrente do atentado. Já no posto de major, foi condenado em 1981 pelo assassinato de um procurador da Justiça Federal. Não cumpriu a pena porque seus colegas de corporação permitiram que fugisse da prisão. Em 1995, foi recapturado no sertão da Bahia, onde vivia sob falsa identidade, e reconduzido à cadeia, no Recife.

No entanto, a trama do Ato Institucional nº 5 se consumou a frio, num momento de certa calmaria. Cabe indagar por que veio. A primeira vista, a explicação pode estar na escalada da esquerda, tanto pela via das ações armadas como das lutas de massas. Conforme declarou mais tarde, o general Médici, então chefe do SNI, já em julho de 1968 recomendou as medidas posteriormente inclusas no Ato 5. Mas o

movimento operário-estudantil se achava reprimido e esgotado no final do ano e não podia ser a causa determinante do fechamento ditatorial. A causa determinante esteve na tendência crismada na época de “linha dura”, atuante desde 1964 e responsável pela crise político-militar de outubro de 1965.

Apesar das ações da esquerda radical, a extrema direita do regime ditatorial não as julgou suficientes para a criação do clima propício ao fechamento completo. Daí a formação de organizações paramilitares e de bandos de provocadores às ordens de diferentes chefias do alto escalão governamental.

A 20 de abril de 1968, uma bomba explodiu no saguão do edifício de *O Estado de S. Paulo*, na rua Major Quedinho, trincando as colunas de mármore e estilhaçando vidraças num raio de quinhentos metros. Na época atribuído à esquerda, dez anos depois se esclareceu que a autoria do atentado pertenceu ao Estado-Maior do II Exército, conforme relato de um oficial do grupo executor ao jornal *O Repórter*.

Também em São Paulo, um bando de soldados e sargentos da Força Pública, liderado por Aladino Félix, vulgo Sábado Dinotos – mescla de guru místico e marginal –, promoveu doze explosões de bombas e um assalto a banco. A explosão mais sensacional ocorreu no meio do estacionamento de automóveis do Largo General Osório, frente ao edifício do DEOPS, na madrugada de 20 de agosto. Preso e torturado pelo DEIC (desavisado do que estava por trás), Aladino Félix denunciou à Justiça Criminal que agiu por orientação do general Jayme Portela, chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Em São Paulo e no Rio, o CCC atacava teatros e livrarias e agredia artistas. Em julho, o Teatro Galpão, na capital paulista, onde se encenava a peça *Roda Viva* de Chico Buarque de Holanda, sofreu a invasão dos desordeiros do CCC, que espancaram atores e pessoas do público. No Rio, uma bomba explodiu na Livraria Civilização Brasileira em outubro, incidente repetido em dezembro no Teatro Opinião.

O mais estarrecedor veio com a revelação de que o brigadeiro João Paulo Burnier havia ordenado, em abril, a um grupo de quarenta homens do PARASAR (unidade de busca e salvamento da Aeronáutica) a execução de um plano de terrorismo em vasta escala. O capitão-aviador Sérgio Miranda de Carvalho recusou-se a obedecer às ordens do brigadeiro Burnier, chefe do Gabinete do Ministro da Aeronáutica Márcio de Souza e Mello. A posição do capitão-aviador, apoiado por colegas, frustrou o plano terrorista, mas lhe custou a reforma e afastamento definitivo da Força Aérea, em 1969.

O plano terrorista da extrema direita militar foi descrito pelo brigadeiro Eduardo Gomes na carta enviada ao presidente Geisel, em 1978, na qual pleiteou a reintegração do capitão Sérgio no serviço ativo da sua corporação:

O capitão Sérgio, por seu valor pessoal, exercia, em sua unidade, voltada a missões humanitárias, de risco e sacrifício, uma legítima e incontestável liderança. Tal como na guerra, ali, naquela unidade especial, se formara uma verdadeira hierarquia de bravura e valor. Graças a isso, pôde o capitão Sérgio impedir fosse o PARASAR convertido, por um paranoico, em esquadrão da morte, execrado instrumento de política assassina, inimiga da democracia, da fraternidade cristã e da dignidade humana. E estranho e lamentável que fosse aquele infeliz doente mental secundado, em suas ações delirantes e perversas, por alguns companheiros de farda descontrolados, prestigiados e apoiados por um ministro de Estado.

O capitão Sérgio tem o mérito de haver-se oposto ao plano diabólico e hediondo do brigadeiro João Paulo Burnier que, em síntese, se consumaria através de execução de atos de terrorismo, usando das qualificações possuídas pelos integrantes do PARASAR. A explosão de gasômetros, a destruição de instalações de força e luz, posteriormente atribuídas aos comunistas, propiciariam um clima de pânico e histeria coletiva, permitindo, segundo opinião do brigadeiro Burnier, uma caçada a elementos já cadastrados, o que viria a ‘salvar o Brasil do comunismo’. Ao mesmo tempo, executar-se-ia, sumariamente, a eliminação física de personalidades político-militares, o que, no seu entendimento, possibilitaria uma renovação nas lideranças nacionais. A execução de tal plano aproveitar-se-ia do momento psicológico em que as passeatas e agitações estudantis perturbavam a ordem pública.

Vê-se, por conseguinte, que, já no primeiro semestre de 1968, a extrema direita militar estava decidida a recorrer a um *“plano diabólico e hediondo”* – nas palavras insuspeitas do brigadeiro Eduardo Gomes – a fim de suprimir os resquícios liberais remanescentes. Conforme se verifica pelo levantamento de Flavio Deckes, os atentados terroristas de direita com autoria oculta atingem o pico em 1968, decaem bruscamente em 1969 e desaparecem, de todo, entre 1971 e 1975. Consumado o fechamento ditatorial, não era mais necessária a atuação provocadora das organizações paramilitares. O terrorismo de direita se oficializou. Tornou-se terrorismo de Estado, diretamente praticado pelas organizações militares institucionais.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevista de Antônio Roberto Espinosa, cit. (sobre o *grupo informal* de Osasco); Entrevista de Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo, 19 fev. 1986 (sobre a Dissidência Universitária da Guanabara); Entrevista de Cláudio Torres da Silva. São Paulo, 8 abr. 1986 (sobre a Dissidência Universitária da Guanabara); Entrevista de Zenaide Machado de Oliveira. São Paulo, 10 ago. 1985 (sobre a Dissidência estudantil de Niterói); Entrevista de Elinor Brito, cit. (sobre o PCBR); Entrevista de Cândido Pinto de Mello, cit.; Ibrahim, José & Barre-

to, José Campos. *Manifesto de balanço da greve de julho*. Outubro de 1968. Mimeogr.; “Osasco: as lições de uma greve”. In: *Unidade e luta*. Santiago, 1972. Mimeogr.; Cid. S. Paulo. “Resposta de Abreu Sodré aos operários de Osasco. Um soldado para cada três grevistas”. *Voz Operária*, n. 44. Out. 1968; *O Estado de S. Paulo*. Coleções de março a dezembro de 1968; *Jornal da Tarde*. 29 nov. 1978 (matéria baseada no texto de *O Repórter* sobre a explosão da bomba no edifício de *O Estado de S. Paulo*); “Comando de Caça aos Comunistas diz como atacou ‘Roda Viva’ em 68”. *Folha de S. Paulo*, 17 jul. 1993; “Reparação de uma injustiça”. *Folha de S. Paulo*, 19 mar. 1978 (carta do brigadeiro Eduardo Gomes ao Presidente Geisel); *O Cruzeiro*. 12 out. 1968 e 26 out. 1968; *Greves Operárias (1968- 1978)*. *Cadernos do Presente*, n. 2. Artigos de Antônio Roberto Espinosa e outros. São Paulo, Aparte, 1978; Weffort, Francisco C. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco*. 1968. São Paulo, CEBRAP, 1972; Rodrigues, Leôncio Martins. “Sindicalismo e classe operária. 1930-1964”, cit. In: *História geral da civilização brasileira*, t. III, v. 10; Frederico, Celso. *A esquerda e o movimento operário. 1964-1984*. São Paulo, Novos Rumos, 1987. v. 1; Poerner, Artur José. *O poder jovem*, op. cit., caps. 11 e 12; Deckes, Flavio. *Radiografia do terrorismo no Brasil. 1966-1980*. São Paulo, ícone, 1985; Cavalcanti, Paulo. *O caso tu conto, como o caso foi. (Memórias políticas)*. Recife, Ed. Guararapes, 1980. v. 2., p. 267-79 (sobre o atentado a Cândido Pinto de Mello); Syrkis, Alfredo. *Os Carbonários*, op. cit., p. 75-81. Reis Filho, Daniel Aarão e Moraes, Pedro de. *68 – a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988; Ventura, Zuenir. *1968 – o ano que não terminou*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988; Martins Filho, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar. 1964-1968*. Campinas, Papirus, 1987.

Imersão geral na luta armada

Ao iniciar-se o ano de 1969, a ALN e a VPR concluíram que o comprometimento prático com a luta armada se confirmou acertado diante do fechamento completo da ditadura militar. O capítulo das lutas de massas estava encerrado. Nas trevas da clandestinidade, não havia resposta possível que não a do combate pelas armas. As vanguardas revolucionárias não podiam ser partidos políticos com *braços armados*, mas organizações de corpo inteiro militarizadas e voltadas para as tarefas da luta armada.

No primeiro semestre de 1969, VPR e COLINA se recuperaram pela fusão, que deu origem à VAR-Palmares. Na ALN, após a morte de Marquito (Marco Antônio Braz de Carvalho), o GTA se reconstituiu sob o comando de Virgílio Gomes da Silva (Jonas), ex-operário da Nitroquímica. Em pouco tempo, o Grupo chegou a ter quarenta guerrilheiros e se dividiu em dois subgrupos, liderados por Carlos Eduardo Pires Fleury e por Takao Amano. Intensificou-se o ritmo das ações expropriatórias e de propaganda armada. A 25 de agosto, uma explosão destruiu as vitrinas do Mappin e do edifício da Light, que expunham arranjos comemorativos do 7 de Setembro, na Praça Ramos de Azevedo, centro de São Paulo. O aumento do número de quadros de combate – em parte, com o retorno de pessoal treinado em Cuba – levou a ALN à constituição de um segundo GTA em São Paulo. Ao mesmo tempo, a organização crescia na Guanabara e em outros Estados.

Enquanto a ditadura militar bloqueava o acesso às massas e as ações da ALN e da VPR se prestigiavam pela publicidade, subia a pressão pelo imediato engajamento na

luta armada dentro das organizações da esquerda radical até o final de 1968 ainda dedicadas ao trabalho direto com os movimentos de massa. Excluídos, por motivos diferentes, o PCB, o POR (T), o PC do B e a AP, deu-se a imersão geral na luta armada.

Já iniciada nas ações no final de 1968, a Ala Vermelha praticou mais três assaltos a agências bancárias, o confisco de dinamite de uma pedreira e a expropriação de máquinas gráficas da Loja Kelmaq, com vistas à montagem de uma oficina clandestina. No 1º de Maio de 1969, o pessoal da Ala Vermelha ocupou a estação emissora da Rádio Independência, em São Bernardo, e difundiu uma proclamação.

Cessadas as possibilidades de ações de massas, nas quais tanto se empenhou em 1968, a Dissidência Universitária da Guanabara se tornou receptiva a ideias foquistas, que justificavam o vanguardismo da luta armada. A Dissidência criou o Grupo de Trabalhos Especiais (GTE), estruturado para ações de guerrilha urbana. A obtenção de fundos mostrou-se bem-sucedida através dos assaltos a agências bancárias, a um carro transportador de valores na rua Farne de Amoedo, em Ipanema, e até a um bar do Castelinho (em fevereiro, mês do carnaval). O escasso proveito do assalto ao bar se compensou pelos trinta mil dólares e pelas jóias arrecadadas no apartamento do deputado federal Edgard Guimarães de Almeida, onde os membros do GTE entraram, a 19 de agosto de 1969, disfarçados de repórteres da revista *Realidade*. Seguindo o exemplo da ALN, o arsenal disponível avolumou-se com as armas arrancadas de sentinelas e de patrulhas policiais.

No PRT, a pressão pela realização das ações expropriatórias provocou aguda luta interna e uma situação de divisão de facções. Vinicius Caldeira Brant tomou posição contrária ao engajamento nas ações expropriatórias, sob o argumento de que seriam ineficazes e de efeito negativo na relação do partido com as massas. Vinicius conseguiu afastar o setor sob sua direção pessoal do imediatismo da luta armada, porém não pôde impedir que outro setor se lançasse ao círculo vicioso dos assaltos a bancos e atos assemelhados. Na prática, o PRT passou a ter dois comportamentos opostos.

Processo de luta interna de natureza idêntica se desenvolveu no PCBR. O começo da imersão na luta armada partiu do Comitê Regional de Pernambuco. Para despistar, um grupo de fogo se deslocou a João Pessoa e, em maio de 1969, arrebatou de dois funcionários do Banco da Lavoura a valise com um depósito da Companhia Souza Cruz. O fato mereceu publicidade especial por ter sido a inauguração desse tipo de ações no Nordeste. Já no Recife, seguiram-se outros assaltos a agências bancárias e postos de gasolina e ações de propaganda armada, como a destruição do palanque preparado para as autoridades no desfile comemorativo do 7 de Setembro. A 10 de outubro de 1969, o assalto a um transportador de dinheiro

da Souza Cruz, em Olinda, deixou o rastro trágico da morte de Nilson Lins, funcionário daquela empresa.

As iniciativas autônomas do pessoal do Nordeste suscitaram na militância do PCBR da Guanabara e do Estado do Rio sentimentos de frustração pela inação e de insatisfação com a direção nacional. Após o desmantelamento do MAR, um pequeno núcleo de subalternos das Forças Armadas ingressou no PCBR. Entre eles, Antônio Prestes de Paula, Marco Antônio da Silva Lima e Avelino Capitani. A presença desses ex-militares só fez incrementar a pressão pela luta armada imediata. Afinal, quebrou-se a resistência dos dirigentes e ativistas, como Apolonio de Carvalho, que viam em semelhante imediatismo um caminho contraindicado. A 17 de dezembro de 1969, o grupo de fogo do PCBR assaltou a agência do Banco Sotó Maior, no bairro carioca da Penha. O assalto se efetuou com êxito, mas a operação de recuo teve conclusão desastrosa. O tiroteio com um carro de radiopatrulha resultou na morte de um policial e na prisão do motorista do PCBR. A polícia recuperou parte do dinheiro confiscado da agência bancária e se seguiram prisões em cascata.

A virada geral no sentido da luta armada deu urgência ao compromisso de deslanche da guerrilha rural. Esta era a tarefa *estratégica*, ao passo que as ações urbanas não tinham mais do que função *tática*. A ALN saiu na frente e anunciou que 1969 ia ser o ano da guerrilha rural. O anúncio se tornou um *slogan* dos documentos da organização, enfatizado por Marighella nos pronunciamentos de junho a outubro. A *Alocução sobre a guerrilha rural* e a entrevista concedida ao jornalista belga Conrad Detrez fizeram as últimas reafirmações de Marighella sobre o próximo lançamento da luta guerrilheira no campo.

Do ponto de vista prático, a direção da ALN preparava a transferência dos combatentes do primeiro GTA paulista para o Sul do Pará. De acordo com o plano previsto, a região devia ser o ponto de convergência de ações guerrilheiras simultâneas que iam partir de áreas rurais do Norte do Paraná, Dourados (Mato Grosso), Chapada Diamantina (Bahia) e Guapiassu, no Oeste de São Paulo. Na sua trajetória, cada uma das colunas faria ocupações de povoados e vilas e nelas realizaria a queima dos cartórios, o ataque aos latifúndios e a distribuição de gêneros alimentícios à população pobre.

Reconstituída na sua segunda versão durante o Congresso de Teresópolis, a VPR estruturou, a partir do final de 1969, um campo de treinamento guerrilheiro no Vale do Ribeira, região sudeste de São Paulo. Considerava-se que o treinamento ao próprio País tornaria mais fácil a adaptação do combatente ao meio social e geográfico em que ia atuar e, demais disso, evitava-se a dependência de compromissos externos.

Uma vez treinados na escola do Vale do Ribeira, os guerrilheiros seriam deslocados para fazendas já compradas no Maranhão e no Rio Grande do Sul, destinadas à preparação de futuras bases de irradiação da luta armada no campo.

Ao sair do mesmo Congresso de Teresópolis, a VAR montou o Subsetor de Treinamento de Guerrilha, sob a responsabilidade principal de Carlos Alberto de Freitas (Breno). O plano consistia no funcionamento de uma escola de guerrilhas na fazenda comprada no Pará, prevista para cursos de três a cinco meses. Projetou-se a estimativa do treinamento de 150 combatentes. Com este objetivo, começou a transferência de quadros, armas e materiais diversos, tarefa em que ficou empenhado Amílcar Baiardi, junto a um grupo restrito de militantes. A área estratégica de desencadeamento da guerrilha ficou reservada ao Maranhão, onde três famílias camponesas retiradas do Estado do Rio se instalaram numa fazenda, adquirida para recepção do primeiro núcleo de guerrilheiros. A mudança dessas famílias se tornou urgente após a invasão do local de treinamento da VAR na região fluminense pelo Exército, do que resultou a prisão do ex-sargento Viana Colon.

Antecipando-se a quase todas as organizações, a Dissidência estudantil de Niterói, já no final de 1968, tomou a decisão de se afastar das cidades, mesmo à custa da perda de mais da metade de sua militância. Numa reprodução fiel da orientação foquista, os ativistas se transferiram para duas fazendas compradas em Cascavel e Montelândia, no Paraná. A Dissidência fluminense projetava nesta área a base do foco guerrilheiro, que devia atuar na região de Foz do Iguaçu.

Em 1969, igualmente o PCBR realizou sua implantação rural no Paraná. Dois sítios foram comprados e a direção nacional designou para atuar no local Elinor Brito (da Guanabara), Alberto Vinicius de Melo (de Pernambuco) e alguns militantes de Minas. Juntamente com Manoel Jacinto Correia e outros companheiros da região, procuraram organizar assalariados agrícolas de camponeses dentro das fazendas, com pequenos resultados iniciais.

O súbito aumento da escala da luta armada pôs à mostra a incapacidade do aparelho policial para o enfrentamento das novas organizações revolucionárias. Além de funcionarem no ritmo burocrático das repartições públicas, os DEOPS se achavam defasados e minados pela corrupção. Ganharam fama delegados paulistas com predileção por prisões de gente rica para extorquir dinheiro.

A ineficiência dos DEOPS e a dispersão de recursos das Forças Armadas fizeram surgir a ideia de uma entidade centralizadora de homens e materiais na luta contrarrevolucionária. Uma vez que em São Paulo mais se multiplicavam as ações de guerrilha

urbana, fundou-se ali, a 29 de junho de 1969, a Operação Bandeirantes (OBAN), iniciativa conjunta do general Canavarro Pereira, comandante do II Exército, ao qual cabia a direção do novo organismo, e da Secretaria de Segurança Pública do governo Abreu Sodré. Os quadros da OBAN foram preenchidos por oficiais e subalternos das três Armas e da Força Pública de São Paulo, bem como por delegados, investigadores e pessoal burocrático da Secretaria de Segurança, então chefiada pelo professor Hely Lopes Meirelles. Incumbiu-se do comando operacional da nova instituição o major do Exército Waldir Coelho.

Uma vez que não constava de nenhum organograma do serviço público, a OBAN tinha caráter extralegal. Os problemas decorrentes desta circunstância se resolveram mediante transferência de recursos de órgãos já existentes e do apelo a contribuições de grandes empresas brasileiras e multinacionais. Na coleta das contribuições se mostrou especialmente interessado e ativo o industrial Henning Boilesen, presidente da Ultragás.

A OBAN se instalou nas dependências do 36º Distrito Policial, à rua Tutóia. O lugar se tornou o mais famoso centro de tortura no Brasil em todos os tempos, só igualado pelo Quartel da Polícia do Exército do Rio, à rua Barão de Mesquita.

O êxito alcançado pela experiência-piloto de São Paulo venceu as objeções de oficiais que julgavam indevido ou inconveniente o envolvimento institucional do Exército em missões policiais. Em setembro de 1970, por decreto do presidente Médici, a OBAN se integrou no organograma legal sob a denominação de DOI/CODI II (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército). Assumiu o comando do DOI/ CODI paulista o major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, oficial de Estado-Maior. De maneira meticulosa, Ustra sistematizou as operações de investigação, captura, interrogatório, análise de interrogatórios, fichário, cruzamento de informações etc. Sob suas ordens, a tortura deixou de ser arbitrária e caótica e se tornou uma prática orientada e metódica, friamente executada.

Além de São Paulo, os DOI/CODI se implantaram como instituições oficiais no Rio, Recife, Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza e Belém. No Rio, a montagem do órgão se processou sob a supervisão pessoal do general Syzeno Sarmiento, comandante do I Exército.

Em todas estas capitais, os DEOPS se converteram em apêndices dos DOI/ CODI, reduzidos quase somente ao cumprimento burocrático da formalização final dos processos judiciais a serem encaminhados às auditorias militares. Apenas uma exceção: a do DEOPS de São Paulo, que continuou ativo como órgão autônomo de investigação, captura e interrogatório.

A exceção se deveu à transferência do DEIC para a polícia política do pessoal do Esquadrão da Morte, chefiado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury (Esquadrão da Morte e OBAN são dois marcos do governo Abreu Sodré na história do Estado de São Paulo). Corrupto até a medula e assassino profissional, Fleury era policial astucioso, capaz de analisar informações, levantar pistas certeiras e preparar pacientemente armadilhas fatais. Em matéria de tortura, que utilizava com a máxima brutalidade, tinha preferência pelo pau-de-arara e pelos choques elétricos. O terceiro andar do edifício de fachada avermelhada, estilo inglês, onde funcionava o DEOPS no Largo General Osório, se tornou uma oficina de massacre tão sinistra quanto as câmaras de interrogatório da rua Tutóia. Fleury garantiu seu lugar na disputa do butim da repressão através da ligação com o CENIMAR, órgão de inteligência da Marinha. Colocada em plano subordinado pelo Exército após a criação da OBAN e dos DOI/CODI, interessava à Marinha dispor de um canal autônomo de luta contrarrevolucionária e, por isso, deu cobertura ao chefe do Esquadrão da Morte implantado no DEOPS paulista.

À medida que se empenhavam a fundo na luta armada e deviam defender-se de uma repressão mais coordenada, equipada e informada, as organizações de esquerda tiveram multiplicados seus problemas. As ações confiscatórias traziam dinheiro, porém este sumia depressa no sustento de número crescente de militantes profissionalizados como revolucionários, porque já não podiam ou não queriam prosseguir nas condições normais de vida legal. Era preciso alugar mais

casas para montagem de aparelhos que servissem de residência, lugar de reuniões, depósitos de armas e outras finalidades. As prisões *queimavam* os aparelhos e mais dinheiro se gastava na sua substituição. Não havia dinheiro que chegasse. Em contrapartida, as quantias arrecadadas dos assaltos decresciam, uma vez que as agências bancárias tomavam a precaução de deixar o mínimo dentro dos cofres. Acontecia até que as ações rendessem menos do que o custo de sua preparação e execução.

Os assaltos confiscatórios de dinheiro e de armas produziam ainda outro efeito extremamente negativo, a respeito do qual as direções clandestinas formavam uma ideia falsa. Repetiam-se os episódios em que humildes vigilantes de bancos e soldados, que resistiam à tomada de suas armas, saíam feridos ou mortos nos choques com guerrilheiros. Tais fatos ganhavam estrondoso alarde na imprensa e na televisão e fomentavam a animosidade da opinião pública aos “terroristas” (assim apontados somente os de esquerda). Já o que ocorria nas câmaras de tortura dos órgãos policiais tinha o encobrimento do silêncio e ficava ignorado da população. No escuro da clandestinidade, os dirigentes revolucionários se afundavam no engano fatal de que

a justeza de sua causa, a audácia dos seus feitos e a difusão de suas proclamações lhes garantiam o apoio das massas oprimidas.

O pior de tudo era a perda de militância e de base social. O engajamento total na luta armada afastava militantes e simpatizantes por falta de aptidões pessoais ou disposição ideológica. O número de adeptos baixava dos milhares às centenas e às dezenas.

Este resultado não podia deixar de decorrer também do ascenso econômico, já sensível em 1969. Superada a fase depressiva do ciclo, a economia nacional se reanimou e ingressou no auge das altas taxas de crescimento do período de 1968-1974, que a imprensa internacional batizou de “milagre brasileiro”. Os profissionais de classe média encontravam ofertas cada vez maiores de bons empregos e se reduzia o desemprego dos operários. Havia intensa procura de operários qualificados e, mesmo com o rígido arrocho legal, a tendência do mercado empurrava para cima a média do salário real.

As organizações sectárias e vanguardistas da esquerda radical já atuavam quase sem base social. Sua proposta de luta armada não se amplificava pela ressonância. A ditadura militar começou a apresentar o êxito econômico como credencial de legitimação política, o que, se não chegava a ser convincente, ao menos desorientava e neutralizava setores consideráveis da opinião pública. Ao mesmo tempo, a ditadura militar aplicava aos diferentes tipos de opositoristas diversificados instrumentos de repressão, desde as pressões informais, as cassações de direitos políticos e as demissões compulsórias às prisões arbitrárias seguidas de tortura e assassinato.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevistas de Takao Amano, Guiomar Silva Lopes Callejas, Manoel Cyrillo de Oliveira Netto e Paulo de Tarso Venceslau, cit. (sobre a ALN); Entrevistas de Shizuo Osawa (Mário Japa) e Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro, 19 nov. 1985 (sobre a VPR); Entrevistas de Apolonio de Carvalho, Carlos Alberto Soares, Elinor Brito, Paulo Pontes da Silva e Airton Corrêa de Araújo, cit. (sobre o PCBR); Entrevista de Abigail Paranhos. Rio de Janeiro, 29 nov. 1985 (sobre o PCBR); Entrevistas de dois militantes do PCBR na Guanabara, que solicitaram anonimato. Salvador, 25 abr. 1985 e 26 abr. 1985; Carvalho, Apolonio de. *Vale a pena sonhar*. Op. cit. p. 201; Entrevistas de Daniel Aarão Reis Filho e Cláudio Torres da Silva, cit. (sobre a Dissidência Universitária da Guanabara); Entrevista de Lúcia Maria Murat de Vasconcelos. Rio de Janeiro, 22 ago. 1985 (sobre a Dissidência Universitária da Guanabara); Entrevista de João Lopes Salgado. Rio de

Janeiro, 9 set. 1986 (sobre a Dissidência Universitária da Guanabara); Entrevista de Amílcar Baiardi. São Paulo, 23 dez. 1985 (sobre a VAR-Palmares); Entrevista de Rosalina Santa Cruz Leite. São Paulo, 10 jan. 1986 (sobre a VAR-Palmares); Entrevistas de Vicente Roig e de Renato Tapajós, cit. (sobre a Ala Vermelha); Entrevistas de Vinicius Caldeira Brant e de Antônio Othon Pires Rolim, cit. (sobre o PRT); Carvalho, Apolonio de. *Vale a pena sonhar*. Op. cit. p. 201; Marighella, Carlos. *Prisões – Agosto de 1969*. Mimeogr.; Id. *Manifesto* transmitido pela Rádio Nacional de São Paulo e impresso no *Diário da Noite*. São Paulo, 15 ago. 1969; Id. *Ao povo brasileiro*. Junho de 1969. Mimeogr.; Id. Entrevista a Conrad Detrez, cit.; Id. *Alocução sobre a guerrilha rural*. Outubro de 1969. Mimeogr.; Denúncia do Promotor Durval Ayrton Moura de Araújo à Segunda Auditoria do Exército da Segunda Circunscrição Judiciária Militar. São Paulo, 1970. BNM- 100 (sobre a ALN); Processo 63/69 da Primeira Auditoria do Exército da Primeira Circunscrição Judiciária Militar. Rio de Janeiro, 1969. Apelação 38 321 ao STM. Recurso 1 151 ao STF. BNM-645 (sobre a ALN); Recurso 1 182 ao STF, julgado a 27-11-1974 (sobre a Dissidência Universitária da Guanabara); Processo 67/70 da Sétima Circunscrição Judiciária Militar. Recife, 1970. Apelação ao STM 38 560. BNM-272 (sobre o PCBR); Processo 93/70 da Sétima Circunscrição Judiciária Militar. Recife, 1970. Apelação ao STM 39 410. Recurso ao STF 1 322-1. BNM-632 (sobre o PCBR); Denúncia do Processo 29/270-C da Segunda Auditoria da Marinha. Rio de Janeiro, abril de 1970. Cópia cedida ao autor por Amílcar Baiardi (sobre a VÂR-Palmares); *O Estado de S. Paulo*. Coleção de 1969; *O Estado de S. Paulo*. 6 jan. 1970; *Jornal da Tarde*. 17 set. 1969, 22 dez. 1969; *Veja*. 15 maio 1969; Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. Petrópolis, Vozes, 1985. 2ª Parte; Ustra, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília, Editerra, 1987. p. 125-40; “Ustra, a ponta do iceberg”. *Fazendo o Amanhã*, n. 1. São Paulo, ago. 1985; Fon, Antônio Carlos. *Tortura – A história da repressão política no Brasil*. São Paulo, Global, 1979. p. 15-26; Bicudo, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo, Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, 1976; D Araújo, Maria Celina, Soares, Gláucio Ary Dillon e Castro, Celso. *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

Imagens e Personagens

28 de março de 1964: marinheiros participantes da assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, libertados e anistiados, fazem manifestação na avenida Presidente Vargas, em torno do busto de Marcílio Dias, marinheiro herói da Guerra do Paraguai.

Surpresa diante da hostilidade da tropa do Exército, a massa popular se aglomera, imobilizada, no centro do Rio, na tarde de 1º de abril de 1964.

Passeata chamada dos Cem Mil, em desfile pela Cinelândia, centro do Rio. Última grande manifestação popular de protesto contra a ditadura militar, em junho de 1968.

Paraplégico em consequência do atentado sofrido em 1969, Cândido Pinto de Mello é hoje um dos principais especialistas brasileiros em informática médica.

Stuart Edgar Angel Jones, morto e “desaparecido” em 1971, e sua companheira Sônia Maria Lopes Moraes, assassinada em 1973.

Mário Alves em visita à China comunista, como representante do Comitê Central do PCB, em 1957.

Manifestação no Rio de Janeiro de familiares dos “desaparecidos”. Cartaz com o nome de Mário Alves erguido por sua viúva Dilma Borges Vieira.

Junho de 1968: carro-bomba, lançado por um comando da VPR, explode junto ao quartel-general do II Exército, no Ibirapuera. Morre o soldado Mário Kozell Filho.

Juarez Guimarães de Brito, dirigente da POLOP e da VPR.

Chael Charles Schreier, da VAR-Palmares, torturado até a morte em novembro de 1969.

Charles Rodney Chandler, capitão do Exército dos Estados Unidos, metralhado dentro do seu carro por um comando da VPR e da ALN, em São Paulo.

Hermínio Sacchetta, figura histórica do movimento revolucionário brasileiro.

Apolonio de Carvalho, fundador e dirigente do PCBR.

Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB de 1945 a 1980.

Joaquim Câmara Ferreira, fundador e dirigente da ALN.

General Syzeno Sarmento, comandante do I Exército (1969-1971).

General José Canavarro Pereira, comandante do II Exército (1969-1971).

Delegados Sérgio Paranhos Fleury, ao centro, e Josecyr Cuoco, de gorro, do DE-OPS de São Paulo.

Henning Boilesen, presidente da Ultragás, empresário, ativo colaborador da OBAN e do DOI/CODI. Justificado por um comando guerrilheiro.

General Lyra Tavares, almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Márcio de Souza e Mello, membros da Junta Militar que assumiu a Presidência da República, no final de agosto de 1969.

Generais Orlando Geisel, ministro da Guerra (de uniforme), e Emílio Garrastazu Médici, presidente da República (de novembro de 1969 a março de 1974).

Caído na calçada da rua Engenheiro Duarte, no Rio, o cadáver do major Edward von Westernhagen, do Exército da Alemanha Ocidental. Por fatal engano de identificação, recebeu os dez tiros que o comando justicador do COLINA destinava ao capitão boliviano Gary Prado, a 1º de julho de 1968.

À direita, perfilado, capitão Gary Prado, comandante do destacamento que aprisionou Che Guevara na Bolívia. À esquerda, de chapéu na mão, general René Barrientos, presidente boliviano.

Eduardo Leite, o Bacuri, uma das figuras mais destacadas da guerrilha urbana. Assassinado pelo DEOPS de São Paulo.

Alípio de Freitas (ex-padre), organizador do atentado no aeroporto do Recife, no momento em que saía da embaixada do México, no Rio, onde esteve asilado.

Yoshitane Fujimore, guerrilheiro da VPR, um dos quatro que, sob a liderança de Lamarca, furaram o cerco militar no Vale do Ribeira.

onde se achava sequestrado o embaixador Buke Ellbrick, para fazer compras em uma mercearia. Foto tirada pela objetiva oculta de um agente do CENHAR.

No aeroporto do Galeão, de algemas, 13 dos 15 presos políticos libertados em troca do resgate do embaixador Ellbrick. Um dos faltosos, Gregório

Embaixador Charles Burke Ellbrick, dos Estados Unidos, depois de libertado do sequestro levado a efeito por um comando conjunto da ALN e do MR-8, em setembro de 1969. Na testa, curativo sobre ligeiro ferimento resultante de uma coronhada de revólver.

Cena comum dos anos da guerrilha urbana: barreira policial-militar inesperada numa avenida, com revista sistemática de todos os carros. Eram as chamadas operações “arrastão”.

José Milton Barbosa, guerrilheiro da ALN. Morto em combate, em dezembro de 1971, ao enfrentar os policiais

Aurora Maria Nascimento Furtado, guerrilheira da ALN. Em novembro de 1972, reagiu à abordagem de uma patrulha, matou um policial e foi aprisionada. As torturas na Invernada de Olaria culminaram na aplicação de um torniquete - a “Coroa de Cristo” - que afundou seu crânio.

Getúlio de Oliveira Cabral, dirigente e guerrilheiro do PCBR. Preso no final de 1972 e assassinado pelo DOI/CODI do Rio de Janeiro.

Cartaz incitando a população a denunciar supostos terroristas,

Carlos Marighella. Última foto tirada em vida no Brasil, usada no passaporte falsificado que lhe serviu para a viagem a Cuba, em 1967.

Dentro do Fusca azul, estacionado na alameda Casa Branca, em que foi surpreendido pelos policiais, Carlos Marighella já sem vida.

General Albuquerque Lima: teria feito a Marighella uma proposta de aliança, incluindo ações terroristas.

Carlos Lamarca cumpre tarefa de capitão do Exército no treinamento de bancários para a resistência a assaltos.

Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército e um dos líderes da luta guerrilheira contra a ditadura militar.

Barreira militar numa estrada da região do Ribeira, durante o cerco aos guerrilheiros da VPR, em abril-maio de 1970.

Os corpos de Carlos Lamarca e de José Campos Barreto, mortos pela tropa do Exército no interior da Bahia, setembro de 1971.

O carro do embaixador Giovanni Enrico Bucher, da Suíça (placa com as iniciais CD - Corpo Diplomático), interceptado pelo carro de um comando da VPR, que sequestrou o diplomata em dezembro de 1970, no Rio.

Joaquim Alencar de Seixas, guerrilheiro do MRT. Sequestrado até a morte no DOI/CODI de São Paulo.

Devanir José de Carvalho, líder do MRT e um dos mais ativos participantes da guerrilha urbana em São Paulo. Morto pelo DEOPS, em abril de 1971.

Joaquim Câmara Ferreira, após a necrópsia no Instituto Médico-Legal. Avião sequestrado por um comando guerrilheiro, pousado no aeroporto do Galeão (julho de 1970). Foto tirada no momento em que soldados da Aeronáutica invadiam o avião e matavam Eiraldo Palha Freire, um dos sequestradores.

Palavra de ordem da ditadura militar, difundida em todo o país.

Sobreviventes do comando de sequestradores do avião da Cruzeiro: Fernando Palha Freire, Colombo Vieira de Souza e Jesse Jane Vieira de Souza.

Na esquina da avenida Nossa Senhora de Copacabana com a rua República do Peru, no Rio, o cadáver do delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr. (Otavinho) estendido na calçada. ...

David Capistrano da Costa, membro do Comitê Central do PCB. Preso em março de 1974 quando regressava do exterior e assassinado pela repressão policial. Figura na lista dos “desaparecidos”.

À frente, salientando-se pelo talhe gigantesco, Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, chefe de um dos destacamentos guerrilheiros na luta do Araguaia. Foto tirada na sua passagem por Marienbad, famosa estação de repouso na ex-Tchecoslováquia.

No interior da casa da rua Pio XI, bairro paulistano da Lapa, onde se reuniu o Comitê Central do PC do B, em dezembro de 1976, os cadáveres de Pedro Pomar (de óculos) e de Ângelo Arroyo (de bruços), metralhados pelos agentes do DOI/CODI de São Paulo.

Frei Tito de Alencar Lima, da Ordem dos Dominicanos. As torturas no DEOPS paulista e na OBAN deixaram nele sequelas que o levaram ao suicídio, na França.

Epílogo para um romance à revelia do autor

Quando Joaquim Câmara Ferreira – já na roupagem de Toledo – o procurou em 1968, Hermínio Sacchetta deve ter sentido surpresa e desconcerto. Apesar da tarimba, não esperaria que lhe batesse à porta o homem com o qual trocara os pesadíssimos insultos habituais nas dissensões internas dos comunistas.

O contencioso entre ambos remontava aos anos 1930. Após a derrota do levante de novembro de 1935, o jornalista Sacchetta (nome de guerra Paulo) dirigia o Comitê Regional de São Paulo e foi cooptado para o Birô Político do Comitê Central do PCB. Mais jovem, Câmara Ferreira (nome de guerra Alberto) trocou o curso de engenharia pela profissão de revolucionário. Em 1937, o Comitê Regional paulista divergiu da linha preconizada pelo Comitê Central a respeito das eleições presidenciais. A divergência se aprofundou e levou a discussões agressivas e intransigentes. Com o apoio da Internacional Comunista, Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), secretário-geral do Comitê Central, venceu a disputa: os divergentes de São Paulo foram expulsos do partido sob a acusação de *renegados trotskistas*, a mais infamante para um militante comunista. Acontece que, ao travar-se a luta interna – conforme relata Heitor Ferreira Lima –, nenhum dos divergentes do Comitê Regional paulista era trotskista e, em seguida, apenas um deles – Sacchetta, precisamente – aderiu ao trotskismo.

Tendo tomado posição ao lado do Comitê Central, Câmara Ferreira não podia mais continuar amigo de Sacchetta, com o qual se iniciara na vida partidária. A amizade se transformou em rancorosa inimizade. Da qual compartilhou Carlos Ma-

righella, enviado a São Paulo pelo Comitê Central, em 1938, a fim de fortalecer a direção regional na luta contra os “fracionistas trotskistas”.

Expulso do PCB, Sacchetta esteve entre os fundadores do Partido Socialista Revolucionário (PSR), ligado à Quarta Internacional (trotskista), com pouco mais de uma centena de adeptos em São Paulo e no Rio, quase todos intelectuais. Na atividade de jornalista, seu ganha-pão, fez bem-sucedida carreira. Arraigada talvez pelo hábito da clandestinidade, mantinha imperturbável postura discreta.

Em 1952, o PSR se dissolveu. Em 1958, surgiu a Liga Socialista Independente (LSI), que editou o jornal *Ação Socialista*. Também um pequeno grupo, muito sectário, com poucos anos de vida. Sacchetta tomou parte nele, já com ideias algo mudadas com relação ao trotskismo. Do documento que escreveu provavelmente naquela época – *Relatório Sobre Questões da Política Organizatória no Domínio Socialista* –, salienta-se a análise do fracasso do trotskismo. Sua contribuição válida teria sido somente a crítica ao stalinismo. O documento propôs a formação de um partido marxista democrático, na linha de Rosa Luxemburg.

No começo dos anos 1960, formou-se o Movimento Comunista Internacionalista (MCI), cujos escassos adeptos projetavam convertê-lo em partido. Embora não adotasse o trotskismo de maneira estrita, o MCI conservou seus princípios doutrinários fundamentais: prioridade ao internacionalismo, revolução permanente, ditadura do proletariado como objetivo direto.

Nos anos 1967-1969, já sob a ditadura militar, o MCI publicou o jornal clandestino *Bandeira Vermelha*, do qual saíram doze números. Comumente com dez ou doze páginas mimeografadas, difundia denúncias e argumentos contra o regime nascido do golpe de 1964. Ao mesmo tempo, tomava posição na explosiva controvérsia entre as correntes de esquerda. Principal redator do jornal, Sacchetta atacou o reboquismo e o oportunismo do PCB. Reconheceu a seriedade das facções dissidentes, porém fez crítica cerrada ao foquismo de Guevara e a todas as concepções de luta armada imediata desvinculada da preparação através das lutas de massas.

Por que, então, Hermínio Sacchetta aceitou o convite que lhe trouxe Câmara Ferreira de colaborar com a ALN? Justamente com a ALN, cuja orientação estratégica (nacional-libertadora) e tática (luta armada imediatíssima) era tão oposta àquela que vinha expondo insistentemente no *Bandeira Vermelha*?

Imagino que, como tantos naquela época, Sacchetta queria realizar algo bem concreto contra a ditadura militar. Não se satisfazia com a doutrinação e a propaganda em pequenos círculos. Pôs de lado discordâncias teóricas, afastou velhos agravos e passou a ter encontros regulares com o antigo companheiro, durante muitos anos

separado pela inimizade política. Esteve também com Marighella e selou o pacto da reconciliação e da luta comum. Apesar de sexagenário já abalado por um infarto, resolveu correr riscos que, por experiência, não ignorava.

No final de janeiro de 1969, a direção da VPR teve urgente necessidade de tirar as armas expropriadas da Loja Diana do depósito secreto em que se encontravam. O depósito era conhecido de Hermes Camargo Batista, preso no episódio da pintura do caminhão em Itapeperica da Serra.

A direção da VPR pediu a ajuda da ALN e Câmara Ferreira recorreu a Sacchetta. Este arrumou às pressas um lugar seguro. Em três viagens do Fusca guiado por Renato Caldas, foi posto a salvo o arsenal de carabinas, revólveres 38 e caixas de munição.

Às oito e meia da manhã de 15 de agosto de 1969, um destacamento de doze guerrilheiros da ALN invadiu a estação transmissora da Rádio Nacional em Piraporinha, perto de Diadema (Grande São Paulo). Dominados os funcionários, um dos invasores interrompeu a ligação com o estúdio e ligou ao transmissor de ondas curtas uma gravação. Com o fundo musical do Hino da Internacional Comunista e do Hino Nacional, a gravação anunciou o nome de Carlos Marighella e reproduziu o manifesto lido por ele. Na meia hora em que a estação esteve sob controle da ALN, deu tempo para repetir a gravação.

No mesmo dia 15, o jornal paulistano *Diário da Noite* lançou uma segunda edição com o texto integral do manifesto de Marighella captado pelo setor de radioescuta. A decisão de publicar o manifesto partiu do diretor de redação Hermínio Sacchetta. Os demais jornais se limitaram a noticiar o episódio da invasão da Rádio Nacional de São Paulo, pertencente à Rede Globo. Pegada de surpresa, a polícia não pôde recolher das bancas senão pequena parte da segunda edição do *Diário da Noite*.

Tão grave infração da censura não podia ser tolerada. A Polícia Federal prendeu o diretor de redação e o indiciou em inquérito criminal. Apesar da ficha de antecedentes nada recomendáveis do indiciado, o inquérito deu em nada e o suspeito de convivência subversiva foi solto após algumas semanas. Mas perdeu o emprego.

Até hoje, corre a versão da casualidade da participação de Sacchetta no episódio. Agora, deve-se esclarecer em definitivo que não houve casualidade. Sacchetta recebeu previamente cópia do manifesto de Marighella das mãos de Câmara Ferreira, avisado do que ia ocorrer e da participação que a ALN esperava dele. Como não era iniciante inexperiente, Sacchetta tomou as precauções de cobertura, na previsão de que podia vir a enfrentar pesadas complicações. Orientou o setor de radioescuta do seu jornal

para captar a transmissão da Rádio Nacional e, tão “surpreso” quanto os colegas, decidiu desafiar a censura: furo de reportagem é dever profissional de jornalistas.

O furo teve repercussão internacional e a prisão do jornalista brasileiro provocou o protesto da Associação Interamericana de Imprensa.

Romance histórico em que Jorge Amado criou uma trama ficcional inserida na reprodução da época do Estado Novo, *Os subterrâneos da liberdade* têm um dos fios da narrativa na luta interna do PCB em São Paulo, à qual me referi neste capítulo. Com facilidade se reconhecem muitas pessoas reais, que comparecem no romance como figuras de ficção. Vitor é Diógenes de Arruda, o primeiro dos honrados pela dedicatória do autor. O gigante Gonçalo é José Martins e o historiador Cícero d Almeida é o historiador Caio Prado Jr. Filho de um operário italiano com uma negra brasileira, Carlos é Carlos Marighella, logo se vê. Apolinário é Apolonio de Carvalho, também logo se vê.

Mas há um personagem a respeito do qual o romancista forneceu pistas superlativas para identificação do modelo real. *Saquila* – sobrenome quase homônimo de *Sacchetta* – aparece no romance como líder da fração trotskista do Comitê Regional. Seu nome de guerra Paulo e sua profissão de jornalista – exatamente o mesmo de Sacchetta na época. Vários personagens e o próprio narrador não lhe poupam qualificações aviltantes: lacaio da burguesia, bandido, traidor, delator, cretino, canalha. Um dos mais agressivos acusadores do renegado é precisamente Carlos, enviado pelo Comitê Central para reforçar a luta antitrotskista em São Paulo.

Identificação de tal maneira transparente e insultuosa obrigou Hermínio Sacchetta a sair da discrição habitual e publicar um artigo de revide ao glorioso romancista.

Os subterrâneos da liberdade representam a culminância da escola do realismo socialista na literatura brasileira. O autor pagou o preço que todos nós, militantes do PCB, pagamos ao stalinismo. Faltava-lhe a estatura psicológica e artística de Graciliano Ramos. Também militante do PCB e admirador de Stalin, Graciliano não se dobrou aos prejulgamentos e deu ao trotskista Gikovate tratamento amistoso em *Memórias do cárcere*. Mas Jorge Amado tomou depois conhecimento dos crimes de Stalin, rompeu com o stalinismo e se afastou do PCB. Teria várias maneiras para reabilitar, não a Sacchetta, que não precisava ser reabilitado, mas a si próprio, com a admissão pública da injustiça cometida contra um homem de carne e osso. Nunca deu este passo.

Romance, mesmo histórico, é ficção. Nada há a alterar. Nas muitas reimpressões de *Os subterrâneos da liberdade*, o leitor sempre encontra o vilão Saquila inimigo do herói Carlos.

Na vida real, Sacchetta (modelo de Saquila) e Marighella (modelo de Carlos) se reconciliaram para travar o mesmo combate nas trevas da pior opressão que já se abateu sobre o povo brasileiro desde a conquista da Independência. À revelia do romancista, acrescentaram inesperado epílogo à sua narrativa.

Hermínio Sacchetta arriscou a vida na luta contra a ditadura militar.

E Jorge Amado: esteve à altura do personagem?

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevista de Renato Caldas. São Paulo, 14 dez. 1984 (sobre Hermínio Sacchetta); Entrevista de Guiomar Silva Lopes Callejas, cit. (sobre a ocupação da Rádio Nacional pelo destacamento da ALN); Sacchetta, Hermínio. *Relatório Sobre Questões da Política Organizatória no Domínio Socialista*. Mimeogr.; Id. “Jorge Amado e os porões da decência”. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 18/19 set. 1954; *Programa e Estatutos do Movimento Comunista Internacionalista*. Mimeogr.; *Bandeira Vermelha*. São Paulo, 1967-1969. Mimeogr.; *Diário da Noite*. São Paulo, 15 ago. 1969, *Jornal da Tarde*. 15 ago. 1969; Amado, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*. 12. ed. São Paulo, Martins, s.d.; Lima, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 208-27; Rodrigues, Leôncio Martins. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: *História geral da civilização brasileira*, op. cit. p. 401-3; Carta de Wilson Gomes à *Folha de S. Paulo*, publicada na seção “A Palavra do Leitor”. 15 fev. 1984; Ramos, Graciliano. *Memórias do cárcere*. São Paulo, Círculo do Livro, s.d.

Golpe de mestre: sequestro do embaixador dos Estados Unidos

No final de agosto de 1969, o Congresso ainda fechado, o general Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral. Devia sucedê-lo o vice-presidente Pedro Aleixo, de acordo com a Constituição de 1967. Mas o vice-presidente civil foi enxotado e assumiu a Presidência a Junta constituída pelos três ministros militares: Lyra Tavares, da Guerra, Augusto Rademaker, da Marinha, e Márcio de Souza e Mello, da Aeronáutica.

Como se não bastasse o estupro da Constituição do próprio regime, a 4 de setembro, em plena Semana da Pátria, a Junta Militar se viu colocada em xeque: um comando revolucionário sequestrou o embaixador norte-americano Charles Burke Ellbrick. No mesmo dia, chegou à Junta a mensagem dos sequestradores. Condições para o resgate do embaixador: libertação de quinze prisioneiros políticos com transferência segura para o exterior e difusão de um manifesto nos jornais e estações de rádio e televisão de todo o País. 48 horas para uma resposta pública. Caso contrário: justicamento de Mr. Burke Ellbrick. Não podia ser maior o desafio.

Por trás do sequestro, estava a Dissidência Universitária da Guanabara. Já na escalada das ações armadas, pensou realizar um ato de envergadura excepcional que respondesse ao anúncio do lançamento próximo da guerrilha rural pela ALN. Um ano antes, em agosto de 1968, o sequestro do embaixador norte-americano na Guatemala, John Gordon Mein, não teve desdobramento, porque o diplomata reagiu aos guerrilheiros e foi morto. A direção da Dissidência – Daniel Aarão, Franklin Martins e Cláudio Torres – se fixou na ideia de tentar a mesma coisa com resultado positivo. O levantamento

feito por Vera Sílvia Magalhães revelou a fragilidade do esquema de proteção do representante da maior potência mundial. Uma operação bem executada evitaria a repetição do acontecido na Guatemala e permitiria tirar companheiros do cárcere.

Não se julgando com preparo militar suficiente para agir sozinha e apesar das diferenças doutrinárias, a Dissidência resolveu apelar à colaboração da ALN. Cláudio Torres viajou a São Paulo e conversou com Câmara Ferreira, que achou magnífica a ideia. Fechado o acordo, Cid Queirós Benjamim expôs o plano da Dissidência à Coordenadoria Regional da ALN em São Paulo. Marighella estava no Rio, fora de contato com o pessoal paulista, e não teve conhecimento do que se preparava. No dia 2 de setembro, viajaram para o Rio Virgílio Gomes da Silva (que devia assumir o comando militar da operação), Câmara Ferreira, Manoel Cyrillo de Oliveira Netto e Paulo de Tarso Venceslau.

Aspecto prático muito importante era o do aparelho onde ia ser guardado o embaixador. A Dissidência só dispunha da casa alugada à rua Barão de Petrópolis, no Rio Comprido, na qual pretendia montar uma oficina gráfica. Ali apareciam como moradores o jornalista Fernando Gabeira e o jardineiro Antônio Freitas Silva, chegado do interior da Bahia. Apesar de sua inconveniência e na impossibilidade de providenciar um aparelho diferente com brevidade, resolveu-se utilizar o da Barão de Petrópolis. Decisão imprudente que deixaria sequelas.

Um problema aparentemente banal requeria solução. A organização revolucionária carioca não podia assinar o manifesto – que teve Franklin Martins como autor do projeto de redação – com a denominação de Dissidência Universitária da Guanabara. Dissidência de quê, ficaria a interrogação para o público não iniciado. Qual outra denominação adotar?

Fazia pouco, os órgãos policiais proclamaram a completa liquidação do MR-8. Tratava-se da Dissidência estudantil de Niterói, que começou a cair em abril de 1969, após a prisão de um dos dirigentes no Oeste do Paraná, em consequência do acidente com um jipe carregado de armas. O pequeno grupo tinha editado um jornal intitulado *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*, data da morte de Guevara. Talvez com o propósito de inflar o êxito repressivo, os órgãos policiais apelidaram os foquistas fluminenses de MR-8. A Dissidência da Guanabara aproveitou a dica e adotou a sigla a fim de demonstrar que a organização supostamente liquidada continuava bem viva.

No dia decisivo, mais um problemazinho: Câmara Ferreira queria tomar parte pessoal na ação de sequestro. Com o espírito aceso pela luta armada, não admitia sua ausência do evento histórico. O veto enérgico de Virgílio impediu o desatino dessa participação, que colocaria em risco desnecessário um dos líderes mais conhecidos,

além do que sem condições físicas diante de prováveis emergências. O velho revolucionário se conformou em ficar à espera na casa da rua Barão de Petrópolis. Enquanto isto, incumbia-se de interceptar e raptar o embaixador o grupo tático composto por Virgílio Gomes da Silva, Cláudio Torres da Silva, Franklin de Souza Martins, Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, Cid Queirós Benjamin, João Lopes Salgado, Vera Sílvia Magalhães, Paulo de Tarso Venceslau, Sérgio Rubens de Araújo Torres e José Sebastião Rios de Moura. Exceto os quatro últimos, os demais entraram à tardinha de 4 de setembro no aparelho em companhia de Burke Ellbrick.

No dia seguinte, Cláudio Torres se retirou da casa. Para mudar o visual, saiu sem o paletó com o qual participou na ação e recomendou a Gabeira que, no término de tudo, levasse consigo a peça de roupa. Auxiliado por Gabeira, que circulava à vontade e o ligava ao pessoal no aparelho, Cláudio passou a enviar mensagens escritas ao governo, indicando sua localização por meio de telefonemas a jornais.

O presidente Nixon deu uma bronca e a Junta Militar brasileira não teve alternativa. Demorou pouco para ser informada onde o embaixador se achava prisioneiro e pôs a casa sob vigilância permanente. As entradas e saídas passaram a ser fotografadas e uma perua com policiais se plantou ostensivamente a cem metros do aparelho. Apesar disso, nem pensar em invasões: a vida do embaixador não devia correr o mínimo risco. Assinado pela ALN e pelo MR-8, já a 5 de setembro o manifesto foi difundido pelos principais jornais e por emissoras de rádio e televisão. Aceita a lista dos quinze presos políticos, providenciou-se seu embarque aéreo para o México. Em face da ameaça de represália de oficiais das Forças Armadas, inconformados com a capitulação da Junta Militar, esta tomou medidas especiais de proteção dos prisioneiros e de garantia do voo. Contudo, não pôde impedir que oficiais paraquedistas ocupassem a Rádio Nacional e divulgassem um manifesto contrário à posição da Junta Militar.

Os dirigentes do sequestro se mostraram modestos na exigência de somente quinze nomes na lista de resgate. Contudo, tiveram boa visão política, devida a Câmara Ferreira, ao incluir entre os libertados Gregório Bezerra, membro do PCB. Figura querida de herói revolucionário, seu espancamento quase mortal pelo coronel Darcy Villocq Viana, transmitido por televisão no dia 1º de abril de 1964, provocou tremenda impressão no Recife e em todo o País.

Os prisioneiros políticos viajaram a 6 de setembro e no dia seguinte, domingo, o embaixador recuperou a liberdade. A saída geral do aparelho, Cláudio Torres, ao volante do carro que conduzia o diplomata, lembrou a Gabeira que trouxesse seu paletó. Atarantado, o jornalista deixou de fazê-lo. Como não havia tempo a perder, deram a partida. Os policiais da perua de vigilância seguiram atrás, mas o carro de

cobertura do comando revolucionário apontou as metralhadoras e convenceu os policiais a mudar de rota.

O sequestro do embaixador dos Estados Unidos foi a primeira operação do gênero no mundo, na história da guerrilha urbana. Mas houve o preço a pagar da intensificação da repressão ditatorial. Para os presos libertados, a Junta Militar criou a pena de banimento. No dia 19 de setembro, o Ato Institucional nº 14 estabeleceu as penas de morte e de prisão perpétua em tempo de paz, destoantes da tradição jurídica brasileira. No dia 28, o Decreto-Lei 898 pôs em vigor nova lei de segurança nacional, para a qual o adjetivo draconiano chega a ser ameno. Afastada a corrente palaciana favorável ao abrandamento do regime, a Junta promulgou, a 17 de outubro, a Emenda Constitucional nº 1. Implicitamente, a Emenda revogou a Constituição de 1967 e impôs nova Constituição, cujo descarado discricionarismo se adequava à situação real de fechamento completo da ditadura.

Os próprios sequestradores não tardaram a ser atingidos individualmente. Câmara Ferreira, quase mais conhecido por Toledo, se abrigou num apartamento em Copacabana, no Rio, e esperou as coisas esfriarem, antes de regressar a São Paulo. Identificado como líder da ação, saiu do País. Ainda com trânsito legal, Paulo de Tarso viajou por um avião da ponte Rio-São Paulo. Passado menos de um mês, a 1º de outubro, subia algemado da litorânea São Sebastião para a casa dos horrores na rua Tutóia.

Virgílio e Manoel Cyrillo acompanharam João Lopes Salgado ao seu apartamento no bairro da Glória, tipo sala e *kitchenette*, desarrumado e repleto de caixotes. Na manhã seguinte, um indivíduo dizendo-se encanador bateu à porta e pediu para vistoriar o banheiro, porque haveria um vazamento. Após a saída do suposto encanador, Virgílio desconfiou e resolveu passar o dia fora com Manoel Cyrillo. Ao invés de voltar diretamente ao apartamento, combinou um ponto com João Lopes, à noite. Depois de esperar no ponto da Urca uns quarenta minutos, apareceu João Lopes de *short* e camiseta, afobado. Contou que ficou flanando pela praia e, ao retornar, notou gente dentro do apartamento: os policiais já estavam à espera. Em consequência, perderam-se os papéis confidenciais tirados da pasta de Ellbrick e a gravação das conversas com ele, além das armas do pessoal da ALN. Sem ter onde se abrigar, Virgílio e Manoel Cyrillo assistiram a um jogo de futebol no Maracanã e, alta noite, partiram em ônibus separados de volta a São Paulo.

Virgílio caiu a 29 de setembro e, após a primeira sessão de pau-de-arara, dispôs de energia psíquica e atlética para entrar em luta corporal com a equipe de torcionários

da OBAN, chefiada pelo capitão do Exército Benone de Arruda Albernaz. Mataram-no a pontapés. No dia 30, Manoel Cyrillo se surpreendeu ao ser acordado por uma turma de homens armados, na casa de praia de São Sebastião. Fixou residência de dez anos na cadeia.

No Rio, Gabeira precisou passar imediatamente à clandestinidade. Transferido para São Paulo, pouco depois recebia uma bala nas costas, ia para a prisão e dali ao exílio. Antônio Freitas Silva, o jardineiro, se retirou do aparelho da Barão de Petrópolis às vésperas da saída geral, mas deixou pelo chão a folha de classificados do *Jornal do Brasil* com o buraco do recorte do anúncio do quarto de pensão por ele alugado. Os policiais o localizaram e levaram ao quartel da rua Barão de Mesquita.

Abandonado no aparelho, o paletó de Cláudio Torres tinha a etiqueta do alfaiate e este identificou o cliente. No dia 9, Cláudio foi preso depois de resistir a tiros. No CENIMAR, o massacre de quatro dias seguidos de torturas o deixou em estado de trauma intenso. Sobreviveu e atravessou sete anos em regime penitenciário.

No começo de 1970, o MR-8 baqueou com as quedas de Daniel Aarão, Cid Queirós e Vera Sílvia. Saíram do País banidos em junho, trocados por outro embaixador sequestrado.

José Sebastião Rios de Moura era artista gráfico e professor de desenho industrial. Deveria contribuir com suas qualificações na projetada, mas natimorta, oficina impressora do MR-8. Em 1983, apareceu vítima de misterioso assassinato em Salvador.

Poucos dias após o golpe de mestre, encontrando-se com Câmara Ferreira, dentro de um carro, Marighella criticou duramente o companheiro pela ação do sequestro, que considerou precipitada, pois iria provocar uma ofensiva da ditadura militar diante da qual as organizações revolucionárias, sem preparo à altura, se veriam em dificuldades seriíssimas. Pessoalmente, sentiu o que estava para vir ao enfrentar o cerco policial no Rio de Janeiro e na via Dutra, de volta a São Paulo. Câmara Ferreira ouviu a crítica sem dizer sequer uma palavra.

Apesar do prognóstico sombrio, que se confirmaria, Marighella não deixou de se colocar momentaneamente na crista da onda do sensacionalismo suscitado pela ação recente. Reunindo, ainda em setembro, com a direção regional da ALN em São Paulo e com participantes da operação, deu a entender que, por falta de aviso, ficou paralisado e em perigo no Rio superpoliciado. Mas elogiou a iniciativa do sequestro do embaixador norte-americano, redigiu uma saudação aos companheiros tirados do cárcere e, numa das manifestações antes do fim próximo, anunciou que haveria novos sequestros de personalidades importantes.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevistas de Daniel Aarão Reis Filho, Cláudio Torres da Silva, João Lopes Salgado, Manoel Cyrillo de Oliveira Netto e Paulo de Tarso Venceslau, cit.; Entrevista de Daniel Aarão Reis Filho. *Jornal do Brasil*, 10 set. 1985 (sobre o surgimento da sigla MR-8); Marighella, Carlos. Entrevista a Conrad Detrez, cit.; Processo 63/69 da Primeira Auditoria do Exército da Primeira Circunscrição Judiciária Militar. Rio de Janeiro, 1969. Apelação 38 321 ao STM. Recurso 1 151 ao STF. BNM-645 (sobre o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos); *O Estado de S. Paulo*, 4 nov. 1969, *Jornal da Tarde*, 28 jul. 1969, 30 jul. 1969, *Veja*, 6 ago. 1969 (sobre o desmantelamento da Dissidência estudantil de Niterói); Coleções de *O Estado de S. Paulo*, *Veja* e *O Cruzeiro*, set. 1969; Gabeira, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo, Abril Cultural, 1984. Cap. 15; Relatos de Vera Sílvia Magalhães e Fernando Gabeira. In: *A esquerda armada no Brasil*, op. cit., p. 174-208; Fon, Antônio Carlos. *Tortura. A história da repressão política no Brasil*, op. cit., p. 37-8; Reis Filho, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997; Berquó, Alberto. *O seqüestro dia a dia*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997; “O filme confunde intencionalmente a realidade”. Entrevista de Cláudio Torres da Silva a Hamilton Octavio de Souza. São Paulo, *Revista da Adusp*, jun. 1997, n° 10; Entrevista de Antônio Flávio Médici de Camargo. São Paulo, 24 jul. 1997 (relato do encontro entre Marighella e Câmara Ferreira).

O general e o facínora

Acontecimento dos mais insólitos – no quadro histórico já por si insólito – vai ocorrer no segundo semestre de 1969. Em momento impreciso, difundiu-se, nos meios da esquerda clandestina e não clandestina que eu frequentava em São Paulo, a história sobre um encontro entre Marighella e o general Albuquerque Lima. Na época, pareceu-me boato sem fundamento, pois agredia toda lógica política que os dois personagens pudessem ter qualquer aproximação.

Mudei de opinião com o depoimento recente que me prestou Antônio Flávio Médici de Camargo. Era dono de uma corretora de valores e colaborava com Marighella, servindo de motorista para os deslocamentos clandestinos. Em data da qual não se recorda, Marighella, habitualmente despreocupado em matéria de vestuário, lhe fez o pedido de que arranjasse um terno apresentável, pois iria encontrar-se com o general Albuquerque Lima. Arrumado finalmente o terno, Antônio Flávio conduziu Marighella, à noite, no seu Opala, até determinado ponto de um bairro hoje esquecido. De retorno ao carro, Marighella fez alguns comentários. O general lhe havia proposto uma aliança contra o governo. Caberia à ALN desencadear uma série de atentados terroristas de grande envergadura, como a explosão de aviões da Força Aérea. Fora de dúvida que o general tinha avaliação exagerada do potencial da ALN. Esta não se achava em condições de se lançar a um plano de proporções tão vastas. O encontro se encerrou sem acordo, afirmou Marighella.

Antônio Flávio assegura que a ALN não recebeu do general Albuquerque Lima nenhum fornecimento de armas e munições. Não só porque não houve acordo,

como ainda porque Marighella, após a experiência do desvio de armas do quartel de Quitaúna praticado por Lamarca, concluiu que a ALN e as demais organizações de esquerda não dispunham de depósitos seguros para guardar armamentos, e, além disso, de nada adiantaria, naquele momento, possuir muitas armas, sobretudo armas pesadas, uma vez que não haveria gente suficiente que pudesse fazer uso delas.

Realmente, custa a crer que sequer fosse possível encontro tão intrigante. De um lado, o militante subversivo mais procurado pelos órgãos policiais, o líder comunista mais odiado pelo aparelho repressivo da ditadura militar. Do outro, uma das figuras de proa do regime implantado pelo golpe de 1964. A chave da explicação pode ser visualizada no papel desempenhado pelo general e na situação a que se viu arremessado na disputa sucessória da presidência da República.

Na luta entre facções militares, logo após o golpe, o general Afonso de Albuquerque Lima se salientou como um dos expoentes da chamada “linha dura”. Anticomunista tão intransigente e babão como os pares de farda, atuava, contudo, em faixa própria. Sua imagem era a de um nacionalista extremado, direitista e autoritário, o que o prestigiava em meios militares consideráveis. Propunha-se a defender a soberania nacional e sanar as desigualdades regionais. Poderia ser, talvez, qualquer coisa como um Nasser no Brasil. Sua atuação na “linha dura” o alavancou ao Ministério do Interior, que ocupou nos dois primeiros anos do governo Costa e Silva. Pintava como candidato futuro à Presidência da República. Só que, fortalecido pelo Ato Institucional nº 5, Costa e Silva ainda dispunha de três anos de mandato, o que adiava a disputa sucessória. Mas esta se precipitou quando o presidente ficou inválido e foi oficialmente afastado a 30 de agosto de 1969, substituído por uma Junta Militar. O sequestro do embaixador americano, poucos dias depois, acentuou a urgência de solução para o problema sucessório.

Albuquerque Lima apareceu, então, como forte candidato ao cargo presidencial. Dizia-se que seria o preferido da oficialidade e que contaria com suportes importantes inclusive entre os generais.

O alto comando do Exército se desvencilhou da candidatura de Albuquerque Lima, então general de três estrelas, ao estabelecer que o sucessor de Costa e Silva devia ser um general de quatro estrelas (posto máximo da carreira). Finalmente, a 6 de outubro, o Alto Comando das Forças Armadas, convertido em colégio eleitoral, se decidiu pela escolha de Emílio Garrastazu Médici, há poucos meses promovido a general de Exército, para ocupar a Presidência da República.

Frustrado e furioso pela manobra que o pôs a escanteio, dá para imaginar que Albuquerque Lima se atrevesse a tomar a iniciativa tremendamente arriscada de ape-

lar aos préstimos de um facínora subversivo, procurando-o antes que Médici fosse empossado a 31 de outubro. Nesta perspectiva, o futuro governo se veria abalado pela sequência de gravíssimos atentados terroristas e viria a ser deposto por um movimento militar a cuja frente o general preterido se colocaria. Uma vez no poder, presume-se que, sem qualquer escrúpulo, se desfaria do incômodo aliado comunista.

Se isto pode ser suposto com um grau razoável de veracidade, resta saber o *modus faciendi* do encontro, ocorrido, sou levado a crer, em outubro de 1969. Trata-se de completo mistério. Marighella tinha relações com oficiais das Forças Armadas e deve tê-las conservado após o golpe de 1964. Não é improvável que uma dessas relações tenha aberto o canal de comunicação entre personagens tão distanciados no espectro político e normalmente incomunicáveis. Cada um deles certamente se cercou de precauções e garantias contra o risco de cair numa armadilha. A maior probabilidade é que o encontro tenha se realizado numa residência oferecida por pessoa da confiança do general. Este deve ter se apoiado operacionalmente em um ou mais assessores.

Não vejo nenhuma razão para que Marighella inventasse esta história. Se comentou com Antônio Flávio e com outros companheiros o episódio do encontro (daí a difusão nos meios de esquerda), estou convencido de que o fez por ser verdadeiro. Contudo, não há como comprová-lo com fundamento historiográfico suficiente. Passados quase trinta anos, talvez a comprovação ainda venha de algum testemunho até agora silencioso.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevista com Antônio Flávio Médici de Camargo, cit.; Martins Filho, João Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos, Ed. da UFScar, 1995.

Assim mataram Marighella

O GTA nº 1 da ALN preparava uma operação gigante: o assalto simultâneo a quatro agências bancárias na avenida Alfonso Bovero. Pela primeira vez, os dois subgrupos iam atuar em conjunto. Membros do GTA estariam armados de fuzis FAL, na previsão do ataque de um helicóptero, que estacionava em terreno próximo ao Hospital das Clínicas. Imediatamente após o assalto quádruplo, o GTA devia se deslocar para a área estratégica ao Sul do Pará.

O plano começou a se desfazer a 24 de setembro de 1969, quando quatro elementos do GTA se viram sob o fogo de policiais do DEOPS, de tocaia em torno de dois carros *puxados* e estacionados na alameda Campinas. No próprio local, ficou mortalmente baleado Luís Fogaça Balboni. Manoel Cyrillo abriu caminho a tiros e escapou. A partir daí, em poucas semanas, o GTA estava em degringolada. Assassinado o comandante Virgílio, os chefes dos dois subgrupos, Takao Amano e Carlos Eduardo Fleury, continuaram a frequentar as câmaras de tortura.

Marighella resolveu empreender momentâneo recuo, sem interromper o escoamento de componentes da terceira turma de treinamento guerrilheiro em Cuba. Planejou atos de propaganda armada, visando a deter a ofensiva da ditadura, e programou uma viagem a Mato Grosso para 9 de novembro.

Apesar da intensificação da repressão policial, especialmente com os cercos inesperados; de avenidas e revistas sistemáticas de carros, o procuradíssimo inimigo público número um circulava à luz do dia. Usava uma peruca desajustada, que mais

atraía a atenção do que disfarçava. Para despistamento e por galhofa, trocou o mandado nome de guerra Menezes (homenagem a um professor de História do Brasil, de raça negra, no antigo Ginásio da Bahia) pelo de Maluf, sobrenome do então prefeito de São Paulo, jovem e promissor político protegido do general Costa e Silva.

O principal líder da ALN tinha coordenado um dos seus dispositivos de contatos em São Paulo através de frades dominicanos. O dispositivo previa encontros a certa altura da alameda Casa Branca, num fusca azul matriculado em nome de Roberto de Barros Pereira, engenheiro do Metrô. O próprio Bobby, como os amigos chamam até hoje o engenheiro, foi levado a um desses encontros pelo frei Fernando de Brito, com o frei Yves do Amaral Lebauspain ao volante do fusca. Na hora marcada, Marighella apareceu, abriu a porta do carro e Fernando, no banco da frente, se inclinou, dando passagem para o banco de trás, onde o recém-chegado se ajeitou. O local parecia adequado aos pontos, pois vários edifícios em construção ficavam vazios à noite e a iluminação pública era deficiente. Não tardaria a demonstrar-se que estas mesmas circunstâncias podiam facilitar a emboscada do inimigo.

Na noite de 1º de novembro, Fernando e Yves (Ivo, na vida monástica) tomaram um ônibus para o Rio, onde iam falar com Sinval Itacarambi Leão. Combinação feita pelo telefone do Convento dos Dominicanos na rua Caiubi, bairro das Perdizes. Conforme depois se verificou – depõe padre Giorgio Calegari, então morador do Convento –, o telefone estava submetido à escuta do DEOPS e as entradas e saídas de pessoas eram fixadas por fotógrafos ocultos nas casas fronteiras. Assim, os dois frades já viajaram seguidos pela equipe do delegado Fleury.

Na manhã seguinte, Fernando se hospedou no Convento dos Dominicanos do Rio, no Leme. Às duas da tarde, ao descerem de um ônibus no Catete, Fernando e Yves foram agarrados, algemados e conduzidos ao CENIMAR, no quinto andar do Ministério da Marinha. Aplicando técnica elementar de interrogatório policial, separaram os prisioneiros e os submeteram a sessões de tortura em salas diferentes. Fleury e os oficiais da Marinha se interessavam por uma informação bem determinada: o dispositivo de ligação com Marighella. Enquanto conseguiram resistir, os frades deram pistas falsas não coincidentes. Quando, afinal, os dados de ambos coincidiram, os torturadores concluíram que haviam alcançado o objetivo. Marighella acertava seus encontros através de telefonemas à Biblioteca Duas Cidades, onde Fernando trabalhava. Usava a senha:

– Aqui é o Ernesto (ou da parte do Ernesto). Esteja hoje na gráfica.

O que significava encontro marcado para as vinte horas à altura do número 800 da alameda Casa Branca. Uma vez que nem sempre o próprio Marighella poderia

telefonar, o esquema previa um substituto. Um telefonema já estava combinado para a tarde do dia 4, visando a confirmar encontro à noite da mesma data.

Na manhã de 3 de novembro, a equipe de Fleury trouxe os prisioneiros a São Paulo. A partir de informações deles, os policiais invadiram o Convento dos Dominicanos na madrugada do dia 4 e levaram para o DEOPS os frades Tito de Alencar Lima, Giorgio Calegari e João Antônio Caldas Valença. Durante a manhã, foram detidos os engenheiros Bobby, Antônio Pena Ribeiro e Manoel Guimarães Moraes. Na onda de prisões, veio arrastado Genésio Homem de Oliveira, zelador de edifício próximo à avenida Paulista, em cujo apartamento o próprio Marighella realizava reuniões. Por ter procurado Genésio à tarde, os policiais apanharam Eunício Prescílio Cavalcanti, ex-sargento do Corpo de Fuzileiros Navais e já sentenciado à prisão. Todos os detidos eram imediatamente colocados no pau-de-arara adicionado aos choques elétricos. Como não houvesse suficientes “equipamentos” disponíveis, alguns presos ficavam arriados no corredor à espera de sua vez.

Ao efetuar estas detenções no próprio dia 4, Fleury não ignorava ser remotíssima a probabilidade de alguém comunicá-las a Marighella até a noite. A censura se encarregava de impedir a difusão de notícias desse gênero pelos meios de comunicação de massa. Numa cidade de sete milhões de habitantes, o conhecimento imediato sobre as prisões não podia ultrapassar círculo de pessoas extremamente reduzido. Na clandestinidade em que viviam, os líderes revolucionários contatavam pouquíssimos companheiros de cada vez, a maioria também clandestina.

A noite de domingo, dia 2, Suzana Sampaio, tendo ao lado Clara Charf (Jandira), companheira de Marighella, dirigiu seu fusca a um ponto da rua Oscar Freire, onde devia pegar duas mulheres, mãe e filha, que vinham do Rio, a caminho do Uruguai. As mulheres apareceram na hora e entraram no fusca, enquanto Clara, na mesma rua Oscar Freire, ia ao encontro do próprio Marighella, também chegado do Rio, dele ouvindo que devia mandar cem dólares para a viagem das duas mulheres.

Na mesma noite de 2 de novembro, Maurício Segall veio com Franklin Martins do Rio a São Paulo, onde o dirigente do MR-8 se transferiu ao carro de Fernando Casadei Salles e seguiu viagem para Porto Alegre. Ao deixar o companheiro na capital gaúcha no dia 3, Casadei retornou com a informação de que “(...) *tinha havido prisões de padres no Rio e talvez em São Paulo*”. Note-se que, naquele momento, a informação era inverídica com relação a São Paulo.

Já na capital paulista no começo da tarde de 4 de novembro, Casadei só conseguiu encontrar Jeová de Assis Gomes às dezoito horas e lhe transmitiu a notícia colhida em Porto Alegre. Uma hora antes, Guiomar Silva Lopes esteve num ponto com

Marighella, que conversava com Otávio Ângelo (Tião), membro da Coordenadoria Regional da ALN. Guiomar ouviu Tião mencionar a prisão de dominicanos *no Rio*. Depois das dezenove horas, Marighella recebeu de Jeová a notícia vinda de Porto Alegre. Por conseguinte, pouco antes do ponto na alameda Casa Branca, soube da prisão de dominicanos no Rio, sem precisão de nomes. Embora nenhuma menção lhe tenha sido feita acerca das prisões no próprio dia 4 em São Paulo, a informação sobre o Rio já recomendava a suspensão do encontro à noite. Se Marighella não o fez, isto não se deve, ou não se deve somente, à sua disposição para os riscos temerários.

Além de ajudar Marighella na função de motorista, Antônio Flávio Médici de Carmargo o abrigou, durante alguns meses, no seu apartamento da rua São Vicente de Paula, no bairro paulistano de Santa Cecília. Mais tarde, passou a pagar o aluguel de um pequeno apartamento na rua Martin Francisco, no mesmo bairro, onde o dirigente da ALN eventualmente se alojava, nele tendo passado a noite de 3 de novembro.

No dia seguinte, cedo pela manhã, Marighella informou Antônio Flávio que estaria o dia todo ocupado e lhe pediu que fizesse duas coisas. As 16h30, devia telefonar à Livraria Duas Cidades e transmitir a senha “da parte do Ernesto”. Se houvesse confirmação, devia estar com o carro às 20h30 em determinado ponto da rua Oscar Freire. Caso contrário, teria de esperá-lo às vinte horas.

Marighella recomendou ao colaborador que, no telefonema da tarde, perguntasse se estava tudo bem. Como se quisesse afastar alguma dúvida, acentuou:

– Deve estar tudo bem, mas pergunte.

Conservava-se no líder guerrilheiro confiança quase intocada nas imunidades tradicionais da Igreja Católica. Acreditava que os conventos e seus residentes estavam fora do alcance das brutalidades policiais. Não se dera conta de que também seus colaboradores dominicanos já se achavam sob a mira da repressão.

Logo após o meio-dia de 4 de novembro, uma terça-feira, padre José Eduardo Augusti foi conduzido de uma cela no porão do DEOPS ao gabinete do delegado Alcides Cintra Bueno. Fora convocado à Auditoria Militar a fim de ser cientificado da condenação a um ano de prisão, acusado por um discurso em praça pública contra a ditadura militar. Não tinha vinculação com organizações revolucionárias, o que não o salvou das sessões de choques elétricos. Cintra Bueno conversava com o colega Fleury sobre o esquema que estava sendo montado a fim de agarrar Marighella à noite. A introdução de Augusti no gabinete não os levou a interromper a conversa: sabiam

que lhe faltava qualquer meio de transmissão de mensagens. O sacerdote também viu ali uma mulher, cujo retrato depois apareceu nos jornais com a identificação da investigadora Stela Borges Morato. Após a saída de Fleury, o delegado Cintra Bueno, responsável pelo setor de cultos religiosos, comentou:

– Está dependendo dos dominicanos. Os frades abriram o bico. Entregaram o homem. Vão confirmar às quatro da tarde.

Augusti viveu tensão crescente e insuportável nas horas seguintes. Previa o que se preparava e nada podia fazer para impedir. Às dezoito horas, de volta ao DEOPS e antes de descer à cela, Cintra Bueno lhe disse com ar satisfeito:

– Está tudo certo.

Fernando chegou a São Paulo com as resistências psíquicas quebradas. Esgotara-se a última reserva para um simples gesto de desobediência diante dos policiais. Levado à Livraria Duas Cidades, ouviu o telefone tocar às quatro e meia da tarde. Sob a mira do delegado Roberto Guimarães, atendeu e escutou do outro lado do fio:

– Aqui é da parte do Ernesto. Esteja hoje na gráfica.

Em seguida, ouviu a pergunta:

– Tudo bem?

Respondeu:

– Tudo bem.

O encontro estava confirmado. Só uma decisão do próprio Marighella poderia desfazê-lo. Mas como suspeitar de alguma coisa se frei Fernando atendeu normalmente ao chamado telefônico marcado de antemão e disse “*tudo bem*”?

A confirmação de frei Fernando à senha convencionada assegurou o encontro da noite de 4 de novembro.

Por volta das dezenove horas, Marighella telefonou a Suzana Sampaio, que reconheceu sua voz. Ouviu dele: “*tudo bem*”. O que significava: os cem dólares chegarão a tempo.

Enquanto isto, o delegado Fleury e seu colega Rubens de Mello Tucunduva armavam o dispositivo policial na alameda Casa Branca. Homens escondidos nos edifícios em construção e debaixo da cobertura de lona de uma caminhonete cercavam o ponto onde estacionou o fusca com os dois frades. Defronte, do outro lado da rua, Fleury fingia namorar no escuro. Dentro de um automóvel, mais um fingido casal de namorados.

Coisa de cinco minutos antes das vinte horas, veio descendo a alameda um homem negro. Andava devagar, atitude de quem examina. O fusca azul, habitualmente usado nos encontros, estacionava no lugar certo. De passagem, inclinou a cabeça e

olhou para dentro: dois homens sentados aparentemente tranquilos. Nos arredores, nada de suspeito. Continuou a descer, virou numa esquina e sumiu.

A versão divulgada pela polícia identificou neste homem Edmur Péricles Camargo, o Gaúcho, também negro e de corpulência parecida. A sua passagem prévia pelo local induziu os policiais de tocaia a supor que Marighella viera com uma guarda de segurança, detalhe também divulgado na versão oficial.

Na verdade, nenhum líder revolucionário em situação de clandestinidade circula acompanhado de guardas de segurança. Regra fundamental da vida clandestina consiste em passar despercebido e, para isto, nada melhor do que a naturalidade, do que comportar-se igual a todo mundo. Em caráter excepcional, porque sentia uma pontada de desconfiança, Marighella enviou na frente um companheiro a fim de examinar como estava o lugar de encontro com os frades. Este companheiro não era o Gaúcho, mas Luís José da Cunha, militante da ALN vindo do PCB. Libertado em dezembro de 1970, Genésio de Oliveira ouviu do próprio Luís Cunha o relato aqui reproduzido.

Às vinte horas, Marighella apareceu subindo a alameda Casa Branca. Como de costume, aproximou-se do fusca azul, abriu a porta e sentou no banco de trás. Instantaneamente, conforme instruções recebidas, Fernando e Yves escapuliram do carro, deram alguns passos e se jogaram ao solo.

Rodeado de tiras, Fleury surgiu do escuro, apontou um revólver para Marighella e o intimou a se render. Marighella fixou o olhar no chefe do Esquadrão da Morte e fez um movimento com a mão para abrir a pequena pasta preta que trazia consigo. Fleury começou a disparar e os tiras a seu lado o acompanharam, motivados por uma reação de pânico diante da fama de valentia do homem encurralado dentro do fusca. Os policiais postados no fundo da rua imaginaram que a guarda de Marighella atirava e responderam também com disparos. O fogo cruzado dos próprios policiais vitimou de maneira fatal a investigadora Stela Morato, que antes “namorava” dentro de um automóvel, feriu gravemente o delegado Tucunduva e matou o protético alemão Friedrich Adolf Rohmann, cujo carro por azar atravessou o trecho conflagrado no momento do tiroteio. Com cinco balas no corpo, Marighella teve morte rápida provocada por hemorragia interna.

De acordo com o laudo policial de exibição e apreensão, levava dentro de sua pasta material de higiene pessoal, um revólver Taurus calibre 32 com cinco balas, uma quantia de 485 cruzeiros novos, dez notas de cem dólares e duas cápsulas de cera branca. Segundo o exame toxicológico, as cápsulas continham o fortíssimo veneno cianeto de potássio sob forma de pó branco.

Pouco antes das oito e meia da noite, Antônio Flávio chegou ao ponto convencionado da rua Oscar Freire e notou grande movimentação na alameda Casa Branca. Informado do fim trágico do companheiro, deu volta atrás. Saiu do País imediatamente, junto com a família, tendo vivido durante dez anos na Itália. Três dias depois do episódio fatídico, a polícia bateu no seu apartamento. Fora delatado por um frade dominicano, que ali estivera numa reunião uma única vez.

A partir das 21 horas, o rádio e a televisão, que transmitiam a partida de futebol Corinthians x Santos no Pacaembu, anunciaram a morte do *terrorista* mais famoso e execrado. Nas celas do DEOPS, os presos também não demoraram a saber do triste acontecimento. Pelo corredor, já meio embriagados, delegados e tiras desfilavam e festejavam o memorável triunfo.

Fernando e Yves foram introduzidos na cela 5, onde encontraram vários dos detidos do dia 4. Yves tinha as nádegas mordidas por um cão policial e as feridas sangravam. Os companheiros providenciaram curativos de emergência.

Nos dias seguintes, os dois frades nada disseram e o pessoal da cela 5 não os relacionou ao episódio da morte do líder da ALN. Genésio, que fazia diariamente os curativos das feridas de Yves, supôs tivessem a causa em um novo tipo de tortura. Fernando e Yves se abriram apenas com Giorgio Callegari, ao qual contaram a história do telefonema à Livraria Duas Cidades.

Somente lá pelo dia 9, o preso político encarregado da distribuição do café da manhã conseguiu enfiar na cela 5 um jornal, apanhado no escritório da carceragem e que continha a reportagem sobre a morte de Marighella. Afora detalhes, alguns dos quais já vimos serem inverídicos – a exemplo da passagem do Gaúcho e da presença da guarda de Marighella –, a reportagem fornecia uma versão aproximadamente correta.

Fernando passou aqueles dias arrasado, fechado dentro de si mesmo, quase sem falar. Mais comunicativo, os presos abordaram Yves e lhe perguntaram o que tinha a dizer sobre a reportagem. De Yves ouviram Roberto de Barros Pereira, Antônio Pena Ribeiro, Prescílio Cavalcanti e Genésio de Oliveira:

– Foi isso mesmo. Por que o Marighella foi ao ponto se sabia que nós estávamos presos? Mas não gosto de falar nisso porque me sinto mal. Antes tivesse morrido.

Por volta de 15 de novembro, entraram na cela 5 Claudinei Nacarato e Ary Normanha, detidos dez dias antes em Ribeirão Preto. Quando se verificou que eles eram gente de confiança, Genésio e Pena Ribeiro os chamaram a um canto e repetiram a confirmação de Yves sobre as circunstâncias da morte de Marighella.

Na época, o episódio forneceu munição para furiosos ataques à ala renovadora da Igreja Católica e aos dominicanos de São Paulo. A imprensa reacionária se fartou de

reportagens sensacionalistas e de editoriais indignados. Por isso mesmo, a versão da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo ficou desacreditada diante do público de esquerda e mesmo nos círculos liberais. Mas nos cárceres – aqui, o testemunho é meu –, era generalizada a convicção dos presos políticos acerca da responsabilidade de Fernando e Yves na tragédia da alameda Casa Branca.

Da minha parte, dispensaria neste livro identificações, porque a fraqueza dos dois frades foi semelhante à de outros presos. Uma vez que não pretendo fazer um relatório sobre bons e maus comportamentos, inexistente razão especial para distinguir este caso de tantos outros, acerca dos quais são evitadas identificações. Convivi com Fernando e Yves no Presídio Tiradentes e os respeito como seres humanos e como pessoas que continuaram dedicadas à causa dos pobres. Mas o meu silêncio de historiador significaria conivência com a versão divulgada por Frei Betto, em curso no Brasil e no exterior. Silêncio inadmissível diante do compromisso que o historiador tem com a verdade.

Aqui, cabe precisar que Fernando e Yves são coniventes com a versão de Frei Betto. Esta não poderia ser montada sem a colaboração das informações deles.

Fernando e Yves nunca manifestaram objeções a respeito do livro de Frei Betto, o qual, por conseguinte, incorpora o depoimento deles e os torna solidários na difusão de uma versão falsa sobre o episódio.

Frei Betto preferiu a meia verdade, o que é igual a meia falsidade. Sua versão reconhece que, sob tortura, Fernando e Yves (hoje, ex-frade) denunciaram o dispositivo de ligação com o líder da ALN. Veja-se bem: não sou o primeiro na área de esquerda a trazer isto a público. Precedeu-me Frei Betto. Mas sua versão acumula invencionices, cujo desmentido já está na exposição acima. Devo referir-me, contudo, a uma delas: a de que o comparecimento de Marighella ao ponto da alameda Casa Branca não se deveu *exclusivamente* (sic) aos dominicanos. Com ou sem o telefonema à Livraria Duas Cidades, ele iria até lá atraído por agentes da CIA infiltrados na ALN. O telefonema teria visado tão-somente a uma *encenação* (sic), que compromettesse a Igreja e a Ordem dos Dominicanos com o movimento subversivo.

Acontece que as “provas” apresentadas por Frei Betto não vão além de dois incidentes em que a CIA aparece. Mesmo que não sejam, no todo ou em parte, contrainformações intencionais, nada, absolutamente nada, esclarecem sobre as circunstâncias concretas da morte de Marighella. A alegada participação da CIA constitui, por conseguinte, suposição sem fundamento factual conhecido. Raciocinando ao inverso, a explicação do episódio tampouco carece de tal suposição arbitrária.

A reconstituição aqui apresentada exclui o envolvimento da Igreja Católica e da Ordem dos Dominicanos com a ALN. Tampouco pretendo pôr em questão a versão

exposta em Juízo por Mário Simas, advogado dos dominicanos acusados. O dever do advogado é o de defender seus constituintes, não de incriminá-los. O que sucede é que a verdade do advogado nem sempre é a verdade do historiador, ainda quando estejam do mesmo lado.

Ficou para o fim um aspecto cuja abordagem se impõe. Reportagens de jornais e revistas da época atribuíram a Paulo de Tarso Venceslau, membro da Coordenação Regional da ALN, a delação acerca da ligação de Yves com Marighella. Uma nota oficial do general Viana Moog, então Secretário da Segurança Pública, também mencionou Paulo de Tarso como o fornecedor desta informação ao DEOPS. Na entrevista comigo, Paulo de Tarso negou a acusação. Admitiu apenas que, num apartamento onde residiu, os policiais encontraram seu talão de cheques com a anotação do telefone do Convento da rua Caiubi. Sobre a ligação de Yves com Marighella, devo esclarecer que não encontrei nenhuma prova contra Paulo de Tarso Venceslau.

A controvérsia em torno da morte de Marighella ressurgiu na imprensa em 1996, motivada pelo requerimento de pensão aos seus familiares encaminhado à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, instituída pelo governo federal. Frei Betto voltou à carga com a versão sobre a encenação policial montada para incriminar os dominicanos. Além do novo (e falso) testemunho de Yves Lebauspain, apoiou-se no laudo técnico do professor Nelson Massini a respeito da posição do corpo de Marighella dentro do fusca. Os argumentos do médico legista reforçariam a versão apresentada por Mário Simas, diante da auditoria militar, a respeito do assassinato do guerrilheiro fora do carro e da introdução posterior do cadáver dentro do veículo.

Diante da polêmica revivida, abordei a questão mais uma vez em artigo que escrevi para a coletânea de depoimentos de ex-presos políticos do Presídio Tiradentes. A chamada “posição impossível” do corpo de Marighella se explica sem recurso à versão fantasiosa da encenação. Cessado o tiroteio e constatada a inércia do facínora tão temido, os policiais não deixariam de fazer o que é de sua praxe, ainda mais no ápice da ditadura militar, quando dispunham do máximo de arbítrio. Antes da chegada de peritos e fotógrafos, vistoriaram o corpo de Marighella e, para fazê-lo, puxaram-no um tanto para fora (daí as pernas estendidas) e afrouxaram as calças. Feita a vistoria, deixaram o corpo naquela posição aparentemente inexplicável.

A pá de cal veio com o conhecimento do plano do DEOPS paulista para a captura de Marighella na noite de 4 de novembro, documento incluído numa exposição do Arquivo do Estado e fotografado pela revista *IstoÉ*. Sob o título *MISSÃO*, o primeiro item do plano determina (*ipsis litteris*):

Aguardar entrada Marighella no carro dos padres; acionar os outros; dar voz de prisão.

O plano do DEOPS, só agora tornado público, determinava que os policiais esperassem a entrada de Marighella no fusca dos dominicanos. Com as próprias pernas. Ou seja, vivo. Que mais é preciso argumentar? Chega.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevistas de Genésio Homem de Oliveira. São Paulo, 15 jul. 1984 e 8 abr. 1985; entrevista Eunício Prescílio Cavalcanti. São Paulo, 6 ago. 1984; Entrevista de Roberto de Barros Pereira. São Paulo, 30 nov. 1984; Entrevista de Suzana Sampaio. São Paulo, 22 out. 1984; Entrevista de Fernando Casadei Salles. São Paulo, 22 fev. 1985; Entrevista de Claudinei Nacarato. São Paulo, 19 nov. 1984; Entrevista de Ary Normanha. São Paulo, 18 dez. 1984; Entrevista de Antônio Pena Ribeiro. São Paulo, 8 abr. 1985; Entrevista de padre Giorgio Callegari. São Paulo, 9 jul. 1985; Entrevista de Maurício Segall. São Paulo, 3 dez. 1985; Entrevista de padre José Eduardo Augusti. São Paulo, 1º set. 1986; Entrevista de Clara Charf. São Paulo, 20 dez. 1986; Entrevistas de Guiomar Silva Lopes Callejas, Paulo de Tarso Venceslau, Takao Amano e Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, cit.; Processo 207/69 da Segunda Auditoria do Exército da Segunda Circunscrição Judiciária Militar. São Paulo, 1969. Apelação 39 111 ao STM. Recurso 1 163 ao STF. BNM-9 (sobre as ligações de frades dominicanos com a ALN); Coleções de *O Estado de S. Paulo*, *Veja* e *O Cruzeiro* de novembro de 1969; Gusmão, Sérgio Buarque de. “Marighella morreu. Descuido ou traição?”. *IstoÉ*. São Paulo, 31 out. 1979; Antoine, Pe. Charles. *O integrismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980; Frei Betto. *Batismo de sangue. Os dominicanos e a morte de Marighella*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. Cap. 4; Simas, Mário. *Gritos de justiça*. São Paulo, FTD, 1986, Cap. 8; Entrevista de Antônio Flávio Médici de Camargo, cit; “Termo de declaração” prestada por Antônio Flávio Médici de Camargo à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. São Paulo, 30 jun. 1996; “Relatório” do advogado Luís Francisco da S. Carvalho Filho no processo 272/96 da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (requerimento de pensão aos familiares de Carlos Marighella); Chimanovitch, Mario. “Lembranças do porão”. *IstoÉ*. São Paulo, 30 abr. 1997. Nº 1 439; Gorender, Jacob. “Marighella, o indômito”. In: Freire, Alípio, Almada, Isaías e Granville Ponce, J. A. (orgs.) *Tiradentes, um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos*. São Paulo, Scipione, 1997.

Assassinato de Mário Alves e implosão do PCBR

A passagem de ano de 1970 chegou longe de tranquila para a maioria das organizações da esquerda brasileira. Deviam defender-se dos golpes cada vez mais certos da repressão policial e enfrentar a luta interna em suas fileiras, agora impelida pela própria prática da guerrilha urbana. O PCBR foi uma das organizações mais equilibradas naquela passagem de ano.

Em meados de 1969, Mário Alves se transferiu de São Paulo ao Rio. Tivemos nossas últimas conversas. Mário otimista com as possibilidades da luta armada, enquanto eu manifestava objeções às formas que ela assumia, tendentes a distanciar cada vez mais a esquerda do apoio das massas. Trocávamos argumentos de maneira cautelosa, com o sentimento mútuo de que nossas posições se afastavam, mas devíamos preservar a antiga amizade. No momento em que concentrava o pensamento na luta armada, Mário teve sensibilidade para a minha pesquisa de História do Brasil. De Minas, onde atuou durante ano e pouco, trouxe um dossiê de documentação regional. Ficou para mim como gesto inesquecível esta valorização do trabalho teórico que eu empreendia, em condições absurdas.

Permaneci em São Paulo, onde o pequeno núcleo do PCBR crescia modestamente. A morte de Marighella me convenceu em definitivo de que as organizações da esquerda armada sofriam terrível sangria e deviam cessar os assaltos e atentados, se quisessem evitar o desastre total.

Dificuldades de comunicação impediram que eu comparecesse a reuniões da direção nacional do PCBR no Rio, durante o segundo semestre de 1969. O Comitê

Central já se dividia francamente, diante da pressão pelo desencadeamento imediato da luta armada, pressão vinda sobretudo do pessoal do Nordeste. Mário esteve em setembro no Recife e decerto ficou motivado pelo entusiasmo dos jovens companheiros pernambucanos. Apolonio de Carvalho se colocou em oposição e seu currículo de combatente da guerra civil espanhola e da Resistência Francesa não o protegeu da pecha de oportunista de direita. Sob sua chefia, uma comissão elaborou uma proposta de linha militar, que a direção e muitas bases julgaram fraca, motivo por que ficou relegada à categoria de esboço e material de estudo. As posições se extremaram após o assalto fracassado ao Banco Sotó Maior, em dezembro. Convocou-se uma reunião do Comitê Central para meados de janeiro de 1970.

A reunião, que sancionaria o racha do PCBR, não se realizou.

Dentro de um cinema da Baixada Fluminense, Salatiel Teixeira Rolim foi apanhado por uma batida policial e entregue ao quartel do Exército na rua Barão de Mesquita. Um dos fundadores do PCBR e membro de sua direção nacional, havia meses que Salatiel deixara de manter contatos com o Partido. Aproximou-se da ALN e se entendeu com o próprio Marighella. Por norma de segurança clandestina, os aparelhos que ele conhecia precisavam ser desativados, o que não se fez devido a evidente negligência. Depois de muito torturado, Salatiel abriu a localização de aparelhos do PCBR e também dos dois sítios comprados no Paraná. A partir de 12 de janeiro, começaram as prisões, que arrastaram Apolonio, Miguel Batista e outros membros da direção.

Anos mais tarde, Dilma, companheira de Mário, me contou o que aconteceu com ele. Mário saiu três noites consecutivas, levando uma pastinha e avisando que ficaria ausente durante alguns dias. A cada noite, regressava porque ninguém tinha aparecido no ponto. Ainda havia um quarto ponto marcado, porém as três falhas anteriores já serviam de alerta gritante acerca da ocorrência de prisões. Ir ao quarto ponto implicava elevadíssimo grau de temeridade. Mário era o secretário-geral. Não admitiu a possibilidade de que sua ausência em reunião tão decisiva fosse depois atribuída à excessiva prudência. Nem pensou em desistir. Morava na Abolição e o ponto estava marcado em Cascadura. Pouco depois das cinco da tarde do dia 16 de janeiro, saiu de casa. Desta vez, não levou a pastinha e nem mesmo a cédula de falsa identidade.

Confirmou-se o seu pressentimento. Escondidos no lugar combinado, os agentes do I Exército o imobilizaram e conduziram ao quartel da rua Barão de Mesquita. As câmaras de tortura ainda não eram vedadas e à prova de som. Por isso, alguns presos – entre eles, Antônio Carlos de Carvalho e Raimundo Teixeira Mendes – puderam ouvir o interrogatório de oito horas seguidas. Horas de espancamentos com cassetetes de borracha, pau-de-arara, choques elétricos, afogamentos. Mário recusou dar a

mínima informação e, naquela vivência da agonia, ainda extravasou o temperamento através de respostas desafiadoras e sarcásticas. Impotentes para quebrar a vontade de um homem de físico débil, os algozes o empalaram usando um cassetete de madeira com estrias de aço. A perfuração dos intestinos e, provavelmente, da úlcera duodenal, que suportava há anos, deve ter provocado hemorragia interna. Cedo pela manhã, alguns presos o reconheceram estirado no chão, o corpo cheio de hematomas, arquejante, sangrando pelo nariz e pela boca, moribundo. O nome de Mário Alves de Souza Vieira entrou na lista dos “desaparecidos” que nunca teriam sido presos.

Nas semanas seguintes, novas quedas no Rio. Prisões de René de Carvalho (também da direção nacional) e de Álvaro Caldas. Crivado de balas num apartamento de Copacabana, morte do marujo Marco Antônio.

Salatiel conhecia ligações em São Paulo e aí as prisões começaram no dia 16. Chegou a minha vez no dia 20.

Por cooptação de um dos remanescentes do Comitê Central, reconstituiu-se a nova direção nacional do PCBR com um secretariado de três integrantes. Reunidos na Ilha de Itaparica, frente à cidade do Salvador, os três dirigentes não fugiram à regra da esquerda e, em julho de 1970, elaboraram longo e prolixo documento. Dividiram-no em nove partes com os seguintes títulos: I – O desenvolvimento capitalista no Brasil; II – O aparelho de Estado: do liberalismo à militarização; III – O movimento revolucionário: massismo e militarismo; IV – Balanço político e ideológico do Partido; V – Linha militar; VI – Linha de massas; VII – A frente revolucionária popular; VIII – A luta contra os desvios de direita e de esquerda; IX – Política de organização.

O documento se distingue por uma crítica áspera à direção anterior, destruída pelas quedas de janeiro. Sob o domínio de burocratas e intelectuais, mostrou-se uma direção incompetente. Principalmente, para fazer da luta armada a tarefa prática fundamental. O Comitê Central – afirmava o documento – se isolou dos comitês regionais e a luta interna se aproximou da cisão. O Comitê Central não representava mais o Partido. Contudo, apesar da forte inclinação militarista dos autores do documento, reiterou-se a linha estabelecida na conferência de fundação e se reproduziu seu ecletismo.

A análise da parte inicial constitui o primeiro reconhecimento de uma organização da esquerda radical de que a economia brasileira havia retomado o desenvolvimento industrial, puxado pela produção de bens de consumo duráveis. O que o documento do PCBR atribuiu ao mercado de alta renda da classe média, de acordo com a tese de inspiração keynesiana que começava a circular e seria formalizada por Celso Furtado em 1972. Conquanto não atinasse com a dinâmica do ciclo capita-

lista, em que a fase depressiva prepara as condições para a fase ascensional, a análise indicava que a estagnação da economia brasileira não era estrutural e estava sendo ultrapassada. Não se seguia, todavia, nenhuma ilação política coerente. Ao contrário, acentuou-se a diretiva da luta armada imediata, associada a formas de luta de massas legais e sobretudo ilegais, através das chamadas Organizações Independentes de Massas (OIM), de estrutura clandestina. Demais disso, o documento prosseguiu a polêmica contra o foquismo e declarou ser preciso demonstrar que um *partido revolucionário* é capaz de realizar a luta armada.

Conforme depõem Carlos Alberto Soares e Paulo Pontes da Silva, a nova direção nacional deslocou elementos para o Ceará e para a Bahia.

Em Fortaleza, as ações de expropriação começaram com assaltos bem-sucedidos a uma agência do Banco do Brasil, em Maranguape, e a um carro pagador do Bank of London. Mas a prisão de uma turma de pichamento deu início à invasão policial de aparelhos e à desarticulação da militância.

A Salvador veio ter um pessoal do Rio. Incluía ex-militares, bem como Fernando Augusto da Fonseca, universitário apelidado de Fernando Sandália, e o dirigente nacional Getúlio de Oliveira Cabral, antigo mecânico da Fábrica Nacional de Motores. O objetivo eram as ações expropriatórias.

No dia 25 de maio de 1970, o grupo de fogo do PCBR assaltou a agência do Banco da Bahia, no bairro da Liberdade. De uma delegacia a apenas duzentos metros de distância, saíram policiais que cercaram os assaltantes. Estes feriram dois policiais e escaparam com pequena quantia, deixando a maior parte do dinheiro numa sacola à porta do banco.

A 27 de outubro, Paulo Pontes e Theodomiro Romeiro dos Santos, militante do PCBR há apenas um ano, foram a um ponto em que deviam encontrar Getúlio

Cabral. De fato, ele ali estava, às margens do Dique. De repente, surgiu uma turma de agentes policiais chefiada pelo sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima. Enquanto alguns policiais disparavam sobre Getúlio, que saiu correndo em ziguezague e conseguiu escapar, outros algemavam Paulo e Theodomiro, mão a mão, e os introduziram no banco de trás de um carro. Acionado pelos policiais, o carro se movimentou atrás do fugitivo, mas Theodomiro, com a mão esquerda livre, retirou de uma pasta o revólver calibre 38, ali deixado por descuido dos agentes policiais. Atirou e atingiu mortalmente o sargento Walder. Aos dezenove anos, ia ser o primeiro prisioneiro político a sofrer a condenação à pena capital.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevista de Dilma Borges Vieira. Niterói, 14 set. 1976; Entrevista de Apolonio de Carvalho. Rio de Janeiro, 21 abr. 1986; Entrevista de um membro da segunda direção nacional do PCBR, que solicitou anonimato. Rio de Janeiro, 20 nov. 1985; Entrevistas de Carlos Alberto Soares e Paulo Pontes da Silva, cit.; Depoimentos de Dilma Borges Vieira, Antônio Carlos de Carvalho e Raimundo Teixeira Mendes. *Em Tempo*, 11 jan. 1979; Carvalho, Apolonio de. *Vale a pena sonhar*, p. 203-9. Op. cit.; *O Caminho Armado e Peculiaridades da Realidade Nacional (Esboço de Linha Militar)*. PCBR. Recife, 1970. Anexo ao Processo BNM-118. Mimeogr.; *Documento do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário*. Julho de 1970. Mimeogr.; Processo 23/71 da Sexta Circunscrição Judiciária Militar. Salvador, 1971. Apelação ao STM 39 298. Recurso ao STF 1 204. BNM-612 (sobre o PCBR na Bahia); Processo 61/70 da Sexta Circunscrição Judiciária Militar. Salvador, 1970. Apelação ao STM 38 590. Recurso ao STF 132. BNM-635 (sobre o crime de morte de Theodomiro Romeiro dos Santos); Caldas, Álvaro. *Tirando o capuz*, op. cit.; Castro, Moacir Werneck de. “Mário Alves, um fio para puxar a meada”. *Folha de S.Paulo*, 8 nov. 1981; Furtado, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

Nota à quinta edição: O assassinato de Mário Alves teve duas seqüelas trágicas. A primeira – que será abordada no capítulo 33 – resultou na morte de Salatiel Teixeira Rolim, justificado por um comando do PCBR. A segunda ocorreu em agosto de 1980, quando duas cartas-bomba explodiram simultaneamente: uma, na sede da OAB no Rio de Janeiro; a outra, no gabinete do vereador carioca Antônio Carlos de Carvalho. A bomba enviada à OAB matou a secretária Lydia Monteiro da Silva. No gabinete do vereador, um funcionário ficou ferido e mutilado. A autoria dos atentados não pôde ser esclarecida: ainda vivíamos sob a ditadura militar. Mas, em 1996, o presidente do Conselho Federal da OAB, Francisco Ernando Uchoa, determinou nova investigação do caso, entregue a detetive; particulares. O relatório conclusivo da investigação apontou como responsáveis pelos dois atentados um grupo ligado ao DOI/CODI do I Exército, constituído por nove mil. tares e três civis (incluindo dois coronéis e um tenente-coronel); A motivação dos crimes residiu no intento de matar ou intimidar o então presidente nacional da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, e o vereador Antônio Carlos de Carvalho, que conduziam investigações sobre a morte de Mário Alves e pretendiam revelar os nomes dos responsáveis. Cf. “Relatório aponta participantes de atentado à seccional da OAB”. *O Estado de S.Paulo*, 19 dez. 1996; “Relatório bomba”. *IstoÉ*, 25 dez. 1996. Nº 1 421.

Movimento em declive

Já em meados de 1969, o pessoal da Ala Vermelha percebeu que o dinheiro obtido dos assaltos a bancos não compensava as despesas e outros problemas deles decorrentes. O processo de discussão abriu caminho à autocrítica do militarismo, do afastamento das massas e do foquismo. Pioneira sob este aspecto, a Ala Vermelha, contudo, não se libertava ainda da visão imediatista da luta armada, conforme se verifica de sua Resolução de novembro de 1969 (*Os 16 Pontos*), aprovada numa reunião da Praia Grande, litoral paulista. Mas o processo autocrítico, que implicou a dissolução da comissão militar, sofreu interrupções em virtude das quedas de dirigentes como Vicente Roig, Derly de Carvalho, Renato Tapajós e, no final do ano, Diniz Cabral Filho. A direção, que sobreviveu, não pôs termo aos assaltos a agências bancárias (ainda praticaria dois) e se enredou na preparação de um sequestro. Daí uma sequência de erros e acidentes e a nova onda de prisões, que arrastou Élio Cabral de Souza e Paulo de Tarso Gianini.

O início da autocrítica da Ala Vermelha encontrou opositores internos e provocou um processo de fragmentação. Em São Paulo, desprenderam-se os grupos liderados por Devanir de Carvalho, reunindo a maior parte do GENR, por Plínio Peterson Pereira e por James Allen Luz. Uma vez que tinham a mesma origem, os dirigentes desses grupos promoveram um encontro em Campos do Jordão, em setembro de 1969, com a participação de representantes convidados do POC e da REDE (o próprio Bacuri). Apesar de serem minúsculos agrupamentos, não se efetivou sua fusão. O pessoal liderado por James Allen Luz (oito ou nove pessoas) preferiu ir para a VAR.

Bacuri manteve a autonomia da REDE (uma dezena de combatentes e outra dezena de elementos de apoio). Os grupos de Devanir e de Plínio Peterson se uniram e fundaram, em outubro, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), sigla primeiro utilizada por Francisco Julião e sem dono no momento. A nova organização de uns vinte militantes alcançou, no auge, cerca de quarenta. Ganhou fama pela audácia do seu chefe Devanir de Carvalho, ex-metalúrgico de Santo André, e pela eficiência nas ações armadas. A concepção militarista extrema facilitou o entendimento com a ALN e a VPR.

Também a VAR-Palmares sofreu abalos na passagem para 1970. Em dezembro de 1969, um dos encarregados da preparação da escola de guerrilheiros caiu em Minas e veio parar na OBAN. Seguiram-se as prisões de Amilcar Baiardi e de outros, o que liquidou o projeto da escola. Tampouco iam bem as coisas nas cidades. Responsável pelas ações urbanas, Espinosa foi capturado no Rio, em novembro de 1969. Preso com ele, após resistir à bala, Chael Charles Schreier não suportou 24 horas de suplícios, apesar da compleição possante. Assassinato consumado pela equipe do capitão Celso Lauria, no Pelotão de Investigações Criminais da Vila Militar. Em São Paulo, a sequência de quedas se prolongou e alcançou Dilma Rousseff, fundadora da VAR.

A direção nacional da VAR retomou o controle difícil da organização e também procurou captar os erros de comportamento político, como se vê na mensagem de maio de 1970 endereçada à DI (Dissidência, alusiva ao MR-8), ao POC e ao PRT. Aí se faz a crítica da “perspectiva vanguardista” impositiva de “respostas à altura”, isto é, de enfrentamentos a qualquer preço com os órgãos repressivos. Há o reconhecimento da situação de inferioridade e de impasse político, decorrente do isolamento das massas. Sem se desprender da visão obreirista estreita, a VAR propôs às organizações, com as quais afirmou possuir afinidade de pensamento estratégico, a constituição conjunta de um Comitê Revolucionário Permanente, voltado para tarefas políticas. Duas são especificadas com prioridade: a campanha de denúncias de tortura sistemática dos presos políticos e o desmascaramento da farsa eleitoral de novembro de 1970.

A proposta ficou no papel, inviabilizada pelos golpes da repressão policial. A partir de agosto, a VAR sofreu prisões em cascata, que incluíram Franklin Araújo, em São Paulo, Saavedra Durão, no Rio, e Fernando Mesquita, em Salvador. Da sua parte, o PRT recebeu golpes, que incluíram as quedas de Alípio de Freitas e de Vinicius Caldeira Brant.

Após o baque do começo de 1970, o MR-8 refez a direção nacional com Carlos Alberto Muniz, João Lopes Salgado e Stuart Angel Jones. Certa compensação veio da incorporação de um contingente baiano de estudantes secundaristas liderados

por Sérgio Landulfo Furtado. Visando a completar a incorporação, Lúcia Murat de Vasconcelos viajou a Salvador e ali se encontrou com Zequinha, representante da VAR. Zequinha, que já vimos em São Paulo nas agitações do 1º de maio de 1968 e da greve de Osasco, se sentia decepcionado pelo estado de coisas na sua organização e pelo curso geral da esquerda armada. Convencido por Lúcia, aceitou a proposta do MR-8 e se transferiu para ele. De volta ao Rio, Lúcia foi presa em março de 1971. Conheceu os extremos da abjeção do torturador no atual major da Polícia Militar Riscala Corbage. Ao ingressar no MR-8, Zequinha deu o primeiro passo a caminho da tragédia de um ano mais tarde.

Câmara Ferreira recebeu a notícia da morte de Marighella em Paris. Fazia a supervisão das atividades da representação da ALN na Europa, onde a organização e seu líder principal já tinham projeção. Sartre ofereceu as páginas da revista *Temps Modernes* para publicação de documentos da ALN, o que se fez na edição de novembro de 1969. Sartre comentou mesmo que se arrependia de haver recusado o Prêmio Nobel, porque o dinheiro dele poderia ser empregado no apoio aos revolucionários do Brasil e de outros países.

Em Cuba, para onde viajou às pressas, Câmara Ferreira coordenou o retorno ao Brasil de militantes que haviam completado o treinamento guerrilheiro. Voltou a São Paulo em meados de 1970 e encontrou a ALN em situação de descalabro.

Com a prisão e as delações de Otávio Ângelo, perderam-se a oficina de armeiro e o depósito onde se guardava metade dos fuzis FAL confiscados da VPR. No Rio, a traição de Hans Rudolf Mainz, o “suíço Hans”, respondeu por várias quedas no final de 1969. Em São Paulo, a direção não dispunha de aparelhos, meios de transporte, recursos financeiros. Era preciso juntar os pedaços desarrumados para recomeçar a funcionar – conta Carlos Eugênio, então transferido do Rio a São Paulo. Câmara Ferreira fixou três objetivos: conseguir a unidade da esquerda revolucionária; providenciar o regresso ao Brasil dos combatentes então no exterior; articular o pessoal fixado nas áreas de campo, com vistas ao relançamento da guerrilha rural.

Nos contatos da ALN com a VPR, nasceu a Frente, uma coligação de organizações da esquerda armada atuante em 1970.

Desde novembro de 1969, a nova VPR instalou sua escola de treinamento guerrilheiro na fazenda comprada em Jacupiranga, no Vale do Ribeira. Ainda coberta pela floresta primitiva, a região abriga uma população escassa e muito pobre de plantadores de banana e de gêneros de subsistência. Do ponto de vista geográfico e populacional,

o lugar parecia ideal para o objetivo da VPR. Durante cinco meses, puderam ali conviver em situação clandestina mais de vinte companheiros, sob a chefia de Lamarca. Os pontos mais vulneráveis da escola eram seus contatos externos.

No dia 21 de fevereiro de 1970, os órgãos policiais localizaram em Atibaia a casa do militante Antônio Raimundo de Lucena, que resistiu à mão armada e tombou morto. Dentro da casa – onde foram presos Damaris, mulher de Lucena, e seus três filhos pequenos – estava guardada grande parte dos fuzis FAL retirados do Quartel de Quitaúna.

Se este episódio só indiretamente afetava o pessoal de Jacupiranga, o mesmo não se deu com a prisão de Mário Japa (Shizuo Ozawa), a 7 de março. Membro da Coordenação Regional, conhecia o campo de treinamento e muito mais coisas. No carro que dirigia e em que ficou desacordado, após uma derrapagem seguida de colisão, havia armas e documentos comprometedores. Mário Japa resistiu bravamente a vários dias de torturas no DEOPS, mas Fleury não desistiu: o faro policial lhe indicava um preso “quente”, dono de informações de primeira ordem. Só o entregou à OBAN quando não tinha condições físicas para aguentar novas atrocidades.

Era preciso salvar Mário Japa com urgência. Jamil (Ladislau Dowbor) entrou em contato com Devanir e Bacuri e se estabeleceu a articulação da VPR com o MRT e a REDE para o sequestro de Nobuo Okuchi, cônsul-geral do Japão em São Paulo, no dia 12 de março. Feita quase de improviso, a lista de resgate só constou de cinco nomes. O governo Médici aceitou a exigência e os presos políticos viajaram rumo ao México. Entre eles, Mário Japa se libertou dos frustrados torturadores.

O que se quis evitar com o sequestro só foi adiado por algumas semanas. Em princípios de abril, uma cascata de prisões no Rio envolveu Celso Lungaretti, excluído da escola de Jacupiranga por inadaptação. Por elementar precaução, deveria ter ido para o exterior. Ao invés, permitiram que ficasse no Brasil. Lungaretti forneceu ao Exército a primeira informação precisa sobre o campo de treinamento da VPR.

De regresso de um encontro fora da área, quando soube das quedas, Lamarca tomou a decisão de desmobilizar a escola, já no dia 18 de abril. Com efeito, o cerco por tropas do Exército começou no dia 21. Dos dezessete presentes no campo, oito saíram imediatamente em trajes civis, disfarçados de pessoas comuns da região, e conseguiram viajar de ônibus sem incidentes. Mais um guerrilheiro usaria o mesmo expediente de fuga, semanas depois.

No curso das operações de furo do cerco, os revolucionários travaram três combates vitoriosos. Chegaram a fazer 18 prisioneiros. Todos libertados, exceto o tenente Alberto Mendes Jr., da Polícia Militar de São Paulo, executado pelos captores. Qua-

tro guerrilheiros foram aprisionados, inclusive os sargentos Darcy e Nóbrega. Na fase final, restavam em combate Lamarca, Yoshitane Fujimore, Diógenes Sobrosa de Souza e Ariston Lucena. A 30 de maio, quarenta dias após o começo do cerco, dominaram um caminhão com quatro soldados e um sargento do Exército. Vestidos com suas fardas, os guerrilheiros seguiram no caminhão e burlaram as barreiras dos milicos. Entraram em São Paulo à noite de 31 e abandonaram o veículo. Dentro dele, o sargento e os soldados amarrados e amordaçados.

Em São Paulo, a VPR estava em pandarecos. Acontece que, a 18 de abril, Juarez Guimarães de Brito se suicidou no Rio, depois de ferido na tentativa de libertar um companheiro em mãos dos policiais. Estes prenderam Maria do Carmo, companheira de Juarez, e chegaram ao aparelho do casal, onde se apossaram de documentos preciosos para os órgãos de repressão. Na cascata de prisões, Jamil caiu em São Paulo.

Após extenuante campanha militar, Lamarca encontrava sua organização sem dirigentes e sem aparelhos. Mais ainda: sem dólares. Porque Juarez tinha sido o intermediário da guarda de cerca de um milhão de dólares por um diplomata de país africano. As quedas de abril soltaram o delicadíssimo segredo e se criou um incidente com o governo brasileiro, que obrigou o diplomata a sair do País. O estoque sobrando de dólares guardado na embaixada ficou indisponível para a VPR.

Depois de passar por várias casas, Lamarca contatou Devanir, que lhe deu abrigo seguro no aparelho de Joaquim Alencar de Seixas, membro do MRT. Aí o capitão se fixou durante cerca de cinco meses.

Lamarca era homem modesto, generoso, comunicativo, até extrovertido. Sem pretensões de liderança carismática ou de alguma superioridade especial. Sua cultura política, como se constata nos escritos e entrevistas, era elementar, primária, simplória. Lia sofregamente, na ânsia de superar esta deficiência, que o inferiorizava diante dos intelectuais de formação universitária. Contudo, não lhe faltavam inteligência e senso comum da sua origem popular, que lhe permitiram acertar quando os intelectuais erravam. Uniu-se pelo amor a Iara Iavelberg, professora da USP e ex-militante da POLOP. Em meio à correria da luta clandestina, Iara ajudou a iniciação do companheiro na literatura marxista. Ao contrário de Prestes, glorificado pela imprensa de oposição burguesa durante seis anos, o também capitão Lamarca começou a trajetória de revolucionário já malsinado pela unanimidade dos meios de comunicação social. Desenharam sua imagem pública como a de traidor, bandido inescrupuloso e assassino perverso. A fama de campeão de tiro reforçou imagem tão negativa.

No Vale do Ribeira, Lamarca teve a experiência imprevista de uma campanha de guerrilha, embora limitada ao objetivo de furo de um cerco. O êxito da campa-

nha – três quartos dos perseguidos conseguiram escapar – o convenceu mais ainda da potencialidade da guerrilha rural, convicção que difundiu através de relatos, comunicados e entrevistas publicadas no exterior. Levado pelo entusiasmo, avaliou em vinte mil homens a tropa adversária e esta cifra deu a medida do triunfo. Incidiu no exagero desmedido, comum à esquerda brasileira. No caso, indesculpável, por ser ele militar profissional.

Da minha parte, não adquiri cultura sobre assuntos militares, mas fui voluntário da FEB e, durante sete meses, fiz a campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial, como soldado de infantaria do Regimento Sampaio. Daí me veio a visão concreta do que são quinze mil homens em linha de combate, com os múltiplos problemas de localização, alojamento, abastecimento de alimentos, munição e combustível, tráfego de veículos etc. A FEB lutou a maior parte do tempo em região montanhosa desnuda ou coberta de ralos bosques, densamente povoada e provida de boas estradas. No Vale do Ribeira se dá o contrário: matas fechadas, população dispersa, péssimas vias de transporte. A disposição instantânea de um contingente de vinte mil homens seria impraticável.

A avaliação realista da tropa do Exército, Polícia Militar e outras corporações em cerca de dois mil homens resulta numa proporção de 117 soldados para um guerrilheiro. Muitíssimo acima da proporção recomendada por especialistas de contraguerilha, ou seja, dez a vinte soldados para um guerrilheiro. O relatório reservado do II Exército, publicado pelo *Coojournal*, foi claro acerca das desvantagens de contingente tão grande em face do número ínfimo de perseguidos. Do ponto de vista da VPR, não ficaria desmerecida a vitória sobre dois mil soldados.

Assinado pelo general Canavarro Pereira, o relatório do II Exército extraiu lições não assimiladas, conforme veremos ao tratar da guerrilha do Araguaia. Os analistas da campanha foram explícitos e minuciosos sobre a inconveniência do emprego de soldados conscritos na luta antiguerrilha, sobre as armas imprestáveis, coturnos e fardas inutilizados após duas semanas de vida na mata e, pior que tudo, o baixíssimo nível de combatividade dos soldados.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevistas de Renato Tapajós e de ex-dirigente da Ala Vermelha, anônimo, cit.; Entrevista de Antônio André Camargo Guerra. São Paulo, 26 out. 1985 (sobre o MRT); Entrevistas de Antônio Roberto Espinosa e de Amílcar Baiardi, cit.; Entrevistas de João Lopes Salgado e de Lúcia Murat, cit.; Entrevista de ex-militante da ALN, que solicitou anonimato.

São Paulo, 27 fev. 1985 (sobre Câmara Ferreira no exterior); Entrevista de Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz. Rio de Janeiro, 24 nov. 1985 (sobre a ALN); Entrevistas de Ladislau Dowbor, de Shizuo Ozawa e de Maria do Carmo Brito, cit.; Entrevista de Inês Etienne Romeu. São Paulo, 22 mar. 1986 (sobre a VPR); Entrevista de Ivan Akselrud Seixas. São Paulo, 12 abr. 1986 (sobre o MRT e a Frente); Relato de Liszt Benjamim Vieira sobre o seqüestro do cônsul-geral do Japão em São Paulo. In: *A esquerda armada*, op. cit., p. 209-28; Relatos de Darcy Rodrigues, José Lavecchia, Edmauro Gopfert e Carlos Lamarca sobre a campanha do Vale do Ribeira. Ibid., p. 235-75; “Os 16 Pontos”. Ala Vermelha, 1969. In: *Imagens da revolução*, op. cit.; *Da VAR-Palmares aos Companheiros da DL, do POC e do PRT*. Comando Nacional da VAR-Palmares. Maio de 1970. Mimeogr.; Coletânea de documentos da ALN. *Temps Modernes*. Paris, nov. 1969 (a coassinatura do MR-8 foi indevida e não autorizada, segundo depoimento de Daniel Aarão Reis Filho); Processo 132/71 da Segunda Auditoria da Segunda Circunscrição Judiciária Militar. São Paulo, 1971. Apelação ao STM 40 233/74. BNM-180 (sobre a Frente de organizações clandestinas); Coleções de *O Estado de S.Paulo* e de *Veja*, março e abril de 1970; *O Estado de S.Paulo*. 28 jan. 1970, 4 jun. 1970 e 5 set. 1970; *Jornal da Tarde*. 21 fev. 1970, 4 jun. 1970 e 17 out. 1970; *Veja*. 6 set. 1978; *Coojornal*. Porto Alegre, fev. 1980 (Relatório reservado do II Exército); Murat, Lúcia. “Minha primeira vez com um torturador”. *Pasquim*, 25 jul. 1985; Emiliano & Miranda. *Lamarca, o capitão da guerrilha*, op. cit., parte 2; Syrkis, Alfredo. *Os Carbonários*, op. cit., p. 127-64; Daniel, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*, op. cit., p. 52-5; Patarra, Judith Lieblich. *Iara, reportagem biográfica*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992; Paiva, Marcelo Rubens. *Não és tu, Brasil*. São Paulo, Mandarim, 1996.

A frente clandestina

Datado de 30 de outubro de 1970, o escrito assinado por Cláudio (Lamarca), sob o título *Frente –A grande tarefa*, apresenta o esboço histórico de uma coligação de organizações da esquerda armada. No final de 1969, marcou-se uma reunião entre dirigentes da VPR e da ALN para 6 de novembro. A reunião se frustrou pela morte de Marighella e a ausência de Câmara Ferreira. Pouco depois, formalizou-se a aliança entre as duas organizações para atuação no setor urbano. Apesar de convidada, a VAR recusou juntar-se a elas.

Operante no decorrer de 1970, a Frente não evoluiu no sentido da fusão orgânica. Câmara Ferreira pensava num comando político unificado, mas Lamarca resistiu à ideia, pois enxergava incompatibilidades sobretudo com a concepção organizativa grupista da ALN. Preferiu uma coligação limitada à execução de ações conjuntas e ao esclarecimento mútuo das posições doutrinárias.

À associação VPR-ALN se somaram o MRT e a REDE. Ao MRT se agregou o Movimento Revolucionário Marxista (MRM), um grupúsculo de pessoal migrado de Minas para São Paulo, também desprendido da Ala Vermelha e que se conservou autônomo. A REDE, pelo contrário, desistiu da autonomia e se incorporou à ALN em junho de 1970.

Em julho, representantes do MR-8 e do PCBR compareceram a reuniões da cúpula da Frente em São Paulo e aceitaram a aliança na atuação prática. Também o POC teve alguma ligação com a Frente.

A direção nacional da YPR se recompôs em julho com Lamarca, Inês Etienne Romeu (Olga) e Herbert Daniel. Por intermédio da ALN, os dois últimos entraram em contato com o MRT e foram conduzidos ao aparelho onde se abrigava o capitão. Restabeleceram as ligações entre Rio e São Paulo, rompidas desde abril.

Muito ativa nas ações expropriatórias e na propaganda armada em São Paulo, deveu-se à Frente o assalto que produziu o maior resultado financeiro, com exceção da apropriação do cofre de Adhemar. A 15 de setembro de 1970, um carro blindado da transportadora de valores Brink's foi interceptado, na rua Estados Unidos, por um destacamento de quinze elementos, entre os quais se achavam alguns dos melhores homens da *linha de frente*. Fujimore, da VPR, Devanir, do MRT, e José Milton Barbosa, da ALN. A guarnição do carro transportador se rendeu e entregou 460 mil cruzeiros novos. O êxito incentivou a repetição da dose, mas os dois ataques seguintes a carros da Brink's falharam. Num deles, no bairro do Paraíso, a 14 de dezembro, a guarnição revidou e do tiroteio resultou a morte de um dos guardas. Já o assalto à Metalúrgica Mangels, a 10 de fevereiro de 1971, se concluiu vantajosamente com a aquisição de 270 mil cruzeiros novos. As quantias arrecadadas eram divididas entre as organizações participantes, segundo as necessidades de cada uma.

A continuação dos assaltos acentuou a imagem negativa da esquerda armada no meio da população. Ao desgaste moral e à segregação política, acrescentava-se a perda de militantes em combate e nos cárceres, sem a possibilidade de substituí-los. O acaso podia até levar um guerrilheiro e alvejar um companheiro – conta Carlos Eugênio, então membro da Coordenaria Nacional da ALN. No assalto à agência da Lapa do Banco Nacional, em junho de 1970, Bacuri inadvertidamente atirou em Ari da Rocha Miranda, que se manteve de pé e ajudou a completar a ação. No aparelho do desesperado Bacuri, viram Ari se esvaír em sangue por falta de socorro médico. Enterraram-no à beira de uma estrada, em lugar agora ignorado.

A assistência médica aos guerrilheiros feridos, desde o início problemática, se tornou cada vez mais complicada, à medida que os médicos ligados à esquerda armada iam caindo e a vigilância policial aumentava nos hospitais. A ALN montou uma pequena enfermaria clandestina em São Paulo, onde cirurgias de emergência podiam ser feitas. Mas era preciso sequestrar e coagir os cirurgiões, o que nem sempre ocorria a tempo de salvar os feridos.

1970 foi o ano em que o seqüestro teve a maior utilização e chegou ao esgotamento como forma de luta. Em março, houve o sequestro do cônsul japonês em São Paulo, já mencionado. Na noite de 5 de abril, a VAR tentou capturar o cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre. No volante de um carrão, o cônsul Curtiss

Cutter abalroou o fusca dos atacantes e, apesar de um tiro no ombro, desapareceu da vista deles.

O PCBR também planejou o seu sequestro. Escolheu Recife como cenário da ação e colocou na mira o cônsul do Japão. A 26 de junho de 1970, um grupo de fogo tentou expropriar um fusca e se defrontou com a resistência do seu ocupante, o tenente da Aeronáutica Matheus Levino dos Santos. Gravemente baleado, o oficial faleceu nove meses depois. A 17 de julho, os órgãos policiais estouraram o aparelho do PCBR na rua Jandaia e, após breve tiroteio, prenderam Nancy Mangabeira Unger, Vera Maria Pereira e Francisco de Assis de Sá Barreto. No aparelho, os policiais acharam os planos do sequestro, a lista de presos para resgate do cônsul e o manifesto que a imprensa seria obrigada a publicar.

A 1º de julho, um avião da Cruzeiro decolou do Rio para São Paulo, mas, a meio caminho, um grupo de quatro jovens armados o obrigou a retornar ao Aeroporto do Galeão. Os sequestradores se declararam membros do Comando Reinaldo Silveira Pimenta, militante da Dissidência estudantil de Niterói, falecido a 27 de junho de 1969, ao se jogar de um quinto andar, em Copacabana, para fugir à perseguição policial. A exigência principal apresentada consistiu na libertação de quarenta presos políticos em troca de número igual de passageiros e garantia de viagem ao exterior. Soldados da Aeronáutica invadiram o avião, mataram um dos membros do comando, Eiraldo Palha Freire, e prenderam os demais: Jesse Jane Vieira de Souza (cujo pai estava encarcerado no Presídio Tiradentes), Fernando Palha Freire e Colombo Vieira de Souza.

Já a iniciativa conjunta da VPR e da ALN se concluiu com êxito. Sob a chefia de Bacuri, um grupo de fogo capturou no Rio, a 11 de junho de 1970, o embaixador Ehrefried von Holleben, da Alemanha Ocidental. Desta vez, a ação não foi “limpa”, isto é, sem derramamento de sangue. O guarda de segurança Irlando de Souza Regis levou um balaço e perdeu a vida. Mas o governo Médici providenciou rapidamente a publicação do manifesto dos sequestradores na grande imprensa e a saída do País de quarenta presos políticos para a Argélia, em troca da libertação do diplomata.

Indiferente às repercussões negativas dos repetidos sequestros, efetivados ou frustrados, o alto comando da Frente projetou um sequestro triplo: duzentos presos políticos seriam trocados por um embaixador estrangeiro, um grande capitalista brasileiro e um ministro do governo Médici. O sequestro triplo se acoplaria a uma ofensiva de propaganda armada na primeira quinzena de novembro, a fim de assinalar o aniversário da morte de Marighella, e ao lançamento da guerrilha rural. Militantes da ALN, de regresso de Cuba, já se concentravam no Pará com vistas a este objetivo.

Apontado por dois agentes do CENIMAR infiltrados na ALN carioca, Bacuri foi agarrado no Rio pela equipe de Fleury, a 21 de agosto, quando fazia investigações sobre o embaixador inglês. Nenhum tormento arrancou denúncias de Bacuri e o plano do sequestro se manteve. Os agentes infiltrados completaram sua obra com a prisão de outros elementos da ALN, inclusive Ottoni Fernandes Jr.

Em setembro, a repressão policial apanhou em sua rede o grupo da ALN no Pará e anulou o ponto de apoio do projetado lançamento da guerrilha rural. Entre os presos, José da Silva Tavares (nome de guerra Severino) se passou para o lado da polícia, enquanto os jornais noticiavam sua fingida fuga de um hospital. Transferido a São Paulo e sob orientação de Fleury, circulou pelas ruas e bares de bairros sobre os quais havia suspeita de frequência por Câmara Ferreira. No começo de outubro, acompanhado de Carlos Eugênio e Iuri Xavier Pereira, o velho Câmara entrou num bar da Vila Mariana e ali se deparou com Tavares, conhecido da passagem por Cuba. Saíram do bar e Tavares contou a sua tentativa de suicídio, como pareciam provar marcas arroxeadas no pescoço, e a pretensa fuga. Depois de despedi-lo com promessa de novo contato, Câmara não aceitou as advertências de Carlos Eugênio e de Iuri. Retrucou que seria injusta a desconfiança antecipada. Os resultados não se fizeram esperar.

As 14 horas de 24 de outubro, no rastro das indicações do delator, a equipe de Fleury prendeu a arquiteta Maria de Lourdes Rego Melo (Maria Baixinha) e Maurício Segall, ambos integrantes do esquema pessoal de Câmara Ferreira. Tendo recebido antes o ponto com este transmitido pela arquiteta, Tavares o passou a Fleury. Às 19 horas, o líder da ALN caía nas garras do Esquadrão da Morte e era levado a um sítio secreto nas redondezas de São Paulo. Trazido à tarde à casa do sítio e já submetido ao suplício do pau-de-arara, Segall reconheceu, por baixo do capuz mal ajustado, a figura de Câmara Ferreira, que arquejava fortemente. Fleury precisava dele vivo a fim de interrogá-lo sob tortura, mas o médico chamado às pressas nada teve a fazer. Estendido sobre uma cama, o revolucionário incansável se extinguiu.

O projeto da guerrilha rural se desvanecia mais uma vez. No aparelho de Câmara Ferreira, os policiais acharam o plano da “Quinzena Marighella” e isto lhes deu pretexto para uma vasta operação de contraofensiva. Os cárceres se encheram de centenas de pessoas. Entre elas, advogados de presos políticos e toda a redação do *Pasquim*.

Nas eleições para a Câmara de Deputados, a 15 de novembro de 1970, apuraram-se 30% de votos nulos ou em branco, total superior aos 21% de votos atribuídos ao partido oposicionista MDB. A esquerda armada interpretou o acontecimento como vitória dela e evidência do isolamento político-social da ditadura militar.

A exceção do PCB, que continuava apegado ao jogo eleitoral e cujos militantes atuavam nos quadros do partido da oposição burguesa, todas as organizações de esquerda haviam deliberado levar a efeito uma campanha pelo voto nulo. Mas a esquerda radical já se achava afastada das massas e dispunha de meios de propaganda insignificantes. Mesmo os recursos tradicionais – distribuição de panfletos, pichamento de muros, comícios-relâmpago – só podiam ser empregados sob proteção de grupos de fogo. Combatentes caçados como feras, a exemplo de Fujimore, saíram à luz do dia a fim de proteger ações de panfletagem e tiveram de duelar à mão armada com patrulhas policiais. De parte a parte, mortos e feridos.

Não havia como estabelecer uma relação de causa e efeito entre a minguadíssima intervenção da esquerda e a altíssima proporção de votos nulos e em branco, conforme pretenderam os editoriais do PC do B no seu órgão *A Classe Operária*. Tal proporção já crescia desde antes de 1964, acentuou-se após o golpe direitista e alcançou o máximo precisamente em 1970. Neste ano, os votos nulos e em branco expressaram principalmente duas atitudes espontâneas, isto é, sem preparação feita de maneira organizada: de desorientação e indiferença por parte do eleitorado atrasado e de repúdio à ditadura militar por parte do eleitorado politizado.

Ao governo Médici pouco afetou este aspecto resultante da farsa eleitoral, tanto mais que a ARENA, o partido situacionista, havia obtido larga maioria. O governo Médici baseava sua dominação na repressão mais dura já registrada na história do Brasil independente e buscava certa legitimação por via do êxito econômico. A ditadura desafiava a oposição com os *slogans* intensivamente difundidos: *Ninguém segura este País! Brasil, ame-o ou deixe-o!*

Enquanto a esquerda revolucionária avaliava de maneira errônea o quadro político, os golpes inimigos dizimavam suas fileiras. No dia 26 de outubro de 1970, os jornais anunciaram a morte de Câmara Ferreira juntamente com a fuga de Bacuri, supostamente levado ao lugar da prisão do dirigente da ALN para fazer seu reconhecimento. Mas Bacuri permanecia na cela solitária do *fundão* do DEOPS paulista, o que sabiam os encarcerados das outras celas e os do Presídio Tiradentes. Vivo, mas mutilado, aleijado, ossos fraturados, dentes quebrados ou arrancados, coberto de hematomas e queimaduras. A notícia da fuga de Bacuri teve a significação de um assassinato anunciado. Retirado às escondidas da cela do DEOPS e carregado a um cárcere secreto, comunicaram oficialmente sua morte a 9 de dezembro, em consequência de imaginário enfrentamento à bala com os policiais em São Sebastião. Pouco antes, no dia 5, o DOI/CODI conseguiu interceptar Fujimore e liquidá-lo em plena rua de São Paulo.

Assim, ao invés do enfraquecimento da ditadura militar, verificava-se a veloz desagregação e destruição da esquerda armada. As dissensões na Frente se acentuaram e provocaram sua dissolução. A VPR insistia na execução do plano do sequestro triplo, enquanto o MR-8 propunha o recuo, posição que contou com o apoio do MRT. Argumentavam as duas organizações que o sequestro se efetuariá com recursos materiais precaríssimos, se chocaria com o provável endurecimento do governo e não significaria nenhuma saída política válida. A ALN também discordou e a VPR ficou somente com o apoio do PCBR.

No final de novembro, num carro guiado por uma militante da VPR, protegido pelo carro de cobertura do MRT, Lamarca viajou de São Paulo para o Rio pela via Dutra. Sob sua chefia direta, era sequestrado o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher a 7 de dezembro, mais uma vez com o extermínio do guarda de segurança.

Diante da exigência da libertação de setenta presos políticos em troca do resgate do diplomata, o governo Médici resolveu mudar de orientação. Desta vez, recusou vários nomes da lista original: presos sob acusação ou condenação por homicídio, condenados à prisão perpétua, participantes de sequestros etc. Permitiu também – ao contrário de anteriormente – que os presos listados decidissem se queriam ser banidos do País. Certo número deles preferiu permanecer no Brasil e desistiu da inclusão na lista de resgate. A atitude governamental imprevista obrigou o comando da VPR a propor nomes substitutivos, alguns dos quais também rejeitados. As negociações se arrastavam através de canais sigilosos, enquanto os órgãos policiais empreendiam gigantesca investigação com vistas à localização do aparelho em que Lamarca e pequeno grupo de companheiros guardavam o embaixador Bucher.

A atitude do governo Médici incitou um setor da VPR a exigir o justicamento do diplomata suíço, seja para dar uma demonstração de força, seja para preservar a prática de futuros sequestros. Na condição de chefe operacional, Lamarca se opôs ao justicamento. Previu o efeito político negativo, à semelhança do ocorrido com a execução do Conde Von Spreti, embaixador alemão na Guatemala, cujo governo recusou as exigências dos captores. Afinal, o governo brasileiro concordara com o resgate, embora impusesse alterações parciais na lista original de prisioneiros. Depois de quarenta dias tensos, setenta presos políticos voaram para Santiago do Chile e Giovanni Bucher pôde retornar são e salvo à sede de sua embaixada.

Mas foi o último sequestro. Estava esgotada sua eficácia como forma de luta. De mais disso, já se achava em curso o processo de liquidação terminal da esquerda armada.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevistas de Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz, Ivan Seixas, Inês Etienne Romeu, Maurício Segall, André Camargo Guerra, Ottoni Guimarães Fernandes Jr. e dirigente do PCBR, anônimo, cit.; Entrevista de Zenaide Machado de Oliveira. São Paulo, 13 dez. 1985 (sobre a VPR); Lamarca, Carlos (Cláudio). *Frente – A grande tarefa*. Mimeogr. Documento anexo ao Processo do PCBR BNM-118; *Recorrência da VPR à Frente*. Comando da VPR. 1º de novembro de 1970. Manuscrito de Lamarca. Anexo ao Processo da Frente BNM-180; *Ao Comando da VPR*. MR-8, ALN, MRT. Novembro de 1970. Ibid.; *Ao Comando da VPR*. MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes. Novembro de 1970. Ibid.; Processo 132/71 da Segunda Auditoria da Segunda Circunscrição Judiciária Militar. São Paulo, 1971. Apelação ao STM 40 233/74. BNM-180 (sobre a Frente de organizações clandestinas); Processo 95/70 da Sétima Circunscrição Judiciária Militar. Recife, 1970. Apelação ao STM 38 975. BNM-179 (sobre o plano do PCBR de seqüestro do cônsul do Japão); Processo 93/70 da Sétima Circunscrição Judiciária Militar. Recife, 1970. Apelação ao STM 39 410. Recurso ao STF 1 322-1. BNM-632 (sobre o atentado ao tenente da Aeronáutica Matheus Levino dos Santos); *O Estado de S.Paulo*. 7 abr. 1970, 2 jul. 1970, 24 jul. 1970, 17 out. 1970; *Jornal da Tarde*. 9 abr. 1970, 7 jul. 1970, 16 set. 1970, 26 out. 1970, 31 out. 1970, 15 dez. 1970; *Veja*, 15 abr. 1970, 18 nov. 1970; Coleções de *O Estado de S.Paulo* e de *Veja*, dezembro de 1970 e janeiro de 1971; Guarany, Ronaldo. *A fuga*. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 46-76; Syrkis, Alfredo. *Os Carbonários* op. cit., p. 167-98, 227-86; Herbert, Daniel. *Passagem para o próximo sonho*, op. cit., p. 114-7; Paz, Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da. *Viagem à luta armada*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

Estertores da esquerda armada e embriões da autocrítica

Ao término da operação sequestro do embaixador suíço, as dissensões internas da VPR explodiram ao nível da direção superior. Com a visão ingênua, de que nunca se desprende, Lamarca julgou possível encaminhar às bases a discussão de questões pendentes. Em vez de chegar aos militantes da VPR, em caráter confidencial e exclusivo, o documento por ele redigido teve quase imediata divulgação pela grande imprensa: a repressão policial o apreendeu com Gerson Teodoro de Oliveira e Maurício Guilherme da Silveira, trucidados à saída de um restaurante carioca a 15 de março de 1971.

Em discordância com a orientação da direção, Inês Etienne Romeu solicitou afastamento. Preparava a viagem ao exterior, quando José Raimundo da Costa (Moisés) lhe solicitou o comparecimento a um ponto em São Paulo, sabidamente suspeito. Resultado para Inês: prisão e descida aos infernos.

Em seguida, foi a vez do próprio Lamarca requerer o afastamento da VPR. Na direção nacional, agora com a presença do cabo Anselmo e de Aluísio Palhano, recém-chegados de Cuba, prosseguiu o debate sobre as alternativas de recuo ou nova ofensiva. A repressão policial se incumbiu de abreviar a discussão: sucessivamente caíram Alex Polari Alverga, Palhano e o ex-marinheiro José Raimundo, os dois últimos assassinados. Sobreviventes das quedas, Herbert Daniel e Zenaide Machado de Oliveira (Rachel) decidiram desativar os grupos de fogo e propor a realização de um congresso no exterior. Delatada pelo cabo Anselmo, já em atividade a serviço do inimigo, Zenaide foi presa em agosto.

A VPR deixou de existir no Brasil no segundo semestre de 1971. Mas, coordenada do exterior por Onofre Pinto e, no local, por Anselmo, a organização tentou, em 1972, a montagem de uma base em Pernambuco. A 11 de janeiro de 1973, a imprensa noticiou a morte, no Recife, de seis militantes da VPR: Pauline Reichstul, Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luís Siqueira, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva e Soledad Barret Viedma. Rastro de sangue do derradeiro serviço do cabo Anselmo como agente policial nas fileiras da esquerda.

Ao deixar a VPR em abril de 1971, Lamarca se transferiu para o MR-8, impressionado pela evolução de suas ideias. No documento *Orientação para a Prática*, de janeiro de 1971, o MR-8 constatou a redução das bases sociais da esquerda armada e a dificuldade de recomposição dos quadros perdidos. Fez a proposta do retorno ao trabalho de massas, sob formas não armadas, o que implicaria a superação do erro do vanguardismo e a reconquista de bases sociais para a esquerda. Tímido vislumbre da situação real, contudo significativo. Todavia, como não se aprofundava a análise, o MR-8 mantinha a tese do já consumado desmascaramento da ditadura militar e a perspectiva da guerrilha rural em preparação como tarefa estratégica.

Lamarca se entusiasmou com a possibilidade de escapar à neurotizante reclusão nos aparelhos urbanos e realizar trabalho direto no campo, como o MR-8 lhe prometia. Recusou propostas de viagem ao exterior e sua permanência no Rio tomou aspecto de altíssimo risco. A 13 de maio de 1971, num ponto aberto por Alex Polari (o que Alex mesmo reconhece no seu livro), os agentes policiais capturaram Stuart Angel Jones e o trouxeram ao Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA). Os torcionários exigiram do prisioneiro algo muito específico: a localização de Lamarca. O que Stuart sabia e não entregou. Aplicados sob a chefia do brigadeiro João Paulo Burnier, os tormentos violentíssimos, como o de arrastamento por um jipe com a boca no cano de descarga, resultaram mortais e o dirigente do MR-8 somou um nome a mais na lista dos “desaparecidos”. O próprio Alex teve coragem de denunciar à opinião pública o assassinato de Stuart, em documento difundido pelo historiador Hélio Silva.

A 27 de junho, Lamarca e Iara viajaram para a Bahia. Iara se escondeu num apartamento em Salvador, enquanto o capitão se abrigava no sítio da família de Zequiinha, no lugarejo chamado Buriti Cristalino, região sertaneja do município de Brotas de Macaúbas. Alojamento provisório, com vistas ao recrutamento de camponeses para a área estratégica da guerrilha rural, prevista num ponto da fronteira entre Bahia e Goiás. Mas a situação orgânica do MR-8 já era agudamente instável.

Quedas em Salvador culminaram, a 6 de agosto, na captura de José Carlos de Souza (Rocha), que trouxera Lamarca e sua companheira do Rio. Após escapar dos policiais, que o procuravam em Feira de Santana, João Lopes Salgado (Fio), coordenador do MR-8 na Bahia, correu ao sítio da família de Zequinha e propôs a Lamarca a retirada para outra área, antes que se esgotasse a resistência de José Carlos à tortura. O capitão não se convenceu. Teimou em ficar no sítio, desconfiado de que, uma vez mais, pretendiam jogar com ele nas divergências internas. O cerco começou a 28 de agosto, mas Lamarca e Zequinha tiveram tempo para a fuga. A pé e sem sequer quem lhes desse comida, os dois fugitivos, no limite da exaustão, foram liquidados a frio no município de Pintada, a 17 de setembro, pela tropa do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe do DOI/CODI de Salvador. Quase um mês antes, a 20 de agosto, Iara Iavelberg tombou, com um tiro no peito, diante de agentes do DOI/CODI comandados pelo coronel Luís Arthur de Carvalho, em Salvador. A versão do suicídio de Iara é hoje contestada diante de fatos estranhos como o desaparecimento do laudo médico-legal e a proibição de que pudesse ser aberto o caixão em que seu cadáver foi entregue à família.

Inconsistente desde o começo, o projeto de guerrilha rural se esfumava. Os dirigentes do MR-8 migraram para o exterior e, através de discussões e rachas no exílio, reciclaram a organização, já definitivamente afastada da perspectiva de luta armada.

No primeiro semestre de 1971, os órgãos de repressão policial puseram fora de combate mais outra organização da esquerda armada. O fato de ser pequeno e de só atuar na Grande São Paulo parecia favorecer o MRT. Para que o fio da meada começasse a ser puxado, bastou a prisão de Valdemar Andreu pelo DEOPS. Valdemar vivia tranquilamente em Votuporanga, no remoto oeste de São Paulo, depois de ter se afastado da direção do MRT. Mas tinha um ponto vulnerável: era conhecido de Edgar de Almeida Martins, dirigente da Ala Vermelha, que o delatou. Prisões em cascata conduziram ao aparelho em que, a 5 de abril, a equipe de Fleury fulminou o chefe Devanir.

Em represália, um comando conjunto do MRT e da ALN justçou, no dia 15, o empresário Henning Boilesen, ativo colaborador do DOI/CODI. No dia seguinte, Joaquim Alencar de Seixas (Roque), membro do MRT e participante do comando de justçamento, era preso e levado ao DOI/CODI da rua Tutóia, onde as sevícias lhe tiraram a vida. Apenas mais um dia e Dimas Antônio Casimiro, também do MRT e participante da execução de Boilesen, morria baleado pelos policiais. Tanta eficiência repressiva mereceu manchetes e louvores da imprensa. Longos necrológios exaltaram as virtudes do industrial vitimado pelos terroristas.

Enquanto o MRT se extinguia, o PCBR. perdia o secretariado nacional, com dois dos integrantes presos e o terceiro obrigado a se refugiar no exterior. No final de 1970, desarticulava-se inteiramente a base do Paraná. Em janeiro de 1971, caíram Carlos Alberto Soares e quase todos os demais presentes a um encontro nacional, no Rio Grande do Norte, disperso diante da iminência de delação. Um dos poucos a burlar a perseguição do inimigo, Prestes de Paula seguiu para o exílio.

Reconstituído com Luís Andrade de Sá e Benevides (Bebeto), Fernando Sandália e Getúlio Cabral, o novo secretariado realizou um encontro partidário nacional, cujo pensamento pode ser avaliado pelo *Informe do Interior*, de meados de 1972. Aí se manifesta a consciência do refluxo da esquerda armada, empurrada a níveis críticos de atomização e jogada no ponto mais baixo da curva descendente. Mas se reproduz o antigo dilema do PCBR, traduzido na antinomia *massismo* (trabalho com as massas) *X* *militarismo* (luta armada imediata e vanguardista). Nas duas pontas, segundo o documento, a mesma impotência: dos reformistas e dos militaristas. O escrito transpira perplexidade e incapacidade para se livrar da antinomia.

Na prática, o PCBR prosseguiu na trilha das ações armadas vanguardistas, em aliança sobretudo com a VAR-Palmares, e se encaminhou para o aniquilamento. A 8 de março de 1972, Bebeto falece em Caruaru, em desastre de automóvel, junto com sua companheira Miriam Verbena. No final do ano, caem na rede do inimigo, em Pernambuco, o ex-marinheiro José Adeildo Ramos e Fernando Sandália. A 17 de janeiro de 1973, os jornais noticiaram a morte – em suposto tiroteio no bairro do Grajaú, Rio de Janeiro, a 29 de dezembro do ano anterior – do próprio Fernando e mais de Getúlio Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, José Silton Pinheiro Soares e Luciana Ribeiro da Silva. Os cadáveres estavam furados de balas, alguns deles carbonizados. Luciana tinha o nome verdadeiro de Lourdes Maria Wanderley Pontes, casada com Paulo Pontes da Silva. Quando da entrevista comigo, em 1985, Paulo ainda não conseguira provar sua condição legal de viúvo. Tudo indica que a morte em tiroteio não passou de invenção, costumeira na época. A chacina dos cinco e mais de Valdir Sales Sabóia se deu certamente no quartel da rua Barão de Mesquita.

A 28 de outubro de 1973, quatro corpos semicarbonizados jaziam dentro de um carro incendiado na Praça Combate, em Jacarepaguá. Puderam ser identificados Ranúsia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima e Ramires Maranhão do Vale, militantes do PCBR, mortos após tiroteio com agentes da repressão policial. Alvos de uma operação de infiltração e campana, sua eliminação colocou o ponto final na militância ativa do partido.

No mesmo período, a VAR-Palmares viveu intensa luta interna. Já chegava ao fim a folga financeira propiciada pelos dólares do cofre de Adhemar e a VAR retornou às ações expropriatórias. Dirigentes e militantes discutiam sobre as alternativas de intensificação das ações armadas ou de sua cessação completa, acompanhada da legalização dos militantes profissionais clandestinos. A semelhança do ocorrido em outros casos, a alternativa vitoriosa decorreu, em boa parte, do processo seletivo das quedas e, em última instância, dos efeitos da ação repressiva. E nesta fase que se destaca a figura de James Allen Luz.

Transferido da Ala Vermelha para a VAR, como já vimos, Allen Luz e mais cinco companheiros sequestraram, no começo de 1970, um avião da Cruzeiro e o obrigaram a pousar no aeroporto de Havana. No final do ano, Allen Luz estava de regresso ao Brasil, em companhia de Aderval Alves Coqueiro, do MRT, um dos banidos em troca da libertação do embaixador alemão. Coqueiro – sertanejo baiano proletarizado em São Paulo – abrigou-se num apartamento do Cosme Velho, no Rio, onde os agentes do DOI/CODI o metralharam a 6 de fevereiro de 1971. A inexplicada descoberta policial se completou, no dia 15, pela prisão do advogado Antônio Joaquim Campos Machado, a única pessoa em ligação com Coqueiro, e de Carlos Alberto de Freitas, dirigente defensor do recuo da luta armada pela VAR. Ambos entraram na lista dos “desaparecidos”.

Ainda em princípios de fevereiro de 1971, a VAR realizou um congresso no Recife, interrompido por motivo de incidente, que afetou a segurança da reunião. O representante do PCBR, que assistia ao congresso, fugiu do aparelho (localizado numa casa perto da praia de Candeias), saltando por uma janela do andar térreo, à luz do dia. Pensando tratar-se de um ladrão, uma vizinha, que, casualmente, assistiu ao insólito episódio, alertou a companheira que fazia o papel de residente na casa do aparelho. Tornou-se imprescindível a retirada imediata dos presentes ao congresso.

Este foi recomeçado em abril, em Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, tendo também a participação de um novo representante do PCBR (desta vez, tratava-se de Luís Andrade de Sá e Benevides). Entre a VAR e o PCBR havia, então, estreita colaboração. No congresso, a corrente liderada por Allen Luz obteve maioria e, a partir daí, a organização entrou num ciclo desesperado de ações expropriatórias, atentados e confrontos com os órgãos policiais.

A esta fase pertenceu o plano de matar um oficial do navio da Marinha inglesa ancorado no Rio, com o objetivo de manifestar solidariedade ao IRA. Em vez do oficial, perdeu a vida o marinheiro David A. Cutheberg, de dezenove anos, metralhado, a 5 de fevereiro de 1972, por Allen Luz e Getúlio Cabral. Noticiando e comentando

o atentado, o *Jornal da Tarde* de 10 de fevereiro o qualificou como de “excepcional bestialidade”.

Já com a VAR-Palmares em decomposição, encontraram James Allen Luz dentro de caminhonete abandonada numa rua de Porto Alegre, a 25 de março de 1973 (conforme comunicação anexa ao processo judicial da Frente). Aparentemente, falecido de colapso cardíaco.

Coube à ALN o sustento da guerrilha urbana até completa extinção.

O guerrilheiro urbano tinha vida ativa mediana em torno de um ano, antes do término pela prisão com sobrevivência ou pela morte. Uma minoria conseguia prolongar a vida ativa até dois anos. Contam-se pelos dedos os pouquíssimos que estiveram em ações armadas durante quatro ou cinco anos e escaparam da prisão pela fuga para o exterior. No caso da ALN, a dificuldade de substituição de quadros se agravou pelo surgimento de uma cisão que deu origem ao Movimento de Libertação Popular (MOLIPO).

A cisão abrangeu principalmente universitários paulistas em treinamento guerrilheiro em Cuba. Fazendo contestação à representação credenciada da ALN no exterior, acusada de incompetente, e impressionados pelo acúmulo de derrotas, particularmente após a morte de Marighella, esses militantes puseram em questão o antiteoricismo, a estrutura grupista e o abandono completo do trabalho com as massas. Contudo, ao invés de desenvolver a crítica ao imediatismo da luta armada, a exemplo do que já tentavam organizações ou facções no Brasil, os divergentes da ALN em Cuba exacerbaram ao máximo a tendência militarista. Propuseram-se a concretizar o que acusavam a ALN de ter sido incapaz. Não só tencionavam intensificar a guerrilha urbana, através de justificações e atentados, como priorizavam o tão sonhado desencadeamento da guerrilha rural. No escrito *Considerações sobre as Teses de Régis Debray*, o MOLIPO critica o foquismo e aponta a coluna guerrilheira como tática de luta no campo – área inicial de acumulação de forças para posterior assalto às cidades.

Sob a liderança de Antônio Benetazzo, talentoso estudante de arquitetura, o MOLIPO reuniu pouco mais de trinta militantes. Entre eles, Carlos Eduardo Pires Fleury, Jeová de Assis Gomes, José Roberto Arantes e João Leonardo Rocha. Começaram a regressar ao Brasil em princípios de 1971 e se radicaram em São Paulo e no interior de Goiás, em sua maioria. A ausência prolongada os privou da noção precisa acerca da elevação do nível da repressão policial no Brasil, o que os expôs ainda mais aos golpes do inimigo. Para um grupo pequeno, o total de dezessete mortos, com cinco

deles na lista dos “desaparecidos”, adquire a dimensão de carnificina. Em 1973, o MOLIPO já estava destruído.

Na mesma época, surgia outra cisão nas fileiras da ALN em sentido oposto, circunscrita ao pessoal no exílio e sem repercussão significativa no Brasil. O que se chamou de Tendência Leninista (TL) pretendeu a reorganização sob forma de partido político, fez a crítica do militarismo, propugnou a cessação das ações armadas e o retorno do trabalho com as massas. Junto a estas ideias, veio a proposta de um congresso em que os militantes pudessem decidir sobre os rumos da ALN. Na TL atuaram Rolando Frati, Ricardo Zaratini, José Luís Del Roio e Argonauta Pacheco. Dada sua influência entre os exilados no Chile, a direção nacional da ALN enviou Luís José da Cunha a Santiago, em 1972, a fim de refutar as teses dos críticos e assegurar que a organização em absoluto mudaria de orientação no Brasil. A TL se dissolveu em 1974 e os seus adeptos seguiram destinos variados, predominando o ingresso no PCB e no MR-8.

Com os quadros cada vez mais desfalcados, a ALN prosseguiu em 1971-1972 na linha das ações expropriatórias, dos ataques a postos policiais e de outras ações de guerrilha urbana. Nos começos de setembro de 1971, um GTA assaltou a Casa de Saúde Dr. Eiras, no Rio, e deixou metralhados e sem vida três guardas de segurança do hospital.

No final de 1971, tiveram preferência, em São Paulo, as destruições de veículos do Exército estacionados nas ruas sem guarnição e de caminhonetes do grupo Folhas, de propriedade de Octavio Frias de Oliveira, cujos jornais, em especial a *Folha da Tarde*, chamavam os guerrilheiros de facínora para baixo. A represália veio rápida. Ao tentar incendiar um caminhão do Exército parado à rua João Moura, no dia 23 de setembro, o grupo tático da ALN se surpreendeu sob o fogo de soldados de emboscada, que fuzilaram Antônio Sérgio de Matos, José Manuel de Abreu e Eduardo Antônio da Fonseca.

Tornavam-se frequentes as baixas múltiplas. A 14 de junho de 1972, agentes do DOI/CODI cercaram quatro dirigentes da ALN na saída do restaurante Varela, na Mooca, e metralharam Ana Maria Nacimovic Corrêa, Iuri Xavier Pereira e Marcos Nonato da Fonseca. Embora ferido, Antônio Carlos Bicalho Lana pôde fugir. Sobreviveu até 30 de novembro de 1973. Nesta data, Bicalho Lana e Sônia Maria Lopes Moraes, ex-companheira de Stuart Angel Jones, foram presos por agentes do DOI/CODI e supliciados até a morte no antro da rua Tutóia.

A 13 de julho de 1973, Luís José da Cunha, último coordenador geral da ALN, expirava baleado pelos policiais, na avenida Santo Amaro. Restou um fio de sobrevivência à organização fundada por Carlos Marighella.

O massacre se estendeu à AP-ML. Entre 1973 e 1974, suas perdas fatais incluem Paulo Stuart Wright, Honestino Monteiro Guimarães (último presidente da UNE clandestina), José Carlos da Matta Machado, Gildo Macedo Lacerda, Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira e Eduardo Collier Filho, cujos nomes se acrescentaram às listas de mortos registrados ou de “desaparecidos”.

A desagregação da esquerda armada provocou avanços de um processo autocrítico, a respeito do qual assinaei antes manifestações.

Ainda em 1970, a antiga POLOP renasceu sob a denominação de Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO). O renascimento se deveu à ruptura da minoria do POC, contrária à participação em ações armadas de feição militarista. Se o POC era pequeno, pode-se imaginar a proporção de sua minoria. A derradeira versão polopista se desfez das concessões ao foquismo e analisou o erro do imediatismo da luta armada. Um ataque contundente se dirigiu ao terrorismo declarado da ALN. Porém a OCML-PO continuou presa ao doutrinarmismo abstrato e às soluções táticas caracterizadas pela estreiteza obreirista e impotentes na atuação concreta com as próprias massas operárias.

Avanço mais significativo do ponto de vista teórico partiu da Ala Vermelha, na sua Resolução intitulada *Autocrítica, 1967-1974*. A parte ideias hoje superadas, a Resolução tem o mérito de ser o primeiro documento da esquerda armada a definir o seu erro fundamental: o erro de ter feito da opção pela luta armada imediata o divisor de águas com relação ao reformismo pacifista do PCB. Rejeitar o caminho pacífico significava decidir-se pelo caminho armado da revolução, porém não devia significar luta armada *imediata*, nem mesmo concentração de esforços no sentido de preparar qualquer luta armada. Devia implicar, isto sim, novo tipo de trabalho de massas e de alianças políticas, o que, em momento favorável sem prazo fixado, quando se concentrassem suficientes condições objetivas e subjetivas, conduziria à luta armada revolucionária.

O avanço autocrítico da Ala Vermelha teve expressão artística no romance de Renato Tapajós *Em câmara lenta*. Primeira obra da ficção nacional a trabalhar o tema da luta guerrilheira dos anos 1960 e 1970 por um dos seus participantes, o romance extravasa o sentimento desencantado da derrota de uma geração generosa e recria, na heroína, a figura de Aurora Maria Nascimento Furtado. Em sua graciosa juventude de mulher, Aurora Furtado foi a destemida guerrilheira da *linha de frente* da ALN. Abordada por uma patrulha no subúrbio carioca de Parada de Lucas, na manhã de 9 de novembro de 1972, matou um policial, tentou fugir e acabou aprisionada. Na Invernada de Olaria, após passar pelas atrocidades rotineiras, circundaram sua cabeça com a “Coroa de Cristo” – um torniquete que aumenta a compressão do crânio até afundá-lo.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevistas de Inês Etienne Roumeu, Zenaide Machado de Oliveira, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz, Takao Amano, João Lopes Salgado, Apolonio de Carvalho, Elinor Brito, Carlos Alberto Soares, ex-dirigente do PCBR (anônimo), Ivan Seixas, André Camargo Guerra, cit.; Entrevista de Ana Matilde de Mesquita Sampaio. São Paulo, 3 dez. 1997 (sobre o congresso da VAR no Recife); Entrevista de Rosalina Santa Cruz Leite. São Paulo, 12 dez. 1997 (sobre o congresso da VAR em Teresópolis); Entrevistas de dois ex-militantes do MOLIPO, que solicitaram anonimato. São Paulo, 27 fev. 1985 e 18 set. 1985; Entrevista de José Dirceu de Oliveira. São Paulo, 9 jan. 1986 (sobre o MOLIPO); Entrevista de José Luís Del Roio. São Paulo, 22 nov. 1986 (sobre a Tendência Leninista da ALN); Carta de Carlos Eduardo Pires Fleury a Takao Amano. Havana, 23 abr. 1971 (cópia do manuscrito cedida por Takao Amano); *Informe do Interior*. PCBR, 1972. Mimeogr.; Martins, Ernesto. *Caminho e caráter da revolução brasileira*. 1971. Mimeogr.; *Considerações sobre as Teses de Régis Debray*. MOLIPO, 1971. Mimeogr. Anexo ao Processo BNM-88; “Declaração Política”. OCML-PO, abr. 1970. In: *Imagens da revolução*, op. cit.; “Linha Política e Orientação para a Prática”. MR-8, jan. 1971. Ibid., *Autocrítica, 1967-1974*. Ala Vermelha. São Paulo, 1974. Mimeogr.; Lamarca, Carlos. *Diário, 26 de junho – 16 de agosto de 1971*. (Cartas a Iara Iavelberg). *Folha de S. Paulo*, 10 jul. 1987. Folhetim, n. 543; Patarra, Judith Lieblich. *Iara, uma reportagem biográfica*. Op. cit. p. 512-16; Processo da Frente. BNM-180, cit; Processo 100/72 da Segunda Auditoria da Segunda Circunscrição Judiciária Militar. São Paulo, 1972. Apelação ao STM 40 577. BNM-68 (sobre a ANL e o MOLIPO); Processo 59/72 da Segunda Auditoria da Segunda Circunscrição Judiciária Militar. São Paulo, 1972. BNM-410 (sobre o MOLIPO); Processo 111/72 da Segunda Auditoria da Segunda Circunscrição Judiciária Militar. São Paulo, 1972. Apelação ao STM 40 320. BNM-669 (sobre o MOLIPO); Processo 19/73 da Segunda Auditoria da Segunda Circunscrição Judiciária Militar. São Paulo, 1973. Apelação ao STM 40 127. BNM-88 (sobre o MOLIPO); *Coojornal*. Porto Alegre, ago. 1979 e fev. 1980 (sobre Lamarca na Bahia); *Veja*, 22 set. 1971, 10 nov. 1971, 17 jan. 1973, 22 nov. 1973; *O Estado de S. Paulo*, coleções de 1971 e 1972; *Jornal da Tarde*, coleções de 1971 e 1972; Oliveira, Octavio Frias de. “Banditismo”. *Folha de S. Paulo*, 22 set. 1971; *Folha da Tarde*, 16 abr. 1971, 14 jul. 1973 (sobre a morte de Luís José da Cunha); *Dossiê dos mortos e desaparecidos*, op. cit.; “O Caso Stuart Edgard Angel Jones”. In: Silva, Hélio. *O poder militar*, op. cit., p. 460-3; Silva, Hélio. *História da república brasileira. Os governos militares, 1969-1974*. São Paulo, Ed. Três, 1975; Tapajós, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977; Chico de Assis et al.

Onde está meu filho? História de um desaparecido político. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; Emiliano & Miranda. *Lamarca, o capitão da guerrilha*, op. cit., parte 4; Polari, Alex. *Em busca do tesouro.* Rio de Janeiro, Codecri, 1982; Syrkis, Alfredo. *Os Carbo-nários*, op. cit., p. 314-30; Herbert, Daniel. *Passagem para o próximo sonho*, op. cit., p. 64-8; “Informação ao DOI/CODI do I Exército” pelo comissário de polícia Heitor Corrêa. Rio de Janeiro, 29 out. 1973 (acerca da morte dos militantes do PCBR, na Praça Combate); João Paulo Moreira Burnier. Depoimento para o livro *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão.* Op. cit. (a respeito da acusação de ter torturado e assassinado Stuart Angel Jones); Adyr Fiúza de Castro. Depoimento para o livro *Os anos de chumbo.* Op. cit. (sobre a morte de Aurora Furtado).

Nota à quinta edição: A morte de Luís Andrade de Sá e Benevides (e de sua companheira Míriam Lopes Verbena) em acidente de trânsito, conforme escrevi, foi confirmada pela investigação a que procedeu a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Não se comprovou a versão segundo a qual o desastre do automóvel dirigido pelo militante do PCBR teria sido provocado por perseguição policial. Cf. “Entidade derruba versão sobre morte”. *Folha de S.Paulo*, 4 ago. 1996.

A guerrilha abafada

Para a esquerda armada, a guerrilha urbana devia ser preparatória da guerrilha rural. Nenhuma das organizações empenhadas na guerrilha urbana chegou à guerrilha rural. Algumas dezenas de pequenas bases foram esboçadas em regiões agrícolas, com famílias camponesas e, eventualmente, combatentes treinados. A compra de sítios e fazendas pelas organizações clandestinas incentivou as transações de terras naqueles anos. Com pequeníssima fração, está claro. Quando não sofreram o desmantelamento por intervenção do inimigo, essas bases da projetada guerrilha rural se desativaram por si mesmas.

Unicamente o PC do B conseguiu preparar e efetuar verdadeiras operações de guerrilha rural. Se considerarmos a fase de preparação de seis anos, cabe concluir que se tratou de notável façanha. A própria guerrilha esteve ativa durante cerca de dois anos, o que representou façanha ainda mais notável.

Alguns fatores favoreceram este resultado. Antes de tudo, o PC do B se afastou por completo da luta armada nas cidades. Resolveu seus problemas logísticos sem precisar recorrer a ações expropriatórias e ficou poupado dos efeitos desgastantes, que elas provocaram nas outras organizações. Nas cidades – consideradas cenário de segunda ordem –, o PC do B se dedicou ao proselitismo discreto e à propaganda sem estardalhaço, o que não atraiu a atenção dos órgãos da repressão policial. Em consequência, sofreu poucas prisões de militantes até 1972 (uma delas, no final de 1969, a de Diógenes de Arruda, dignificado pelo comportamento diante dos torturadores da OBAN).

O PC do B pôde, em suma, concentrar recursos humanos e materiais na estruturação da sua base guerrilheira, no que revelou extraordinária capacidade organizativa. A partir de 1967, fixou-se à margem esquerda do rio Araguaia, no Sul do Pará, um grupo de militantes com treinamento na China: Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), João Carlos Haas Sobrinho, André Grabois, José Humberto Bronca e Paulo Mendes Rodrigues. Paulatinamente, sobretudo a partir de 1970, chegaram outros militantes e o total atingiu 69, dispersos ao longo de um arco estendido de Xambioá até Marabá.

A introdução destas dezenas de militantes, sua adaptação e treinamento de combate no próprio local – tudo isto exigiu sagacidade e soluções criativas. Os relatos de José Genoíno Neto – sobrevivente, porque aprisionado no primeiro dia do ataque inimigo – permitiram a reconstituição da fase anterior às campanhas guerrilheiras.

O prolongado período de preparação seria inviável sem a escolha deliberada da área de atuação e do tipo de trabalho com a população. A área se caracterizava pelo povoamento recente, baixo nível de conflitos sociais e insignificância econômica. O aparelho repressivo do Estado – uns minguados elementos da Polícia Militar – tinha ali presença ínfima e era coisa rotineira a chegada de gente nova numa região de fronteira agrícola. Da sua parte, os futuros guerrilheiros se inseriram na população e seguiram rigorosamente a norma de evitar toda e qualquer atuação política. Assumiram atividades de lavradores e pequenos negociantes e se restringiram a uma prática assistencial: ensino nas escolas, mutirões, pequenos serviços de enfermagem, participação nas festividades e, vez por outra, nas pendências costumeiras com grileiros.

Ao começar o ano de 1972, três destacamentos de guerrilheiros estavam treinados e arregimentados para a luta. Reuniam 69 militantes do PC do B, tendo como comandantes de destacamentos João Borges Ferreira, Osvaldo Orlando da Costa e Paulo Mendes Rodrigues. No comando geral, constituiu-se uma comissão militar composta por Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, João Carlos Haas Sobrinho, Gilberto Olímpio e Libero Giancarlo Castiglia. O contingente guerrilheiro dava conta de uma área de cerca de 7 mil quilômetros, coberta de floresta tropical. Sob o aspecto numérico, previa-se até o final do ano a incorporação de mais uns poucos elementos, o que completaria o efetivo julgado ideal para o desencadeamento da guerra popular.

Na composição do contingente, verifica-se grande predomínio de militantes oriundos da classe média. Segundo dados compilados por Romualdo Pessoa Campos Filho – insuspeito por seu viés a favor do PC do B –, 44% eram estudantes universitários e 8%, secundaristas. A eles se juntavam 16% de profissionais liberais (médicos, professores, advogados etc.) e 12% de comerciários, bancários e outros.

Ou seja, 72% dos militantes engajados na guerrilha procediam das camadas médias. Os operários não eram mais do que 6% e os camponeses, incluindo os procedentes da própria região, somavam 22% do total. Evidencia-se, segundo estes dados, o fraquíssimo enraizamento do PC do B na classe operária e no campesinato, as categorias sociais básicas, segundo sua própria doutrina, para o êxito da luta revolucionária.

Naquele momento, a guerrilha urbana já se achava em extinção, mas isto não importava do ponto de vista da direção do PC do B. Afinal, o decisivo era mesmo o campo, não a cidade. Demais disso, João Amazonas e seus companheiros tinham como certo que o governo Médici era cada vez mais instável, desprovido de base social e politicamente desmascarado diante das massas. Como não partir para a guerra popular, seguindo os ensinamentos do camarada Mao Tse-tung?

Assim, o começo da luta por iniciativa do Exército, a 12 de abril de 1972, antecipou de pouco tempo o que estava planejado pela Comissão Militar no Araguaia. Como a experiência demonstra acerca desse tipo de preparação clandestina, cedo ou tarde a base teria sua existência exposta por elementos desertores ou obrigados a se retirar devido à inadaptação, necessidade de tratamento de saúde ou algum outro motivo. O Relatório Arroyo atribuiu a delação a Pedro Albuquerque, estudante cearense que, junto com sua companheira (grávida, na ocasião), abandonou a guerrilha, em novembro de 1971, tendo sido preso no aeroporto de Fortaleza. Nos círculos dirigentes do PC do B, considera-se, porém, que, antes de Pedro Albuquerque, a primeira informação obtida pelas Forças Armadas veio de outra militante, Lúcia Regina de Souza Martins, que se retirou da área para tratamento de saúde em Anápolis e dali desertou para São Paulo.

Demonstrando boa vigilância, a base guerrilheira, até então encoberta, recebeu em posição de combate o ataque das tropas inimigas. Estas é que não estavam treinadas e equipadas para a luta na selva. O Exército ainda não aprendera a lição do Vale do Ribeira. Utilizou unidades de conscritos, sem preparação especializada de contraguerrilha na floresta. Fracassaram na tentativa de penetrá-la, ao passo que os guerrilheiros se moviam nela com facilidade, infligiam baixas ao adversário e conservavam o grosso do seu contingente.

Sob o comando do general Antônio Bandeira (um dos nomes das listas de torturadores), a frustrada investida do Exército se encerrou em julho. A região ficou submetida à ocupação militar-policial e um regime de brutalidade aterrorizante se abateu sobre a população. Os agentes do governo visavam a não só descobrir colaboradores dos guerrilheiros como deixar bem marcada a punição para quem lhes manifestasse simpatia.

Uma segunda campanha do Exército, com um efetivo estimado em cinco mil soldados, não alcançou melhor resultado em setembro-outubro de 1972. A tropa saiu da região e os guerrilheiros puderam deixar o abrigo da selva e incursionar pelos povoados.

Só então, quando nada restava para continuar encoberto, é que o grupamento guerrilheiro se lançou a um trabalho político junto à população local. Com este objetivo, proclamou-se a criação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), cujo programa de 27 pontos resumiu reivindicações dos trabalhadores e camadas médias da região. Se o programa revelou visão concreta e argúcia tática, o efeito prático resultou insignificante. O trabalho político já começava vinculado à mais alta forma de luta revolucionária – a luta armada direta contra o Estado, representado pelo Exército. Convidava-se a população a apoiar esta luta e mesmo tomar parte nela, sem ter passado pela mediação de formas de luta inferiores e adquirido, no processo, a convicção da necessidade de pegar em armas.

O trabalho político quase nada alcançou do ponto de vista do recrutamento de novos combatentes saídos da própria massa, enquanto já era impossível receber reforços enviados de fora pelo PC do B. Conforme o Relatório de Ângelo Arroyo – que conseguiu escapar da área conflagrada no começo de 1974 –, o grupamento guerrilheiro diminuiu para 56 combatentes, quando se defrontou com a terceira campanha do Exército.

A Comissão Militar juntou os três destacamentos, movida pela ideia de que a concentração do efetivo permitiria ações de maior envergadura. As duas vitórias de 1972 firmaram o comando na decisão de permanecer na mesma área de floresta, onde supunha que os guerrilheiros conservariam condições de defesa inexpugnável. Pode-se indagar se não teria sido preferível a alternativa da movimentação através de outras áreas, apesar da desvantagem do seu desconhecimento concreto. Da minha parte, penso que o resultado não seria diferente. Qualquer que fosse a opção militar, padeceria do mesmo defeito essencial da carência de apoio político nas massas em nome das quais os combatentes do Araguaia se batiam com tanto destemor.

Duas derrotas deixaram evidente que a tática do Exército precisava mudar. Os generais afinal aprenderam a lição. Enquanto infiltravam agentes de inteligência na zona conflagrada, treinaram no Sul, em absoluto segredo, profissionais especializados em contraguerrilha na selva. A Brigada de Paraquedistas, comandada pelo general Hugo de Abreu, forneceu a maioria desses profissionais. O comando geral da operação foi assumido pelo general Milton Tavares de Sousa, chefe do CIE. Ao

mesmo tempo, criou-se a Ação Cívico-Social (ACISO), departamento incumbido de atividades assistenciais, tendo em vista combinar o terror repressivo generalizado ao efeito suasório dos serviços de médicos e dentistas junto a uma população inteiramente desassistida.

A terceira campanha começou a 7 de outubro de 1973. Não se dispõem de dados oficiais, mas se fazem avaliações segundo as quais reuniu cerca de três mil soldados. Aproximadamente 250 se incumbiram do combate direto aos guerrilheiros, dentro da selva. De propósito, o momento escolhido pelos chefes militares foi o da estação chuvosa, que, por vários motivos (inclusive o da impossibilidade prática de apagar as pegadas), aumentava as dificuldades para os guerrilheiros. Ao invés de conscritos bissonhos, agora vinham paraquedistas em pequenos grupos, protegidos e coordenados, portando fuzis FAL e metralhadoras leves. Já o armamento dos guerrilheiros era bem inferior e nada melhorou no curso da luta. Poucas metralhadoras, armas individuais de longo alcance de tipo antiquado e em número insuficiente, munição cada vez mais escassa. Helicópteros sobrevoavam a área conflagrada com frequência, obrigando os combatentes revolucionários a cuidados exaustivos.

Cercados, colocados na defensiva, sem qualquer possibilidade de reposição de baixas (ao contrário do inimigo), os guerrilheiros iam sendo dizimados. Nos últimos dias de dezembro de 1973, os paraquedistas penetraram no reduto da Comissão Militar. Maurício Grabois e Haas Sobrinho morreram em combate. Já haviam tombado Dinalva Teixeira (Dina), José Francisco Chaves, operário comunista desde 1935, André Grabois, filho de Maurício. Reduzido a menos da metade, o grupamento guerrilheiro estava condenado à extinção. Os sobreviventes foram sendo abatidos inapelavelmente. O tiro de um jagunço derrubou o gigante negro Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, amigo da gente do Araguaia, o mais temido dos lutadores. Atado a um helicóptero, seu corpo foi exibido aos povoados da região.

Entre janeiro e março de 1974, a campanha estava concluída com a destruição completa do núcleo guerrilheiro. Por tarefa da Comissão Militar, Ângelo Arroyo conseguiu furar o cerco dos inimigos e chegar a São Paulo, sendo de sua autoria o relato mais circunstanciado da guerrilha feito por um dos seus participantes.

No estágio atual das pesquisas, considera-se que o total de combatentes mortos no Araguaia alcança a cifra de 76, sendo 59 militantes do PC do B e 17 recrutados na região. Há alusão a documentos do Exército, ainda não publicados, que dão a cifra de 92 mortos, também admitida pelo general Leônidas Pires Gonçalves, no depoimento que prestou para a série do CPDOC sobre a memória militar. Talvez aí se incluam

mais pessoas da região, que os militares executaram por suspeita, fundada ou não, de colaboração com os guerrilheiros.

Do lado das Forças Armadas, informação publicada pelo *Jornal do Brasil* dá um total de 16 baixas fatais.

Na terceira campanha, a orientação aplicada pelas Forças Armadas, sob o comando principal do general Milton Tavares, foi a do extermínio físico completo, inclusive dos prisioneiros. Nenhum guerrilheiro devia sobreviver e todos os vestígios da ação militar deviam ser apagados. Passados muitos anos, revelações estarrecedoras vieram a público. Entrevistado pela *Veja* (edição de 13 out. 1993), Pedro Corrêa Cabral – coronel da Aeronáutica e autor de um romance baseado nos fatos por ele vivenciados –, relatou como fez numerosos voos pilotando um helicóptero, que conduzia prisioneiros ao interior da selva, onde desapareciam. Cadáveres de guerrilheiros eram desenterrados e amontoados para serem incinerados em grandes fogueiras. Na execução de prisioneiros, destacou-se o então capitão do Exército Sebastião de Moura Rodrigues, vulgo Sebastião Curió.

A ação das Forças Armadas ficou documentada pelo dossiê organizado por um participante anônimo da operação militar e publicado pelo jornal *O Globo*. Fotos e fichas provam, de maneira irrefutável, que prisioneiros foram torturados e executados. O jornal carioca salientou que, pelo menos, nove guerrilheiros dados como desaparecidos foram comprovadamente mortos depois de presos pelas Forças Armadas. Um desses desaparecidos é Dower Cavalcante, que aparece, numa foto, vivo e de mãos amarradas para trás levando uma bofetada. Manuel Leal de Lima, vulgo Vanu, que serviu de guia aos soldados do Exército, relatou como tropas comandadas por Sebastião Curió fuzilaram Lúcia Maria de Souza (Sônia), depois de ferida e já aprisionada.

Se, nas duas campanhas anteriores, houve prisioneiros que sobreviveram, como Glênio Sá (autor de um diário da guerrilha), o contrário sucedeu na última campanha. Nesta, o Exército brasileiro deu continuidade à tradição genocida da guerra do Paraguai e da campanha de Canudos.

A guerrilha do Araguaia foi abafada e escondida como vício nefando. Devia ser extirpada, porém de tal maneira que não suscitasse imitadores. Desde que o problema se apresentou, o governo Médici decidiu ocultá-lo na treva cósmica. A censura total impediu que os meios de comunicação divulgassem notícias sobre o que acontecia no Sul do Pará. Única exceção: o furo de *O Estado de S. Paulo*, a 24 de setembro de 1972, e do *Jornal da Tarde*, no dia seguinte, com extensas reportagens sobre a segunda campanha do Exército. Depois disso, novamente o silêncio ininterrupto.

O governo Médici resolveu também que a guerrilha do Araguaia não devia produzir efeitos judiciais, precisamente a fim de evitar repercussões públicas. Em consequência, não houve réus acusados de terem pegado em armas no Sul do Pará. A acusação judicial contra José Genoíno não incluiu qualquer referência à sua participação na guerrilha. Todos os guerrilheiros mortos em combate ou assassinados após a captura sumiram em sepulcros ignorados. Até hoje, as campanhas do Araguaia nunca tiveram menção explícita em documentos oficiais. As Forças Armadas jamais divulgaram dados sobre sua atuação no episódio.

Em consequência, foi como se a guerrilha não existisse para o povo brasileiro. Com os paupérrimos meios de propaganda de que dispunha, o PC do B mal supria restritos círculos da esquerda. Em quase todo o País, as massas ignoraram o conflito armado no Sul do Pará. No Congresso, ninguém falou nele. Parecia ocorrer em Marte ou Júpiter.

Somente a partir de 1978 é que jornais e revistas começaram a investigar a guerrilha do Araguaia e a recuperá-la como fato histórico.

Algo muito diverso do que se verificou com a guerrilha de Guevara na Bolívia. Logo repercutiu intensamente em La Paz e recebeu destaque na imprensa internacional. O governo de René Barrientos sofreu mesmo um princípio de desestabilização, sem progresso porque não existia conexão entre a guerrilha e as forças políticas e sindicais bolivianas. A certa altura do seu diário, o comandante Che se lamenta: *“ah, se tivesse mais cem guerrilheiros...”* De maior significação teria sido o apoio de forças políticas organizadas. Com elas, viriam também os guerrilheiros, cem ou centenas.

As guerrilhas da Bolívia e do Araguaia se assemelharam, contudo, sob o aspecto da evolução das forças militares. Em ambos os casos, a fase inicial se mostrou favorável aos guerrilheiros. Estes urdiam emboscadas bem-sucedidas, ao passo que as tropas do exército atuavam de maneira inadequada e sofriam numerosas baixas. O desenvolvimento da luta inverteu a situação. Aumentou a eficiência do exército, enquanto os guerrilheiros, separados das massas camponesas, tinham baixas irreparáveis e viam dramaticamente reduzido o potencial de combate.

Paradoxal foi que a guerrilha do Araguaia, planejada para desfechar a guerra popular prolongada segundo o modelo maoísta, reproduzisse, no essencial, a tática do foquismo castro-guevarista. Ou seja: nenhum trabalho político prévio, início da luta por um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando etc.

A derrota do Araguaia provocou efeitos arrasadores para o PC do B. Perdeu dirigentes tarimbados, como Maurício Grabois, e dezenas dos melhores dentre os jovens militantes. E se tornou alvo privilegiado da atenção dos DOI/CODI, como

pôde constatar Ozeas Duarte de Oliveira. No final de 1972 e princípios de 1973, as garras da repressão se fecharam sobre Luís Guilhardini, Carlos Danielli, Lincoln Oest e Lincoln Bicalho Roque, membros do Comitê Central e os três primeiros da Comissão Executiva. Supliciados com ferocidade, deixaram exemplos de firmeza revolucionária na situação extrema da tortura e morreram sem nada ceder ao inimigo. A repressão penetrou mais fundo e destruiu organismos inteiros do PC do B, como sucedeu na Guanabara.

Estas perdas apressaram a incorporação da AP, processo que se desenvolveu com dificuldade a nível das bases e do escalão intermediário. Metade do Comitê Central do PC do B se preencheu com dirigentes vindos da AP. Enquanto isto, a direção do PC do B escondia dos militantes, até o final de 1976, a derrota sofrida no Araguaia. Em agosto daquele ano, a Comissão Executiva aprovou o documento intitulado *Gloriosa Jornada de Luta*, que comunica o término da guerrilha sob a forma de dispersão temporária dos combatentes e não do seu aniquilamento. Contornou-se e mascarou-se a autocrítica pela apresentação da luta como conflito regional de posseiros e não como ato projetado para início da guerra popular.

Pedro Pomar já de antes desenvolvia restrições ao projeto do Araguaia. Mais uma vez se destacando pela inteireza pessoal e pela coragem política, contestou o informe de Arroyo num texto em que pôs à luz duas questões fundamentais: 1ª) a necessidade de reconhecer a derrota completa do objetivo de desencadeamento da guerra popular; 2ª) o erro principal da subordinação do fator político ao fator militar, com subestimação do papel do partido. Bastaria mais um avanço da análise para que Pomar caracterizasse a inspiração foquista do plano aplicado pelo PC do B.

Segundo atestam Wladimir Pomar e José Gomes Novais, presentes à reunião do Comitê Central de dezembro de 1976, registrou-se nela a maioria de sete a dois a favor da posição de Pedro Pomar. A colaboração de Jover Telles com o Exército, estabelecida ao que tudo indica pouco antes, deu à reunião um final de catástrofe, que tomou o nome de Chacina da Lapa. Perderam a vida Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Baptista Franco Drummond, enquanto os demais foram presos e torturados pelo DOI/CODI. Somente José Novais conseguiu escapar, favorecido pela sorte de ter saído do aparelho na mesma viagem de carro em que ia o delator Jover Telles.

A fulminante intervenção repressiva produziu dois efeitos. Deixou o PC do B desarticulado e desprovido de direção nacional atuante no Brasil até 1980. E inverteu a correlação de tendências no Comitê Central em favor das posições de Amazonas, em viagem pela Albânia por ocasião da reunião da Lapa. Veterano nas manobras da luta interna, Amazonas consolidou sua maioria e obrigou numerosos dirigentes e

milитantes em divergência a se excluírem do partido. Desta cisão surgiu, no começo dos anos 1980, o Partido Revolucionário Comunista (PRC).

Até hoje, o PC do B não distingue o valor perene dos combatentes do Araguaia da necessidade autocrítica com relação ao erro político da concepção da guerrilha. O Sexto Congresso, realizado em 1982, limitou-se a explicar a derrota por insuficiências e desacertos de natureza militar.

Tal negação da autocrítica veio acoplada ao libelo contra o maoísmo e à singulárrissima descoberta de que somente a Albânia stalinista permanece fiel ao socialismo. Ainda por ocasião da morte de Mao Tse-tung, a direção do PC do B exaltou sua glória eterna e se derramou em elogios à “(...) *personalidade mais destacada do movimento comunista mundial contemporâneo*”, como se pode ler em *A Classe Operária* (n. 110, setembro de 1976). A partir de 1978, passou a vituperá-lo. Declarou que Mao nunca foi marxista, nunca passou de um líder nacionalista e democrático-burguês.

Diante de tamanha incoerência, disfarçada por fiapos de desculpas, não se pode deixar de indagar: como, durante tantos anos, se confundiu um democrata burguês com um marxista? Não um marxista qualquer, porém aquele proclamado o maior da época atual. Se houve sinceridade na abjuração do culto a Mao Tse-tung professado pelo PC do B, conclui-se que o culto se deveu à cegueira de quem ignora ou mal estudou o marxismo. Se não se deveu à cegueira, então não passou de manobra interesseira.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevistas de Ozeas Duarte de Oliveira e José Gomes Novais, cit.; Entrevista de Wladimir Pomar. São Paulo, 18 mar. 1987; Entrevistas de João Amazonas. *Pasquim*, 30 nov. 1979. *Movimento*, 22 set. 1980. *Senhor*, 21 ago. 1985; Amazonas, João. *O revisionismo chinês de Mao Tse-tung*, São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1931; Id. *Pela liberdade e pela democracia popular*. São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1982; “Gloriosa Jornada de Luta”. Resolução da direção nacional do PC do B, set. 1976. *Movimento*, 28 out. 1979; Pomar, Pedro. “Guerrilha: as razões da derrota”. *Movimento*, 23 abr. 1979; *A Classe Operária*, n. 110, set. 1976. Edição especial dedicada a Mao Tse-tung. Mimeogr.; *Informe Político ao Congresso do PC do Brasil* (6º). 1982; *Estudo Crítico acerca da Violência Revolucionária*. Aprovado na Assembléia Final do Congresso do PC do Brasil (6º); Entrevistas de José Genoíno Neto. *Movimento*, 17 jul. 1978, 17 set. 1979. *Jornal da Tarde*, 16 jan. 1979; “Carta de Elza de Lima Monnerat”. *IstoÉ*, 4 set. 1985; *O Estado de S. Paulo*, 24 set. 1972. *Jornal da Tarde*, 25 set. 1972 (sobre a segunda campanha do Exército

no Araguaia); *Folha de S.Paulo*, 17 dez. 1976 (sobre a Chacina da Lapa); *Coojornal*, jul. 1978; *Movimento*, 17 jul. 1978; *Veja*, 6 set. 1978; *O Estado de S.Paulo*, 10 out. 1982; Costa, Raymundo. “Novidades do *Front*”. *IstoÉ*, 4 set. 1985; *Guerrilha do Araguaia. 1972-1982*. (Inclui o Relatório de Ângelo Arroyo.) São Paulo, Ed. Anita Garibaldi [s.d.]; Dória, Palmério et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978; Portela, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. 3. ed. São Paulo, Global, 1979; Pomar, Wladimir. *Araguaia, o partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980; Sá, Glênio. *Araguaia – relato de um guerrilheiro*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1990; Vários autores. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Ed. Anita, 1996; Sautchuk, Jaime. *Luta armada no Brasil dos anos 60 e 70*. São Paulo, Ed. Anita, 1995; Campos Filho, Romualdo Pessoa. *A guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas*. Goiânia, Ed. da UFG, 1997; Dias, Etevaldo e Brasiliense, Ronaldo. “Um mistério chega ao fim”. *Jornal do Brasil*, 23 mar. de 1992; Gama, Rinaldo. “O fim da guerra no fim do mundo”. *Veja*, 13 out. 1993; Cabral, Pedro Corrêa. *Xambodá–guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro, Record, 1993; Leonidas Pires Gonçalves. Depoimento para o livro *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Op. cit.; “Dossiê Araguaia”. *O Globo*, 28, 29 e 30 abr., 1, 2 e 5 maio 1997.

Nota à quinta edição: Pesquisas desenvolvidas após a última edição deste livro confirmaram a responsabilidade de Manoel Jover Telles pela delação do local da reunião do comitê central do PC do B, realizada entre 14 e 16 de dezembro de 1976. Graças à sua colaboração, puderam os DOI/CODI do I e do II Exércitos coordenar e implementar a operação policial que resultou na captura dos participantes daquela reunião e no assalto à casa de nº 767 da rua Pio XI, no bairro paulistano da Lapa. A implicação de Telles também recebeu confirmação do lado de participantes da repressão, ou seja, do general Leonidas Pires Gonçalves, então comandante do DOI/CODI do I Exército (cf. entrevista a *Veja*), e do ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto, então analista do DOI/CODI do II Exército (cf. entrevista reproduzida no livro de Rocha Pomar). O próprio delator reforçou os indícios, que o comprometem, nas oportunidades em que se defendeu diante de jornalistas. Cf. Brasiliense, Ronaldo. “O Exército tinha agente dentro do PC do B” *Jornal do Brasil*, 5 abr. 1992; Mitchell, José. “Jover Telles nega tudo e diz que nunca foi traidor”. *Ibid.*; Americano, Luiz e Zaidan, Patrícia. “A mancha da traição”. *Veja*, 14 ago. 1996 (com declarações do general Leonidas Pires Gonçalves); Pomar, Rocha. *Massacre na Lapa. Como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B*. 2. ed. São Paulo, Scritta, 1976.

Vivências do DEOPS e do Presídio Tiradentes

Nas últimas palavras divulgadas ao público, pronunciadas no leito da agonia e recolhidas pela filha, Irmã Maria Teresa OSB, o escritor Tristão de Athayde se referiu ao horrível sofrimento a que o submetia a doença:

Há um limite ao sofrimento. Ou então, perdemos a linha, a compostura, o amor. Agora compreendo o poder da tortura! Quem é que pode resistir? Só Cristo pôde resistir. Ele é Deus.

Adversário de primeira hora da ditadura militar, o pensador católico deve ter refletido muitas vezes sobre a tortura institucionalizada no Brasil. Imaginou que o transe doloroso da doença lhe dava sua intuição imediata.

Existe uma diferença substancial entre a situação do enfermo no quarto de hospital e a do prisioneiro político na câmara de tortura. Tristão de Athayde temeu perder o que a palavra decoro pode resumir. Somente sua pessoa estava em causa. Já o prisioneiro político sabe que vai entregar companheiros aos tormentos e talvez à morte, se ceder informações exigidas. Estão em causa sua pessoa, seus companheiros, seu partido, a razão de sua luta.

Desde que me tornei militante do PCB, no remoto ano de 1942, ouvi e li centenas de narrativas sobre torturas. De comunistas brasileiros e estrangeiros. Vasta literatura em muitas línguas exalta os heróis vencedores da provação imposta pelo inimigo. Folhetos ensinam ao neófito o comportamento correto, quando chegar o seu dia. Com a autoridade de quem não se dobrou aos verdugos, durante a prisão em 1936, Marighella escreveu um desses folhetos, difundido nos anos 1950: *Se Fo-*

res Preso, Camarada... O militante comunista interioriza a norma moral que deve fortalecê-lo diante da situação de tortura.

No segundo semestre de 1969, atravessei uma fase de angústia pesada. Rompera com o reformismo pacifista do PCB, convicto de que nenhuma revolução se efetiva senão pela luta armada, mas discordava da opção militarista adotada por muitas organizações da esquerda brasileira. Via que o PCBR, partido do qual era um dos fundadores e dirigentes, começava a trilhar o mesmo caminho. No ambiente da esquerda radical, imperava então a disjuntiva irreconciliável e avassaladora: reformismo pacifista e degradante do PCB ou luta armada imediata, sob formas de foquismo e terrorismo. Ambas as pontas da disjuntiva repugnavam à minha formação marxista.

Limitei-me a ganhar tempo, na vaga expectativa de que a experiência ensinasse alguma coisa. Tinha muito pouca margem de manifestação escrita e oral. Mas disse o que pensava em reuniões clandestinas. Uma delas com um grupo de arquitetos, que não aceitou os meus argumentos e, tempos depois, despencou num fim-de-linha infeliz. Do ponto de vista pessoal, não tomei parte em nenhuma ação armada, posição acompanhada sem vacilação por Valdizar, Aytan, Sister e outros militantes de São Paulo. Na incerteza crescente da clandestinidade, sobrevivi penosamente com o trabalho de tradutor. Recebia encomendas de editoras por intermédio de amigos, aos quais aqui expresso gratidão.

Confesso que minha visão acerca do futuro próximo da esquerda era obscura e não me iludia sobre o momento em que eu próprio me veria alcançado pela avalanche de prisões. Nunca me passou pela cabeça a opção de sair do País e procurar refúgio no exterior. Para ter razão, eu precisava fincar pé no Brasil e pagar o mesmo preço que os companheiros estavam pagando.

Sem nenhuma ideia de quedas do PCBR no Rio e em São Paulo, fui à casa de um companheiro na noite de 20 de janeiro de 1970, conforme combinado. Chovia e eu segurava o guarda-chuva aberto, quando a janela do apartamento térreo se escancarou e apareceram à minha frente uma carabina, uma metralhadora e um revólver 38. Primeira resposta de algum neurônio no meu cérebro: são marginais que assaltaram a casa. Claro, preferível que fossem marginais. Mas eram tiras da polícia política. Pior ainda: homens do Esquadrão da Morte. Um deles, o de carabina, João Carlos Tralli, o Trailer, tão perverso quanto o chefe Fleury. Numa fração de segundo, já as algemas atavam os meus pulsos.

De nada adiantou a cédula de falsa identidade que trazia no bolso. A caminho do Largo General Osório, um dos tiras comunicou pelo rádio do carro que estavam levando Jacob Gorender.

No terceiro andar do DEOPS, o investigador Rubens Pacheco de Souza, o Pacheco, ordenou:

– Não quer falar, vai pro pau.

Empurraram-me até uma sala, onde identifiquei certos implementos: duas mesas paralelas e separadas com uma grossa trave de madeira apoiada em ambas, a maqui-ninha com a manivela e os fios, um funil, cordas, bastões etc. Tiraram-me a roupa e, desnudado, encostaram-me à parede. Eis que entra, impecável de terno e gravata, mas vociferando do alto de sua enxúndia, o delegado Ivair Garcia de Freitas. A sala se encheu de tiras. Muito falante, o delegado Rui Francischini Prado, em prisão especial por acusação de assassinato, aproveitava o ócio para ajudar os colegas torcionários.

Um burocrata leu minha ficha e observou:

– Hoje é o dia do aniversário dele. Quarenta e sete anos.

Não me lembrava da data, o que é habitual comigo. Mas aquele seria o menos esquecível dos aniversários. Mais tarde, na cela solitária, saltaram da memória os dois primeiros versos de um soneto de Camões:

O dia em que nasci morra e pereça,
Não o queira jamais o tempo dar.

A função começou por uma dose de choques elétricos. A intervalos, novas doses. O delegado Ivair distribuía instruções com profissionalismo. Vez por outra, reclamava do exagero do serviço. Mas o serviço prosseguia. Depois de pontapés e *telefones* (tapas atordoantes e simultâneos nos dois ouvidos), alguns aplicados pelo próprio Ivair, chegou a vez do pau-de-arara. Trailer, o especialista, na hora se gabou de já ter dependurado até um pernetá. De pés e mãos atados por cordas, seguro à trave de face para cima, eu ia recebendo choques elétricos em várias partes do corpo, queimaduras na planta dos pés, *telefones*. A água derramada sobre o corpo aumentava o efeito da eletricidade. Fizeram o *afogamento*: introdução de água pelas narinas por meio de um funil. Com a cabeça inclinada para baixo, a água entope o nariz, sai pela boca e provoca sensação de asfixia. Atento a meu nível de resistência física, Ivair ordenava interrupções e eu era depositado no chão, continuando com a trave no meio dos pés e mãos atados. Repetiam-se as perguntas e ameaças. Terminado o intervalo, novamente me alçavam no pau-de-arara.

Creio que depois de seis horas de tortura, lá pelas três da madrugada, suspenderam a função e mandaram que me vestisse. O corpo muito dolorido, caminhei com dificuldade até largo recinto. Indicaram confortável poltrona para me acomodar e defronte, em torno de pesada mesa estilo antigo, se sentaram os tiras, meia dúzia. O

resto da noite ia ser empregado na pressão psicológica. Perguntas sempre as mesmas, deboche, insultos. Tudo vil e nojento. Pela ampla vidraça da janela fechada, observei do outro lado do Largo o letreiro luminoso do Hotel Flórida. Invadiu-me sensação de asco insuportável. Um pensamento: terei de aguentar esta canalha dias infundáveis. Não vale a pena.

Tomei a decisão e de repente minha consciência se apagou. Quando saí da escuridão, me vi sentado de novo na poltrona, dos pulsos abertos vazava sangue, percebi o buraco na vidraça quebrada da janela. Ao redor, os tiras de pé me olhavam com fúria e ódio. Um deles falou:

– Reparei que ele se mexia e desconfiei. Você queria se livrar da gente, seu filho da puta?

Um enfermeiro fez curativos nos ferimentos e estancou a hemorragia. Carregaram-me através de comprido corredor. Em sentido contrário, vinha o delegado Ivair. Já não de terno, mas de pijama. Irradíssimo pelo corte do sono, gritou para mim:

– Não adianta. Ou fala ou vai sofrer mais do que Jesus Cristo.

Nem tanto. Não fui crucificado.

Às sete da manhã, introduziram-me na carceragem, um porão pouco abaixo do andar térreo do edifício. Fecharam-me na cela solitária do *fundão* e só vieram me buscar pouco depois de uma hora da tarde. Ladeado por dois tiras, subi pelo elevador ao terceiro andar, onde me puseram diante do próprio Fleury. Muito bem trajado, alto, um tanto gordo, um começo acentuado de calvície, disse em tom frio:

– Você é meu prisioneiro.

Deram-me uma cadeira para sentar e, pouco depois, veio um médico. Cabelos arruivados cortados rente, rosto sanguíneo, corpo seco de altura acima da média, aparência de quarenta anos. Aplicou-me o estetoscópio, mediu a pressão e as pulsações, apalpou-me. Bordado em azul no bolso do avental branco, um nome: Dr. Damasco. Feito o exame sumário, disse a Fleury com jeito debochado, esticando a última palavra:

– Ele está beem...

Uma vez que o pau-de-arara agravaria os ferimentos dos meus pulsos e provocaria hemorragia, deixaram-no de lado e se concentraram nos choques elétricos. Com base em narrativas de outros presos, concluiu que não foram os mais fortes. Como se sucederam durante muitas sessões e bombardeavam de preferência o cérebro, ao qual chegavam através dos fios presos aos lóbulos das orelhas, sentia certa perda do autocontrole. Fiquei cada vez mais inquieto e quase desesperado a respeito do que pudesse ter dito de indevido nesse estado de instável domínio subjetivo. Duas ve-

zes, conduziram-me ao gabinete de Fleury. O homicida descreveu o descalabro do PCBR, elogiou delatores, citou nomes de presos. Faltava o de Mário Alves. Fiquei intrigado e com a primeira impressão de que o pior tinha acontecido.

Passados vários dias, resolveram encerrar a tortura e fui entregue às mãos de Luís Apolonio, a fim de prestar depoimento tomado a termo por escrito. Pelas suas perguntas, percebi que o descontrole, que tanto me inquietou, havia sido ineficaz. Nada me tiraram de comprometedor para os companheiros.

Ainda ágil nos seus setenta anos, Luís Apolonio era o mais famoso investigador da polícia política paulista. Fez grandes estragos no PCB nos anos 1930 e tinha no currículo os interrogatórios de dezenas de comunistas, inclusive Marighella. Embora lhe faltasse graduação universitária, lecionava na Academia de Polícia e recebia o tratamento de professor. Para começar, fala em tom cordial e aviso de que não usava torturas. Óbvio: já lhe entregavam os prisioneiros triturados e nada impedia que desfrutassem de novo os embalos do pau-de-arara.

Afasto decididamente a pretensão de me apresentar como herói ou como exemplo. Do meu relato não excluí os momentos de temor e desespero. Só não renunciei à luta.

Prestei o depoimento da fase policial em condições de aguda debilitação física e num ambiente de terror onipresente. Duelava contra um inquisidor habilidoso. Cada palavra solta se tornava definitiva, não poderia refazer o texto, como acontece no trabalho do escritor e jornalista. Se estas não eram circunstâncias incomuns, estou entre aqueles presos políticos que não se retrataram do depoimento da fase policial ao comparecerem perante o tribunal militar, sem que desta confirmação resultasse qualquer acusação contra outras pessoas. Por deliberação calculada, declarei apenas um ato incriminador contra mim mesmo: o de participante na fundação do PCBR. Era a minha definição de marxista engajado.

Depois de mês e meio, tiraram-me da solitária do *fundão* e me colocaram numa cela coletiva. A próxima fase seria o Presídio Tiradentes.

No porão do DEOPS, todos os encarcerados se achavam sujeitos à tortura. Quando soava, a campanha da carceragem produzia taquicardia generalizada. Tanto podiam ser presos recém-chegados ou tiras que vinham buscar algum prisioneiro para interrogatório no terceiro andar. O Presídio Tiradentes significava proteção judicial, uma vez que só então a detenção deixava de ser sigilosa e incomunicável e se formalizava na Auditoria Militar.

Raras vezes, assisti a exultação tão forte, quase delirante, quanto a de Genésio de Oliveira, ao lhe comunicarem a transferência para o Tiradentes. Não era sem justificação. Quatro meses de DEOPS e perversidades de alto grau não vergaram o peque-

no e bravo Genésio. Por fim, ia ganhar um respiro. Filho de camponeses cearenses, este militante simples, desprovido de sofisticação cultural, passou sem mácula pela prova da crueldade extrema que os homens inventaram para os homens.

Dois ou três dias após chegar ao Presídio Tiradentes, verifiquei que a segurança individual era ali mais relativa do que se dizia. Correu pelas celas a notícia da volta de frei Tito e assim que ele subiu a escada do Segundo Pavilhão, amparado por carcereiros, um só grito de 150 presos ecoou no vão a céu aberto:

– Tito! Tito!

Com autorização judicial do auditor Nélson Machado Guimarães, frei Tito de Alencar foi retirado do Presídio Tiradentes pelo capitão Maurício Lopes Lima, levado à OBAN e torturado pelo capitão Albernaz. Dentro do cárcere, Tito cortou a artéria do braço esquerdo com uma lâmina de barbear. Descoberto a tempo, carregaram-no ao Hospital do Exército e o salvaram. O frade dominicano parecia tranquilo em janeiro de 1971, quando saiu do Presídio Tiradentes libertado em troca do embaixador suíço. Tristemente, só aparência. Deflagrada pela tortura, a perturbação instalada em sua alma o incitou, na França, a tentar de novo o autoaniquilamento, dessa vez consumado.

No Presídio, reencontrei os companheiros Valdizar Pinto do Carmo, Aytan Miranda Sipahi, Sérgio Sister e Adilson Citelli, egressos também da travessia pelo terror do DEOPS. Revi velhas caras e ganhei muitos novos amigos. Cinquentão no meio de um bando de jovens mal começando a terceira década da existência, convivi, na cela 3, com o marujo Otacílio, da VPR, com Alípio Freire, da Ala Vermelha, com Antônio Cláudio, do POR (T). Mas a maioria na cela vinha das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), organização centrada em Ribeirão Preto. Surgida da cisão de um grupo do PCB, conservado autônomo, tinha trabalhadores rurais entre seus adeptos, como o sofrido e encarquilhado Mário Bugliani, mas predominavam os secundaristas. O cabeça era o estudante de Direito Wanderley Caixe.

Pode-se dizer que as FALN foram o jardim-de-infância das organizações de esquerda do pós-64. Expropriaram dinamite de uma pedreira, tinham um campo de treinamento e preparavam o sequestro de um usineiro. Tudo ingênuo e canhestro. Paralelamente, o agrupamento clandestino editava um semanário ainda legal em 1969 – *O Berro*. A polícia misturou de cambulhada assinantes do jornal com militantes ativistas, o que ampliou o círculo de supostos implicados, após as primeiras prisões no final daquele ano. Teve excepcional notoriedade a detenção da freira Maurina Borges da Silveira, envolvida sem culpa e violentada dentro da cela. Apoiado por 71 sacerdotes da arquidiocese, dom Felício da Cunha Vasconcelos, arcebispo de

Ribeirão Preto, excomungou os delegados de polícia Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano. A penalidade canônica, noticiada pela imprensa, foi única no período ditatorial, quando tantos sacerdotes passaram pelo cárcere.

Grosso modo, porém com a relatividade já mencionada, as prisões políticas daquela época se dividiam em dois tipos. O primeiro era o das instituições de interrogatório e formalização dos processos da fase policial: OBAN, DOI/CODI, CENIMAR, DEOPS etc. O segundo tipo abrangia as instituições de reclusão onde os detentos aguardavam julgamento ou cumpriam pena.

O Presídio Tiradentes pertencia ao segundo tipo. Nos momentos de cheia, os seus dois pavilhões masculinos e a ala feminina chegavam a reunir uns 400 presos políticos. Fora duas centenas de presos comuns, amontoados nas celas de baixo do Primeiro Pavilhão, edifício construído em 1850 para servir de depósito de escravos.

Do que li e ouvi, concluo que o Presídio Tiradentes figurava entre os piores estabelecimentos presidiários do segundo tipo. Só não era tão mau quanto os quartéis, onde os prisioneiros sofriam a pressão incessante do ódio de uniforme. No Tiradentes, vivia-se em celas coletivas e superlotadas, com muita sujeira e umidade, regime de tranca o dia inteiro, apenas duas horas de sol por semana. Por ocasião dos sequestros de diplomatas, nos feriados ou por punição de atos de indisciplina, vetavam as horas de sol e as visitas de familiares. Semanas transcorriam sem saída da cela. Se as condições físicas e psíquicas dos presos se deterioravam, a assistência disponível era a dos médicos e dentistas também encarcerados.

Os policiais e os milicos da OBAN chamavam o Presídio Tiradentes de “aparelhão”. Não deixavam de ter alguma razão. Só que o “aparelhão” pertencia à iniciativa dos próprios órgãos repressivos. Os presos se dedicavam a leituras e trabalhos de artesanato, mas eram presos políticos. Ali dentro, faziam política em tempo integral, 24 horas por dia.

Da minha parte, aprendi na discussão com o pessoal de tantas organizações e procurei retribuir. Durante ano e meio, sempre às noites de segunda-feira, fiz palestras sobre História do Brasil. O entra-e-sai variava o público. A plateia podia ter dez ou 25 ouvintes, conforme os momentos de quedas na esquerda. Poucos presos ouviram o curso da primeira à última palestra, quando abordei o governo Médici e escandalizei alguns sociólogos presentes ao afirmar que a economia brasileira não sofria de estagnação estrutural e atravessava uma fase de auge expansionista.

21 de maio de 1970 marcou uma data memorável no Presídio Tiradentes. Pela manhã, cinco presos da cela 6 do Segundo Pavilhão saíram de trajes de dia de visita,

sem que se soubesse para quê. À tarde, os receptores de televisão anunciaram uma entrevista de presos políticos no horário noturno. Na hora prevista, ali estavam os cinco no vídeo: Marcos Vinício Fernandes dos Santos, Rômulo Augusto Romero Fontes, Gilson Teodoro de Oliveira, Marcos Alberto Martini e Osmar de Oliveira Rodello Filho.

Declararam-se decepcionados com a militância revolucionária e proclamaram o patriotismo do governo Médici. Inauguraram a promoção da ditadura militar pelos “*terroristas arrependidos*”, daí então repetida em rede nacional ou estadual de rádio e televisão.

O Tiradentes entrou em rebuliço. Por meio de comunicações intercelas – inclusive usando a linguagem digital e gestual dos surdos-mudos, que alguns presos políticos aprenderam –, acertou-se a recepção aos novos astros da TV. De propósito, eles só regressaram às duas da madrugada. Não adiantou. Assim que despontaram no topo da escada do Segundo Pavilhão, começou a gritaria:

– Traidores! Traidores! Fora! Fora! Abaixo a ditadura!

No mesmo instante, o coro ritmado recebeu o reforço do pessoal do Primeiro Pavilhão e dos presos comuns. O Presídio parecia a um passo do motim. Enquanto isto, os habitantes da cela 6 se recusavam a deixar entrar os renegados.

Italianinho, o carcereiro-chefe de plantão, subiu aos pulos a escada e tentou lamentar. Magricela e baixote, a cabeleira engomada de brilhantina, sempre com um par de algemas dependuradas do cinturão, Italianinho parou diante das aberturas gradeadas de cada cela e, afinal, conseguiu a cessação do protesto. Foi a sua vez de soltar o berro histórico:

– Foda-se a ditadura! Eu quero paz no meu plantão!

Chegou-se a um acordo: os habitantes da cela 6 saíram com seus colchões para outras celas e as vedetes puderam entrar.

Pela manhã seguinte, uma comissão de representantes de cada cela – da qual fizemos parte eu e Arruda – obteve audiência com o delegado Olintho Denardi, diretor do Presídio. Dissemos que a permanência dos cinco em nosso meio ia dar motivo a novas perturbações. Ainda naquela manhã, eles foram removidos e nunca mais os vimos.

Previsto para agosto de 1970 em Salvador, a realização de um congresso nacional de jornalistas suscitou a ideia do envio de uma carta sobre a situação calamitosa dos presos políticos. A denúncia não teria publicidade no Brasil, porém o congresso seria ótimo pretexto para difundi-la no exterior. A redação do documento exigiu cautelosas consultas, inclusive com a ala feminina, onde se achavam duas jornalistas.

Corria que uma filhinha de Virgílio Gomes da Silva, de poucos meses de idade, tinha sofrido choques elétricos na OBAN. Numa tarde de visitas de familiares, perguntei a Hilda, viúva de Virgílio, se era verdade. Ela me disse que não. Solicitei que se eliminasse a referência ao suposto fato em nossa carta e os companheiros concordaram.

Afinal, datilografado na máquina de escrever de uma das celas, tínhamos o documento em seis cópias, assinadas pelos seguintes jornalistas (por ordem alfabética): Alípio Raimundo Viana Freire, Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto), Carlos Guimarães Penafiel, Elza Lobo, Jacob Gorender, Jorge Baptista Filho, José Adolfo de Granville Ponce, Luís Roberto Clauset, Magnus Dadona, Sinval Itacarambi Leão e Vera Lúcia Xavier de Andrade.

Entregamos ao diretor do Presídio o original e cópias autografadas dirigidas ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, à Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e às Auditorias Militares da Segunda Região. De antemão, sabíamos que estes exemplares seriam encaminhados ao DEOPS. Em contrapartida, ganhávamos cobertura legal contra acusações de prática de atos subversivos. Por misterioso canal, uma cópia saiu do Presídio e tomou o caminho do exterior. A carta dos jornalistas brasileiros obteve publicação nos jornais de países da América Latina e da Europa. O texto integral consta do livro *Pau-de-arara*, traduzido em várias línguas. Longo trecho foi reproduzido pelo Relatório da Anistia Internacional de 1972 sobre torturas de presos políticos no Brasil.

A computar no passivo da operação: o confisco da única máquina de escrever permitida numa das celas.

Os prisioneiros políticos têm como regra universal o direito de separação dos criminosos comuns. De nossa parte, lutamos sempre pelo cumprimento desta regra, sem que isto significasse indiferença ou hostilidade com relação aos presos comuns. No Tiradentes, a grande maioria deles pertencia aos chamados “*presos para averiguação*”, o que a lei proíbe, mas a polícia faz sem impedimentos. Todos os dias, às seis da tarde, o pátio se enchia da “leva” – dezenas de pobres-diabos trazidos das ruas em enormes camburões. Se muitos eram marginais, assíduos no Presídio e nas delegacias, no meio havia trabalhadores honrados agarrados porque não portavam documentos, porque eram negros, porque não estavam bem vestidos ou simplesmente porque não puderam satisfazer as extorsões dos policiais.

Alta noite, investigadores e carcereiros escolhiam presos comuns e os espancavam a cacetadas. Em seguida, aplicavam-lhes o “caldo” num tanque circular de dois metros de diâmetro e dois de profundidade, cheio de água. Os presos desnudados

sofriam repetidas imersões, suplício mais cruel nas noites geladas de inverno. Os lamentos das vítimas se ouviam por todo o Presídio.

Seguidamente, os presos políticos protestaram, fazendo qualquer espécie de barulho. Em represália, uma parte das celas teve cortada uma das suas tardes semanais de visita dos familiares. Os presos isentos da punição desceram ao pátio, explicaram aos familiares o que acontecia e cercaram o diretor do Presídio, presente junto a delegados do DEOPS. Em nome dos companheiros, discurssei contra a punição descabida e contra a prática de torturas no Presídio. Apontei o tanque ali perto. Voltamos todos para as nossas celas, solidários com os companheiros privados da visita.

Os espancamentos noturnos cessaram e o tanque foi esvaziado e tampado.

Durante ano e meio, assistimos a três tentativas de fugas de presos comuns, todas frustradas e reprimidas com tremenda brutalidade.

Olintho Denardi, o diretor, colaborava com o Esquadrão da Morte, conforme sabíamos e se pode ler no livro de Hélio Bicudo. Detentos recolhidos ao Presídio Tiradentes eram entregues às matanças comandadas por Fleury.

Saí do Tiradentes em princípios de outubro de 1971. Nem havia completado dois anos de prisão. Na cadeia, escrevi uma exposição a título de *Subsídios para as Razões Finais*, que o meu advogado, Raimundo Pascoal Barbosa, juntou aos autos. Repeti, por escrito, o que declarei de viva voz diante do Conselho de Justiça Militar. Ou seja: fui e continuo marxista. Argumentei que não podia ser condenado pelas ideias, mas somente pelo único delito que eu próprio reconheci nos depoimentos da fase policial e perante a Segunda Auditoria: o delito de fundação do PCBR. Conforme frisei, cometido durante a vigência da Lei de Segurança Nacional de 1967, que atribuía a pena de um a dois anos de reclusão. Desta maneira, afastei a aplicação da Lei de Segurança Nacional de setembro de 1969, na qual a pena correspondente subiu de dois a cinco anos.

Minha argumentação atingiu o objetivo, o que se pode constatar pela sentença condenatória. O Tribunal se viu diante de algo sem dúvida insólito: um réu confesso que apontava o dispositivo legal aplicável ao seu caso. Apegou-se à minha argumentação e me condenou a dois anos de reclusão. Na apelação ao STM, o advogado George Tavares conseguiu anular a sentença de cinco anos de prisão, decorrente do Processo das Cadernetas de Prestes, e diminuir a pena do processo do PCBR para um ano (pena mínima, porque retornei à condição de réu primário).

Libertado, vivi a situação de exílio no meu próprio País. Por muito amá-lo, não o deixei.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevista de Vicente Alessi Filho. São Paulo, 1º abr. 1987 (sobre as FALN); Entrevista de Wanderley Caixe. São Paulo, 4 maio 1987 (sobre as FALN); Processo 34/70 da Segunda Auditoria da Segunda Circunscrição Judiciária Militar. São Paulo, 1970. Apelação ao STM 38 673. BNM-11 (sobre o PCBR em São Paulo); *O Estado de S.Paulo*, 28 out. 1969, 14 nov. 1969; *Jornal da Tarde*, 14 nov. 1969 (sobre as FALN), *Jornal da Tarde*, 22 maio 1970; “Carta dos Jornalistas do Presídio Tiradentes”. In: *“Pau-de-arara” – La violencia militar en Brasil*, op. cit., p. 238-43; *Brasil: Numa Mais*, op. cit., p. 97; *Report on Allegations of Torture in Brazil*. 2. ed. Londres, Amnesty International Publication, 1976. p. 47-8; “No limiar da eternidade”. Tristão de Athayde – por sua filha Irmã Maria Teresa OSB. *Folha de S.Paulo*, 11 nov. 1983; Bicudo, Hélio Pereira. Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte, op. cit., p. 76-8, 185-9.

Nota: No relatório da Anistia Internacional, citado acima, o trecho da Carta dos Jornalistas do Presídio Tiradentes inclui a seguinte frase: “*Segundo se noticiou, ao menos uma criança, filhinha de três meses de Virgílio Gomes da Silva, morreu por motivo de torturas policiais*”. Esta frase não consta do texto integral impresso na edição espanhola de *Pau-de-arara*, traduzida do português por Flávio Tavares. Ignoro como se fez a inserção de um fato que apurei não ser verdadeiro e cuja menção, por iniciativa minha, foi eliminada do documento. Considero a Anistia Internacional isenta de responsabilidade por semelhante inserção injustificável. Mas deixo registrado aqui que não subscrevi, nem subscrevo aquela frase.

Nota à sétima edição: Em declaração à *Folha de S.Paulo* (7 de jun. 1998), a freira Maurina Borges da Silveira negou ter sido vítima de violência sexual, quando de sua prisão em Ribeirão Preto, em 1969. Em sua edição de 13 nov. 1969, o *Diário de Notícias*, sob a manchete “Posição do clero arquidiocesano de Ribeirão Preto”, publicou o documento, datado do dia anterior, assinado por D. Felício Cesar da Cunha Vasconcelos, arcebispo metropolitano, e por mais 71 sacerdotes, no qual denunciaram a brutalidade policial contra leigos e religiosos e determinaram a excomunhão canônica dos delegados Soares e Lamano. Reportando-se à freira Maurina Borges da Silveira, o documento arquidiocesano afirma haver “(...) suspeitas bastante sérias de que a referida irmã tenha sido submetida a provocações e à tortura de choques elétricos”.

A violência do opressor

Violência não é fenômeno extraordinário na sociedade burguesa. Faz parte do cotidiano. Nas situações de pretensa normalidade democrática, quando a hegemonia burguesa parece alcançar consenso generalizado, as classes subordinadas e exploradas podem até não ter a percepção dessa violência, porque ela se dilui, se manifesta somente em episódios eventuais, se conserva latente como ameaça. Mas ainda assim existe, pois sem o exercício do poder coercitivo não existiria o Estado burguês.

O golpe direitista de 1964 arrancou os véus que disfarçavam a violência do Estado burguês no Brasil. O poder militarizado fez questão de torná-la demonstrada. O combate sem trégua e sem regra às organizações de esquerda foi um dos aspectos – não o único – dessa violência ampliada e exibicionista.

Para começar, lembremos a militarização dos julgamentos por crimes capitulados na Lei de Segurança Nacional, a partir do Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965. Depois de entregues aos tribunais militares, os acusados de crimes políticos tiveram suspensa a prerrogativa do *habeas-corpus*, a partir do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. A processualística dos julgamentos pela Lei de Segurança Nacional de setembro de 1969 se tornou arbitrária, sem que a letra da lei valesse de alguma coisa aos advogados dos réus.

A militarização judicial acompanhou a militarização do combate direto às organizações de esquerda. Elaborada na Escola Superior de Guerra, a doutrina da segurança nacional colocou este combate na categoria de *defesa interna*, de *casus belli* da responsabilidade das próprias Forças Armadas.

Em 1964, só a Marinha possuía um centro de informações – o CENIMAR. Em 1967 e 1970, respectivamente, surgem o Centro de Informações do Exército (CIE) e o da Aeronáutica (CISA). Por iniciativa do general Golbery do Couto e Silva, fundou-se, em 1964, o SNI, cérebro do sistema geral de inteligência.

Conforme já vimos, o êxito da OBAN, em São Paulo, inspirou a institucionalização dos DOI/CODI. A repressão das organizações de esquerda se converteu oficialmente em operação de *guerra interna*. O que se processou sob a direção principal de quatro generais de exército: Emílio Garrastazu Médici, presidente da República; Orlando Geisel, ministro da Guerra; Syzeno Sarmiento, comandante do I Exército; Canavarro Pereira, comandante do II Exército.

Duas inflexões ocorreram a par destas mudanças estruturais.

Em primeiro lugar, cessaram os privilégios da classe média nos meandros do aparelho repressor. Até 1968, policiais e juízes eram muito mais severos com trabalhadores do que com estudantes, os quais raramente sofriam torturas. O pistolão e o suborno continuavam eficientes, de acordo com a praxe nacional. A partir de 1969, o recrudescimento da guerrilha urbana evidenciou que os implicados de origem operária mal chegavam a 10% dos presos políticos. Cerca de 55% dos presos eram estudantes e profissionais com título universitário. Os implicados originários deste setor social passaram à condição de alvo principal. Pistolão e suborno já não tinham eficácia, só funcionando em episódios de pequena significação do ponto de vista repressivo. São numerosos os casos de tortura de pessoas de *status* elevado: diretores de importantes empresas, filhos de famílias prestigiosas pela tradição ou pela riqueza etc. O assassinato do ex-deputado Rubens Paiva, em janeiro de 1971, tornou-se episódio simbólico dessa perda de imunidades costumeiras. Também os oficiais das Forças Armadas, como já vimos, perderam a imunidade à tortura.

Nem mesmo relações familiares de alto nível no meio militar conseguiam aliviar a situação dos suspeitos de subversão. Generais nada podiam fazer sequer em favor de parentes, se porventura quisessem fazer alguma coisa. Até uma personalidade de tanta influência quanto o general Cordeiro de Farias ficou impotente, à época do governo Médici, para abrandar a situação de Lúcia Murat, filha de uma sua prima, presa no DOI/CODI do Rio. Somente no governo Geisel é que Cordeiro de Farias dirigiu um apelo aos bons ofícios do general Rodrigo Otávio Jordão Ramos, ministro do STM, em favor de Lúcia.

Não há dúvida, o Estado militarizado agiu com inflexível coerência: cortou *os galhos podres* da própria classe dominante para defendê-la.

A segunda inflexão diz respeito ao afundamento das Forças Armadas em operações de caráter policial e nos métodos empregados nesta função afastada do padrão profissional. A tortura passou a figurar entre as práticas rotinizadas dos órgãos repressivos das Forças Armadas. Não prática ocasional, excepcional, da responsabilidade de indivíduos, porém prática sistemática de órgãos pertencentes ao quadro legal das instituições militares.

A rotinização da tortura ofereceu vantagens, que induziram o alto comando a minimizar a contrapartida da deterioração da imagem pública das Forças Armadas. Ainda mais porque a censura dos meios de comunicação parecia suficiente para ocultar o que se passava nas dependências dos órgãos repressivos e nos recintos das auditorias militares.

A fase inicial da tortura não se coadunava com refinamentos psicológicos de efeito retardado. Precisava ser brutal a fim de provocar choque e obrigar o militante a delatar os seus próximos contatos pessoais e endereços de aparelhos, antes que contatos e aparelhos se desativassem. A maioria das quedas ocorreu em pontos de rua e em aparelhos denunciados. As prisões em cascata assolavam as organizações e inspiraram o que, no Presídio Tiradentes, se chamou de *quedograma*: um gráfico com o *quem foi quem* na sequência das prisões.

A segunda fase da tortura empregava procedimentos mais refinados, como a *geladeira*. Já não se tratava de arrancar denúncias urgentíssimas, porém de alargar o círculo das informações, de completar confissões e recheiar os fichários trabalhados pelos analistas de interrogatórios. É uma tolice a ideia de que os brasileiros aprenderam a torturar com os norte-americanos. Os descuidados acadêmicos suecos ainda não concederam sequer um Prêmio Nobel ao Brasil. Mas, se houvesse Prêmio Nobel para torturadores, estou certo de que os suecos seriam atentos às credenciais dos candidatos brasileiros. Nesta esfera, contamos com *know-how* de prestígio internacional. Talvez o pau-de-arara não tenha sido inventado no Brasil, porém se nacionalizou mais do que o futebol, já sendo corriqueira sua citação como método brasileiro na literatura estrangeira (ver, por exemplo, o livro de Edward Peters). O processo de imobilização do pau-de-arara já era utilizado pelos feitores de escravos há dois séculos. O aperfeiçoamento introduzido aos tempos modernos consistiu em tirar o indivíduo imobilizado do chão e colocar a trave apoiada entre dois suportes (mesas ou cavaletes) a um metro de altura. Dependurado, o peso do corpo pressiona os pés e mãos amarrados e o tormento se torna muito mais penoso.

Está claro, a repressão policial se aperfeiçoou também com o *know-how* dos Estados Unidos e de outros países. Em particular, no emprego de equipamentos ele-

trônicos para operações de investigação e nos suplícios em que se combina a dor física à pressão psicológica. Introduzida no DOI/CODI da rua Barão de Mesquita, a *geladeira* é uma invenção inglesa. Militares e policiais brasileiros fizeram estágio em escolas norte-americanas, onde aprenderam a tirar proveito da informática, a sofisticar a análise de interrogatórios, a matar sem deixar vestígios.

A institucionalização da tortura eliminou os escrúpulos quanto à incorporação do Esquadrão da Morte no combate às organizações de esquerda. Promoveu-se o delegado Sérgio Paranhos Fleury a personagem-símbolo do regime militar durante o governo Médici, nível de degradação ético-política sem paralelo na história do País. O trabalho corajoso do procurador Hélio Bicudo conduziu o chefe do Esquadrão da Morte à barra da Justiça comum para responder por crime de homicídio doloso, o que devia implicar sua prisão preventiva imediata. Em regime de urgência urgentíssima, o Congresso aprovou uma alteração do Código Penal que faculta ao juiz dispensar a prisão preventiva no caso de réus sem antecedentes criminais. Fleury se livrou dos incômodos e do desprestígio da detenção e o processo criminal terminou, como era de esperar, por sua absolvição. O maior acinte consistiu em denominar de Lei Fleury aquela alteração do Código Penal (Lei 5.941, de novembro de 1971). Absurdo kafkiano, porque a alteração se sustenta na lógica jurídica e representou um avanço democrático. Estranhíssima ironia: aperfeiçoou-se o Código Penal a fim de beneficiar especificamente o maior criminoso dos últimos trinta anos.

Fleury teve êmulos em vários Estados. O delegado Pedro Seelig, no Rio Grande do Sul; o delegado David Hazan, em Minas Gerais.

Embora a centralização da atividade repressiva tenha aumentado sua eficiência, a competição corporativa entre as três Forças não cessou e inspirou a instalação de cárceres secretos para guarda, tortura e assassinato de presos políticos. A disponibilidade dos cárceres secretos facilitou a passagem à fase de extermínio sistemático dos presos políticos detidos sem testemunhas e suscetíveis de serem dados como “desaparecidos”.

Até 1970, as mortes de presos políticos ocorriam mais frequentemente por *acidente de trabalho*: doses exageradas de sevícias, agravamento de enfermidades (nenhum preso passa por exame médico antes de começar a tortura) etc. Já a 24 de agosto de 1966, apareceu flutuando no rio Guaíba o cadáver do ex-sargento Manuel Raimundo Soares, as mãos amarradas às costas. Com probabilidade, vítima de um “caldo” excessivo. A descoberta do cadáver provocou comoção em Porto Alegre e estudantes protestaram em passeata. Porém fatos como este ainda seriam episódicos durante alguns anos.

A partir de 1971, torna-se sistemática a eliminação física de presos políticos. Sobre rapidamente o número de “desaparecidos” ou de mortos em fictícios atropelamentos nas ruas, em inventados tiroteios com policiais etc. Os DOI/CODI instalam “aparelhos”, como uma casa em Petrópolis (primeiro denunciada por Inês Etiene Romeu), para onde conduzem os prisioneiros e ali os torturam e assassinam. Depois de esquartejados, seus restos mortais são enterrados em lugares dispersos, impossibilitando tentativas posteriores de identificação.

As execuções sem processo judicial dispensaram a pena de morte por sentença dos tribunais. Além da condenação de Theodomiro na Bahia, houve somente mais um processo culminante na pena de morte. A 29 de novembro de 1971, o Conselho da Segunda Auditoria do Exército, em São Paulo, condenou à morte Ariston Lucena, Diógenes Sobrosa de Souza e Gilberto Faria Lima (este, à revelia), por assassinato do tenente Alberto Mendes Jr., da Polícia Militar. Lamarca e Fujimore, réus no mesmo processo, já tinham falecido. Ambas as sentenças, a da Bahia e a de São Paulo, foram comutadas pelo STM para prisão perpétua.

Um dos efeitos da tortura institucionalizada consiste em sua tendência a ultrapassar os limites em que o alto escalão a considera um “mal necessário”. Na edição de 6 de fevereiro de 1972, *O Estado de S. Paulo* publicou uma nota do Centro de Relações Públicas do Exército que comunicou a morte de soldados durante investigação do tráfico de tóxicos numa organização militar sediada em Barra Mansa, Estado do Rio. Conforme se apurou, quatro soldados morreram por motivo de torturas sofridas no quartel. Neste caso, o alto comando tratou de impedir a disseminação da gangrena e agiu com energia. A 22 de janeiro de 1973, o Conselho da Segunda Auditoria do Exército, no Rio de Janeiro, condenou a altas penas de reclusão três oficiais e cinco subalternos. Foram punidos o tenente-coronel Gladstone Teixeira, o capitão Dalgio Miranda Niebus e o segundo-tenente Paulo Miranda da Silva.

Chama a atenção o fato de que o número de militantes políticos mortos pela ditadura militar no Brasil tenha sido relativamente pequeno em comparação com o número de mortos pelas ditaduras congêneres nos demais países do Cone Sul. O fato já foi utilizado por generais brasileiros a fim de argumentar em favor da suposta amenidade da repressão policial em nosso País. Afastada tal suposição por falta de fundamento, talvez se possa atribuir o número relativamente pequeno à fraqueza também relativa das esquerdas no Brasil e, por conseguinte, ao número comparativamente menor de participantes das ações de resistência. O que ainda requer pesquisa e comprovação. A meu ver, a explicação mais plausível pode ser encontrada na cir-

cunstância de que a ditadura militar brasileira, instaurada em 1964, foi a primeira no Cone Sul, tendo avançado nos procedimentos repressivos através de processo gradual. Só a partir de 1971 é que os militares e policiais brasileiros adotaram a norma de extermínio físico dos prisioneiros, o que antes era exceção, mais ou menos devida a “acidentes de trabalho”. Mas, então, as esquerdas já estavam dizimadas, restando poucos combatentes para prender e assassinar. Já no Chile e no Uruguai, as ditaduras militares se instalaram em 1973. Na Argentina, em 1976. Aproveitando a experiência brasileira, desde o início aplicaram a norma do extermínio físico de prisioneiros e mataram grande quantidade deles.

As organizações de esquerda se revelaram débeis no duelo contra os dispositivos da repressão policial, assim que se deu sua centralização pelo comando das Forças Armadas. A clandestinidade mais profunda estancou a fonte de novos combatentes. Sucessivas cisões impediam esquemas racionais e estáveis de compartimentação e de montagem de aparelhos. Pelo exame das trajetórias individuais, verificam-se numerosos casos de militantes que passaram por três organizações, alguns por quatro ou cinco. Uma vez aprisionados e torturados, podiam fazer denúncias sobre todas elas. Sem falar na inexperiência e nas incríveis imprudências, que facilitaram a tarefa dos órgãos repressivos.

O pior foi o efeito da tortura. Desta não saíam somente confissões falsas, conforme cabia aos advogados argumentar. No meio de elementos inverídicos, os depoimentos arrancados sob tortura contiveram, em sua maioria, informações úteis à repressão policial.

São mais aptos a resistir à tortura os militantes que interiorizaram a ideologia socialista e fizeram dela sua norma moral. A origem social não é variável decisiva. Mas a resistência à tortura também remonta à formação da personalidade, disposição psicológica e fatores situacionais. Doutra maneira, não se compreenderia a firmeza de Apolonio de Carvalho diante dos algozes em contraste com a atitude de Jover Telles, operário que corou seus trinta anos de militância comunista com a delação mais imunda.

Falou-se muito no êxito de agentes policiais infiltrados nas organizações de esquerda. Há casos comprovados da ação de agentes infiltrados, a exemplo do já citado da prisão de Bacuri. Mas também se tem dado crédito à contrainformação dos órgãos de repressão. Difundir que tais ou quais prisões se deveram a agentes infiltrados não só valoriza esses órgãos, justificando verbas e outras vantagens, como acende suspeitas infundadas nos meios de esquerda. Jornalistas, que não revelaram sua fonte, di-

vulgaram que o treinador dos brasileiros em Cuba era agente da CIA e os brasileiros já vinham seguidos desde Cuba até o Brasil. Somente pessoas ingênuas aceitariam sem provas tão escrachada contrainformação.

A infiltração de agente policial até o escalão superior de uma organização clandestina constitui operação complicadíssima e parece não ter sido concluída, quando tentada. Os órgãos policiais alcançaram notáveis resultados, isto sim, através da passagem para o seu lado de militantes aprisionados ou subornados. Se o militante for membro da direção central ou tiver acesso a ela, então sua colaboração pode ser devastadora.

Revelações procedentes de várias fontes ampliaram as informações sobre militantes da esquerda que se tornaram colaboradores da repressão, convertendo-se em “infiltrados” ou “cachorros”, conforme a gíria policial, ou em “dedos-duros”, conforme a gíria da esquerda.

Através de Jover Telles, o DOI/CODI capturou o Comitê Central do PC do B em reunião, o que constitui caso único. José da Silva Tavares conduziu o DEOPS à prisão de Câmara Ferreira. Depois de aguentar a tortura dias seguidos, Edgar de Almeida Martins, dirigente da Ala Vermelha, se rendeu, fez ampla delação e se tornou analista de interrogatório no DOI/CODI de São Paulo.

O PCB sofreu estragos das delações de Adauto de Oliveira, que nunca foi membro do seu Comitê Central, conforme se insinua na reportagem de Henrique Lago e Ana Lagoa. O agente Carlos, metamorfose assumida por Adauto, tinha sido somente membro do Comitê Estadual de Minas Gerais. Ganhou um cargo qualificado em órgão da ONU e depois na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, o que lhe dava oportunidade de frequentes viagens ao exterior. A assessoria de relações externas do PCB o aproveitou em missões partidárias. Pode-se supor que Adauto, em relação funcional com americanos, cedeu ao suborno e aceitou trabalhar para a CIA.

João Henrique Ferreira de Carvalho, hoje médico em Brasília, foi militante da ALN. No final de 1972, entregou-se voluntariamente à polícia e logo aceitou tornar-se seu informante. Passou a ser o “cachorro” Jota. Um levantamento lhe atribui onze prisões de guerrilheiros, dos quais dez morreram às mãos dos agentes do DOI/CODI. Um deles, Luiz José da Cunha, o “Crioulo”.

O casal Maria Madalena Lacerda de Azevedo–Gilberto Giovannetti atuou como dedo-duro do DOI/CODI paulista de 1974 a 1980, subordinado ao capitão Enio Pimentel da Silveira, conhecido por doutor Ney. Entre outras “deduragens”, há indícios sobre a responsabilidade dos dois na morte de Onofre Pinto, até agora “desaparecido”, sem que se saiba se na Argentina ou no Brasil.

O caso mais célebre e polêmico é o do cabo Anselmo. A meu ver, ainda não se apresentaram provas de que era agente do serviço secreto da Marinha ou da CIA desde o início da sua atuação no movimento dos marinheiros, em 1962. De acordo com os testemunhos de Antônio Duarte dos Santos e de Eunício Prescílio Cavalcanti, que o conheceram na fase pré-64, a conduta de Anselmo nunca foi, então, a de um provocador. Comportava-se segundo o padrão da época e até com mais equilíbrio do que certos líderes do movimento. Se não fosse Anselmo, outro marinheiro teria desempenhado o seu papel, apenas com diferenças de estilo pessoal. Não se exclui a presença de provocadores e espíões no movimento dos marinheiros (o contrário é que seria surpreendente), porém explicar a formação de uma corrente daquela envergadura social e, especialmente, a assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos pela atuação de agentes provocadores, com abstração da motivação política fortíssima – isto constitui simplismo idiota adequado somente à historiografia que joga tudo à conta da ação conspirativa da CIA.

Um jornalista sério como o saudoso Marco Aurélio Borba escreveu, sem verificação na fonte, que dirigentes do PCB, já antes do golpe, denunciaram Anselmo como possível agente secreto, através das páginas de *Novos Rumos*. Não houve nada disso. Na penúltima edição do semanário, a 27 de março de 1964, Anselmo mereceu grande destaque, foi chamado de “*bravo marujo*” e recebeu aplausos por sua atuação na assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos.

Se Anselmo não começou como agente do CENIMAR ou da CIA, então as dúvidas dizem respeito ao momento em que se passou para o outro lado. Da Delegacia de Polícia do Alto da Boa Vista, no Rio, Anselmo fugiu, em março de 1966, com ajuda de colegas militares, conforme depoimento de Antônio Duarte dos Santos. O mais provável é que, de retorno de Cuba, pulou o muro ao ser preso pelo DEOPS de São Paulo, em maio de 1971, no que concordo com a opinião fundamentada de Herbert Daniel. Causou sérios estragos na ALN e principalmente na VPR, liquidada, sem dúvida, com sua decisiva colaboração. Mas esses estragos também costumam ser exagerados. O próprio traidor se vangloria da enormidade de sua traição. Surgiu um folclore em torno das quedas provocadas por Anselmo, o que impõe o esclarecimento de caso por caso para obter uma conclusão confiável.

Quando o general Ernesto Geisel tomou posse da Presidência da República em março de 1974, a guerrilha urbana se extinguiu e a guerrilha do Araguaia agonizava. Assessorado pelo general Golbery, o novo presidente traçou o rumo da *distensão lenta, gradual e segura*. Não podia ser mantido, por conseguinte, o nível de repressão

policial característico do governo Médici. Não se tratava de desmobilizar a repressão, porém de torná-la seletiva e discreta.

Mas reduzir o nível da repressão policial foi impossível sem fricções com os órgãos especializados, que haviam conquistado autonomia e dispunham do respaldo de setores oficiais discordantes da política de distensão.

Uma vez que já não havia organizações da esquerda armada para justificar sua atuação sanguinária, os órgãos repressivos se voltaram para a “reserva de caça” que lhes oferecia o PCB. De 1968 a 1974, a repressão policial se concentrou no combate à guerrilha e se desinteressou de alvejar o PCB. Limitou-se a fazer o acompanhamento dos seus passos e eventuais prisões. Seis anos de fogo brando induziram o Partidão a baixar a guarda e se descuidar da segurança clandestina. Abriu-se em excesso na campanha eleitoral de 1974, quando o MDB alcançou o primeiro êxito significativo. Os órgãos policiais não tiveram dificuldade para desarticular o Partidão e paralisar sua alta direção. Juntando as quedas dos anos anteriores às de 1974-1975, metade do Comitê Central foi parar nas garras do inimigo. Dezesseis dirigentes presos, entre os quais dez “desaparecidos”: Orlando Bonfim Jr., Jaime Miranda, Elson Costa, João Massena de Mello, David Capistrano da Costa, Itair José Veloso, Luís Maranhão, Walter Ribeiro, Hiram de Lima Pereira e Nestor Vera. Exilados quase todos os dirigentes em liberdade, o PCB deixou de ter uma direção nacional atuante no Brasil entre 1975 e 1980. Por conseguinte, a linha pacifista não assegurou nenhum final feliz. Ao desastre das quedas durante o período ditatorial se adiciona a atrofia do PCB já na chamada Nova República.

A ofensiva policial antipecebista se efetuou em estilo de desafio à orientação distensiva do presidente Geisel, preocupado em ajustar a ditadura militar à correlação de forças políticas em processo de mudança. Os assassinatos provocativos de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho, no DOI/CODI de São Paulo, firmaram o presidente na decisão excepcional de demitir, em princípios de 1976, o general Ednardo D’Ávila Mello do comando do II Exército. Em seu lugar, o general Dilermando Gomes Monteiro agiu conforme a recomendação presidencial. Não mais ocorreram incidentes capazes de revoltar a opinião pública. Nem por isso, o DOI/CODI de São Paulo se absteve de matar três indefesos dirigentes do PC do B e de torturar os sobreviventes da reunião da Lapa.

Nada mais tendo que fazer com o PCB e o PC do B, os órgãos repressivos voltaram-se para organizações menores. Ainda em novembro de 1977, repercutiam na imprensa denúncias de torturas de militantes do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Já no governo Figueiredo, o alvo se transferiu para entidades da

oposição legal, atingidas por explosões de bombas, com mortos e feridos. Incêndios de bancas de jornais estrangularam a circulação dos semanários de esquerda. A escalada do terrorismo de direita, ativo nos porões dos órgãos repressivos, culminou, às vésperas do 1º de Maio de 1981, no falhado atentado ao festival do Riocentro. Ficou uma reverberação de pavor e escândalo.

Embora nenhum dos responsáveis pelos atentados do terrorismo de direita tenha sido sequer levado à Justiça, a evolução política dos anos 1980 não se mostrou favorável ao prosseguimento de sua prática. A lei da anistia de 1979 cobriu com a impunibilidade os torcionários e homicidas profissionais. Os órgãos de repressão política, enquadrados no dispositivo militar, permanecem intactos e certamente empenhados nas tarefas de investigação e de atualização de fichários. Podem ser ativados para outras tarefas a qualquer momento.

No estágio atual das pesquisas, tem plausibilidade a avaliação segundo a qual não há mais como esperar revelações factuais extraordinárias a partir da esquerda, que tomou parte na guerrilha dos anos 1960 e 1970. Obviamente, muito ainda existe para esclarecer do ponto de vista de detalhe, de participações individuais etc. Revelações de grande relevância só devem ser esperadas, isto sim, a partir da repressão, ou seja, dos órgãos policiais e das Forças Armadas ou de seus participantes. No referente às Forças Armadas, a norma continua a do silêncio e dos arquivos fechados. Quando se manifestam, os chefes militares comandantes dos DOI/CODI negam que aí se tivesse praticado a tortura de prisioneiros. Vez por outra, talvez “excessos” de subordinados, nada mais do que “empurrões e cascudos”. E o que disseram, nos seus depoimentos, os entrevistados para o livro acerca da memória militar sobre a repressão. Seria ingenuidade fora de propósito esperar que alguém ainda acredite seriamente neste conto de fadas.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevistas de Eunício Prescílio Cavalcanti e Antônio Duarte dos Santos, cit.; Entrevista de Eunício Prescílio Cavalcanti. *Pasquim*, 12 abr. 1984; Entrevista de Ângelo Pezzuti. *Pasquim*, 26 abr. 1984; Daniel, Herbert. “Anselmo de Cabo a Rabo”. *Pasquim*, 26 abr. 1984; Lista parcial de mortos e de “desaparecidos”. Comitê Brasileiro pela Anistia. *O Estado de S. Paulo*, 29 mar. 1978; Lista de torturadores. Projeto BNM. *Jornal do Brasil*, 22 nov. 1985; Lista de mortos e “desaparecidos”. *Em Tempo*, 26 jun. 1978; Lista de torturadores. *Em*

Tempo, 26 jun. 1978; *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*. Porto Alegre, Seção do Rio Grande do Sul do Comitê Brasileiro Pela Anistia, 1984; *Brasil: Nunca Mais*. Prefácio de d. Paulo Evaristo Arns. Petrópolis, Vozes, 1985 (amplo levantamento dos métodos da repressão no período da ditadura militar); *Movimento*, n. 171-174, out. 1978 (levantamento sobre métodos de tortura de presos políticos e depoimentos de Ottoni Guimarães Fernandes Jr. e Affonso Celso Nogueira Monteiro sobre cárceres secretos); *Report on Allegations of Torture in Brazil*. 2. ed. Londres, Amnesty International Publication, 1976; *Pesquisa "Brasil: Nunca Mais"*. Arquidiocese de São Paulo, 1985. v. 1, p. 93-169 (lista de punidos com a suspensão dos direitos políticos); "Dossiê da Repressão". *IstoÉ*, 27 set. 1978, 4 out. 1978; Lago, Henrique & Lagoa, Ana. "História secreta. A repressão à guerrilha urbana no Brasil". *Folha de S. Paulo*, 28 jan. 1979; Entrevista do general Dilermando Gomes Monteiro. *Veja*, 14 mar. 1979; Entrevista do senador Jarbas Passarinho. *Folha de S. Paulo*, 1º jan. 1987; "Agente do PCB denuncia a subversão no Brasil". (Carta do agente Carlos.) *Jornal do Brasil*, 3 dez. 1972; Alves, Márcio Moreira. *Torturas e torturadores*. Rio de Janeiro, 1966 (levantamento sobre a repressão no período inicial da ditadura militar); Fon, Antônio Carlos. "Descendo aos porões". *Veja*, 21 fev. 1979; Id. *Tortura. A história da repressão política no Brasil*, op. cit.; Camargo, Aspásia & Góes, Walder de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981. p. 612-3, 730; *O Estado de S. Paulo*, 30 nov. 1971, 6 fev. 1972, 23 jan. 1973; *Veja*, 13 ago. 1969, 3 dez. 1969, 10 dez. 1969, 2 nov. 1977, 16 nov. 1977, 4 abr. 1984, 3 set. 1986, 10 set. 1986, 18 mar. 1987; *IstoÉ*, 28 mar. 1984 (entrevista do Cabo Anselmo), 17 set. 1986, 1 abr. 1987, 29 abr. 1987, 19 ago. 1987; *Senhor*, 24 mar. 1987; *Afinal*, 5 mar. 1985; *Novos Rumos*, 21 mar. 1964 (edição extra); Borba, Marco Aurélio. *Cabo Anselmo*. 2. ed. São Paulo, Global, 1984; Ribeiro, Octávio (Pena Branca). *Por que eu traí. Confissões do Cabo Anselmo*. São Paulo, Global, 1984; Vinhas, Moisés. *O Partidão*, op. cit., p. 247-9; Costa, Raymundo & Vasconcellos, Paulo. "Riocentro. Nomes e codinomes saem das sombras". *IstoÉ*, 24 abr. 1985; Deckes, Flavio. *Radiografia do terrorismo no Brasil, 1966-1980*. São Paulo, ícone, 1985; Graef, Coronel Dickson M. *Aventura, corrupção e terrorismo à sombra da impunidade*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1985; Markun, Paulo, org. *Vlado. Retrato de um homem e de uma época*. São Paulo, Brasiliense, 1985; Luppi, Carlos Alberto. *Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?* São Paulo, Escrita, 1980; Caldas, Álvaro. *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro, Codecri, 1981; Langguth, A. J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; Cava, Ralph Delia. "A tortura no Brasil". (Inclui cartas de Lincoln Gordon e de Edward S. Herman.) *Ensaio de Opinião*, v. 10. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984; Freitas, Alípio de.

Resistir é preciso. Memória do tempo da morte civil no Brasil. Rio de Janeiro, Record, 1981; Stepan, Alfred. *Os militares: da Abertura à Nova República.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984; Biocca, Ettore. *Estratégia do terror.* Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1974; Alleg, Henri. *A tortura.* Prefácio de Jean-Paul Sartre. São Paulo, Zumbi, 1959; Peters, Edward. *Torture.* New York, Basil Blackwell, 1985; Koutzii, Flávio. *Pedaços de morte no coração.* Porto Alegre, L&PM, 1984; Ustra, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio.* Brasília, Editerra, 1987; Giordani, Marco Pollo. *Brasil sempre.* Porto Alegre, Tchê, 1986; “Algoz sai da sombra”. *Veja*, 8 abr. 1992; Expedito Filho. “Anatomia da sombra”. *Veja*, 20 mai. 1992; “Os seis minutos”. *Veja*, 20 jun. 1992; “Palavra de cachorro”. *Veja*, 11 nov. 1992; Expedito Filho. “Autópsia da sombra”. *Veja*, 18 nov. 1992 (depoimento do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto); Id. “Fratura exposta”. *Veja*, 25 nov. 1992; Prado, Antonio Carlos e Sá, Luiz Fernando. “Eu, capitão Ramiro, interroguei Herzog”. *IstoÉ*, 25 mar. 1992; Arquidiocese de São Paulo. *Brasil nunca mais.* Op. cit.; Id. *Perfil dos atingidos.* Petrópolis, Vozes, 1988; Almeida, Luciano de. *A esquerda em questão. Do socialismo científico ao anarquismo.* Natal, Coojornal, 1991; Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado e Grupo Tortura Nunca Mais. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964.* Recife, Companhia Editora de Pernambuco – Governo do Estado de Pernambuco, 1995; *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão.* Op. cit. (Sobre acusação de tortura praticada em órgãos das Forças Armadas, ver, em especial, depoimentos dos generais Adyr Fiúza de Castro, José Luiz Coelho Netto e Leonidas Pires Gonçalves e do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier.); “Os anos de chumbo revisitados”. In: Caderno Mais!, da *Folha de S.Paulo*, 25 ago. 1996 (debate com a participação de Marcelo Rubens Paiva, Jarbas Passarinho, Jacob Gorender e Antônio Paim).

Nota à quinta edição: Já tinha concluído a revisão da composição e encaminhado a prova à editora, quando veio à luz o livro com a longa entrevista do presidente Ernesto Geisel. Pela primeira vez, havia o reconhecimento, sem subterfúgios, procedente do mais alto nível do exercício do poder do Estado, de que, durante a ditadura militar, ocorreu a prática da tortura de presos políticos. Por conseguinte, faço, aqui, o registro devido.

Os entrevistadores perguntaram ao general:

O senhor acha que não havia uma necessidade tática de acontecer a tortura? Era sempre uma omissão, uma falta de controle do comandante?

Eis a resposta de Geisel:

Não, nem sempre. Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. Já contei que no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, inclusive Humberto de Melo, que mais tarde comandou o Exército de São Paulo, foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contrainformação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E o nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impedido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior!

Mais não seria preciso dizer. O presidente Geisel afirmou que se praticou a tortura, não por excesso incontrolável dos escalões inferiores, porém por determinação dos comandantes, por necessidade tática, em certos casos, para obter confissões. Com o fim de evitar um mal maior. Aí estão as justificativas fundamentais de todos os torturadores: em certos casos (o que implica uma escolha supostamente moralizadora), deve-se torturar porque, assim, se evitam coisas piores. A ressalva do entrevistado, no período final, de que não justificava a tortura, resulta contraditória e absurdamente deslocada no contexto geral da sua resposta. Com sua franqueza, Geisel revela que não destituiu o general Ednardo para que cessasse a tortura do DOI/CODI em São Paulo, porém para que se fizesse sem escândalo.

Nada preciso acrescentar ao que já expus no meu livro. Cf. Maria Celina d Araújo e Celso Castro (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 225.

A violência do oprimido

Este livro não apresenta a esquerda no papel de vítima passiva. Toda a esquerda se opôs à ditadura militar e a maior parte dela adotou a linha da luta armada. Organizações de esquerda praticaram atos aqui expostos sem subterfúgios: atentados a bombas e armas de fogo, assaltos a bancos, sequestros de diplomatas e de aviões, matança de vigilantes, policiais e elementos das Forças Armadas, justicamento de inimigos, guerrilha urbana e rural.

Se quiser compreendê-la na perspectiva da sua história, a esquerda deve assumir a violência que praticou. O que em absoluto fundamenta a conclusão enganosa e vulgar de que houve violência de parte a parte e, uns pelos outros, as culpas se compensam. Nenhum dos lados julga pelo mesmo critério as duas violências – a do opressor e a do oprimido. É perda de tempo discutir sobre a responsabilidade de quem atirou primeiro. A violência original é a do opressor, porque inexiste opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta.

Se descermos a um plano de argumentação mais concreta, veremos que só se confirma a tese sobre a diferença essencial entre as duas violências. O balanço dos golpes sofridos pela esquerda, entre 1964 e 1979, ainda não se acha concluído. Vejamos o quadro com as informações hoje disponíveis e aproximações calculadas por baixo: cerca de 50 mil pessoas com passagem pelas prisões por motivos políticos; cerca de 20 mil pessoas submetidas a torturas físicas também por motivos políticos; 360 militantes de

esquerda mortos pelos órgãos repressivos, incluindo 144 dados como “desaparecidos”; centenas de baleados em manifestações públicas, com uma parte incalculável de mortos; 8 mil acusados, mais 11 mil indiciados em 800 processos judiciais por crimes contra a segurança nacional; centenas de condenações a penas de prisão; 4 condenações a pena de morte; 130 banidos do território nacional; milhares de exilados; 780 cassações de direitos políticos por dez anos com base em ato institucional; incontáveis reformas, aposentadorias e demissões do serviço público por atos discricionários.

Do lado da direita, só temos a registrar a prisão de Aladino Felix, jogado às baratas depois de se servirem de sua estupidez. Fora este caso singular, os agentes do terrorismo de Estado praticaram os crimes de tortura e homicídio incentivados e acobertados pelo próprio Estado. O número total de baixas fatais causadas por organizações de esquerda não pode ser aferido porque as Forças Armadas silenciam sobre a guerrilha do Araguaia. A lista publicada pelo coronel Brilhante Ustra arrola 104 mortos vitimados pela esquerda, dos quais 45 militares. Sem entrar na análise caso por caso, observo que o autor inclui indevidamente a investigadora Stela Morato e o protético Friedrich Rohmann, baleados pelo fogo cruzado da própria polícia paulista no episódio da emboscada em que caiu Carlos Marighella. Episódios de tortura praticada por organizações de esquerda jamais foram verificados.

Se não cabe à esquerda disfarçar o fato de sua violência nos anos 1960 e 1970, interessa-lhe estudar esta prática do ponto de vista político. Um dos aspectos do estudo diz respeito aos limites que a violência da esquerda, enquanto violência do oprimido, pode se permitir.

Desde as rebeliões de escravos na Antiguidade, as massas oprimidas manifestam a tendência a imitar a violência dos opressores. Uma vez vitoriosa a rebelião, o açoite, que castigava o escravo, agora castiga o senhor. Ao estupro das mulheres escravas se revida com o estupro das senhoras. A vingança é a resposta espontânea do ódio acumulado durante uma existência de sofrimentos e humilhações. O revolucionário consciente a compreende, mas deve sancioná-la?

Em termos atuais, o que se coloca é a questão da moralidade revolucionária da tortura e matança de prisioneiros, da prática de atos que vitimam culpados e inocentes de maneira indiscriminada, da captura também indiscriminada de reféns.

Por mais difícil que seja fixar limites e distinções na prática, a violência revolucionária não deve ir além do necessário à anulação da violência do inimigo. Por isso, porque não vai além do necessário, é imoral torturar e assassinar prisioneiros. É imoral explodir bombas que fatalmente vitimarão pessoas inocentes. É imoral capturar inocentes e fazê-los reféns.

Afirma-se que não há mais inocentes. Quando se apaga a distinção entre combatentes e não combatentes, quando se ameaçam e matam reféns não combatentes, sabemos a quem tomamos como mestres: os nazistas. Se entre os não combatentes estão elementos da classe dominante, a grande maioria dos não combatentes pertence às classes sociais que os revolucionários pretendem representar.

A violência revolucionária nunca pode ser um fim em si mesma. Não pode ser absoluta e incondicionada. Os revolucionários praticam a violência não somente dentro de determinadas condições políticas, mas também conforme os princípios de um código de ética que visa a preservá-los da contaminação pela corrupção moral da classe dominante.

Neste capítulo, pretendo acrescentar a abordagem do que a esquerda denomina de *justiçamento*: a execução capital como ato da justiça revolucionária. Tema delicado, com assiduidade mistificado pelo inimigo e do qual, por isso mesmo, não nos esquivamos.

Desde logo, há uma distinção a estabelecer. Justiçam-se inimigos e justiçam-se companheiros, acusados de traição.

Chandler, Boilesen e Otavinho eram inimigos. Nenhum deles foi inocente, não combatente.

Veterano da guerra do Vietnã, em missão do governo dos Estados Unidos, o capitão Chandler precisava encobrir sua atividade no Brasil com um pretenso curso de ciências sociais numa escola decadente, então dirigida por fascistóides. Tudo no melhor estilo dos serviços secretos. Até hoje, explora-se a circunstância de ter sido morto diante do filho de nove anos, também ameaçado pelos “terroristas”. No relato inserido no livro *A esquerda armada no Brasil*, Pedro Lobo de Oliveira refuta esta versão, segundo ele difundida para difamar os revolucionários.

Boilesen se ligou intimamente à OBAN. Por decisão voluntária, incumbiu-se da tarefa de coletar dinheiro e equipamentos entre empresas paulistas para o centro de torturas. Não reconhecia a norma do respeito à integridade do prisioneiro desarmado e indefeso. Não tinha por que esperar clemência de adversários aos quais julgava indignos do respeito humano.

O mesmo se deve dizer do delegado Otávio Gonçalves Moreira Júnior, o sinistro Otavinho, metralhado a 25 de fevereiro de 1973 numa rua de Copacabana, quando voltava de um banho de mar. Membro fanático do CCC nos tempos de estudante de Direito, ligou-se à OBAN por escolha própria e se salientou pela perseguição implacável às organizações clandestinas. Caçador maldito, devia esperar que um dia fosse o da caça. A direita está no seu papel ao lhe tributar homenagens. A esquerda não tem por que lamentá-lo.

No dia 21 de fevereiro de 1973, um comando da ALN fuzilou o português Manoel Henrique de Oliveira, proprietário do restaurante Varela, na Mooca, a cuja saída quatro guerrilheiros foram metralhados em junho do ano anterior. A ALN concluiu que Manoel Henrique telefonou para o DOI/CODI por ter reconhecido Ana Maria Nacinovic, cujo retrato figurava nos cartazes de *Terroristas Procurados*, colados aos milhares por toda parte. Em livro de 1987, o coronel Brilhante Ustra apresentou a versão segundo a qual o cerco aos guerrilheiros resultou de uma operação policial de infiltração e acompanhamento. Manoel Henrique teria sido justificado sem culpa. Supondo que a versão do coronel seja verdadeira, não havia como pudesse a ALN ter conhecimento dela em 1972. Por enquanto, trata-se de versão baseada unicamente no depoimento do coronel, suspeito pela negação afrontosa da montanha de evidências sobre sua responsabilidade nas torturas de prisioneiros no DOI/CODI de São Paulo.

Não vejo outra maneira de classificar o atentado ao marinheiro inglês David Cutheberg senão como assassinato puro e simples. Não deve ser incluído na categoria de justificação revolucionário. Pertence à fase terminal de decomposição política de certos militantes, empenhados em manter aceso o fogo de uma luta perdida.

A execução do tenente Alberto Mendes Jr., no Vale do Ribeira, decorreu de uma dessas decisões em situação-limite, que se equilibram no fio da navalha. Diversamente do exército regular, a guerrilha não tem condições para a guarda de prisioneiros. A norma costuma ser a de desarmá-los e libertá-los. O pequeno grupo chefiado pelo capitão Lamarca agiu segundo a norma com todos os soldados aprisionados. Menos com o tenente da Polícia Militar, surpreendido por uma coronhada na cabeça, desferida pelas costas e que o deixou inconsciente, e morto pelas coronhadas seguintes. Não podia ser executado a tiros, pois seriam ouvidos por patrulhas muito próximas. Um tribunal fictício deu à execução o caráter de julgamento. Na verdade, tratou-se de necessidade, duríssima necessidade. O grupo guerrilheiro se condenaria a si mesmo ao aniquilamento, se libertasse o tenente. Este depressa forneceria à tropa perseguidora informações decisivas sobre a composição do grupo, suas armas e munições, velocidade de marcha e provável rota de deslocamento. Repito: duríssima necessidade. Uma questão de quem devia sobreviver.

Examinemos o outro tipo de justificação revolucionário: o de companheiros acusados de prestar serviços ao inimigo.

O tema atraiu a literatura e o cinema. O romance de Dostoiévski, *Os demônios* (às vezes, impropriamente traduzido como *Os possessos*), talvez tenha sido a primeira obra de ficção neste âmbito. Permanece como a mais importante.

Note-se, desde logo, que Dostoievski escreveu o romance quando já havia transitado da simpatia pelo socialismo ao misticismo eslavófilo. Não poupa recursos artísticos – e os seus eram formidáveis – para imprimir as mais vis características nos “reformadores”, “socialistas”, “comunistas”. Na complicadíssima trama – o romance é um dos mais espichados do autor – figura um episódio de justicamento, inspirado em acontecimento real. Verkhovenski, chefe de um círculo de conspiradores, chegara à conclusão de que Chatov ia trair e resolve que deve ser executado. Chatov tornara-se um “arrependido”. Como o próprio romancista, trocou as ideias socialistas pela eslavofilia fanática. De fato, conforme os leitores ficam sabendo pelo narrador, ele tem a intenção de delatar os conspiradores às autoridades czaristas. A meio caminho, certas circunstâncias o convencem a desistir dessa intenção. Um dos membros do círculo, conhecedor de tais circunstâncias, se opõe à execução. Mas Verkhovenski não cede. Assim, o justicamento consumado se baseou numa suposição de intenção e não na delação efetiva.

Uma vez que Dostoievski foi um escritor genial, não há em *Os demônios* somente facciosismo ideológico. Há a verdade da obsessão da traição, que acomete grupos conspirativos. E a verdade de que revolucionários se deixam possuir pelo demônio.

De menor força artística, mas digno de apreciação, é *O delator*, de Liam O’Flaherty. O personagem-título é um tipo marginal, ex-tira, expulso do partido comunista. Por sua delação em troca de recompensa em dinheiro, a polícia descobre e mata outro ex-membro do PC irlandês, procurado por assassinato em conflito grevista. A direção do PC identifica o culpado e o considera perigoso. Prende-o, submete-o a julgamento e condena-o à morte. Apesar de baleado, o delator foge e consegue chegar a uma igreja, onde a mãe do morto o perdoa.

O’Flaherty sugere que o delator encontrou na mãe de sua vítima a compaixão inexistente nos secos e inflexíveis dirigentes comunistas. No filme de John Ford baseado no romance, a pieguice da cena final destoa das poderosas sequências desde a primeira imagem.

Na história do movimento revolucionário brasileiro, o mais famoso caso de justicamento por traição continua o de Elza Fernandes. Quase cinquenta anos depois de acontecido, Luiz Carlos Prestes pela primeira vez se referiu a ele em público, no livro de pseudoautocrítica:

Eu não mandei matar Elza. O que ocorreu foi que a Polícia ligou a morte dela com uma carta minha, escrita antes de ser preso, em que eu recomendava punição para os traidores. Quem mandou matar Elza foi o partido. Aliás, eu não sabia nem da existência desse processo, porque o Sobral Pinto não me comunicou. Eu lembro bem: antes do julgamento,

Sobral Pinto me segredou no ouvido que eu seria absolvido. Eu indaguei: 'E os demais?' Estes serão condenados, ele respondeu. Não aceitei isso. Estávamos em 7 de novembro de 1940 (aniversário da Revolução Russa, pelo calendário gregoriano) e a situação não era animadora: o Comitê Central do Partido, Bangu, Honório, Xavier, toda a direção, enfim, tinha caído. Quando entrei para ser julgado, o juiz era o Maynard, tenente de 22. Eu denunciei as condições em que vivia Berger, que deveria estar num asilo e disse: 'E um orgulho estar diante deste Tribunal reacionário no dia do aniversário da gloriosa Revolução Russa...' Maynard respondeu que aquilo não tinha nada a ver com o recinto e eu o contestei: 'O aniversário da Revolução Russa é uma data da humanidade'. Foi aí que Raquel Gertel, que assistia ao julgamento, gritou: 'Viva Prestes!' A Polícia invadiu o recinto, ela foi presa. Eu acabei condenado a 30 anos, embora estivesse absolvido. Quem lê a sentença, percebe claramente que o juiz transformou, no último momento, a absolvição em condenação. E eu realmente merecia ser absolvido porque não tinha nada com o crime – um ato brutal que devia ser evitado. O Honório, quando foi preso, confessou sua responsabilidade. Outros membros do partido também.

Prestes dá uma versão de sua posição na sessão de julgamento contrária à de Sobral Pinto. Segundo a versão do advogado, exposta no seu Prefácio à obra de Reynaldo Pompeu de Campos, a sentença condenatória já estava redigida antes do julgamento puramente ritual. Prestes não ia ser absolvido e, sob este aspecto, seu discurso não mudou coisa alguma. Da minha parte, acrescento que o discurso teve finalidade diversionista: Prestes quis evitar uma definição sobre sua participação no assassinato de Elza Fernandes.

Elvira Cupello Calônio, conhecida pelo nome de guerra Elza Fernandes, pertencia a uma família operária, tinha dezesseis anos e era analfabeta, quando, em 1934, se tornou companheira de Antônio Maciel Bonfim, celebrizado pelo nome de guerra Miranda, secretário-geral do Partido Comunista. Na derrocada que se seguiu ao fracasso do levante militar de novembro de 1935, o casal foi preso a 13 de janeiro de 1936 pela polícia carioca. Libertada pouco depois, a polícia permitiu que Elza visitasse Miranda na prisão diariamente e até mais de uma vez por dia. Estranho privilégio, não concedido a nenhum preso político. Além disso, Miranda escrevia bilhetes a diversas pessoas, inclusive à própria Elza. Outra atitude inexplicável do secretário-geral. Como novas prisões ocorressem, o secretariado nacional do PC suspeitou que a culpa coubesse a Elza. Firmou a ideia de que ela trabalhava para a polícia, de que se tornara perigosa como delatora e testemunha de acusação contra os dirigentes presos. Tirou-a da casa de Francisco Meireles (depois, famoso indigenista), onde ela se abrigou, e levou-a a um aparelho no subúrbio de Ricardo de Albuquerque, onde ficou isolada e submetida a interrogatórios prolongados por membros da direção partidária.

Desde o início, José Lago Molares se opôs ao julgamento de Elza. Membro do secretariado nacional, garçom de profissão e de origem espanhola, Molares era dirigente do PC desde os anos 1920. Opôs-se com tanta intransigência que o afastaram sumariamente do secretariado.

Outra foi a posição de Prestes: apoiou o julgamento sem reservas. Junto com Olga Benário, escondia-se numa casa da discreta rua Honório, no bairro do Méier. Comunicava-se com o secretariado nacional somente através de cartas e bilhetes, que mensageiros levavam e traziam. Ao contrário do que costuma fazer crer nas suas entrevistas, de que era então simples militante sem responsabilidade de direção, a correspondência revela da parte de Prestes, então membro da Comissão Executiva da Internacional Comunista, uma atitude autoritária, de superioridade hierárquica, ao passo que a atitude dos membros do secretariado nacional diante dele é reverente e preocupada com a obediência.

Numa carta de 5 de fevereiro, Prestes já tem a opinião firmada: Elza se colocou a serviço da polícia e esta a utiliza para desmoralizar Miranda, o secretário-geral, com o objetivo de desorientar e desagregar as fileiras do Partido. Nos dias seguintes, Prestes colabora para o interrogatório de Elza e envia perguntas a serem feitas à *Garota* (como Elza é chamada na correspondência clandestina). A formulação dessas perguntas recebe a assessoria de Léon Jules Vallée, um belga integrante da equipe enviada pela Internacional ao Brasil.

Com o recebimento de novas informações, surgem dúvidas no secretariado, reveladas nas cartas de um dos seus membros – Martins, nome de guerra de Honório de Freitas Guimarães. Os membros do secretariado reconhecem a autenticidade dos bilhetes manuscritos de Miranda. As atitudes dele despertam suspeita. Por outro lado, novos interrogatórios de Elza mostram nela sinceridade, coerência e firmeza. No breve período que passou detida, forneceu algumas informações, por medo e inexperiência, mas teve comportamento semelhante ao de muitos outros, ainda mais considerando sua idade. A negativa insistente de que estivesse a serviço da polícia impressiona os julgadores, que já haviam decidido pela sentença de condenação à morte. Sentença aprovada por Prestes em carta de 16 de fevereiro.

Martins expõe as dúvidas a Prestes e lhe comunica, em carta de 18 de fevereiro, que o secretariado opinava pela manutenção do *statu quo*. O que significava a suspensão da sentença de execução de Elza. O secretariado nacional pensava levar a Garota para um lugar, no Brasil ou no exterior, onde ficasse fora do alcance da polícia.

A análise da documentação deixa entrever uma trama policial destinada a orientar as suspeitas dos dirigentes comunistas para aquela quase-menina e ocultar os

verdadeiros delatores. Depois de engolir a isca, o secretariado nacional teve alguma percepção da trama policial e decidiu modificar a sentença contra Elza.

A reação de Prestes veio na carta de 19 de fevereiro com uma descompostura violenta. Chama os membros do secretariado nacional de vacilantes, medrosos, temerosos de sua responsabilidade. Exige o cumprimento da decisão tomada com relação à Garota (Elza) e reitera os termos categóricos da carta do dia 16. Em adendo, procede a um exame grafológico dos bilhetes manuscritos de Miranda e conclui terem sido forjados pela polícia para difamar o secretário-geral. Recorre à memória para o exame da escrita, pois não dispõe de original indiscutível de Miranda. Difícil imaginar maior leviandade. Sabendo que dele depende a vida de um ser humano, de uma companheira do Partido, faz análise grafológica de memória. Sem ser grafólogo, opina que os bilhetes de Miranda são forjados, quando os membros do secretariado insistem na sua autenticidade.

Esta leviandade, bem característica do mitológico herói, tem a ver com um traço de sua formação intelectual, revelado na carta de 19 de fevereiro e em incontáveis situações posteriores: a completa insensibilidade a informações novas que contradigam decisões tomadas com base em julgamentos. Prestes não levou em conta a atitude de um companheiro tão responsável e respeitado quanto José Lago Molares e não refletiu, por um minuto sequer, que a mudança de posição do secretariado estivesse fundamentada em boas razões.

A carta do dia 19, como toda correspondência, está escrita em linguagem alusiva, disfarçada, própria de organizações clandestinas. Lida no contexto do conjunto da correspondência e dos fatos relacionados com ela, sua transparência chega a ser excessiva.

Diante da descompostura de Prestes, o secretariado se rende. O secretário-geral interino comunica que a sentença será cumprida. Apenas uma questão de agir com calma. Prestes pode confiar nos camaradas.

De fato, provavelmente no dia 1º de março de 1936, a sentença se cumpriu: Elza Fernandes, nome de guerra de Elvira Cupello Calônio, foi estrangulada com uma corda. Praticaram o assassinato três membros do secretariado nacional e dois militantes. Dentre eles, Francisco Natividade Lira, vulgo Cabeção, designado para a tarefa de carrasco, colocou o laço da corda no pescoço de Elza. Dobrado e envolvido por um saco de aniagem, enterraram o cadáver no quintal da casa do subúrbio de Ricardo de Albuquerque, em seguida abandonada.

No dia 2 de março, Martins escreveu um bilhete, o último, comunicando que o *“assunto Garota”* estava definitivamente encerrado. A pedido do próprio Prestes, enviou-lhe cópias datilografadas de todas as cartas dele, uma vez que os originais

manuscritos, de acordo com a norma, haviam sido queimados. O mesmo se fez com todos os materiais referentes ao caso Elza. No final do bilhete, Martins advertiu: “*Devemos guardar de memória por ser coisa muito melindrosa*”.

Arquivista incorrigível, Prestes não ligou à advertência. Conservou toda a documentação. No dia 5 de março, a Polícia de Filinto Müller invadiu a casa nº 279 da rua Honório e prendeu seus clandestinos moradores. Os policiais acharam e apreenderam o dossiê completo do *affaire* Elza: as cartas de Prestes e as do secretariado nacional. O dossiê continha uma preciosidade: a carta de Prestes datada de 19 de fevereiro em rascunho manuscrito do autor, cuja grafia teve sua autenticidade reconhecida por peritos e pelo advogado Sobral Pinto. Mas o arquivo estava recheado de numerosos outros documentos confidenciais. Era o segundo que Prestes deixava cair nas mãos da polícia. O primeiro, na casa da rua Barão da Torre, Ipanema, em 1935. O terceiro, o das Cadernetas, em 1964.

Apesar da suspeita despertada pela correspondência, a polícia não pôde formular acusações de assassinato em 1936, pois Elza estava desaparecida. Em 1940, o Comitê Central do PCB quase inteiro foi capturado. A partir das confissões de Martins (Honório de Freitas Guimarães), desvendou-se o episódio. No lugar indicado pelos participantes da execução, as autoridades policiais desenterraram uma ossada. Laís Cupello Calônio, irmão da vítima, identificou sua cabeleira e um dentista, que atendeu Elza pouco antes de sua prisão, fez o reconhecimento da arcada dentária. O Tribunal de Segurança Nacional condenou os réus a penas de 20 a 30 anos de prisão. Coube a Prestes a pena máxima.

Quando afirma, quase cinquenta anos depois, que o crime brutal devia ser evitado – Prestes diz a verdade. Quando se isenta de culpa e joga toda responsabilidade sobre o Partido – mente. Prestes orientou o julgamento de Elza e aprovou a sentença de morte. No momento em que o secretariado nacional pretendeu recuar, exigiu a execução. Naquele momento delicadíssimo, um mínimo de sensibilidade de sua parte seria suficiente para salvar a vida de uma companheira inocente e evitar o “*crime brutal*”. Ao invés, empurrou Elza Fernandes para a morte por estrangulamento.

Se passarmos à esquerda armada do período pós-64, verificamos que grandes traidores já ganham fama em 1969, a exemplo de Hans, da ALN, e Hermes, da VPR. Mas o movimento parecia em ascenso e nenhuma organização se deixou dominar pela obsessão do justicamento de traidores. Os justicamentos só vão ocorrer de 1971 em diante, quando as organizações sofrem perdas demolidoras e sentem a perseguição do inimigo a cada passo. No jargão da clandestinidade, dizia-se do guerrilheiro deprimido que estava com “*cara de cerco*” e se permitia que repousasse em lugar se-

guro para recuperar o fôlego. Agora, as próprias organizações aparecem com “*cara de cerco*” numa guerra sem tréguas.

Da pesquisa que empreendi, apurei quatro justificações por traição. Dois em 1971 e dois em 1973. Três da responsabilidade da ALN e um, do PCBR.

A morte de Câmara Ferreira, por delação de José da Silva Tavares, deflagrou na ALN a *Síndrome de Severino* (nome de guerra de Tavares). Ou seja, a obsessão com o perigo dos traidores. Márcio Leite de Toledo foi o primeiro a cair por conta da síndrome, executado por companheiros a 23 de março de 1971, na rua Caçapava, em São Paulo.

Retornado há pouco de Cuba, Márcio era membro da Coordenadoria Nacional da ALN e, logo após a morte de Câmara Ferreira, desapareceu durante quarenta dias. Recontado, não explicou onde esteve e mostrou sintomas de pânico. Em duas ações, abandonou seu posto ou deixou de cumprir a tarefa combinada. A Coordenadoria Nacional, da qual já tinha sido afastado, discutiu com ele este comportamento e lhe propôs a saída do País. Márcio recusou a proposta. Pensava retirar-se da ALN e talvez se transferir para outra organização. Numa carta à direção, encontrada no seu aparelho pela polícia e divulgada pela imprensa, Márcio pôs no papel razões políticas superficiais de divergências com a ALN. Seriam as razões políticas apenas racionalização da covardia ou o pânico resultava da descrença numa entidade que exigia dele até o sacrifício da vida?

A direção da ALN considerou que a permanência de Márcio no Brasil representava gravíssimo risco, uma vez que conhecia muita coisa da estrutura clandestina e, pelo seu estado de espírito, certamente faria delações se fosse preso. Submeteu-o a julgamento e condenou-o à pena capital.

Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz é o único sobrevivente do grupo que julgou e executou Márcio. Tive com ele duas longas entrevistas. Carlos Eugênio possui excelente memória e o que me transmitiu coincide com a reportagem do *Jornal do Brasil* baseada em suas informações. Menos em um detalhe relevante. Carlos Eugênio afirmou a Valdir Sanches – autor da reportagem – que a sentença de condenação à morte foi unânime na Coordenadoria Nacional e na Coordenadoria Regional de São Paulo. Nesta última, apenas José Milton Barbosa teria pedido para não participar da execução. A atitude de José Milton não foi exatamente a descrita, como fiz ver ao próprio Carlos Eugênio. Neste caso, existe documentação: o depoimento de Linda Tayah, então companheira de José Milton, a 28 de junho de 1972, no DEOPS de São Paulo (ver Processo BNM-68). Linda Tayah declarou “(...) *que José Milton Barbosa não tomou parte da execução de Márcio porque era contra o justicamento dele*”. De

sua residência em Curitiba, Linda Tayah de Mello (seu nome completo atual) me autorizou, por via telefônica, em agosto de 1987, a confirmar o trecho citado do seu depoimento de 1972. Por conseguinte, não houve unanimidade na decisão de justificação de Márcio Leite de Toledo. Um dos julgadores, ao menos, se opôs à sentença condenatória e se recusou a tomar parte na execução.

Recentemente entrevistado pela *Veja*, Carlos Eugênio revelou que foi, ele próprio, um dos dois guerrilheiros que atiraram para matar Márcio. Insistiu, porém, na versão de que a decisão de executá-lo foi tomada por unanimidade. Deve ser um desses lapsos seletivos da memória, que Freud explica. Enquanto precisa de justificativa plena para a execução de um companheiro, Carlos Eugênio afirma, com displicência, que deve ter matado cerca de dez pessoas, durante suas ações guerrilheiras. Acrescenta que não tem certeza, uma vez que não averiguou se seus tiros sempre acertaram o alvo com eficiência letal. Uma vez que estas mortes violentas não foram noticiadas pela imprensa, somente os registros do Instituto Médico-Legal poderiam dar certeza a respeito delas. Diante da falta de pesquisa desses registros, a suposição fica por conta do chute.

Márcio não havia cometido nenhum ato concreto de traição. Atribuíram-lhe a culpa da intenção e o fuzilaram pelo crime de intenção. Já na época, houve reprovação em vários setores da esquerda e o comunicado lançado pela direção nacional da ALN não convenceu. Já no período recente da minha pesquisa, quase todos os meus entrevistados, com os quais tratei do assunto, consideraram injustificável o justificação s apontaram sua causa em divergências políticas.

O custo político do justificação resultou incomensuravelmente maior do que teria sido a despesa de *apagar* da estrutura clandestina da ALN o que era do conhecimento de Márcio. Ou seja: mudar aparelhos, sistemas de contatos etc.

Sobre José Milton Barbosa, ex-sargento do Exército: a 5 de dezembro de 1971, morreu numa operação *arrastão* na avenida Dr. Arnaldo, em São Paulo, quando heroicamente atacou os policiais para cobrir a fuga de três companheiros.

A 12 de novembro de 1971, a ALN executou a tiros, no Rio, seu militante Carlos Alberto Maciel Cardoso (Jaime). Como enfermeiro, colaborou no assalto ao hospital em que trabalhava, o que rendeu à organização cem mil cruzeiros novos. Uma vez preso, fraquejou e contou o que sabia. Depois de libertado, a direção da ALN o interrogou e ouviu dele a confissão de que tinha entrado em acordo com a polícia para entregar um membro da Coordenadoria Nacional. Seguiu-se o justificação, explicado em panfletos lançados no local da execução (uma rua do bairro carioca do Encantado).

Ainda neste caso, condenação por crime de intenção. Uma intenção anulada pela própria confissão de Carlos Alberto aos dirigentes da ALN. A esta bastaria expulsá-lo da organização e prevenir os militantes sobre sua atitude desonrosa para um revolucionário.

A 28 de junho de 1973, quatro disparos mataram o professor Francisco Jacques Moreira de Alvarenga dentro do Colégio Veiga de Almeida, localizado à rua São Francisco Xavier, no Rio. A ALN assumiu a responsabilidade do justicamento.

Francisco Jacques pertencia à Resistência Armada Nacional (RAN), pequeno agrupamento que, em 1972, reaglutinou remanescentes do MNR. Através de Merival Araújo, seu ex-aluno e dirigente da ALN, estabeleceu-se contato entre esta e a RAN. Em começos de maio de 1973, Francisco Jacques foi preso e encaminhado ao DOI/CODI. Sob o comando do então coronel Adyr Fiúza de Castro, a tortura não tinha limites do quartel da rua Barão de Mesquita. Pessoalmente seviciado pelo major Euclides da Silva Chignall, as energias de Francisco Jacques se esgotaram após quatro ou cinco dias. Denunciou Merival Araújo, preso numa rua de Laranjeiras, a 7 de maio, defronte ao apartamento do professor. Segundo o general Adyr, Merival teria reagido aos captores e teve o pescoço quebrado pela “gravata” aplicada por um deles, morrendo no próprio ato da prisão.

Libertado a 14 de junho, Francisco Jacques se dispôs a encontro com representantes da ALN, porém não mereceu dela o direito de defesa. Se valesse o princípio jurídico de igual pena para igual crime, o grupo de fogo da ALN, que assassinou o professor Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, deveria praticar uma carnificina na sua própria organização.

Menos de um mês depois, na manhã de 22 de julho, três militantes do PCBR mataram a tiros Salatiel Teixeira Rolim, no interior de um bar do Leblon, onde era empregado. Acusações para o justicamento: desvio de dinheiro do Partido em proveito particular e delação do ponto em que caiu Mário Alves. Ambas as acusações pendiam sobre Salatiel sem terem sido provadas. E verdade que suas informações à Polícia do Exército marcaram o início da catástrofe do PCBR em janeiro de 1970, mas não se deve omitir as torturas, que o esmagaram, nem a responsabilidade de outros militantes naquela catástrofe. Salatiel não se passou para o lado do inimigo. Pelo contrário: foi dos poucos presos que tiveram coragem para denunciar em Juízo a prisão e morte de Mário Alves. Quando o alvejaram, pouco depois de sua libertação, Salatiel se achava desligado da atividade política e não podia representar qualquer perigo às organizações em via de extinção. Os três que nele atiraram – um dos quais, escondido sob as iniciais A. C., entrevistado por *IstoÉ* – não lhe deram o direito de

defesa. Não houve, portanto, justificação, mas um ato de vingança, um assassinato. Uma ação sem conteúdo político, como escreveu Álvaro Caldas.

Os autores do crime lançaram no local exemplares de um volante com a assinatura do PCBR e no qual se autodenominavam Comando Mário Alves. Àquela altura, a última direção do PCBR – da qual fizeram parte Fernando Augusto da Fonseca (Sandália) e Getúlio de Oliveira Cabral – já tinha sido exterminada pela repressão. Faltava idoneidade aos três assassinos para agir em nome do PCBR.

Na época, imputou-se a morte de Amaro Luís de Carvalho, o Capivara, a envenenamento praticado pelos companheiros de prisão. Monstruosa falsidade. Um mês antes de ser libertado, a 22 de agosto de 1971, Capivara apareceu sem vida no pátio da Penitenciária do Recife. A Secretaria de Segurança Pública difundiu a falsidade, porém não abriu inquérito para apurar o crime. Não se seguiu processo com indiciados, nem acusação juridicamente formalizada. Se ocorreu envenenamento, os policiais são os suspeitos de autoria do crime.

A história dos justificações revolucionários no Brasil, nos anos 1930 (quando o caso Elza Fernandes se somou a mais cinco semelhantes) e nos anos 1970, mostra que a condenação de um companheiro à pena capital tem custo político altíssimo. Pior ainda se organizações clandestinas sob o domínio da obsessão da traição executam inocentes por acusações sem prova ou pelo absurdo crime de intenção. Mesmo em presença de graves infrações do dever revolucionário, não tem cabimento a pena capital quando, sem risco para a segurança da organização, é possível aplicar punições como as de censura, afastamento, expulsão e denúncia pública. A justiça revolucionária não se confunde com vingança.

Fontes Informativas e Referências Bibliográficas: Entrevista de Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz. Rio de Janeiro, 11 set. 1986; Entrevista de Linda Tayah de Mello. Curitiba, 24 ago. 1987; Entrevista de Cláudio Heitor Moreira de Alvarenga (ex-capitão do Exército compulsoriamente reformado, irmão de Francisco Jacques Moreira de Alvarenga). São Paulo, 30 ago. 1987; Entrevista de Consuelo Rezende de Alvarenga (irmã de Francisco Jacques). São Paulo, 30 ago. 1987; Entrevista de Luiz Carlos Prestes. *Leia-Livros*, novembro de 1985; Depoimento de Pedro Lobo de Oliveira. In: *A esquerda armada no Brasil*, op. cit., p. 168-71; Autos do Tribunal de Segurança Nacional. Processo 1 381/1940. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional (sobre o caso Elza Fernandes); Moraes & Viana. *Prestes: lutas e autocríticas*, op. cit., p. 88;

Campos, Reynaldo Pompeu de. *Repressão judicial no Estado Novo. Esquerda e direita no banco dos réus*. Prefácio de H. Sobral Pinto. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982. p. 11-7, 99-108; Dulles, John W. F. *O comunismo no Brasil. 1935-1945*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. p. 26-30; Moraes, Fernando. *Olga*. 3. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1985. Cap. 11; Waack, William. *Camaradas. Nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993; Vianna, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35. Sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992; Processo 100/72 da Segunda Auditoria da Segunda Circunscrição Judiciária Militar. São Paulo, 1972. Apelação ao STM 40 577. BNM-68; Caldas, Álvaro. *Tirando o capuz*, op. cit., p. 94-6; *O Estado de S. Paulo*, 16 abr. 1971, 24 abr. 1971, 25 ago. 1971, 30 nov. 1971, 27 fev. 1973, 3 jul. 1973; *Veja*, 3 dez. 1969, 7 mar. 1973; *Folhada Tarda*, 16 abr. 1971; *Jornal do Brasil*, 29 jun. 1973, 30 jun. 1973; Ustra, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*, op. cit., p. 183-93; Sanches, Valdir. “Dirigente conta como ALN eliminou militante”. *Jornal do Brasil*, 7 jun. 1987; Id. “Esquerda revê luta armada”. *Jornal do Brasil*, 6 jul. 1987; *Jornal do Brasil*, 13 jun. 1987, 14 jun. 1987; *O Globo*, 4 ago. 1987; David, Ricardo & Cavalcanti, Enock. “Outra face da violência”. *IstoÉ*, 5 ago. 1987; Expedito Filho. “Memória do terror”. *Veja*, 31 jul. 1996 (entrevista de Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz); Adyr Fiúza de Castro. Depoimento para o livro *Os anos de chumbo*. Op. cit.

Conclusão retrospectiva

A esquerda brasileira de inspiração marxista pegou duas vezes em armas. Em 1935 e em 1968-1974. Por que ambas as tentativas terminaram pela derrota?

O PCB foi o primeiro partido comunista na América Latina a empreender uma insurreição armada. Os historiadores tentam descobrir onde e quando se tomou a decisão insurrecional. Seja como for, o insofismável é que Luiz Carlos Prestes lançou para a Aliança Nacional Libertadora (ANL) a palavra de ordem insurrecional no Manifesto de 5 de julho de 1935. Nele, o presidente de honra da ANL afirmou que “*a ideia do assalto amadurece na consciência das grandes massas*”, pregou a derrubada do governo de Getúlio Vargas e conclamou à luta “*por todo o poder para a ANL*”.

A partir de março de 1935, em menos de quatro meses, a ANL atingiu cerca de setenta a cem mil filiados (estimativa de Robert M. Levine no livro *O regime de Vargas*). Mas o seu prestígio difuso era muito maior. Tinha à frente o Partido Comunista e numerosos elementos da ala esquerda do tenentismo, frustrados pelo governo pós-30. O Manifesto de Prestes de 5 de julho ofereceu a Getúlio, de bandeja, oportuno pretexto para decretar o fechamento da nova organização política, exatamente uma semana depois.

Empurrada para a ilegalidade, a ANL se contraiu. A grande maioria dos adeptos vindos do tenentismo se afastou e o apoio de massas, antes em crescimento vigoroso, se desorganizou e dissolveu. Tomado o rumo do levante armado, claramente indicado no Manifesto, o movimento perdeu o caráter político de massas e se converteu numa conspiração de comunistas e uns poucos aliados.

A decisão insurrecional partiu de Prestes, menos de três meses após o regresso ao Brasil. Difícil crer que já não estivesse prevista nas reuniões de Moscou, embora haja indícios de recomendação de prudência quanto à escolha do momento. Não tem cabimento conferir peso determinante às informações falsas de Miranda acerca das forças militares disponíveis. Miranda disse o que seus ouvintes das reuniões de Moscou esperavam dele. Se traçasse um quadro inconveniente à decisão insurrecional, arriscava-se a perder o cargo de secretário-geral. Repetiu-se o fenômeno tão comum nas organizações autoritárias: fala-se o que agrada aos pares e superiores hierárquicos.

Outra questão que, até hoje, embaraça a análise dos acontecimentos de novembro de 1935 é a da precipitação dos revolucionários de Natal. Provocada ou não por ardil do inimigo, esta precipitação também constitui fato secundário para explicação da derrota. É muito difícil estabelecer cronometragem precisa de movimentos conspirativos. Também o golpe de 1964 começou por uma ação precipitada, por sinal de modo algum desfavorável aos golpistas.

Quanto mais sectários e menos influenciados pelos fatores políticos objetivos, tanto mais as conspirações confluem para atos incontrolláveis e desconexos. O que se deu em Natal, a 23 de novembro de 1935. Já o levante no Rio, a 27 de novembro, foi resolvido a frio e podia ser evitado. Não se sabe onde se meteu o decantado gênio militar de Prestes ao ordenar o levante já sem dispor do fator surpresa, quando as tropas adversárias estavam de prontidão, centrando o plano de ataque nos insurretos de um regimento encravado na base de um morro e com a única saída pelo portão do quartel.

A decisão insurrecional de 1935 se demonstrou erro funesto. A derrota dos movimentos armados de Natal, Recife e Rio de Janeiro aplainou o caminho para o golpe de Estado de novembro de 1937, em preparação por Vargas e pelo general Góes Monteiro. Correto teria sido a preservação máxima da legalidade da ANL, primeira grande frente de massas anti-imperialista e antifascista, dirigida por comunistas, na América Latina. Quanto mais a ANL prolongasse a legalidade e aumentasse o prestígio político, tanto mais se constituiria em obstáculo à instauração da ditadura estado-novista. Mesmo que não conseguisse bloquear a consumação do golpe, a influência de massas da ANL permaneceria atuante como fator de resistência ao Estado Novo.

A luta armada pós-64 se expôs neste livro, sob os aspectos que julguei mais importantes. A meu ver, teve a significação de violência retardada. Não travada em

março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados. Em condições desfavoráveis, cada vez mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas, a esquerda radical não podia deixar de adotar a concepção da violência incondicionada para justificar a luta armada imediata. A esquerda brasileira se motivou em suas próprias razões e as reforçou com ideias de impacto internacional nos anos 1960. Nas circunstâncias da época, a concepção da violência incondicionada se traduziu praticamente em foquismo e terrorismo. A derrota era inevitável. O que está demonstrado.

A esquerda brasileira de inspiração marxista só não pegou em armas quando as condições históricas determinavam que o fizesse. Nos começos de 1964, avançava impetuosamente o maior movimento de massas da história nacional e o País já se achava no redemoinho de uma crise institucional. As diversas correntes da esquerda, marxista e não marxista, souberam tomar a frente do movimento de massas, formular suas reivindicações e fazê-lo crescer. Cometeram erros variados no processo, mas o erro fundamental consistiu em não se prepararem a si mesmas, nem aos movimentos de massa organizados, para o combate armado contra o bloco de forças conservadoras e pró-imperialistas. Este bloco de forças sociais de há muito visava ao golpe de Estado e o articulou de maneira planejada.

No confronto decisivo, nenhum dos adversários podia ter certeza prévia do triunfo. Não houve predeterminação fatal do resultado. Se travasse a luta armada contra os golpistas, não era improvável que a esquerda viesse a perder. Tampouco improvável sua vitória, que mudaria o curso da História do Brasil e abalaria profundamente a hegemonia dos Estados Unidos no continente. A inação é que tornou a derrota inevitável. O que também está demonstrado.

No distanciamento histórico, os erros esmaecem e ganham relevo a luta e o heroísmo. Tiradentes teria a lembrança de imprudente conspirador falastrão, se a Coroa lusitana não fizesse dele o alvo da punição exemplar destinada a sufocar as aspirações brasileiras à Independência. Tiradentes foi maior do que o castigo. Esquecemos os tropeços do agitador e reverenciamos a firmeza serena do mártir. O mesmo processo de memorização coletiva certamente se dará com relação aos insurretos de 1935 e aos combatentes de 1968-1974.

Agora, porém, ainda estamos muito próximos dos eventos. Os de idade madura e os idosos, somos contemporâneos deles. Para as gerações atuais e ainda para as

próximas, prioritário é o estudo crítico das tentativas e das derrotas da esquerda. Nenhuma complacência se admite na revelação e análise das responsabilidades de correntes políticas e de lideranças individuais. Se não quisermos o triste privilégio da infindável repetição dos erros.

Com o distanciamento, as atitudes mudaram em alguma medida.

Em primeiro lugar, chama a atenção a mudança de designação dos participantes da esquerda armada. A mídia não mais os trata como terroristas, tampouco como bandidos. Agora, são todos guerrilheiros. Do ponto de vista bem pensante, designação positiva, até mesmo honrosa.

Para semelhante mudança, contribuíram os esforços de entidades como o grupo Tortura Nunca Mais, comissões de familiares de presos políticos e a Arquidiocese de São Paulo. As atividades da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pelo governo federal para decidir sobre a concessão de pensões aos familiares das vítimas da ditadura militar, ajudaram a averiguar fatos e a esclarecer a opinião pública. Os torturadores e assassinos da chamada comunidade de informação não puderam ainda ser responsabilizados criminalmente, porém foram postos na defensiva.

Em contrapartida, também prosperou o que se poderia denominar de “olhar humanizador” da ditadura militar. Sua primeira manifestação veio com o livro de Gabeira, publicado logo após a anistia, e ganhou publicidade renovada com o filme recente de Bruno Barreto, baseado naquela obra. Ali se deu o passo decisivo de contrastar o sequestrador facinoroso e boçal com o torturador afligido por dúvidas hamletianas. Surpreendentemente, todavia, o público aplaudiu o filme, na sessão em que eu o vi e, segundo soube, em outras sessões. Decerto, não bateu palmas para os milicos. Homenageou suas vítimas – os prisioneiros políticos que, no final da película, aparecem fisicamente massacrados pela tortura.

Se tem havido progresso na investigação dos fatos concretos, não se pode dizer o mesmo, em medida equivalente, no que se refere à abordagem analítica. Sob este ponto de vista, devem ser mencionadas as obras de Daniel Aarão Reis – *A revolução faltou ao encontro* – e de Marcelo Ridenti – *O fantasma da revolução brasileira*. Outras teses acadêmicas se juntaram a estas, no empenho analítico ainda em esboço.

A história marrom também marcou presença na historiografia do período da esquerda armada. Luís Mir, com o seu inqualificável *A revolução impossível*, se tornou o representante exemplar, neste âmbito, da literatura de difamação e calúnia, com uma obra que se salienta pela deslavada falsificação factual. Já tive oportunidade de avaliar este repugnante aborto na resenha publicada pela *Folha de S.Paulo*.

Como se pode notar pelos títulos dos livros mencionados, o tema da revolução permanece em foco, porém num diapasão cético e pessimista. Não só pelo desenlace das lutas travadas no Brasil, como, talvez mais ainda, pelo efeito das transformações internacionais. A dissolução da União Soviética e o desaparecimento dos regimes comunistas do Leste Europeu impõem uma visão modificada do socialismo, em primeiro lugar aos seus partidários. Sob tal aspecto, a disputa entre etapismo e antietapismo de trinta anos atrás muda de enfoque e perde parte de sua relevância. Não cabe, aqui e agora, examinar tema tão multifacetado e complexo.

Não é o caso, contudo, da avaliação do que significou a luta armada dos anos 1960 e 1970. Com muita propriedade, Apolonio de Carvalho, no seu livro de memórias, chamou-a de *protesto armado*. Objetivamente, a esquerda não tinha condições sequer mínimas para o enfrentamento pelas armas com a ditadura militar. O que conseguiu fazer, em termos concretos, foi protestar com atos de violência, em resposta à violência terrorista institucionalizada pelos generais.

É possível chegar a uma conclusão geral a respeito da luta contra regimes ditatoriais fortemente repressivos. O que se observa da experiência histórica do século XX é que tais regimes, uma vez instaurados com alguma base social, conseguem, num primeiro lance, devastar e mesmo destruir a oposição organizada e as resistências populares espontâneas. Seja no referente aos regimes fascistas europeus, seja com relação às ditaduras militares da América Latina, em todos os casos, nenhuma oposição logrou salvar seus recursos principais diante do assalto das forças armadas e dos organismos policiais. Por isso mesmo, as tentativas de revide frontal *imediato* pela via armada resultaram ineficazes e terminaram sempre em desastre para os opositores.

As ditaduras se afundaram em situações insustentáveis, cada uma à sua maneira, porque já traziam, desde a implantação, objetivos irrealizáveis e contradições, que não seriam suportadas por tempo indefinido. Envolvidas em guerras sem perspec-

tiva de vitória, como o nazismo alemão, ou desmoralizadas pela brutalidade e pela corrupção a favor de círculos privilegiados cada vez mais restritos, como os regimes militares do Brasil e dos outros países do Cone Sul, as ditaduras, quando não foram derrotadas em conflitos bélicos ou em lutas de guerrilhas, tiveram que, em algum momento, abrir as comportas da repressão e tolerar a passagem e a ampliação das lutas populares de oposição, desenvolvidas com um grau maior ou menor de legalidade. Com isto, selaram seu próprio fim.

Daí não se conclui que, na fase inicial de instauração de uma ditadura, seja desaconselhável e inviável a resistência oposicionista. Que o mais sensato seja esperar para ver e aguardar que a ditadura se decomponha e enfraqueça por si mesma. Não há dúvida, a luta de massas encontra dificuldades enormes para progredir na situação de regimes repressivos fechados, ainda não desgastados gravemente. Mas a resistência oposicionista é possível desde o início ou pouco depois, uma vez que se realize sob orientação realista, explorando as mínimas brechas favoráveis, sem a pretensão romântica ou meramente revanchista de derrubada do regime ditatorial a curto prazo. Até mesmo a luta armada tem chances de êxito e se torna taticamente recomendável, se limitada a operações de fustigamento, com objetivos rigorosamente restringidos. Ou seja, desde que se assuma claramente como protesto armado e não como operação estratégica. Nestas condições, pode atingir o inimigo, sem afundar a oposição em perdas irreparáveis e derrotas trágicas, como aconteceu com a esquerda armada no Brasil.

Apaziguamento, conciliação, capitulação, pacifismo incondicional – estas são posições que ajudam a ditadura a se consolidar e a prolongar sua sobrevivência.

Mas, sem dúvida, alguém justificadamente objetará: por que tais e tantas considerações, se vivemos agora em regime democrático consolidado?

A luta pelo socialismo não se abstrai das condições democráticas; de sua realização atual. Não convém, todavia, esquecer as lições do passado, mesmo porque nem tudo são flores neste mundo de globalização perversa presidida pelo poder discricionário do capital multinacional.

Referências Bibliográficas: Reis Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro – os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1989; Ridenti, Marcelo S. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, UNESP/FAPESP, 1993; Mir, Luís. *A revolução impossível*. São Paulo, Best-Seller, 1994; Gorender, Jacob. “Pseudo-história da esquerda brasileira”. *Folha de S.Paulo*, 25 set. 1994; Carvalho, Apolonio de. *Vale a pena sonhar*. Op. cit. p. 193.

Glossário de siglas

- ABI** - Associação Brasileira de Imprensa
- ACISO** - Ação Cívico-Social
- ALN** - Ação Libertadora Nacional
- ANL** - Aliança Nacional Libertadora
- AP** - Ação Popular
- AP-ML** - Ação Popular Marxista-Leninista
- APRA** - Aliança Popular Revolucionária da América (partido peruano)
- ARENA** - Aliança Renovadora Nacional
- BNM** - Brasil: Nunca Mais
- CCC** - Comando de Caça aos Comunistas
- CENIMAR** - Centro de Informações da Marinha
- CGT** - Comando Geral dos Trabalhadores
- CIA** - Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos)
- CIE** - Centro de Informações do Exército
- CISA** - Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
- CNTI** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
- COLINA** - Comando de Libertação Nacional
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores nos Estabelecimentos de Crédito

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação (da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro)

CUTAL - Central Única dos Trabalhadores da América Latina

DEIC - Departamento Estadual de Investigações Criminais

DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DI - Dissidência

DOI/CODI - Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna

FAL - Fuzil Automático Leve

FALN - Forças Armadas de Libertação Nacional

FBT - Fração Bolchevique Trotskista

FEB - Força Expedicionária Brasileira

FER - Frente de Esquerda Revolucionária

FLN - Frente de Libertação Nacional

FMI - Fundo Monetário Internacional

FMP - Frente de Mobilização Popular

GENR - Grupo Especial Nacional Revolucionário

GTA - Grupo Tático Armado

GTE - Grupo de Trabalhos Especiais

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPEG - Instituto de Previdência do Estado da Guanabara

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM - Inquérito Policial-Militar

IRA - Irish Revolutionary Army (Exército Revolucionário Irlandês)

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JUC - Juventude Universitária Católica

LSI - Liga Socialista Independente

MAR - Movimento de Ação Revolucionária

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MCI - Movimento Comunista Internacionalista

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado

MIA - Movimento Intersindical Antiarrocho

MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário
MOLIPO - Movimento de Libertação Popular
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRM - Movimento Revolucionário Marxista
MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN - Operação Bandeirantes
OCML-PO - Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária
OIM - Organizações Independentes de Massas
OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONU - Organização das Nações Unidas
ORM-POLOP - Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC - Partido Comunista
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCCh - Partido Comunista da China
PCR - Partido Comunista Revolucionário
PCUS - Partido Comunista da União Soviética
POC - Partido Operário Comunista
POLOP - Política Operária
POR (T) - Partido Operário Revolucionário (Trotskista)
PRC - Partido Revolucionário Comunista
PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático (pessedista)
PSR - Partido Socialista Revolucionário
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
RAN - Resistência Armada Nacional
REDE - Resistência Democrática
SNI - Serviço Nacional de Informações
STF - Supremo Tribunal Federal
STM - Superior Tribunal Militar
SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária
TL - Tendência Leninista

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UDN - União Democrática Nacional (udenista)

UEE - União Estadual de Estudantes

ULDP - União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo

UNE - União Nacional dos Estudantes

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID - United States Aid for Development

USIS - United States Information Service

USP - Universidade de São Paulo

VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

